

GIOVANNI DE FARIAS SEABRA
ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ
(ORGANIZADORES)

TURISMO SERTANEJO

Patrimônio Cultural e Realidade Social
em Comunidades

(E-BOOK)



ITUIUTABA. MG
2014

**Giovanni de Farias Seabra
Anderson Pereira Portuguez**
(Organizadores)

Turismo Sertanejo
Patrimônio Cultural e Realidade Social
em Comunidades

(E-Book)



Ituiutaba, MG

2014

© Giovanni de Farias Seabra e Anderson Pereira Portuguez (Orgs.), 2014.
Arte Gráfica e editoração: Laciene Karoline S. França e Cintia Alvino L. Pereira
Arte da capa: Ana Neu

Contatos:

www.turismo-sertanejo.webnode.com; turismosertanejo@gmail.com

Editora: *Barlavento*

Prefixo editorial: 68066

Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilé Asé Babá Olorigin.

CNPJ: 19614993000110

Caixa postal nº 9. CEP 38.300-970, Centro, Ituiutaba, MG.

Conselho Editorial:

Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe)

Anderson Pereira Portuguez

Antônio de Oliveira Junior

Claudia Neu

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Maria Izabel de Carvalho Pereira

Turismo Sertanejo: Patrimônio Cultural e Realidade Social em Comunidades /
Giovanni de Farias Seabra; Anderson Pereira Portuguez (Organizadores).
Ituiutaba: Barlavento, 2014. 232p.

ISBN: 978-85-68066-01-0

1. Turismo. 2. Comunidades. 3. Patrimônio Cultural. Sociedade.

I. SEABRA, Giovanni F. e PORTUGUEZ, Anderson P.

Os conteúdos a formatação de referências e as opiniões externadas nesta obra são de
responsabilidade exclusiva dos autores de cada texto.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa estão reservados à Editora
Barlavento e aos organizadores da obra.



Ituiutaba, MG
2014

APRESENTAÇÃO

O turismo (em suas múltiplas manifestações) vem sendo estudado de forma mais sistemática e consistente desde meados do século XX em diversos países do mundo, onde passou a integrar a vida das sociedades após os avanços técnicos, sociais e econômicos do período pós-guerra. Geralmente é considerado uma atividade produtiva multifacetada, que envolve as mais variadas relações humanas e ambientais, o que enseja estudos por parte de diversas disciplinas.

No Brasil, embora algumas pesquisas de grande peso tenham sido realizadas na década de 1980, foi na década de 1990 que o turismo conquistou definitivamente o meio universitário, dando origem a cursos de graduação, a programas de pós-graduação, grupos de estudos e pesquisa e inspirando diversas séries de eventos. Como atividade promotora do desenvolvimento local, o turismo teve seus aspectos estudados em Europa, sobretudo, a partir da década de 1990, de onde estes estudos se espalharam para outros recantos do mundo, chegando ao Brasil em 1997.

O movimento *Turismo Sertanejo* é, neste sentido, uma das ações universitárias mais representativas, pois além de promover experiências inovadoras de desenvolvimento de base local, vem produzindo material de estudo dos mais respeitáveis no Brasil e no mundo. Este evento, que se prepara para sua 9ª edição, foi criado pelo Prof. Dr. Giovanni Seabra em 2001 e atualmente se mostra como um dos mais consolidados do Brasil. É neste sentido que apresentamos a presente obra, que é em verdade mais um passo nesta direção. Ela reúne os melhores trabalhos apresentados em palestras e GTs do II Congresso Nacional de Turismo Comunitário e VIII Simpósio de Turismo Sertanejo, ocorridos simultaneamente em 2014 nas dependências da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

O presente livro traz um conjunto consistente de contribuições ao entendimento do turismo comunitário, aos arranjos produtivos locais e aos “meios sertanejos” brasileiros. São contribuições diversas, que aportam olhares distintos sobre as temáticas propostas para a obra e certamente acrescentará muito conhecimento aos seus leitores e leitoras.

O livro traz diversos estudos de caso sobre o turismo comunitário, abordando desde a perspectiva local, à regional e nacional, além de relatar uma experiência de turismo de base local no Chile. Os temas abordados são os mais diversos: meio ambiente, educação ambiental, patrimônio imaterial da cultura, patrimônio histórico-cultural, hospitalidade, questões etnicorraciais, metodologias participativas, análises teóricas sobre os Sistemas Produtivos Locais do turismo, gestão municipal e algumas abordagens do turismo no Nordeste brasileiro, entre outros exemplos.

A expectativa do organizador é que, com esta obra, os pesquisadores de todo o Brasil possam ter acesso às discussões mais relevantes que ocorreram em João Pessoa durante os eventos citados. É ainda, uma forma de socializar experiências diversas que podem motivar a promoção do turismo comunitário em escalas nacional e internacional.

Boa leitura!!

Anderson Portugal

SUMÁRIO

1	TURISMO COMUNITÁRIO NO DESERTO DE ATACAMA, CHILE	
	<i>Giovanni Seabra</i>	8
2	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO/NO TURISMO	
	<i>Anderson Portugal</i>	26
3	GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO NO TRÓPICO SEMIÁRIDO	
	<i>Vanice Selva</i>	36
4	DESTINOS E ROTEIROS TURÍSTICOS COMUNITÁRIOS NO NORDESTE	
	<i>Celso Gomes</i>	47
5	ANÁLISE GEOECOLÓGICA DA MACRORREGIÃO TURÍSTICA DA SERRA DA IBIAPABA	
	<i>Ernane Cortez Lima</i>	60
6	A CULTURA NEGRA E O TURISMO BRASILEIRO	
	<i>Luiz Trigo</i>	69
7	AO SOM DAS CAIXAS, À SOMBRA DA JUÇAREIRA, ENTRE MATRACAS E PANDEIRÕES	
	<i>Rosalva Reis</i>	88
8	PAISAGENS OLEIRAS NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ÁGUAS	
	<i>Jean Carlos Santos</i>	99
9	DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL E OS CAMINHOS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	
	<i>Márcia Regina Farias da Silva e Norberto Pinto dos Santos</i>	110
10	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO PLANEJAMENTO TURÍSTICO	
	<i>Mary Claudia da Silva</i>	124
11	TURISMO PEDAGÓGICO COMO METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM	
	<i>Elsine Carneiro Falcão</i>	133
12	A CULTURA E O NEGÓCIO DA HOSPITALIDADE NO TURISMO	
	<i>Davi Alysson Andrade, ...</i>	143
13	SOCIEDADE E NATUREZA NO TURISMO COMUNITÁRIO	
	<i>Edson Vicente da Silva; Jose Mateo Rodriguez</i>	156
14	COMUNIDADES RURAIS EM AREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL?	
	<i>Fábio dos Santos Massena</i>	165
15	O ECOTURISMO EM COMUNIDADES DO NORDESTE	
	<i>Luzia Neide Coriolano, ...</i>	177

16 CARIRI PARAIBANO: O LUGAR DO TURISMO NO MICROTERRITÓRIO DAS ONÇAS	
<i>Rogério dos Santos Ferreira e Karina Massei</i>	196
17 TURISMO E SUA INTERRELAÇÃO COM PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
<i>Ivanete Schumann</i>	207
18 É COMUNITÁRIO: REDE COLABORATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA	
<i>Diogo da Silva Cardoso</i>	222

1

TURISMO COMUNITÁRIO NO DESERTO DE ATACAMA, CHILE

Giovanni Seabra

O Chile é um país que possui uma diversidade de biomas incomum nos países da América Latina, sendo encontrados ambientes marinhos, lacustres, desérticos, florestais e montanhosos. Muitos desses ecossistemas estão confinados em áreas protegidas, onde são executados programas de monitoramento e controle ambiental, educação ambiental, recreação, práticas desportivas e turismo. Todavia, os desafios mais relevantes para aumentar a demanda turística nas unidades de conservação, apontam para a diversificação e valorização dos atrativos, bem como melhoria dos serviços turísticos.

O *Parque Nacional Pan de Azucar* foi criado em 1985 com o objetivo de proteger os ambientes marinhos e terrestres que reúnem os ecossistemas desérticos costeiros das regiões de Antofagasta e Atacama, nos municípios de Tal-tal e Chañaral. O Parque possui uma área total de 43.754 hectares, abrangendo as superfícies continental (43.644 ha) e insular (110 ha), formada pela ilha *Pan de Azucar* e ilhotas Las Chatas y Rocas de Las Mariposas. Os ambientes, continental e marinho, reunidos, contêm grande diversidade geológica, geomorfológica e espécies endêmicas da fauna e flora.

No cenário ambiental-paisagístico destacam-se quatro unidades geomorfológicas, representadas pela Planície Litorânea, Farellón Costero, Quebradas Transversais e a Cordilheira da Costa. As planícies litorâneas ocupam pequenas extensões territoriais, variando de dois a três quilômetros. Todavia, as áreas costeiras contíguas aos leques aluviais dos rios longitudinais apresentam maior desenvolvimento espacial.

As planícies costeiras compreendem terraços marinhos parcialmente enterrados por depósitos aluviais e torrentes de lama, sendo frequentemente interrompidas por extensas falésias que atingem altura de 850 metros. A Cordilheira da Costa configura-se como um traço impreciso e descontínuo do relevo, mantendo íntima relação com o litoral e evidenciando as convulsões tectônicas na área costeira.



Farellón Costeiro com vista panorâmica da Planície Costeira e ilha Pan de Azúcar

A ilha Pan de *Azucar* possui formato subtriangular, altitude máxima de 160 metros e escarpas íngremes desprovidas de vegetação. A superfície de 110 hectares é estruturada por um complexo rochoso pavimentado com clastos grosseiros, correspondente a um embasamento metasedimentário, com metamorfismo de contato paleozóico. A ilha é povoada por animais marinhos e aves nidificantes, e entre os animais destaca-se o pinguim de Humboldt (*Spheniscus humboldti*), com população aproximada de 1300 indivíduos. A geologia compreende uma zona de rochas estratificadas, intrusivas e metamórficas, originárias do Paleozoico (240-550 milhões de anos) e do Quaternário (2,5 milhões de anos A.P.). A estrutura rochosa inclui também rochas metasedimentárias pré-cambrianas; vulcânicas triássicas da Formação Água Chica, sedimentares marinhas fossilíferas da Formação Pan de Azucar e sedimentos marinhos e continentais do Terciário e Quaternário. As rochas intrusivas agrupadas nos grandioritos pan de azucar, encontrados próximo à Água Hedionda, ao sul da Calheta Pan de Azúcar e Ponta Carrizalillo, constituem os batólitos Cerros del Vetado, contendo diques jurássicos.

No interior do Parque Nacional Pan de Azucar não há rios permanentes, apenas cursos de água temporários denominados *quebradas*. Depósitos aluviais e correntes de barro quaternários são encontrados nas principais *quebradas*, como Cachina, Pan de Azucar, Água Salada, Castillo, Coquimbo e Peralillo, originando os cones de dejeção nas desembocaduras e ampliando a planície litorânea.

A estrutura geológica remonta a 360 milhões de anos, quando ocorreu a formação do Embasamento Metasedimentário, constituído de sedimentos depositados em um ambiente marinho de águas profundas. Posteriormente, o piso oceânico sofreu dobramento e metamorfismo de baixo grau. Erupções vulcânicas ocorreram a 260 m.a. originando as rochas intrusivas graníticas paleozóicas, que constituem o batólito Cerros del Vetado, composto de granitos e granodioritos de grãos grossos e cores branco-amareladas.

Rochas vulcânicas piroclásticas triássicas produzidas em ambiente costeiro, com idade de 200 m.a., são encontradas na Formação Água Chica. Nessa área existe uma grande quantidade de filões, com diferentes composições e idades, como as andesitas de cores escuras intrudidas nos granitos claros, com idade de 180 milhões de anos.

O batólito Sierra Minillas, formado de rochas intrusivas granodioritas e com idade de 160 m.a., pertence ao grupo plutônico Matancilla. Cobrindo as rochas mais antigas despontam os Terraços Aluviais, formados havia 11-13 m.a. pela acumulação de sedimentos, dispostos horizontalmente. A sedimentação ocorreu durante o Mioceno (Terciário), devido à erosão das cordilheiras em um clima árido semelhante ao atual. Com o soerguimento do continente os rios escavaram os terraços, deixando bancos de areia nos flancos dos leitos. Na saída das quebradas são formados leques aluviais constituídos de sedimentos quaternários.



Terraços aluviais, guarnecendo a Quebrada Água Salada

O clima é desértico costeiro, com invernos temperados e verões quentes e secos. As precipitações são escassas, com média anual de 1,7 mm; porém a nebulosidade abundante proveniente do mar, denominada *Camanchaca* é responsável pelos elevados percentuais de umidade, em torno de 70%.



Camanchaca, neblina do oceano Pacífico sobre o Farellón Costeiro

As quebradas constituem as fisionomias pedregosas mais características do deserto costeiro. São rios e córregos temporários pavimentados por detritos rochosos e areias transportados durante as inundações. Ecologicamente possuem uma importância fundamental devido à diferença térmica entre o dia e a noite e a capacidade de conservar a radiação calórica, transformando-as em zonas de refúgio da fauna. Contudo, em alguns locais do deserto são encontradas as *aguadas*, nascentes de água salobra ou salgada permanentes, que se alimentam através das escassas chuvas e degelo das cordilheiras. Na zona de contato das quebradas com as bacias tectônicas, onde o declive dos vales fluviais é mais suave, ou são formados os leques aluviais, devido à redução abrupta da velocidade das torrentes durante os períodos chuvosos que transportam grandes quantidades de barro, areias e detritos.



Cânyon da Quebrada Castillo

O *bolsón* corresponde às bacias intermontanas que armazenam os detritos intemperizados dos cerros e montanhas. A superfície da bacia, composta de leques aluviais coalescentes, é denominada *bajada*. Na parte mais baixa da bajada pode ocorrer a formação de um lago intermitente chamado *playa* (BLOOM, 1988). Nas bordas das bacias sedimentares são encontrados os *pedimentos*, correspondendo às encostas erodidas por lavagem, que se elevam em direção à base das montanhas, quando entram em contato com os leques aluviais. No *front* dos cerros e montanhas surgem os *tálus* detríticos, superfícies inclinadas formadas pelo acúmulo dos depósitos coluviais. Os tálus são também frequentes na costa do oceano Pacífico, apoiados nos íngremes alcantilados, denominados *farellóns costeros*, com altitudes de até 850 metros.

A importância do Parque Nacional Pan de Azúcar se deve aos aspectos geológicos, geomorfológicos e ecológicos, que, juntos, constituem um centro de refúgio de espécies vegetais e animais, endêmicas e migratórias, oferecendo oportunidade para investigação científica, execução e desenvolvimento de programas de educação, interpretação ambiental e recreação.

Entre as espécies botânicas destacam-se o copiapó (*Copiapoa columna alba* e a *Copiapoa longistamininea*); o lechero (*Euphorbia lactiflua*) e o copao (*Eulychinia iquiquiensis*). Todavia, são observadas nas cactáceas, com maior evidência, a funcionalidade das adaptações morfológicas e fisiológicas. As folhas são transformadas

em espinhos, diminuindo a perda de umidade durante o dia. Uma película cerosa e muito forte, recobre todo o corpo dos exemplares. Por outro lado, aparecem pregas transversais paralelas ao caule e galhos, em forma de costelas que provêm os mecanismos necessários para expandir o corpo, armazenando água nos tecidos.



Copiapó (*Cochipoa columnata alba*)

Os cactos apresentam morfologias dos tipos colunares arborescentes, colunares únicas e globulares aglomeradas. A conformação dessas morfologias está relacionada com a maior ou menor exposição à neblina. As formas globulares aglomeradas são quase exclusivamente costeiras e povoam as zonas pouco influenciadas pela Camanchaca; as formas colunares arborescentes se concentram em áreas com forte influência das neblinas, como é o caso da *Eulychnia*. Por outro lado as formas colunares solitárias são típicas das zonas de “llanos” e a espécie *Cochipoa cinerascens* apresenta maior densidade.



Colônia de copiapós

Qualquer que seja a morfologia dos cactos, a raiz é a estrutura que possibilita o aproveitamento ótimo tanto da umidade ambiental, como da Camanchaca e das chuvas escassas que ocorrem no deserto. Os espinhos das plantas são capazes de condensar a umidade da neblina por eletroestática; mas o seu maior aproveitamento é processado através das raízes que capturam as gotas de água sobre o solo. A *Eulichinia* é uma espécie endêmica da região de Tarapacá que atinge até 7 metros de altura e possui maior biomassa dentro do Parque, abrangendo 70% do total. Por outro lado, os líquens instalados no caule e espinhos dos cactos contribuem para a captação da neblina que, uma vez condensada, escorre pelo corpo da planta suprindo-a de umidade. Além de cumprir a função hídrica, os líquens são uma importante fonte alimentar dos guanacos.

A fauna terrestre é representada, principalmente, pelo guanaco (*Lama guanicoe*) e o zorro chila (*Pseudopex griseus*), cachorros, pumas e águias. Na fauna marinha são destaque o lobo marinho (*Otaria flavescens*), chungongo (*Lontra felina*), pinguins de Humboldt (*Spheniscus Humboldti*), pelicanos (*Pelecanus thagus*) e o yunco (*Pelicanoides garnotii*). Durante as caminhadas nas trilhas é comum observar grupos de guanacos guarnecidos pela permanente vigilância do seu líder.



Guanaco (*Lama guanicoe*)

Na área do Parque são encontrados vestígios dos changos, povos nômades primitivos que habitavam a região desde 8.000 antes do presente (A.P.), até o seu desaparecimento durante a segunda metade do século XX. A partir da segunda metade do século XIX foi descoberta e iniciada a exploração da mina de cobre de Carrizalillo. Desde então, até os dias atuais houve expansão exponencial da atividade mineira nas regiões de Copiapó e Chañeral, causando graves problemas ambientais, sobretudo contaminação dos recursos hídricos, solos e ar. Com a criação do P.N. Pan de Azúcar a mineração foi proibida no interior da área protegida, contudo permanece em atividade nas áreas contíguas e entorno.

Dentre os componentes ambientais do Parque Nacional Pan de Azúcar a *geodiversidade* é mais evidenciada, que é definida pela Royal Society for Nature Conservation do Reino Unido como a "variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem às paisagens, rochas minerais fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra". O Parque Nacional Pan de Azúcar apresenta um cenário ideal para o desenvolvimento do ecoturismo, sobretudo o geoturismo, definido como um segmento do turismo que prioriza os aspectos geológicos e demais componentes associados, como o clima, a flora, a fauna, a estética da paisagem, o patrimônio cultural e o bem estar dos residentes. O ecoturismo está inserido no conceito de turismo sustentável, ou seja, uma forma de lazer harmoniosa, fundamentada

na autodeterminação e valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente (Seabra, 2004).

A cidade de Chañaral é o principal núcleo urbano que se beneficia das atividades realizadas no Parque Nacional, sobretudo educação e interpretação ambiental, turismo e recreação dos seus habitantes. A administração da unidade de conservação oferece aos moradores da cidade palestras, visitas guiadas, gratuidade no ingresso e atenção especial para grupos organizados de base e instituições educacionais.

O objetivo da pesquisa, cujos resultados parciais são apresentados no presente trabalho, foi aplicar técnicas de evolução multicritério (EMC), com o uso de sistemas do Sistema de Informação Geográfica (SIG) para integrar variáveis da paisagem e do sistema turístico no Parque Nacional Pan de Azucar. A integração das técnicas tem a finalidade de identificar a potencialidade de zonas para o desenvolvimento da atividade turística, sugerindo a diversificação da oferta turística atual e a consequente criação de novos produtos. Para tanto, foram mapeados e caracterizados produtos complementares e inseridos nos roteiros e trilhas ecológico-educativas.

Trilhas ecológico-educativas

As trilhas são percorridas ao longo do dia, sendo recomendados programas de uso público alternativos de curta duração no período noturno.

- *Trilha Mirador Chico* - Itinerário com 7 quilômetros de extensão (ida e volta) e 4 horas de caminhada (16-20 horas), que conduz ao mirante com vista panorâmica da baía e ilha Pan de Azucar. Sinalização rústica e eficiente para orientação, com uso de pedras superpostas, indicando a direção a seguir. A rota é facilitada pela existência de rastros dos visitantes e placas de sinalização e caracterização geomorfológica e botânica.

Existem diversas espécies de cactos, sendo mais frequente o copiapó *spp.*, os quais se pode observar alguns aspectos do xeromorfismo e retenção da água retirada diretamente do ar no caule, espinhos e parasitas epífitos. Ao longo da trilha podem ser contempladas diferentes formações geomorfológicas, como dobras, fraturas, cones aluviais, terraços fluviomarinhas, com depósitos de conchas e carapaças calcárias marinhas. Pavimentos detríticos e sítios

arqueológicos completam o cenário da paisagem desértica. Na trilha pode-se observar, na direção norte e leste, batólito Cerros del Vetado. Os batólitos são corpos graníticos consolidados em profundidade e expostos na superfície terrestre devido à ação de forças tectônicas e agentes erosivos externos. O relevo é colinoso e movimentado, resultante da cristalização do material magmático em profundidade, constituído de granitos com cores claras de tons cinza e amarelado, correspondentes aos depósitos coluviais originados de diferentes tipos de rochas formadas em tempos geológicos distintos. Processos exógenos de meteorização provocaram a decomposição das rochas, originando os depósitos sedimentares superficiais coluviais que constituem os *tálus*. Nos setores de menor inclinação, em contato com as áreas mais baixas surgem as *playas*, ou seja, sedimentos detríticos, arenosos e argilosos, constituindo os terraços aluviais e os *bolsóns*, acumulados sobre rochas mais antigas. Dispostos em linhas transversais, diagonais e longitudinais, no topo e vertentes das colinas, surgem os filões magmáticos, de tonalidade escura, formados durante as erupções vulcânicas, pelo resfriamento do magma transportado entre as fissuras, diaclases ou fraturas das rochas consolidadas. O Mirante tem 800 metros de altitude e oferece uma vista panorâmica da Ilha e calheta Pan de Azucar, a oeste, e da cordilheira, a leste do observador. A trilha pode ser considerada de esforço baixo, de nível 2, na escala de 0 a 7.



Batólito Cerros del Vetado

O trecho de 1,5 km, desde o estacionamento, aberto para veículos conduzindo visitantes com dificuldades de locomoção deveria ser aberto aos demais veículos, e o estacionamento transferido para as proximidades do ponto de apoio, de modo a reduzir o esforço da caminhada com utilização de estrada destinada ao trânsito de veículos (carroçável).

- *Trilha Mirador Grande* - Percurso de 5 Km, cujos atrativos principais são a estrutura geológica da Borda Costeira Atacama, formações geomorfológicas, terraços eluviais, pavimentos detríticos e formações botânicas. Ao longo da trilha é observado o relevo colinoso do tipo “mares de morros” com cobertura vegetal rala ou sem vegetação, formado pela decomposição de granitos de cores claras, principalmente branco, amarelo, bege e marrom e depósitos correlativos de cor vermelha. Os sedimentos constituídos de grãos de quartzo areias e argilas são depositados nas vertentes das encostas, baixios e leitos dos rios temporários. A intensa movimentação do relevo provocou o dobramento das camadas de sedimentos, com diferentes cores, ocasionando a formação do cenário geológico multicolorido.



Relevo do tipo "mares de morros"

A trilha pode ser considerada de esforço médio, pontuando o valor 3, na escala de 0 a 7.0 principal destaque da trilha é o Mirador Grande, com vista

panorâmica da Ilha e praia Pan de Azucar e ampla visão contemplativa da Borda Costeira. Durante o percurso podem se avistados espécies da fauna, como guanacos, lebres, raposas, lagartos e aves.

- *Trilha Quebrada do Salado* – percurso de 5 km através do leito do rio temporário (quebrada) Salado, com destaque para as formações geomorfológicas, desfiladeiros de baixa altitude e o “caos-de-pedras”, pavimentos detríticos, depósitos eluviais e coluviais; como também espécies da fauna – guanacos, raposas e cachorros.

A sinalização da trilha é precária, contendo algumas placas indicativas e sem pontos de apoio, o leito do rio é o principal meio de orientação, pode ser considerada de esforço baixo, de nível 2, na escala de 0 a 7.

No fim da trilha é encontrada a nascente do rio Salado, com elevado teor de sal, que é depositado sobre os lajedos devido à intensa evaporação da água.

- *Trilha Quebrada do Castilho* – O percurso de 5 km é percorrido de carro sobre o leito do rio temporário (quebrada) Castilho, com destaque para o cânion Castilho, vale encaixado com paredões abruptos, e observação dos processos geomorfológicos que provocam a fragmentação das rochas metamórficas. Também podem ser observadas as espécies nativas da flora e fauna em estado natural.

- *Praia Branca* – pequena baía com flancos elevados (cerros), pavimentada por espessas placas de arenitos terciários consolidados e expostas através do soerguimento da Borda Costera combinada com a abrasão marinha. O local é evidenciado como costa de emersão, devido à epirogênese mostra as camadas de arenito formado por antigos depósitos de areia de origem marinha e eólico. A praia é utilizada como área de camping, mas não é adequada para banho, principalmente devido ao elevado risco de afogamento dos banhistas. A costa de emersão é revelada pela ocorrência de terraços marinhos elevados acima do nível do mar atual e bancos arenosos contendo sedimentos marinhos em superfície plana. Sedimentos marinhos mais antigos são encontrados em grande quantidade em outras áreas do Parque Nacional, como nas “Lomitas”, em altitudes superiores a 700 metros.



Praia Blanca, com pavimento arenítico terciário

A seguir apresentamos uma proposta para estruturação do Circuito Lomitas, integrando os pontos e locais conhecidos como Aguada Quinchihue, Sítio Geológico Las Chicas, Trilha Lomitas e Mirante Pan de Azucar:

- *Aguada Quinchihue* – Está localizada a uma distância de 18 quilômetros ao norte do Centro de interpretação ambiental - CIA e 11 kms do acesso norte. É um sítio de interesse ecológico e histórico. A aguada Quinchihue é um olho d'água salobra oriundo do lençol subterrânea que é alimentado pelo degelo da Cordilheira dos Andes e precipitações durante o inverno. O local é povoado por abundante vegetação adaptada às águas salobras, como a gramínea *Distichlis spicata* (grama salgada) e *Sarcocornia fruticosa* (sosa). Todavia, não existe qualquer tipo de sinalização no trajeto até a aguada, motivo pelo qual é raramente visitada, mesmo estando situada próximo ao acesso para a trilha Las Lomitas. No local está um painel informativo com a história do lugar e a formação da aguada. Sua importância histórica remonta ao século XIX, quando era utilizado lugar de descanso das caravanas de carretas provenientes da mina de cobre de Carrizalillo, que transportavam o metal em direção ao porto San José de Pan de Azucar, de onde era exportado. A importância ecológica deve-se à sua função de refúgio para a fauna local e, atualmente, este recurso serve como uma

visita opcional para aqueles que se dirigem ao mirante Las Lomitas. O lugar é apropriado para instalação de um minimuseu, contendo artefatos indígenas, como também instrumentos e objetos usados na época da mineração. O acesso à aguada é realizado através de uma pequena trilha plana e de fácil circulação.

- *Sítio Geológico Las Chilcas* – Está localizado é um lugar de interesse geológico, correspondendo às diaclases e conglomerados vulcânicos produzidos durante as erupções explosivas, quando o magma era expulso em colunas piroclásticas que transbordavam pelas bordas da cratera e transportado sobre as vertentes, havia 200 milhões de anos. Nesse período se iniciava a separação entre a América do Sul e a África. À medida que se caminha no interior da quebrada Las Chicas, é possível observar rochas com cores e tonalidades distintas, como verde turquesa, cinza, café e vermelho, constituindo fragmentos com diferentes tamanhos cimentados em uma massa de material fino. Os vulcões que deram origem às rochas que se encontram expostas são os primeiros formados como consequência da abertura do oceano Atlântico. O acesso ao sítio geológico apresenta baixo nível de dificuldade, porém existe apenas um painel informativo sem outro tipo de sinalização. Contudo, o lugar requer a instalação de uma trilha e deve ser incluído no roteiro de acesso ao Mirante Las Lomitas.

- *Trilha Lomitas* – Percurso de 16 km no topo do Farellón Costero com vista espetacular para as cordilheiras a, leste, e o oceano Pacífico, a oeste. As Lomitas constituem o percurso ideal para caminhadas e passeios de bicicleta, que se inicia na base da Administração do Parque, onde existe um mirante para contemplação da falésia e o mar, até o “Mirador Grande”, com vista panorâmica para a praia e ilha Pan de Azucar.

Durante o trajeto sobre o piso de até 850 metros de altitude, na borda costeira do deserto de Atacama, pode-se observar diferentes paisagens, representando unidades geomorfológicas singulares e biótopos peculiares. A cobertura vegetal é variada, segundo a declividade e os diferentes tipos de rochas graníticas e sedimentares, além de distintas exposições à radiação solar e umidade marinha contida na névoa denominada *Canchaca*.



Trilha Lomitas no “Farellon Costero”

Na cobertura vegetal destaca-se o cacto colunar (*Eulychinia*), associado aos líquens que revestem o caule da planta. Nesse setor há maior concentração da *Eulychinia*, devido à intensa nebulosidade.



A *Eulychinia iquiquensis* possui revestimento de líquens e espinhos com até 10cm

Embora o percurso seja longo e acidentado, exigindo esforço médio a elevado do visitante, a trilha desaparece em alguns setores e a sinalização, de maneira geral, é bastante precária, no tocante às informações geográficas, ecológicas, históricas e, sobretudo, quanto à orientação. As ondulações no terreno se alternam com

pequenas quebradas, onde o solo é pedregoso, dificultando o deslocamento das pessoas.



Trilha Lomitas na borda costeira do deserto de Atacama

A neblina aumenta a umidade atmosférica e reduz a radiação solar, tornando a temperatura do ar mais baixa, estável e favorecendo a caminhada. Ao longo da trilha, a uma altitude média de 600 metros, são observados sítios arqueológicos registrando a passagem dos grupos primitivos nômades, os *changos*, contendo grande quantidade de conchas marinhas em excelente estado de conservação.

Finalizando

Tradicional área mineira de cobre, o deserto de Atacama, juntamente com a cordilheira contígua, vem sofrendo ações devastadoras desde os tempos coloniais. Todavia, tanto nas montanhas como nas bordas costeiras, o patrimônio natural e as paisagens cênicas possuem valor inestimável, povoadas pela flora e fauna endêmicas, além de animais migratórios marinhos.

Com a criação do Parque Nacional Pan de Azúcar, com o objetivo de proteger os ecossistemas costeiros terrestres e marinhos, e elaboração do plano de manejo, houve proibição da atividade mineira do parque, assim como outras atividades impactantes como a caça predatória.

Cumprindo os objetivos da criação da unidade de conservação, o Parque Nacional Pan de Azúcar, através dos trabalhos dos guardas parques, membros da comunidade e pequenas operadoras de turismo, propicia visitas orientadas para fins de educação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico e recreação.

Bibliografia

BERDOULAY, V.; PHIPPS, M. *Paysage et Système: de l'organisation écologique a l'organisation visuelle*. Edição la Université. Ottawa, 1985. 196p.

BLOOM, A. L. *The Surface of the Earth*. New Jersey: Prentice Hall, 1969. 184p.

BRILHA, J. *Património Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage, 2005.

CONAMA. *Biodiversidad de Chile, Património y Desafíos*. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008. 640p.

CONAF - Corporación Nacional Florestal. *Plan de Manejo Parque Nacional Pan de Azúcar*. Ministério de Agricultura. Unidad de Gestión Património Silvestre. 2002.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. *Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil*. Brasília: Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, 2012. 148p.

RICE, R. J. *Fundamentos de Geomorfologia*. Madrid: Editora Paraninfo, 1983. 392p.

SEABRA, G. F. (Org.). *Educação Ambiental no Mundo Globalizado*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2011. 268p.

SEABRA, Giovanni F. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2007a. 174p.

SEABRA, G. F. (Org.). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2007b. 356p.

SEABRA, G. F. *Ecoss do Turismo – o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Editora Papirus, 2004a. 95p.

SEABRA, G. F. *Caminho das Pedras: o turismo ecológico de base geológica no Agreste Pernambucano*. Relatório de Pesquisa – Nível Pós-Doutorado. Recife: Departamento de Geologia. CTG/UFPE. Recife, 2004b. 87p.

SHOBBENHAUS, C. e SILVA, C. R. (Orgs). *Geoparques do Brasil – propostas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. 748p.

TEIXEIRA, W., TOLEDO, M. C. M., FAIRCHILD, T. R. e TAIOLI, F. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2001. 558p.

TERBORGH, J. S. C., DAVENPOT L. e RAO, M. (Orgs.). *Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora UFPR, 2002. 518p.

*Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa “Evaluación Multicriterio de la Potencialidad Turística de un Territorio, mediante un Sistema de Información Geográfica. Caso de Estudio: Pan de Azúcar”, executado nos anos de 2013/2014.

Equipe Técnica: Maria José Solis, Maria Javiera Errazuriz, Cristian Caradeuc, Josefa Tello, Giovanni Seabra (consultor internacional)

Fotografias: Giovanni Seabra

2

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO/NO TURISMO

Anderson Pereira Portugal

O conceito de arranjos produtivos locais no turismo (APLTs) ainda hoje vem requerendo atenções e cuidados, para que possa ser utilizado de forma adequada e a sua banalização seja evitada. O objetivo deste ensaio é, a partir de um olhar geográfico, relativizar este conceito, que muitas vezes é utilizado de forma pouco refletida, leviana, escondendo nuances contraditórias e complexas. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura, sobretudo com base em autores da Geografia ibero-americana, assim como de áreas afins, que estão se dedicando à discussão desta temática de forma mais sistematizada desde a década de 1990.

O balanço teórico realizado mostrou que os APLTs podem assumir diferentes texturas e densidades técnicas em função das peculiaridades de cada lugar onde os arranjos são implantados. Esta multiplicidade de formas tem gerado interpretações confusas do termo, que ora apresenta-se como um processo social interessante para a promoção do desenvolvimento local, ora se apresenta também como uma ação engendrada para manipular a organização social dos lugares em favor dos interesses de um determinado segmento produtivo.

Ademais, o grau de participação dos sujeitos sociais locais também varia muito, pois, no caso do turismo, as comunidades receptoras possuem características que podem tornar os arranjos mais, ou menos permeáveis à inserção de determinados grupos que atuam na dinâmica econômica local. Dito isso, passa-se a discutir o conceito e algumas de suas diversas possibilidades de abordagem.

Arranjos produtivos locais

Não é recente a tentativa de estudiosos do desenvolvimento de criar modelos e princípios norteadores do processo, com grades conceituais inerentes a cada conjunto teórico-metodológico. No entanto, dada à complexidade do tempo presente, cada dia mais os conceitos de diferentes segmentos acadêmicos se mesclam, se

misturam e, ocasionalmente, resultam em produtos híbridos que transmitem as mais diversificadas mensagens.

Segundo Vachon (2001), alguns destes conceitos são profundamente impregnados de ideologias e até mesmo de uma esfera emocional, que os tornam aveludados aos ouvidos. A nosso ver, são termos que inspiram coisas positivas, coisas boas, como se sempre lidassem com o lado bom da vida. É, por exemplo, o caso de ideias como qualidade de vida, justiça social, comunidade, entre outros. Soma-se a estes conceitos, aqueles criados pelos discursos dos Estados (ocidentais, ou ocidentalizados) e empresariais, que visam certa humanização do capitalismo sem, no entanto, conseguir reformá-lo em suas bases. São exemplos: sustentabilidade, economia criativa, economia solidária, desenvolvimento local e, inclusive, os chamados arranjos produtivos locais (doravante chamados apenas de APLs).

Este processo de humanização do capitalismo não é recente e chega a ser declaradamente defendido por correntes liberais no meio acadêmico, uma vez que não há na atualidade nenhum outro sistema que faça frente a ele (o capitalismo) de forma concreta e eficiência. Este “novo momento do capital” incorpora valores humanos às práticas políticas e empresariais e, aos poucos, posicionam o ambiente natural e a dignidade humana como pontos focais das novas estratégias de promoção do desenvolvimento, sobretudo em escalas local e regional.

É neste contexto que propomos uma reflexão sobre os chamados APLs do/no turismo (APLT). De partida, estamos entendendo que se trata de uma estratégia desenvolvimentista de base local, que não contesta o capitalismo de mercado em suas bases, embora imponha certo grau de limites à acumulação concentrada. Trata-se, a nosso ver, de um movimento de base local que pode ser explicado pela noção de “desenvolvimento desigual e combinado” formulada por León Trotsky, que segundo Bianchi (2013)¹, corresponde a existência simultânea de características avançadas e atrasadas em um determinado país. Isto se verifica em especial em países mais pobres, ou em áreas periféricas do capitalismo hegemônico onde um setor produtivo dotado de elevada concentração técnica pode conviver de forma combinada com setores menos tecnificados, resultando em uma formação socioespacial dotada de peculiaridades complexas e contraditórias.

¹ Disponível em: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=935>. Acessado em 10 de set. 2014.

Coriolano et al (2009) estabeleceram uma diferença clara entre o que vem a ser um APL clássico e um APL de base comunitária. Isto porque o conceito clássico extrapola a realidade brasileira, na qual as comunidades se organizam de forma muito rudimentar para produzir e controlar os processos de promoção do desenvolvimento em escala local: “os arranjos de base comunitária fogem à estrutura dos APLs formais sendo apenas arremedos, pois são improvisados, não se enquadrando no conceito” (Coriolano et al 2009, p. 29).

Para as(os) autoras(es), no caso Brasil, os APLs consistem em um estágio inicial dos arranjos empresariais que darão, em um dado momento, origem aos Sistemas Produtivos Locais (SPLs). Esta nomenclatura de origem francesa indica a existência de um grande número de firmas (na maioria de pequeno porte) localizadas em um mesmo território e envolvidas em vários estágios articulados entre si e com outros atores locais para a produção de mercadorias e/ou serviços dotados de certo grau de homogeneidade. Neste sentido, a articulação dos atores sociais que dinamizam os APLs depende dos seguintes fatores: dinâmica territorial, capital social, organização produtiva, articulação político-institucional e estratégia de mercado.

Estudos que realizamos em comunidades de pescadores e em áreas serranas do Estado do Espírito Santo (Portuguez, 2001 e 2010), nos mostram claramente que as comunidades analisadas de fato se encontram em um estágio bastante embrionário de organização do seu processo de desenvolvimento. Mesmo em locais onde já ocorreu certa tomada de controle dos rumos do desenvolvimento por parte das comunidades, como na Planície Costeira do Delta do Rio Doce (ES), ainda se vê fortes desigualdades sociais, elevado grau de desarticulação produtiva, heterogeneidade na oferta de serviços de qualidade, grande dependência do capital financeiro e predominância de apoio intelectual externo.

Quando utilizamos as expressões “do/no turismo”, queremos mostrar que pode haver APLs com conteúdos absolutamente turísticos e, para estes casos, utilizamos o pronome possessivo “do”. Estes APLs turísticos (APLTs) são comumente criados e dinamizados pelos sujeitos sociais locais, dentro da lógica do que Milton Santos (1996) chamou de baixo circuito da economia. Porém, quando o turismo é coordenado pelo grande capital (alto circuito), pode haver a formação de um APL que se adere ao conjunto de empreendimentos introduzidos no território, como forma de

dar possibilidades de sobrevivência aos grupos subalternos, formados por sujeitos sociais que habitam o território turistificado. Configura-se assim, o desenvolvimento turístico desigual e combinado. Para este caso, utilizamos a locução adverbial “no turismo”.

Na Europa, em especial na Península Ibérica, há uma ampla literatura e diversos programas de pós-graduação que atuam muito diretamente na análise dos processos locais de desenvolvimento, assim como na promoção do desenvolvimento local, que é visto como um importante valor social. Como exemplos, pode-se citar Fernando Vera et al (1997), que escreveram sobre diversas dinâmicas espaciais que explicam a atividade turística, trazendo as bases para seu planejamento e para o desenvolvimento local.

Na Geografia portuguesa e também na espanhola, por exemplo, houve nas décadas de 1990-2000 uma clara valorização da racionalidade econômica e socioespacial trazida pelo estruturalismo e pelo sistemicismo, que geraram (e ainda geram) resultados teóricos e empíricos muito específicos, distintos da Geografia brasileira, onde nas mesmas décadas a influência do (neo)marxismo produziu uma massa intelectual que faz oposição ao mercado e ao capitalismo hegemônico. Boa parte dos pesquisadores brasileiros se eximiu (e muitos ainda se eximem) de propor caminhos mais pragmáticos para ordenar a produção em favor do crescimento econômico orquestrado pelo Estado, pois apregoam uma outra forma de racionalidade, posicionando-se a favor da resistência etnicocultural, do enfrentamento e da desestruturação das redes formais e elitistas de poder.

No caso da Geografia ibérica, por exemplo, pode-se perceber claramente a valorização da racionalidade no próprio nome atribuído aos cursos universitários: “Geografia e ordenamento territorial”. A ideia de “ordenar” é reveladora do incentivo a uma racionalidade socioespacial, que no Brasil, ainda não chegou a se consolidar, apesar dos esforços de estudiosos vinculados ao criticismo pós-estruturalista, que busca nas bases locais, os elementos norteadores de uma nova visão de planejamento. Este movimento emergiu no Brasil em meados da década de 1990, mas só mais recentemente ganhou envergadura e passou a influenciar a elaboração de políticas públicas.

Este paradoxo expõe uma premissa de análise dos APLTs: eles se encontram justamente no ponto de contato entre a perversão do sistema, a adequação ao sistema e a criação de uma racionalidade diferenciada daquela imposta pelo mercado. Portanto, em termos teórico-conceituais, pode-se dizer que os APLTs são, de partida, contraditórios e de compreensão desafiadora, dependendo da vinculação teórica do autor que o estuda.

Para este artigo, estamos entendendo que sim, há forte carga de racionalidade na formação dos APLTs, sejam eles de que natureza for. O turismo, para ser bem sucedido como atividade promotora do desenvolvimento necessita de ser bem planejado (BENI, 2006). Nesta perspectiva, uma das formas de se promover o desenvolvimento de base local, seria justamente incentivar a formação e amadurecimento dos APLTs, porém, há de se considerar que há diferentes densidades técnicas entre eles e cada um tem a sua textura, a sua escala, a sua permeabilidade social, a sua incidência territorial e a sua articulação com a grande economia. Não se trata, portanto, de um fenômeno homogêneo, tampouco de uma organização socioinstitucional que se dá nos territórios a partir das mesmas lógicas e princípios.

Coriolano (2003) nos lembra que em alguns lugares, as comunidades apresentam forte coesão interna, mas contraditoriamente, em outros lugares podem ser formados por laços muito frágeis e efêmeros. Seja como for, os sujeitos sociais que interagem entre si para dinamizar os APLTs possuem desejos, interesses e restrições que são próprios de cada grupo social. Por este motivo, os APLs não serão sempre includentes, pois nas próprias comunidades haverá tensões internas que podem determinar quem estará ou não dentro do circuito turístico, mesmo que engendrado por sujeitos pertencentes ao mesmo extrato social.

Em outras palavras, os APLT não podem ser ingenuamente entendido como redes horizontais de relações, nas quais cada componente possui o mesmo grau de importância e oportunidades igualitárias de participação. Questões como diferenças religiosas e divergências político-ideológicas (só para citar dois exemplos) podem influenciar na aceitação ou não de certos sujeitos no seio dos APLTs. Em outros termos, os APLTs podem ser formados a partir de lógicas hierarquizadoras, excludentes, com forte competitividade interna e focadas em interesses que nem sempre contemplam a todos.

O território exerce papel preponderante na formação e dinamização dos APLT. Em cada recanto onde são organizados, as pessoas e as empresas criam estratégias muito particulares para os articularem. Daí a dificuldade de se criar modelos de análise que sejam de fato aplicáveis a toda sorte de situações. Porém, já há no Brasil exemplos bem sucedidos de projetos que vêm resultando em desenvolvimento local a partir das bases comunitárias, como é o caso do “Turismo Sertanejo”, cujo pioneirismo deve ser ressaltado. O interior da Região Nordeste do Brasil tem sido o palco deste projeto, que tem empreendido ações e roteiros de sucesso em recantos da Caatinga onde outrora nem se falava em atividades ligadas ao turismo e ao lazer (SEABRA, 2007).

O papel das instituições e dos sujeitos sociais na formatação dos APLTs

Em trabalho anterior (Portuguez, 2001) já dizíamos que um dos grandes desafios das comunidades turistificadas tem sido encontrar formas viáveis de promover a ampla participação popular no planejamento e na gestão do turismo local, mesmo que ele seja impulsionado pelo grande capital. Isso porque as comunidades possuem organizações das mais diversas e agentes que possuem funções muito específicas e, muitas vezes, contraditórias.

Para entender um APLT, apreender suas lógicas e dimensionar suas dinâmicas, é necessário compreender sua composição e analisar detidamente o papel de cada sujeito social em sua organização. O APLT pode ser analisado a partir de olhares de fora para dentro, percebendo-o como um bloco. Pode ainda ser decomposto para ser visto de dentro para fora, para conseguir-se enxergar mais de perto a sua rede de relações humanas internas. Entendemos que os principais sujeitos sociais que fazem parte dos APLTs são:

- *Estado.* Em muitos territórios, o Estado exerce importante papel no incentivo ao crescimento econômico de base turística, sobretudo por meio de políticas públicas destinadas à promoção da inclusão social, sendo ainda o principal responsável pelos investimentos em infraestruturas (LOHMANN e PANOSSO NETO, 2008).

Isso favorece as pretensões das comunidades com os APLTs, porém, deve-se considerar que nos territórios dominados pelo grande capital, este apoio estatal tende a enfraquecer-se, pois o papel corrompedor do poder financeiro raramente permite a criação de estratégias de promoção do desenvolvimento nos quais as elites não sejam as principais privilegiadas por oportunidades, financiamentos e participação no poder.

- *Empreendedores do grande capital*, representado pelos investidores e empresários que, em função do poder econômico que detêm, se apropriam (efetivamente e/ou simbolicamente) do território turístico e passam a ditar seus ritmos de (re)produção. Neste caso, deve-se fazer uma ressalva no sentido de esclarecer que estes grandes empreendedores são muito seletivos em relação aos espaços pelos quais se interessam.

Os APLTs geralmente exploram nichos do mercado deixados como lacunas pelo grande capital, quer em áreas onde o grande investidor não queira se territorializar, quer em áreas já consolidadas como território do turismo globalizado, onde determinadas atividades podem ser exploradas de forma combinada, geralmente por meios informais ou por empresas locais de pequeno e médio portes;

- *Mercado formal do lugar*, representado pelas empresas locais que se organizam para explorar a atividade turística, podendo esta exploração se dar ou não de forma coordenada. São firmas criadas com capital local, que exploram as brechas do mercado deixadas pelo grande capital, muitas vezes combinando-se com os grandes empreendedores para compor a oferta técnica dos destinos turísticos;

- *Mercado informal e produção complementar*, formado por uma grande quantidade de pessoas que, embora possam ser consideradas informais, contribuem para o desenvolvimento turístico local, como: artesãos, vendedores de rua; pequenos agricultores, pescadores, trabalhadores autônomos informais, entre outros.

- *Organizações Não-Governamentais, Universidades e demais instituições sociais de apoio*, que são geralmente grandes apoiadores das comunidades receptoras. Em muitos casos, estas instituições são as responsáveis pela

organização dos APLTs, funcionando como tutoras do processo de dinamização dos mesmos. Há, porém, riscos em relação a interesses setoriais que precisam ser monitorados para que as comunidades não sejam manipuladas, ou que não sirvam de infantaria em disputas territoriais ou políticas de maior monta.

- *Moradores*, que são os grandes destinatários dos resultados do processo de desenvolvimento, quando este é bem planejado e conduzido para este fim. O turismo, neste caso, traz uma série de benefícios para a população local, proporcionando melhor qualidade de vida e de trabalho para a maior parte das famílias. Porém, como nos ensina Enríquez (2010), o contrário também pode ocorrer. Segundo esta autora, quando o desenvolvimento não ocorre, ou se dá de forma concentrada, a comunidade residente pode de fato passar por graves situações de agravamento das mazelas sociais já existentes e, inclusive, podem ter que passar a lidar com outras novas.

- *Turistas*, estes compõem o elo final da engrenagem social dos APLTs dentro desta nossa proposta de análise. Os turistas não são entendidos aqui como meros consumidores, como pessoas alheias ao lugar que visitam, até porque não existe um único tipo de turismo, tampouco um único perfil de turistas. Eles, os visitantes, podem até se comportar rotineiramente como um bando massivo de alienados e deslumbrados ferozes. Porém, quando mais esclarecidos, desempenham importante papel na promoção da seletividade espacial do turismo, além de participar de quase todas as relações humanas que se efetivam no lugar turistificado. Por estes e outro motivos, os turistas não podem ser negligenciados, pois muitas vezes possuem comportamentos que são decisivos para o fortalecimento das bases comunitárias.

Finalizando

Vimos neste ensaio que o conceito de APLT deve ser pensado a partir de suas múltiplas complexidades. Em termos metodológicos, sua pesquisa requer um mergulho nas estratégias de sobrevivência e de trabalho dos sujeitos sociais que se inserem na cadeia produtiva do turismo e passam a fazer parte de suas engrenagens.

Compreender o perfil de cada grupo de sujeitos sociais nos permite vislumbrar os caminhos da inclusão no arranjo, se é que isto é sempre possível. Temos que lembrar que a inclusão social não é um valor do capitalismo e os APLTs, que são organizados dentro da lógica produtiva vigente, não são necessariamente permeáveis a todos os sujeitos sociais locais. O mapeamento da rede de relações humanas formado pelos APLTs requer uma atenção especial para os componentes dinamizadores, para os componentes periféricos e, inclusive, para os componentes vampirizadores.

A construção de uma agenda de desenvolvimento local e/ou de base comunitária, não é algo que se faz de um momento para outro. É um processo de construção que estará sempre inacabado. Há de se pensar, portanto, sobre quais as perspectivas de futuro que um APLT pode ou não trazer para as comunidades. Se eles vão interferir, ou não, na organização política e no acesso ao poder decisório em escala local. E ainda, se haverá possibilidade de abrir-se um leque de oportunidades produtivas focadas na promoção do desenvolvimento local, entre outros fatores.

Com estas questões postas, chamamos mais uma vez a atenção para o perigo de se utilizar acriticamente alguns termos generosos (de base acadêmica ou não) que dão ao capitalismo certo ar positivo, de maior sentido de humanidade. É fundamental que as análises que fazemos cotidianamente dos espaços turistificados sejam realizadas de forma crítica, atenta, detalhada e despida de otimismo infundados.

Isto não significa dizer que os APLTs sejam uma farsa, não seríamos tão extremistas ao ponto de fazer tal afirmação. Trata-se apenas de termo que requer atenção, análise e metodologia adequada de estudo. Acreditamos que, se bem planejado e focado nos interesses sociais locais, os APLTs podem de fato ser uma ferramenta fundamental para se alcançar uma melhor qualidade de vida e de estada para todos no lugar turístico.

Bibliografia

BENI, C. *Políticas e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Áleph, 2006.

BIANCHI A. *O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito*. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=935>. Postado em fev. 2013. Acessado em 10 de set. 2014.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (org.). *O turismo de incluso e o desenvolvimento local*. Fortaleza: Premius, 2003.

_____, et al. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza. Ed.UECE, 2009.

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetória de do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERNANDO VERA, J. et. al. *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel, 1997.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Áleph, 2008.

PORTUGUEZ, A. P. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____, *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo, Roca, 2001.

_____, *Geografía humana del bajo río Doce*. Uberlândia: Assis, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, G. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Ed.UFPB, 2007.

VACHON, B. *Desarrollo local: teoría y práctica, reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo*. Gijón: Trea, S. L., 2001.

3

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO NO TRÓPICO SEMIÁRIDO

Vanice Selva

Esse trabalho apresenta uma reflexão sobre o turismo no trópico semiárido do Nordeste, destacando possibilidades e desafios para o seu desenvolvimento, considerando as potencialidades naturais existentes em função da diversidade de ambientes resultando em diferenciadas paisagens naturais assim como as diferentes paisagens culturais resultantes das práticas sociais desenvolvidas no processo de ocupação e de reprodução do espaço regional, mas considerando os desafios que as municipalidades apresentam para gerirem a atividade. A prática do turismo na região pode representar um elemento de contribuição para o desenvolvimento local de comunidades rurais e dos municípios desde que o planejamento para a gestão do turismo se realize de forma orquestrada com políticas públicas voltadas para a região e com empoderamento de comunidades capazes de administrar uma atividade que complemente ou possibilite alternativa de renda num ambiente com poucas alternativas para uma produção agrícola capaz de manter o pequeno produtor rural no campo e conviver com as condições edafoclimáticas reinantes no ambiente semiárido.

Para refletir sobre o turismo no trópico semiárido do Nordeste, tomou-se como referência a região semiárida do Nordeste do Brasil, com potencial natural, ecológico e sociocultural existente, área de domínio do Bioma Caatinga. A reflexão tem como pontos de partida estudos que vimos realizando observando-se como a função turística está se expandindo na região Nordeste, quer em áreas litorâneas, quer em áreas interioranas semiáridas e de “brejos” (Selva, 2009, 2007, 2005; Selva; Coutinho, 2007, 2003 a e b), onde predominam atividades agropecuárias e como as municipalidades lidam com o interesse e a capacidade de gestão do turismo. As observações verificadas apontaram a problemática da região no tocante aos pequenos produtores rurais que dispõem de poucas possibilidades de mediatizarem a sua produção, em função dos condicionamentos edafoclimáticos locais associados à ausência de políticas públicas capazes de superar os condicionamentos existentes e assim de se manterem no campo (SELVA, 2006). As observações também apontaram a existência de pequenos arranjos de atividades não

agrícolas, artesanato, traços culturais, que podem ser potencializadas associadas ao potencial natural para o planejamento de diferentes formas de turismo (SELVA, 2009, 2007, 2005) a exemplo das experiências já existentes de turismo comunitário no estado do Ceará. As experiências de turismo observadas em municípios e regiões a exemplo da região de Xingó –AL/SE onde o atrativo é o rio São Francisco, as áreas de “brejos”, áreas dos lagos do rio São Francisco, a região de Petrolina, unidades de conservação, propriedades rurais, assentamentos de reforma agrária, etc. apontam para os desafios que os municípios ou comunidades apresentam para viabilizar um turismo capaz de contribuir para o desenvolvimento, o planejamento e gestão adequada.

O desenvolvimento do turismo no trópico semiárido apresenta limites que se situam na capacidade de empreendimento que comunidades apresentam para a atividade assim como da capacidade de gestão que os municípios dispõem para articular, integrar diferentes atividades e executar a política de turismo no Brasil que se configura no plano nacional e estadual e que privilegia áreas e produtos concentrados em áreas litorâneas. Questiona-se como os caminhos para vencer os limites e desafios para o desenvolvimento do turismo no trópico semiárido podem ser trilhados?

Trópico semiárido nordestino: ambiente propício ao turismo

Considerando o conceito de trópico, paralelos geográficos que delimitam a superfície terrestre, o clima é rigorosamente tropical, megatérmico. Os climas tropicais dividem-se em: úmido, semiúmido, árido e semiárido. No contexto das áreas do trópico de clima semiárido a temperatura média anual é elevada em todos os meses do ano, com precipitação anual inferior a evapotranspiração potencial anual. É no contexto destas características de clima tropical que se situa o trópico semiárido do Nordeste brasileiro, região escolhida para realizar este trabalho, cujo ambiente natural apresenta temperaturas elevadas e baixos índices de precipitação mal distribuídos do ponto de vista espacial e temporal, onde se desenvolve a vegetação de Caatinga, que condicionam a quase totalidade da população que desenvolve atividades agrícolas, ao uso dos recursos edáficos e da água voltados para a agricultura temporária e a pecuária extensiva.

As condições naturais da região referentes à irregularidade espacial e temporal da precipitação, à elevada temperatura, à cobertura vegetal de caatinga e à forte radiação solar vão responder por uma alta taxa de evapotranspiração potencial,

resultando num balanço hídrico negativo, com elevados índices de aridez (Nogueira, 1991). Portanto, os solos não armazenam água suficiente para o desenvolvimento das plantas dificultando assim o cultivo de lavouras de ciclo longo sem o uso da irrigação, ou ainda, lavouras de ciclo curto que exijam maior absorção de água.

A região semiárida do Nordeste brasileiro compreende uma área de 969.589 km² (Brasil, 2005 a e b), comporta 507 municípios e, aproximadamente, 30 milhões de habitantes (IBGE, 2001). É uma região predominantemente voltada para atividades agropastoris e apresenta condições climáticas desfavoráveis para as práticas sociais humanas, com ciclos de secas frequentes que resultam em processos negativos sobre a flora e a fauna, favorecidos pela forma da atuação do homem sobre os solos, intensificando processos erosivos contribuindo para o processo da desertificação, comprometendo a qualidade de vida e a manutenção de pequenos produtores no campo e o acesso à renda. A ausência de políticas públicas voltadas para a manutenção dos pequenos produtores rurais no campo termina por agravar a condição de pobreza e de incapacidade de produção a qual muitos estão submetidos.

Nesse ambiente semiárido, a feição morfológica dominante é representada pela Depressão Sertaneja, drenada por rios intermitentes, que bem caracteriza a região Semiárida do Nordeste brasileiro, cuja monotonia é quebrada por maciços residuais e testemunhos de planaltos sedimentares retalhados pela erosão os quais configuram paisagens de beleza cênica de grande relevância - rios, riachos, cachoeiras, grutas, serras talhadas, vegetação de diferentes feições, pássaros, etc.- que o olhar moderno tem transformado em objeto de consumo. Planaltos e maciços com superfícies elevadas, com mais de 600m, em função da altitude e/ou da exposição a ventos úmidos, constituem em “brejos”, áreas de exceção da região semiárida, com temperaturas médias mensais chegando a ser inferiores a 20^oC no período de inverno e com uma cobertura vegetal de mata subúmida tem atraído população e visitantes para lazer e turismo. Sobre a extensa depressão e sobre os planaltos e maciços, as práticas sociais materializam espaços culturais – cultivos, vinícolas, indústrias, artesanato, culinária, festas, etc. - com formas e estruturas espaciais criando paisagens culturais que, como as paisagens naturais, tem se tornado objeto de interesse para a atividade turística. (SELVA; COUTINHO, 2003).

Portanto, o semiárido do Nordeste do Brasil representa um ambiente propício ao desenvolvimento do turismo, de um turismo fundamentado nas características da cultura

sertaneja num misto de agroturismo, com ênfase na cultura regional e na comunidade local (Seabra, 2010), tendo em vista a diversidade de ambientes e paisagens que se configuraram ao longo do seu processo de ocupação e que se reconfiguram com as atividades econômicas tradicionais e modernas que se processam no espaço com a introdução da agricultura moderna irrigada.

É, portanto, vasto o potencial para o turismo, mas, pensar o turismo no tropico semiárido, é pensar em uma atividade capaz de contribuir para a geração de renda e emprego que dinamize a economia local de comunidades e dos municípios com potencialidades para o turismo, repercutindo nos municípios do entrono adjacentes, assim como para a diminuição da pressão sobre a terra e reversão de uma “*economia sem produção*” resultado da renda gerada pela previdência social que é superior àquela gerada pela agropecuária tradicional entre os pequenos produtores.

A função turística no semiárido: apropriação de espaços e paisagens

Discutir a compreensão da expansão da função turística no ambiente semiárido passa pela compreensão das mudanças no mundo atual, as quais produziram novas formas de agir e pensar; novos espaços, novas atividades. As mudanças se configuraram no plano político-econômico-social onde se verifica uma nova reestruturação da produção e o fortalecimento do turismo orientado na lógica do turismo mundial, como atividade econômica geradora de emprego e renda se apropriando de espaços e dos recursos nele existentes transformando-os em mercadorias, numa direção, e um movimento alternativo de um turismo de base local, pensado e gerido pela sociedade civil organizada que de alguma forma se insira no contexto da lógica do turismo mundial, nacional e regional.

No semiárido nordestino, a paisagem da vegetação da caatinga que por muito tempo representou o estereótipo de região “problema” associada à seca, a fome, a migração, a pobreza, a partir da década de 1990, com o planejamento da do turismo a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste-PRODETUR (2004), passa a representar atrativos turísticos, assim como a diversidade paisagística das unidades geoambientais, elementos históricos culturais, entram no planejamento das “mercadorias” das agencias de viagens de lazer e similares. (SELVA; COUTINHO, 2003).

Deu-se então a invenção de lugares turísticos (SELVA, 2005) com a busca de novas paisagens e a apropriação de traços culturais e sítios geográficos em recursos/produtos turísticos. Elementos como rios, serras, grutas, chapadas, formações vegetais, práticas sociais, práticas modernas de cultivos, tradições culturais, artesanato, sociedades tradicionais, etc. tornam-se atrativos turísticos, servindo de referência para a segmentação turística assim como para a definição de produtos turísticos surgindo novas formas e funções espaciais nas áreas rurais ampliando pluriatividades no campo. A paisagem como recurso/produto turístico, no contexto das mudanças contemporâneas resultou na disseminação de novas sensibilidades ecológicas que de um lado estimulam o desejo de (re) encontro com a natureza; por outro sugere um retorno a antigos costumes e padrões culturais (SELVA; COUTINHO, 2003). Afirma Santos (1997) que

“...a paisagem é o conjunto de formas, que num determinado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

O ato de observar a paisagem tornou-se no contexto do turismo, um ato de lazer, contemplação e prazer para a satisfação do turista pois é impregnado de conotações culturais e naturais na sua relação com o ambiente.

A espacialização do turismo no semiárido não se deu da mesma forma e intensidade quando comparado com as áreas litorâneas. O apelo pelo turismo de massa de sol e mar, incorporado ao turismo internacional atraiu mais investimentos e conseqüentemente mais meios de hospedagens, centros de lazer e equipamentos e conseqüentemente concentração de riqueza nas áreas litorâneas. No semiárido, a espacialização se deu de forma difusa, com desataque para atrativos naturais cujos elementos principais de atração são o rio São Francisco, as temperaturas amenas das áreas de “brejo” e unidades de conservação.

Para cada estado que compõem a região a tentativa de instalação da atividade turística fica a cargo dos municípios, seguindo o que é definido na política nacional e estadual - Plano de Municipalização do Turismo e no Plano Nacional de Regionalização do Turismo -, ou das unidades de conservação e em menor escala de pequenos empreendedores com capacidade de se endividarem mesmo sem capacidade e potencial de gestão e de apoio de política pública. Observa-se um esforço da iniciativa privada em se inserir na cadeia produtiva do turismo, mas, não há por outro lado um esforço do

poder público, notadamente municipal, em instalar um turismo como instrumento do desenvolvimento local e/ou regional. O turismo, portanto, acontece na informalidade, com baixa capacitação profissional e sem planejamento por parte das municipalidades.

Por outro lado, registra-se um movimento da sociedade civil organizada, ora apoiado por organizações não governamentais e universidades, iniciado nas áreas litorâneas, por outro um turismo possível de contribuir para o desenvolvimento local de comunidades. Destaca Coriolano (2006) que as práticas da sociedade civil e organizada e das comunidades enxergaram e buscaram o turismo como perspectiva de desenvolvimento e solução para o lugar. Propõem um turismo comunitário “como estratégia de sobrevivência e da entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo”. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a resignificação cultural (p. 374).

A “espera” pela busca de soluções para os problemas da sociedade contemporânea e de comunidades tem apontado um novo papel para o cidadão na produção de políticas e alternativas econômicas, considerando a importância, as experiências e os limites da sociedade civil na leitura de sua própria intervenção e responsabilidade para conter a crise ambiental e solução de problemas.

A sociedade contemporânea tem exigido novas demandas que o planejamento torna-se o elemento fundamental. Para que as demandas possam ser atendidas no âmbito do turismo, como destaca Pearce (1989), o planejamento passou a requerer preocupações ambientais e socioculturais e a perceber a necessidade de promover o desenvolvimento econômico em nível local, regional e nacional. O planejamento passa a representar o elemento chave para a gestão do turismo de modo que os seus efeitos positivos sejam potencializados e os efeitos negativos minimizados.

No âmbito regional, Araújo (2009) destaca que é nessa escala regional que o “turismo tem maior potencial para levar as várias regiões do país a um processo de mudanças através do turismo planejado e integrado, devido às possibilidades de integração intersetorial que o planejamento regional permite” (p. 108). Mas chama a atenção para que o planejamento do turismo em escala regional seja apoiado para trabalhar nas “interfaces entre as políticas e prioridades de planejamento que emanam do nível municipal e do nível federal, bem como entre questões econômicas, ambientais, sociais, políticas e culturais” e pode ser uma “estratégia efetiva para se buscar uma

compatibilização e integração entre políticas municipais e nacionais de desenvolvimento turístico” (p.111).

Desafios para a gestão do turismo municipal no Trópico semiárido

O modelo de gestão concebido pelo Plano Nacional de Turismo (Figura 1) integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada nas diversas escalas territoriais – nacional, regional, estadual e municipal - e de gestão do espaço brasileiro.

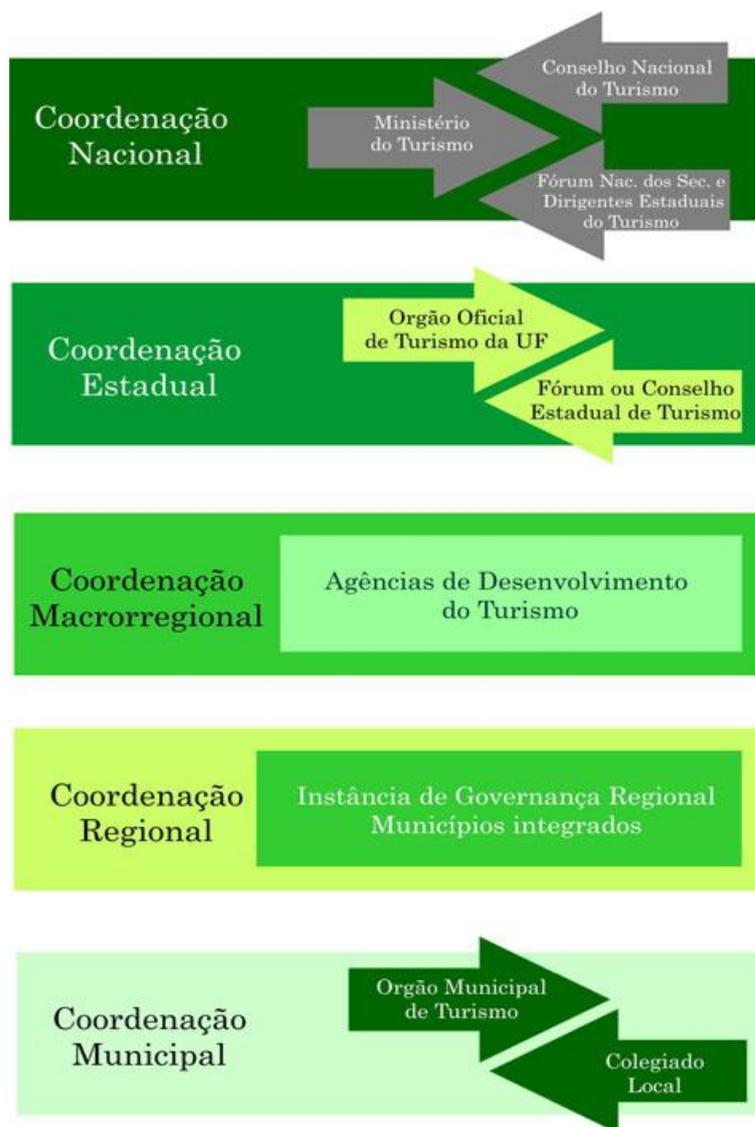


Figura 1. Modelo de Gestão Descentralizada do Turismo Fonte: <http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/>

Propõe a constituição de um sistema nacional de gestão do turismo no país composto pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Para cumprir a função de gestão e de articulação, a proposta de modelo de gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios onde a atividade turística se realiza. Os municípios, portanto, representam a instância decisiva para o planejamento do turismo, pois, é o espaço onde se materializam as formas, as práticas, as estruturas e os processos requeridos e derivados do turismo os quais se cruzam com as demais formas estruturas e processos já instalados ou requeridos por outras atividades existentes e pelas práticas sociais locais realizadas.

Nos municípios onde a atividade turística recebeu investimentos do Prodetur para instalação de uma infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo e equipamentos turísticos advindos de investimento da iniciativa privada, os desafios para a atividade contribuir para o desenvolvimento local parece não diferir daqueles com experiências turísticas isoladas. As limitações representadas pela ausência de uma estrutura local de coordenação do turismo é recorrente nos municípios. Poucos são que apresentam estrutura de coordenação local e que conseguem executar a política nacional de turismo, pois, não dispõem de um quadro de profissionais capacitados e não conseguem dialogar ou mesmo instituir fóruns para discutir o planejamento.

Considerando o turismo como um complexo de relações que envolve questões políticas, saúde, educação, etc. necessário se faz o seu planejamento integrado considerando as demandas locais. Se não há uma estrutura de coordenação com um órgão de turismo municipal e uma instância colegiada local para se visualizar um planejamento integrado e monitoramento, como viabilizar a gestão municipal do turismo? Bissoli (2000) chama atenção para a necessidade do planejamento, o seu desenvolvimento adequado e a sua sustentabilidade, pois de modo contrário poderá trazer consequências naturais, culturais, econômicas desagradáveis desestabilizando ambientes naturais e desestruturando economias pelo poder que o turismo tem de reverter os lugares e portanto não pode caminhar na direção do desenvolvimento local. Sem uma estrutura municipal para o planejamento do turismo não há meios para o colegiado local ser formado e reconhecido pelo órgão coordenador municipal, executor da política de turismo, para acontecer um diálogo entre os grupos locais com posicionamentos e capacitações profissionais para o turismo ser viabilizado. Nesse sentido, Cruz (2006), chama a atenção que, para fazer o turismo um instrumento de

desenvolvimento local e regional requer posicionamento pró-ativo por parte das sociedades locais e a capacitação profissional é o caminho.

A capacitação é realmente o caminho para os desafios das municipalidades conhecerem a necessidade do planejamento integrado, a real função econômica e social do turismo e as necessárias articulações internas e externas ao município para desenvolver as potencialidades locais a aproveitar as oportunidades do entorno dos municípios e das políticas públicas. O desconhecimento, por parte de técnicos e gerentes, de questões essenciais do funcionamento dos órgãos e do dia-a-dia da atividade turística é um aspecto fundamental que merece atenção especial para a gestão de um turismo que contribua para o desenvolvimento local municipal e de comunidades notadamente rurais do Trópico semiárido.

Finalizando

O Trópico Semiárido do Nordeste brasileiro apresenta nos dias atuais potencialidades múltiplas para a realização do turismo considerando as paisagens naturais e histórico-culturais existentes e servem de aporte para a revitalização e reorganização da economia local aplicando-se uma gestão integrada e adequada à realidade ambiental dos municípios.

Embora o potencial da região para o turismo represente um elemento importante para o desenvolvimento econômico reconhecido pelas municipalidades e demais instâncias – federal, estadual e regional -, iniciativa privada, terceiro setor e produtores rurais destaca-se a necessidade e importância do seu planejamento e gestão de modo que o turismo possibilite contribuir para o desenvolvimento local.

Os limites e desafios para a viabilidade para o turismo contribuir para o desenvolvimento local de municípios e comunidades rurais passa pelo planejamento integrado local, assentado nas bases de sustentabilidade ecológica, social, econômica, cultural e institucional. Passa pela capacidade do município fazer um planejamento de suas políticas e ações articuladas e integradas para uma gestão adequada considerando as condições geoambientais e socioeconômicas do Trópico semiárido.

Os limites e desafios para o turismo no semiárido se inscreve na capacidade de gestão das municipalidades e articulação com as demais instâncias da gestão nacional do turismo proposto na Política Nacional de Turismo assim como com política agrícola,

transporte, educação, comércio, serviços, saúde, saneamento básico, etc. nas áreas receptoras. Requer, portanto, fazer um turismo como instrumento de desenvolvimento local/regional, com posicionamento pró-ativo por parte das sociedades locais e a capacitação profissional. A condição *sine qua nos* para avançar o processo é a criação de estrutura para coordenar o turismo municipal formada por órgão de turismo municipal e colegiado local para, a partir, daí planejar e se ter uma definição de qual turismo quer fazer o município e as comunidades, de como se capacitar para o turismo acontecer e enfim de como geri-lo.

Bibliografia

ARAÚJO, L. M. de. *Planejamento turístico regional: parcerias e sustentabilidade*. Maceió: Edufal, 2009.

BISSOLI, Maria. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 2000.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Redelimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas*. Brasília, DF, 2005 a. 1 CD-ROM.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Nova delimitação do Semiárido brasileiro*. Brasília, DF, 2005b.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROUGO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO; São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Arízia. *Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço*. In: LEMOS, A. I. G.; ARROUGO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO; São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

<http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/>. Acesso em 12.05.2012

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas: contagem populacional, 2007*. População residente, em 1º de abril de 2007: Publicação Completa.

NOGUEIRA, Marcos et al. *Redimensionamento da região Semiárida do Nordeste do Brasil*. Fortaleza: FUNCEME, 1991.

PERACE, Douglas. *Tourist development*. Harlow: Longman, 1989.

PRODETUR. *Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável*. BNB. 2004

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SEABRA, Giovanni. *Turismo Sertanejo*. Disponível em [http://www.turismosertanejo.com.br/artigos/Turismo Sertanejo.PDF](http://www.turismosertanejo.com.br/artigos/Turismo_Sertanejo.PDF). Acesso em 13 de maio de 2012.

SELVA, Vanice S. Frágoso. Between the plow and the sewing press: reflections about the insertion of small producers in the productive chain of the tourism from handcrafts. In: DUARTE, L. M. G. & PINTO, P. (eds.) *Sustainable Development: Energy, environment and natural disasters*. Évora- Portugal: Fundação Luis de Molina Évora. 2009. p. 171-183

_____. The development of tourism in the São Francisco River's banks Northeast of Brazil. In: *Reservoirs and River Basin Management* ed. Berlin : Technische Universität Berlin, 2007.

_____. Inquietações sobre a pequena produção agrícola frente ao desenvolvimento do turismo no semiárido nordestino. In: SEABRA, Giovanni F.; BARBOSA, João M. (Editores). *Turismo Sertanejo: Desenvolvimento local e Integração*. João Pessoa: UFPB, Editora Universitária, 2005. (p. 125 a 134).

SELVA, Vanice S. F.; COUTINHO, Solange F. S. Conservação das paisagens para uso turístico: desafios para a gestão ambiental municipal. In: *Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. João Pessoa: UFPB, 2007. (Em CD-ROM; ISSN 1808-9755)

_____. Um olhar sobre a espacialização do Ecoturismo Sertão Nordeste e sua contribuição para o desenvolvimento local. *Revista de Geografia*. UFPE/DCG/-NAPA, v. 20, n.2, jul./dez, 2003a.

_____. Possibilidades para o ecoturismo na Região de Xingó: uma contribuição ao planejamento e organização de Pólos Ecoturísticos no espaço semiárido. *VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Ilhéus: UESC, 2003b

SELVA, V. S. F.; JOHNER, J. Q.; RODRIGUES, F. A. A.; ALMEIDA, T. F. *Uma análise partilhada sobre a inserção de agricultores familiares no turismo rural no semiárido nordestino*. Agricultura Familiar e desertificação. João Pessoa-PB, UFPB, 2008.

SOUSA, Plínio Guimarães; SELVA, Vanice; Turismo comunitário e educação ambiental: instrumentos de sustentabilidade turística em comunidades costeiras do Nordeste brasileiro. *Revista do IESPE*, Ano VIII, v.7, n.1, Dezembro de 2008 João Pessoa-PB, CGPP-IESP, 2008.

4

DESTINOS E ROTEIROS TURÍSTICOS COMUNITÁRIOS NO NORDESTE

Celso Cardoso Gomes

O turismo tem crescido de forma acelerada no Brasil e no mundo, entretanto os resultados são centralizadores e dinamizadores de crescimento econômico, na maior parte dos casos, assim como se distancia de uma prática fundamentada na sustentabilidade ambiental, com isso propiciando a maximização de impactos econômicos, sociais e ecológicos, de forma negativa, e descaracterizando a possibilidade de propiciar o desenvolvimento local (GOMES, 2013).

A atividade turística pode contribuir para mitigar as desigualdades sociais, acelerar o crescimento econômico e diminuir impactos ecológicos negativos, em virtude que o turismo é caracterizado por ser um fenômeno social e econômico, mas que também pode oportunizar benefícios ecológicos, entretanto o atual modelo econômico vigente desencadeia centralização do capital, desigualdades sociais e acúmulo de capital.

O turismo na Região Nordeste do Brasil tem sido alvo do setor público e privado, cujo discurso é diminuir os problemas sociais e, particularmente, econômicos dos municípios envolvidos. Todavia a possibilidade de contribuição do turismo para o desenvolvimento local fica esquecida em detrimento a atender a perspectiva econômica gerada pela atividade.

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades dos destinos e roteiros turísticos comunitários de contribuírem para o desenvolvimento local, especialmente, na Região Nordeste do Brasil, uma vez que as características desta região propiciam uma vasta utilização pela atividade turística.

Para a análise, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, posteriormente observação de campo e visita a órgãos públicos, associações ligadas ao turismo e instituições privadas que fazem parte do arranjo produtivo do turismo, visando alcançar o objetivo do artigo.

As conclusões obtidas poderão subsidiar a compreensão das políticas públicas, programas e projetos direcionados ao turismo comunitário, com destaque para a Região Nordeste do Brasil.

Destinos turísticos comunitários e desenvolvimento local

A atividade turística é complexa e dinâmica tal qual ressalta Coriolano (1998, p. 29), “O turismo é, pois, esta complexa atividade humana envolvendo um conjunto muito grande de relações, influências, motivações, desejos e representações”, destarte, é necessário visualizar o turismo de forma holística, isto é, verificando os aspectos sociais, econômicos e ecológicos, assim como dinamizando a participação dos atores sociais envolvidos, com isso possibilitando entender os problemas e virtudes condicionados pela atividade (GOMES, 2013), bem como entendendo que o turismo é um fenômeno estritamente social.

O turismo é destacado como fenômeno social e uma das atividades mais crescentes do mundo contemporâneo destacado por Silveira (1997, p. 87)

[...] como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” [...].

Na perspectiva de Silveira (1997, p. 95), fica evidente a importância da atividade turística, particularmente, no viés do crescimento econômico, sendo sobreposto os benefícios sociais e ecológicos, isto é, se distanciando da possibilidade de melhoria das condições de vida da população envolvida em tal processo, por conseguinte, se percebe a complexidade do turismo.

O turismo é uma atividade complexa que precisa ser entendida de forma sistêmica considerando o contexto socioeconômico e ecológico, assim como os atores sociais locais devem estar envolvidos. Desde modo poderá maximizar efeitos negativos ou positivos, assim como oportunizar o dinamismo econômico, gerar benefícios sociais e ecológicos, no entanto sendo importante a participação social, o planejamento integrado e uma gestão democrática (GOMES, 2013).

A forma como tem sido implantado o turismo tem contribuído para acumulação do capital contrariando as perspectivas de atividade mitigadora desta problemática, no entanto se construída de forma participativa e comunitária como destaca Coriolano (2005) que o:

“turismo comunitário é uma estratégia de sobrevivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e ressignifica a cultura”,

Pode assim reencantar o homem através da natureza (Unger, 1991), colaborando com o desenvolvimento da localidade. O turismo comunitário é segundo Coriolano (2003, p.14):

[...] aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser articuladores e os construtores de cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; leva todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo.

Deste modo o turismo de base local comunitária é norteado pela participação dos atores sociais locais em todas as fases do planejamento e aplicação da atividade turística, diferente do modelo de turismo de massa que é setorizado e abarcado pelo capital. Os destinos turísticos são tratados de forma homogênea e roteirizados com o intuito de atender as perspectivas do discurso desenvolvimentista, especialmente, ressaltando a geração de emprego e renda, mas o objetivo principal é de crescimento econômico.

Os destinos turísticos segundo Valls (2006, p. 11) é “qualquer unidade territorial que tenha vocação de planejamento e possa dispor de certa capacidade administrativa para desenvolvê-la”, este autor destaca de forma mais abrangente e contextualizada, em outra passagem, que o destino turístico pode ser definido como:

País, região ou estado, cidade ou lugar como um espaço geográfico determinado, com características de clima, raízes, infraestruturas e serviços próprios; com certa capacidade administrativa para desenvolver instrumentos comuns de planejamento; que adquire centralidade atraindo turistas mediante produtos perfeitamente estruturados e adaptados às satisfações buscadas, graças à valorização e ordenação dos atrativos disponíveis; dotado de uma marca e que se comercializa tendo em conta seu caráter integral. (VALLS, 2006, p. 11)

Portanto, é perceptível que uma localidade para ser considerado um destino turístico necessita de transportes, alojamentos, alimentação, infraestrutura e profissionais preparados que contribuam com o planejamento, implementação, gestão e manutenção da atividade turística, logo se distanciando de micro conceitos que envolvam apenas as características paisagísticas, históricas e culturais do lugar.

A constituição e manutenção do destino turístico pressupõe o envolvimento da comunidade local em todas as fases do planejamento, pois contribuirá com a minimização de impactos negativos e a maximização de benefícios sociais e ecológicos, conseqüentemente o desenvolvimento local.

As grandes corporações do turismo e os governos neoliberais desenvolvem os destinos turísticos a partir de roteiros turísticos que o Ministério do Turismo define como um [...] itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro (Ministério do Turismo, 2007, p. 13). Já de acordo com Montejano (1991, p. 210) o itinerário turístico é:

[...] toda ruta que transcurre por un espacio geográfico determinado, donde se describe y especifica los lugares de paso, estableciendo unas etapas y teniendo en cuenta las características turísticas propias – naturales, humanas, histórico-monumentales – relacionadas con la zona geográfica que se recorre a nivel local, comarcal, regional, nacional e internacional; la duración; los servicios turísticos – alojamientos, medio de transporte, etc. – y las actividades a desarrollar.

A definição de roteiro turístico de Montejano (1991, p. 210) é bastante elucidativa e abrangente, inclusive destaca a importância da conexão do roteiro em nível local e regional, deste modo contribuindo para a construção de um planejamento adequado.

As diversas definições de roteiros turísticos não envolvem a participação da comunidade local, com isso apresentam-se sempre homogêneos contribuindo com a acumulação do capital e divisas, acarretando efeitos inversos, isto é, potencializa efeitos econômicos e acentua os problemas sociais e ecológicos, descumprindo as promessas de geração de emprego e distribuição de renda, bem como melhoria da qualidade de vida presentes no discurso desenvolvimentista dos setores público e privado (CORIOLANO, 2006).

No intuito de minimizar os efeitos contraditórios da atividade turística uma das possibilidades é o caminhar através do turismo comunitário a partir de destinos e roteiros heterogêneos que respeitem as especificidades locais e tenham a participação ativa dos atores sociais dessas localidades no planejamento, execução e gestão, com isso remando através de um movimento contracultura do modelo hegemônico do capital.

Devido à complexidade evidenciada no contexto da atividade turística precisa, para não corroborar para maximização negativa de impactos econômicos, sociais e ecológicos, ser gerido de forma planejada e integrada, cuja base seja um modelo de gestão ambiental turística, portanto potencializando o desenvolvimento.

Importante entender que o conceito de desenvolvimento supera a ideia de crescimento econômico (FURTADO, 1983), pois o desenvolvimento ocorre a partir do crescimento, contudo aliado à justiça social e aos benefícios ecológicos. O crescimento econômico pode não ter capacidade de subsidiar o desenvolvimento, provocando, especialmente, a acumulação de capital sem distribuição, bem como a diminuição da qualidade de vida (SEN, 2000, p. 29).

A partir da contextualização percebem-se contradições no conceito de crescimento econômico e desenvolvimento. Desta forma será considerado o conceito de Buarque (1998, p. 09) para o qual Desenvolvimento Local “é um processo endógeno registrado em pequenas localidades territoriais, com agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”. O autor destaca também que o desenvolvimento deve estar pautado numa transformação consciente da experiência local, ou seja, preocupando-se com o presente, bem como com as gerações futuras.

Outra percepção bastante interessante é a de Jesus (2006, p. 27) que inclui, principalmente, como fator responsável do desenvolvimento, a força local, isto é, a gestão participativa local com a mobilização dos atores sociais, bem como das instituições presentes neste lugar provoca a transformação socioeconômica local, tal qual mencionado pelo autor: Pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente local. (JESUS, 2006, p. 27).

Possibilidades e desafios dos destinos e roteiros turísticos comunitários

As características físicas, sociais, econômicas e culturais da Região Nordeste contribuem para a atratividade local, estas particularidades se configuram como possibilidade para o desenvolvimento dos destinos e roteiros turísticos da referida região.

A Região Nordeste possui vocação natural que tem sido fortalecida pelas iniciativas do setor público, especialmente, na região litorânea com um turismo de sol e praia (GOMES, 2013), porém o discurso governamental enfatiza resolver os problemas sociais, econômicos e ecológicos dos municípios/comunidades envolvidas através do turismo numa perspectiva de desenvolvimento, mas que na verdade caminha no sentido do crescimento econômico (FURTADO, 1980), isto é, modelo que se desvincula da sustentabilidade e da capacidade de contribuir com o desenvolvimento local.

Os destinos e roteiros turísticos da Região Nordeste são constituídos/elaborados com base nos interesses das grandes corporações turísticas, bem como para atender a lógica do discurso desenvolvimentista do setor público e até mesmo do setor privado. Desta forma a uma priorização pelo litoral, isto é, pelo setor de turismo sol e praia na região, uma vez que apresentam as características necessárias para estimular a atividade turística.

A potencialidade turística do interior do Nordeste fica, de certa forma, descartada pelo setor público e privado, apenas existindo roteiros e destinos turísticos isolados que não tem uma integração do local com o regional, desta forma contribuindo para não fortalecer economicamente a localidade, bem como exime o lugar de benefícios sociais e de melhorias ecológicas que o turismo pode gerar.

O interior da Região Nordeste possui destinos turísticos dos mais variados setores do turismo, por exemplo, turismo rural, ecoturismo, turismo religioso, turismo de aventura, etc., inclusive alguns destes destinos já estão consolidados no mercado, contudo as políticas públicas são ínfimas, conseqüentemente os destinos turísticos são isolados e desconectados da esfera regional, ponto que poderiam integrar e fortalecer o arranjo produtivo do turismo.

A desconexão e a falta de integração dos roteiros turísticos do litoral e do interior do Nordeste ocorrem, principalmente, pelas ineficientes políticas públicas que são direcionadas, apenas, para o setor do turismo de sol e praia, a partir de um discurso desenvolvimentista para os municípios envolvidos, sendo o objetivo central atender as perspectivas das grandes corporações do turismo que implantam seus grandes hotéis e resorts pelo litoral nordestino, destarte configurando um desafio que deve ser superado.

A infraestrutura, isto é, meios de hospedagens, estradas, postos de saúde, atendimento ao turista, sinalização dos atrativos, bares, restaurantes, saneamento

básico, entre outros, dos destinos turísticos da Região Nordeste é deficiente, consequentemente representando um desafio na construção de roteiros turísticos.

A pouca infraestrutura existentes nas localidades dos atrativos turísticos, bem como dos destinos turísticos são, especialmente, para atender os interesses do *trade turístico*, ficando a população local segregada, já que as melhorias realizadas pelo poder público visam inicialmente contribuir com os empreendimentos turísticos, contrariando a perspectiva de contribuições sociais, benefícios ecológicos e de crescimento econômico que pode ser gerada pelo turismo.

Nas áreas em que o turismo acontece instalam-se equipamentos e serviços para o seu funcionamento, contudo o planejamento e a gestão são ineficientes, pois a infraestrutura municipal é deficiente e é pouco estimulada a participação dos agentes produtivos do espaço turístico, de modo que os municípios, na maioria dos casos, não conseguem com seu quadro de pessoal e com os instrumentos e estrutura para gestão ambiental, gerirem as práticas turísticas locais de tal forma que os efeitos ecológicos, sociais, econômicos e institucionais contribuam para o desenvolvimento local (GOMES, 2013), portando caracterizando-se como desafio na gestão dos destinos e roteiros turísticos.

As políticas públicas do turismo precisam inicialmente atender as perspectivas da população local, isto é, melhoria de infraestrutura, pavimentação, saneamento, iluminação, coleta seletiva do lixo, segurança, saúde, educação, entre outras, visando a melhoria da qualidade de vida (SEN, 2000) e, consequentemente, os benefícios destas políticas seriam usufruídos também pelo *trade turístico*.

O turismo é priorizado, a partir de um discurso desenvolvimentista do poder público, como uma opção mais rentável (SELVA, 2000) dentre as demais atividades econômicas, com isso provoca a substituição e o desaparecimento de atividades tradicionais ao buscar atender ao novo “mercado de trabalho” criado pelo turismo.

A população instalada nas localidades turísticas tende a migrar ou criar estratégias de sobrevivência para manter-se no local e aos poucos vai perdendo a sua identidade cultural. A influência do turismo e dos turistas que possuem características diferentes da realidade local, com isso constituindo em mais um entrave na elaboração e gestão dos destinos e roteiros turísticos (GOMES, 2013), pois gera a perda da identidade cultural.

Um dos grandes desafios para a faixa litorânea e o interior da Região Nordeste é o planejamento da atividade turística agregada às políticas públicas ambientais e turísticas, sobretudo, com respeito à identidade local, mas também o envolvimento e participação ativa dos atores sociais na construção e execução deste planejamento. O poder público, especialmente, na esfera municipal, precisa garantir a formação técnica e aperfeiçoamento da comunidade local para lidar com a territorialidade proposta, denominada de turistificação. Desde modo o turismo se traduzirá em possibilidades de contribuir com o desenvolvimento local pautado na sustentabilidade.

Na perspectiva que a atividade turística é fruto da cultura, assim como a cultura é objeto do turismo, desta forma o projeto turístico social desencadeará uma maior participação dos atores sociais, com isso condicionará a formação de administradores locais que possibilitaram a valorização da identidade cultural, a preservação e conservação ecológica e maximizará os efeitos positivos da atividade turística, propiciando o equilíbrio do econômico, social e ecológico, isto é, a sustentabilidade, todavia o processo deve estar contido nas políticas públicas para o planejamento do turismo regional e local (SEABRA; SILVA, 2010, p. 13).

O grande desafio para gerir os destinos e roteiros turísticos é integrar as esferas públicas, privada e as instituições/associações/organizações não-governamentais, assim como fazer uso de um modelo participativo e de certa forma o abandono do modelo empregado pelos grandes empreendedores do turismo, assim como o respeito à identidade cultural.

A prática do turismo comunitário através de um planejamento participativo e o envolvimento da comunidade local caracteriza-se como possibilidade para Região Nordeste, desta forma caminhando no sentido contrário ao da civilização do capital, possibilitará que o turismo esteja centrado na sustentabilidade e contribua com o desenvolvimento local.

Destinos Turísticos Comunitários no Nordeste

Os destinos turísticos como a Serra da Capivara/PI, Parque Nacional de Sete Cidades/PI, Chapada do Araripe/CE, Ubajara/CE, Chapada Diamantina/BA, Parque Nacional do Vale do Catimbau/PE, Vale dos Dinossauros/PB, Lajedo do Pai Mateus/PB, Seridó Potiguar/RN, Lajedo de Soledade/RN, Cânions do São Francisco/AL, Canindé de São

Francisco/SE, Serra Negra/PE, Serra da Barriga/AL, Serra do Umbuzeiro/BA, Pedra da Boca/PB, Bonito/PE, entre outros, são localidades que apesar de possuírem destaque no mercado turístico regional e nacional são isoladas e desconectadas, logo poderiam ser roteiros turísticos comunitários integrados, com isso podendo fortalecer o arranjo produtivo local do turismo.

A implantação de destinos e roteiros turísticos comunitários pode reduzir os custos de investimentos em infraestrutura e serviços, logo podem ser estruturados, com isso diminuem distâncias e possibilitam maior mobilidade e atratividade ao visitante, deste modo o turista tem a oportunidade de vivenciar hábitos, mitos, ritos e festejos que são característicos das comunidades envolvidas (SEABRA, 2007).

A combinação de elementos urbanos e rurais, bem como a atividade agropastoril dos roteiros e destinos comunitários podem garantir a manutenção e presença do visitante, uma vez que haverá um envolvimento e entendimento da cultura local, portanto fortalecendo a identidade cultural do lugar.

Os roteiros e destinos turísticos comunitários do interior da Região Nordeste possuem características bastante diferentes do turismo de sol e praia, visto que estão estruturados a partir da cultura, arquitetura, história e beleza cênica de suas paisagens, bem como há uma interação direta entre os visitantes e residentes, constituindo, inclusive, uma relação de amizade nos períodos de visitaçãõ.

Os meios de transportes nos destinos e roteiros comunitários são os mais inusitados, como por exemplo, animais de montaria, motocicletas, veículos automotores de tração ou mesmo a pé, destarte propiciando experiências inovadoras e o contato direto com a cultura local, assim como a identidade do lugar.

Nos polos turísticos ou zonas turísticas no litoral nordestino são constituídos de grandes cadeias de hotéis e resorts, isto é, artificializa o território através da turistificação que reflete um arquétipo contraditório produto articulado do mercado e estado sobre o espaço, desta forma provocando uma territorialidade artificializada que são verdadeiros espaço simulacros, denominados de pseudo-lugares (CRUZ, 2007).

Destarte o lugar perde espaço para o pseudo-lugar se transformando em autênticas ilhas da fantasia que o turista utiliza seu tempo livre usufruindo totalmente isolado da realidade local, onde a comunidade local é excluída e expropriada do seu lugar, em detrimento dos grandes empreendimentos turísticos, a partir de um discurso

desenvolvimentista que aqui é entendido como crescimento econômico, que apenas irá atender os interesses do capital.

Os destinos e roteiros comunitários possuem um modelo de infraestrutura de meios de hospedagem contrário ao estabelecido no turismo de sol e praia, visto que o visitante se hospeda na casa do agricultor ou em pequenas pousadas, com isso estabelecendo um elo com a comunidade local, deste modo possibilitando uma maior valorização da identidade cultural do lugar.

Em relação à infraestrutura de alimentação no turismo comunitário o visitante entra em contato direto com as comidas típicas, porquanto tem oportunidade de escolher, por exemplo, as frutas, verduras, entre outros produtos que estarão presentes no almoço ou jantar, garantido uma vivência única da identidade cultural para o turista.

O turismo comunitário é fundamentado nos aspectos culturais da localidade, segundo Seabra (2007, p. 120) “Os aspectos culturais da população são evidenciados nas festas e tradições, como folguedos, danças e eventos religiosos. A comida típica, as brincadeiras, os brinquedos populares, os mitos, as lendas e os causos são traços marcantes da cultura local”, portanto o turista tem uma aproximação com as características da localidade, bem como com a população local, se tornando uma experiência única que fortalece o turismo comunitário.

Segundo Seabra (2014) “O turismo sertanejo e o turismo comunitário propõem roteiros alternativos, possibilitando a interação entre visitantes e residentes, numa relação fundamentada nos laços de amizade atados durante as visitas”. Logo a população local pode e deve colaborar para a definição dos rumos do turismo, desta forma se empoderando (KRIPPENDORF, 2003), com isso os atores sociais participaram ativamente do planejamento e gestão do turismo.

Finalizando

A região Nordeste notadamente possui uma predisposição para atividade turística, pois suas características físicas, históricas e culturais, bem como a beleza cênica de suas paisagens propiciam o desenvolvimento do setor, apesar disso tem havido crescimento econômico que se distancia dos princípios da sustentabilidade, conseqüentemente promovendo na maior parte dos casos a maximização dos impactos

econômicos, sociais e ecológicos, de maneira negativa, condicionado pela falta de infraestrutura básica, assim como de planejamento do turismo.

O presente artigo tinha como objetivo central analisar os desafios e possibilidades dos destinos e roteiros turísticos comunitários de contribuir para o desenvolvimento local, fato alcançado de maneira superficial devido ao pouco tempo de aprofundamento dos dados e de observação de campo, no entanto foram evidenciados pontos de significativa importância para o setor turístico, como a possibilidade de integração de destinos turísticos, construindo assim circuitos turísticos, com isso dinamizando e fortalecendo a economia local, gerando benefícios sociais e ecológicos.

A vocação natural para o turismo que a Região Nordeste possui; a variedade de tipos de turismo que podem ser constituídos os roteiros devido aos contrastes culturais; alguns destinos turísticos nordestinos já estão consolidados no mercado turístico; entre outros pontos relevantes que podem contribuir para regionalizar o turismo na Região Nordeste na perspectiva de dinamização, fortalecimento, integração e consolidação dos roteiros e destinos turísticos.

A integração e consolidação dos roteiros e destinos turísticos comunitários é um interessante caminho para o desenvolvimento local com bases na sustentabilidade, já que vislumbra uma articulação, integração e participação da comunidade envolvida, assim como melhoria e adequação de infraestrutura para a sociedade local, logo se refletirão no uso turístico.

É importante enquadrar o turismo como mais uma atividade econômica e não apenas como a grande salvação dos problemas desse território, evidentemente são desafios que superados se transformarão em possibilidades para o turismo na Região Nordeste, com isso poderá ser somado à vocação já existente, a beleza cênica, a diversidade histórica e cultural para dinamizar atividade e refletir em contribuições para o desenvolvimento local.

Nesta trajetória é importante envolver instituições públicas, como universidades, institutos técnicos, o setor privado e governamental, entre outros, como também a comunidade local para planejar e executar a atividade, sendo esta gerenciada pelo Estado.

A atividade turística precisa ser verificada como estimuladora da construção e reprodução de manifestações de alteridade da identidade local, e não apenas como um

bem de consumo do visitante, com isso propiciará o fortalecimento das próprias raízes e representam fonte de atratividade, todavia essa construção pouco tem acontecido nos destinos e roteiros turísticos do Nordeste do Brasil.

De forma geral os destinos e roteiros turísticos comunitários da Região Nordeste precisam ser estimulados, integrados, regionalizados e contribuintes de benefícios sociais, econômicos e ecológicos, desta forma poderão contribuir para o desenvolvimento local.

Bibliografia

BRASIL, *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2004. BUARQUE, S.C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

CORIOLOANO, L. N. M.; LIMA, L. C. *Turismo comunitário e responsabilidades socioambiental*. Ceará: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. *Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios*. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57. 2005, Fortaleza. Anais eletrônicos. São Paulo: SBPC/UECE, 2005. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/luzianeidecoriolano-turismo.htm>. Acesso em 09.05.2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (2006). *Reflexões sobre o Turismo Comunitário*. <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>. Acesso em: 10 mai 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo, Roca, 2007. 140p.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GOMES, Celso Cardoso. *Turismo e desenvolvimento local: desafios e possibilidades para o Município de Tamandaré-PE / Celso Cardoso Gomes*. – Recife: O autor, 2013.

JESUS, Paulo de. Sobre o desenvolvimento local sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Orgs.). *Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável*. Recife: Edupe, 2006, p. 17-37.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Roteirização turística*. Série Roteiros do Brasil. V.7. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007. 61 p.

MONTEJANO, J. M. *Estructura del mercado turístico*. Madri: Editorial Síntesis, 1991.

ROTAS E ROTEIROS. Disponível em <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=4&opt=>>>. Acesso em 02 de agosto de 2010.

SILVA, José Nilton. SEABRA, Giovanni de Farias. Natureza, cultura e turismo no cariri paraibano. In: SEABRA, Giovanni de Farias. MENDONÇA, Ivo Thadeu Lira (Orgs.). *Turismo Sertanejo: Natureza e Cultura no Turismo de Base Local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo: desenvolvimento local*. São Paulo, Hucitec. 1997.

VALLS, Josep-Francesc; BUSTAMANTE, Javier; GUSMÁN, Francisco & VILA, Mar. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. ISBN 8522505659, 232 p.

5

ANÁLISE GEOECOLÓGICA DA MACRORREGIÃO TURÍSTICA DA SERRA DA IBIAPABA

Ernane Cortez Lima

O Ceará é conhecido em âmbito nacional e internacional por suas belezas naturais apresentando paisagens hoje vinculadas a um dos roteiros turísticos mais atrativos no Brasil, notadamente, uma vasta faixa litorânea com 573 km de extensão, constituída de belas praias, além de um conjunto de serras úmidas, que integram ambientes de exceção no domínio semiárido.

Para a análise geoecológica da paisagem, além de utilização da geomorfologia, faz-se necessário uma verificação das relações socioespaciais, nos mostrando que a intensificação do turismo no estado, vai para além dos atrativos naturais, que o domínio do semiárido apresenta. Para tanto, é necessário compreender a dinâmica política, econômica e social, que subjaz a esta realidade que reestrutura o espaço cearense.

Inicialmente os investimentos e parcerias público-privadas, com a implantação de infraestruturas foram destinadas às áreas litorâneas, o que originou a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará- CODITUR, o qual caracterizou o setor turístico nos moldes empresariais que tinha como principais objetivos o desenvolvimento da hotelaria, do comércio e do setor de serviços.

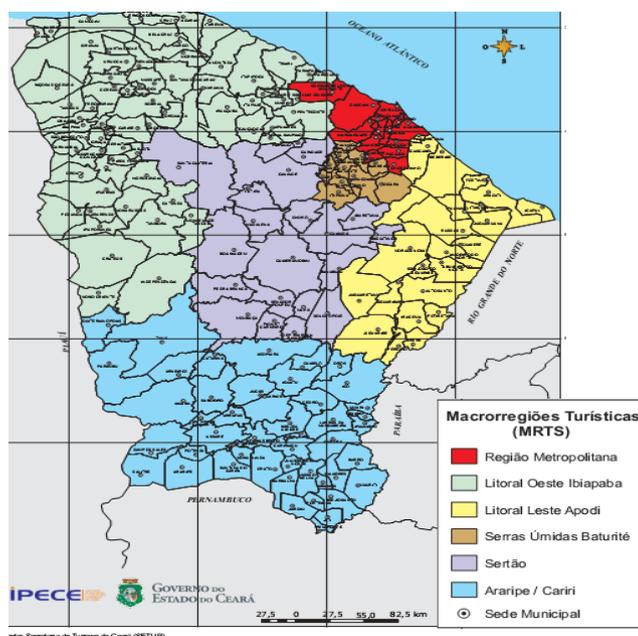
Vale ressaltar, que a participação de capital privado não se limitou apenas ao âmbito regional ou nacional, mas também, contou com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além do Banco do Nordeste - BNB, criado em 1963, o qual teve uma grande atuação, (BERNAL, 2004).

Como percebe-se, inicialmente, os investimentos do "Governo das mudanças" iniciado no governo de Tasso Jereissati, foram voltados para o turismo no litoral cearense, onde foram criados vários projetos desenvolvimentistas, principalmente a partir dos anos 1990, os quais foram inseridos para alavancar o setor turístico no litoral, como é o caso do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE, criado no ano de 1991 em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Em especial para o Ceará, o “Governo das Mudanças” criou o Programa de Desenvolvimento do Ceará, o PRODETURIS, compatibilizado com o PRODETUR em 1992, nesse contexto, ganhava visibilidade o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NORDESTE. O interessante é que a partir desse momento esses projetos turísticos não se limitavam mais apenas ao litoral, mas abrangia o interior do Ceará, assim como serras, sertões e outras áreas que possuíam potencialidades turísticas, como discute-se a seguir, (LOPES, 2013).

Atrativos naturais e culturais da Serra da Ibiapaba

Lopes (2013) ressalta que a partir da década de 1990, percebe-se que há um forte investimento no setor turístico, que não se limitou apenas ao litoral, mas envolveu outras regiões do Ceará, como é o caso das serras e sertões. Dentre os projetos turísticos governamentais, o documento CEARÁ (1998) produzido pela Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR, dividiu o estado cearense em “Macro Regiões Turísticas” - MRT, a saber: MRT 1- Região Metropolitana de Fortaleza; MRT 2- Litoral Oeste Ibiapaba; MRT 3- Litoral Leste Apodi; MRT 4- Serras Úmidas/Baturité; MRT 5- Sertão e MRT 6-Araripe/Cariri. Estas divisões tiveram como intuito potencializar o setor turístico e econômico de cada região.



Macroregiões Turísticas do Estado do Ceará (MRTs). Fonte: IPECE (1998)

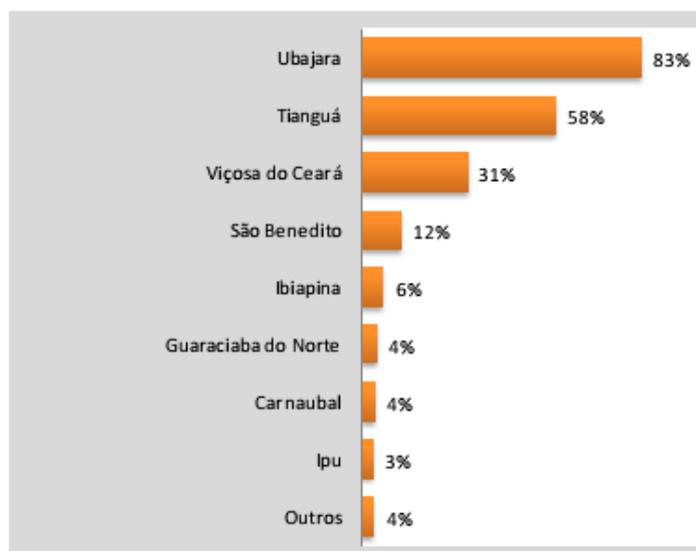
Nesse contexto, analisa-se a MRT 2, que correspondente ao Litoral Oeste Ibiapaba, que embora esteja classificada como litoral, de acordo com referências de cunho teórico e em visita de campo é possível perceber que as cidades não litorâneas tem um relevante destaque com relação às potencialidades turísticas, culturais, econômicas e sociais.

O que corrobora para as afirmações anteriores está de acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Capacitação em Turismo – IPETURIS, do Governo do Estado que realizou no ano de 2011 os “Estudos de mercado dos pólos turísticos do PRODETUR Nacional no Estado do Ceará, onde foram levantadas três áreas turísticas, dentre elas, o pólo da Chapada da Ibiapaba.

Analisando do ponto de vista de atração natural esta unidade de paisagem corresponde ao Planalto Sedimentar da Ibiapaba constituindo um dos mais expressivos compartimentos de relevos do território do Ceará. Em termos estruturais a escarpa da Ibiapaba compreende o rebordo leste da bacia sedimentar Paleozóico do Maranhão-Piauí Sousa (1979). Outro fator importante para seu destaque é o clima, uma vez que os aspectos climáticos e hidrológicos são diferenciados em função da grande dispersão regional desse grupo de paisagens, além disso, a altitude é bastante significativa em média de 750m com topos e reversos atuando como divisores de águas e demandam um considerável número de nascentes de rios que drenam em direções diversas.

Isso lhe confere uma vegetação bastante diversificada, tendo como vegetação principal a Floresta Tropical Plúvio - Nebular como também Mata Sêca e Mata de Galeria. Em setores mais elevados da chapada da Ibiapaba onde a altitude chega aos 900m as principais cidades são: Tianguá, Ubajara, Ibiapina, Guaraciaba do Norte e São Benedito.

Com relação às unidades de conservação, destaca-se o Parque Nacional de Ubajara composto também por outros pontos turísticos, como a cachoeira do boi-morto, além de diversos mirantes onde se contempla os sertões do oeste cearense. Vale ressaltar a gruta de Ubajara onde é sem dúvida a unidade geoecológica de paisagem mais explorada turisticamente. Todos esses locais possuem um elevado estágio de conservação natural, conseqüentemente atrai muitos turistas para a região.



Cidades mais visitadas por turistas na região. Fonte: IPETURIS, 2011

Aliadas aos atrativos naturais as manifestações folclóricas são bastante diversificadas destacando-se as festas juninas, bumba-meu-boi, pastoril, forró, reisado, além de vários festivais com diferentes matrizes culturais. No âmbito econômico a Chapada da Ibiapaba sobressai em função de sua produção ortifrutigranjeira chegando a abastecer os estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Como podemos perceber o destaque e maior fator de atração turística se dá por conta dos recursos naturais que a Chapada da Ibiapaba dispõe.



Principais elementos de atração do visitante ao polo Chapada da Ibiapaba. Fonte: IPETURIS, 2011

Além da Ibiapaba, a MRT 2, em seu contexto geoambiental estão os Maciços Residuais, dentre os principais, a Serra da Meruoca/Rosário com altitudes entre 650 a 1.000 metros, apresentando topos convexos e ligeiramente mamelonizados, com vales

profundos em forma de “V” estreitos, onde a ação dos processos areolares se completa com os efeitos dos processos lineares, conforme explica Sousa & Carvalho (2009).

Numa mesma unidade de paisagem, existe a vertente oriental da Meruoca a qual apresenta-se úmida e/ou Subúmida enquanto a vertente ocidental chamada de (Serra do Rosário) é seca contrastando fisiograficamente em todos seus aspectos naturais como temperatura, solos, vegetação, altitude e aspectos econômicos e sociais. A hidrografia é predominantemente intermitente com rios e riachos perenes e sub-perenes. Os topos e encostas úmidas possuem solos mais profundos e uma vegetação mais exuberante, constituída por matas úmidas e secas.

Embora o turismo e o lazer não sejam predominantes na economia da região, percebemos que sua atuação é cada vez mais latente, nos mostrando o principal motivo do crescente turismo nessas áreas. O que também indica esse crescimento são as pousadas e hotéis. O que também corrobora para que a serra tenha esses atrativos naturais é a preservação da Área de Proteção Ambiental – APA, localizada na própria serra da Meruoca possuindo uma área de 29.361,27 hectares.

Quanto ao patrimônio material e histórico, salienta-se a presença de um grande acervo arquitetônico em diversos lugarejos com casas antigas, engenhos e moendas de tração animal, coleta de frutos, como por exemplo, o babaçu. Destacam-se pela promoção de festivais culturais chamado de Festival de “Inverno”. De uma forma geral as manifestações culturais são diversificadas, com as festas juninas, e outros eventos.

Como já ressaltamos, o litoral Oeste Ibiapaba reúne várias paisagens, como é o caso dos inselbergues, áreas que são geralmente desnudadas, e com raras exceções recobertas por caatinga arbustiva. Todas essas formas disseminadas pela Depressão Sertaneja que assume uma maior representatividade espacial.

A depressão sertaneja está totalmente inserida no clima semiárido, os solos apresentam elevada fertilidade natural, porém cascalhentos, um pouco rasos e suscetíveis à erosão. Os condicionantes climáticos de semiaridez refletem na constituição de uma drenagem intermitente e uma vegetação xerófita e caducifólia, a caatinga com suas diferentes feições fisionômicas (arbórea/arbustivas/herbácea).

As características climáticas marcantes, aliadas aos discursos políticos, dentre outros fatores, fizeram com que histórica e culturalmente a região Nordeste, fosse vinculada ao discurso da “seca”, onde várias décadas sua “imagem” resumia-se a um

mandacaru e uma ossada de gado ao seu lado, a seca é uma realidade que infelizmente ainda faz parte da vida de quem mora no sertão, porém hoje sabe-se que muito desse discurso, era mais atrelado ao discurso político e interesses privados, do que propriamente ao clima em si.

Com relação às principais formas de uso e ocupação, estas estão vinculadas a uma pecuária extensiva predominantemente, agricultura de subsistência temporária e agricultura irrigada em pequenas proporções, destaca-se também a atuação do agronegócio que através dos chamados “perímetros irrigados” muito tem impactado no âmbito socioeconômico das populações que habitam no semiárido. Com relação às principais cidades classificadas enquanto Macrorregiões turísticas do Litoral Oeste da Ibiapaba – MRT’s destacam-se Sobral, Camocim, Acaraú, Barroquinha, entre outras.

Os corpos hídricos também são fortes atrativos turísticos naturais, além da vegetação diferenciada com tipos principais; a ribeirinha (de maior diversidade e tipologia) e a de várzea predominante constituída por palmeiras como a carnaúba, além disso, os açudes e cursos d’água que compõem a planície fluvial constituem um forte potencial turístico. Como é o caso das principais cidades que fazem parte da MRT 2, as quais possuem grandes áreas aluviais: Sobral, Santana do Acaraú, Acaraú, Coreaú.

Turismo sertanejo: uma alternativa econômica para as regiões no semiárido

Como pode-se perceber a Depressão Sertaneja e as Grandes Áreas Aluviais, constituem sem dúvida o centro de atenção de um turismo verdadeiramente sertanejo e nordestino. As culturas sertaneja e ribeirinha estão presentes em suas diferentes escalas de manifestações artísticas, no forró pé de serra, vaquejada, cinema, festas juninas e diferentes expressões de artesanato.

Todos esses elementos até aqui apresentado, culmina em uma nova discussão para alavancar o setor econômico, principalmente dessas cidades interioranas, por meio do chamado Turismo Sertanejo, nesse sentido Seabra (2003) define o turismo sertanejo como:

“[...] proposta de compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos. O palco onde se desenvolvem as ações do turismo sertanejo corresponde aos pequenos centros urbanos interioranos (arquitetura, artesanato, culinária, folclore), bem como as

áreas rurais contíguas, destacando-se as paisagens naturais e agropecuárias. (p.143.).

Isso mostra uma perspectiva de melhoramento econômico, que até pouco tempo eram direcionadas apenas para o litoral, nos mostrando uma alternativa para a inserção de cidades pequenas no circuito produtivo local e regional por meio do setor turístico, no caso, no turismo sertanejo.

Para isso existem vários projetos e estudos que estão voltados para o sertão e outras localidades, entretanto vale ressaltar que ainda há uma grande carência nos estudos e impactos socioeconômicos que envolvam as comunidades locais dessas áreas, pois o que predominantemente ocorre é o estudo do “potencial” turístico e econômico, sem envolver as comunidades tradicionais, isso traz uma série de conflitos, uma vez que o maior beneficiado é o capital privado, por isso salienta-se que em meio esses planos governamentais e atuação do capital privado, faz-se extremamente necessário envolver e saber os anseios dessas comunidades.

Essa situação é historicamente perceptível nas Planícies Litorâneas, que naturalmente apresenta várias feições, como as dunas, falésias, entre outras, onde muitas comunidades pesqueiras que viviam ou vivem na orla marítima foram “expulsas” quer por meio do aumento do custo de vida, entre outros fatores, pela a valorização do turismo e principalmente pela especulação imobiliária nessas áreas litorâneas, (LIMA, 2007).

Essas por sua vez são áreas que representam uma faixa de terra que acompanha paralelamente linha costeira com largura que varia de cinco a dez quilômetros constituídos por sedimentos arenosos recentes e apresentam feições geomorfológicas geralmente bem exploradas pelo turismo chamado de “sol e mar”, tomando como exemplo praias, pós-praia, dunas móveis ou fixas, falésias vivas ou mortas, restingas, planície flúvio-marinha, recifes, entre outros.

As principais formas de uso e ocupação estão vinculadas a pesca artesanal ao turismo e lazer. As cidades mais procuradas são Camocim, Acaraú, Cruz e Barroquinha, destaque para Camocim que de certa forma apresenta opções diversificadas de lazer. Além disso, o manguezal é outro importante bioma pertencente a cidade de Camocim, conferindo-lhe mais importância do ponto de vista ambiental e turístico.

Quanto ao patrimônio cultural, salienta-se a presença de um grande acervo arquitetônico em diversos setores da cidade começando com a estação da ferrovia, mercado público, residência de Pinto Martins (aviador cearense que cruzou o oceano atlântico num pequeno bimotor) e outros atrativos como estuário do rio Coreaú, praias e barracas de praias com comidas típicas, fazem parte da cidade de Camocim.

Finalizando

Percebe-se que as políticas públicas na década de 1990, seguiram a Política Nacional de Investimento no Turismo, o Ceará não ficou distante dessas políticas. Inicialmente foram feitos estudos das condições e paisagens naturais que faziam parte do território cearense, sendo priorizada por uma série de interesse a zona litorânea.

Entretanto na segunda metade da mesma década há um direcionamento do turismo para áreas não litorâneas e/ou sertaneja, configurando uma nova dinâmica socioespacial nessas regiões, como é o caso da Macrorregião Turística do Litoral Oeste Ibiapaba, constituída predominantemente por cidades não litorâneas e que embora as litorâneas tenham grande atração, as cidades como Ibiapaba, Meruoca, dentre outras se revelam no cenário turístico do sertão.

Além disso, foi possível perceber como o turismo sertanejo pode ser uma alternativa econômica para as cidades não litorâneas que fazem parte do domínio semiárido, no caso como este setor está atuando na macroregião turística do Oeste Ibiapaba, alavancando e incrementando a economia local e regional dessas cidades, ações que ainda precisam de uma atenção mais redobrada para com as comunidades envolvidas nesse processo, revelando as contradições que permeiam a produção do espaço nessas cidades do semiárido cearense.

Ao se revelarem, estas cidades não mostram apenas suas belezas naturais, como o panorama que propomos aqui, mas revelam principalmente as contradições que permeiam uma produção do espaço urbano/rural desigual, demonstrando as contradições entre as transformações do lugar em ponto turístico, a comunidade local e as políticas públicas.

Bibliografia

BERNAL, Maria Cleide Carlos. *A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na reestruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2113-apa-serra-da-meruoca.html#conteudo> -Acesso: 01 de abril 2014.

LIMA, de. Céu Maria do. Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: mariscando resistências. In: *Ceará: um novo olhar geográfico*. (Orgs). SILVA, Borzarcchiello José; CAVALCANTE, Corrêa Tércia; DANTAS, Correia Wanderley...[ET al]. 2ª Ed. Atual- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

LOPES, Nascimento Nislene. *Produção do Espaço, Modernidade e cidades pequenas no Ceará: Um enfoque sob Guaramiranga*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Ceará – Uece, 2013.

SEABRA, Giovanni Farias de. *O turismo sertanejo como alternativa econômica no semiárido*. In: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Vol. 1Nº 2 págs. 137 – 143. 2003.

SOUZA, M. J. N. de & Carvalho, G. M. B. S. (Coord.). *Compartimentação geoambiental do Estado do Ceará*. Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2009.

SOUZA, Marcos J. N. *Contribuição ao Estudo das Unidades Morfo-Estruturais do Estado do Ceará*. Rev. de Geologia, (1): 73-91, jun /1988.

6

A CULTURA NEGRA E O TURISMO BRASILEIRO

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Desde o início do século XXI, o turismo brasileiro passou por várias transformações econômicas, sociais e culturais. Uma das características do planejamento e operação do turismo no país foi o reconhecimento de segmentos de mercado mais delimitados, seja enquanto potencial a ser explorado ou produto pronto para ser oferecido. Um país com características continentais como o Brasil implica em geografia variada e culturas pluralistas e complexas, portanto o desenvolvimento de novos roteiros ou temas implica em análise rigorosa desses segmentos para aproveitar sua riqueza étnica e cultural e evitar eventuais estereótipos ou preconceitos. O caso do turismo étnico-afro é um exemplo de como esses segmentos são importantes no Brasil, devido à sua história e aos cenários econômico, cultural e político atual.

Há três exemplos específicos, entre muitos possíveis, de como as políticas oficiais incentivaram sistemática e deliberadamente o turismo étnico afro no Brasil. Em 2006, o Ministério da Cultura e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), publicaram, sob coordenação de Rodrigo Martins Ramassote, o livro *Os tambores da Ilha. É um estudo sobre as “manifestações culturais populares maranhenses, o Tambor da Crioula ... é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores”* (RAMASSOTE, 2006, p. 16). O texto é uma das bases teóricas para oferecer subsídios ao turismo étnico afro no estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, um dos significativos pólos culturais do país.

Outro exemplo é o manual organizado pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, intitulado *Turismo étnico afro na Bahia*, publicado em 2009, que foi acompanhado pela organização do I Seminário Nacional de Turismo Étnico Afro, em agosto de 2010, em Salvador (onde fui convidado a fazer a conferência de abertura). Esse documento é uma importante referência conceitual e histórica e abrange os principais grupos étnicos afro da Bahia: sudaneses (ioruba, daomeanos, mina), bantos do grupo angola-congolês, bantos da Contra-Costa de Moçambique, islamizados (peuhls, mandingas, haussa), criadores e agricultores, homens da floresta e da savana, de civilizações totêmicas,

matrilineares e oatrilineares (BASTIDE, 1971, p. 67-68). O texto ainda inclui cultura e religiões de matriz africana; festas religiosas e populares; os quilombos e a resistência negra na época da escravidão; os circuitos e roteiros turísticos existentes e um completo calendário das atividades, cerimônias e festas da Negra Bahia.

O terceiro exemplo é o circuito Rota da Liberdade que promove o resgate e a valorização da história e da cultura negra no país por meio do desenvolvimento do turismo no Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, na divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os integrantes das comunidades negras tradicionais são inseridos no processo de conhecimento e gestão turística e na geração de emprego e renda. É uma rota marcada pelas antigas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e remanescentes quilombolas. Esses ingredientes conferiram ao circuito *Rota da Liberdade: Dever de Memória da Diáspora Africana no Brasil* um lugar de destaque mundial. Segundo o Desafio em Geoturismo 2009, realizado pela National Geographic Society e o Changemakers da Ashoka. O circuito está entre os dez mais inovadores programas de viagens sustentáveis do mundo (www.abolitions.org).

O problema fundamental que antecede qualquer planejamento ou organização de roteiros étnicos afro no Brasil refere-se à correta compreensão da complexidade das culturas negras existentes no país, em virtude de suas diversas origens africanas. Assim como não existe uma “cultura nativa” nas Américas, haja vista a pluralidade de povos indígenas no continente, como bem descrito por Darci Ribeiro, tampouco há uma “cultura negra”, pois:

“os negros introduzidos no Brasil pertenciam a civilizações diferentes e provinham das mais variadas regiões da África. Porém suas religiões estavam ligadas a certas formas de família ou organização clânica, a meios biogeográficos especiais, florestas tropical ou savana, a estruturas aldeãs ou comunitárias. O tráfico negreiro violou tudo isso.” (BASTIDE, 1971, p. 30).

Um projeto para entender o turismo étnico afro depende, portanto, inicialmente de uma compreensão histórica, cultural, social, econômica e política da negritude no Brasil, especialmente do que significou o brutal processo de escravidão que durou da primeira metade do século XVI até 1888, com a lei de libertação dos escravos. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão negra, base produtiva do sistema colonial de *plantation* (patriarcal, escravocrata, latifundiário, monocultura para exportação) e de todo o período agrícola do Império (1822-1889). Evidentemente tal processo provocou

fraturas na sociedade brasileira que foram, aos poucos, sendo compreendidas e superadas, à medida que o país fortaleceu o pluralismo democrático e a noção de cidadania e diversidade.

Uma cultura dinâmica

A valorização das culturas afro no Brasil é algo recente, pois durante séculos a etnia e a cultura negras foram características de seres humanos que não eram considerados cidadãos ou detentores dos mesmos direitos que as elites brancas, fruto do sistema escravocrata que existiu no país desde suas origens até o final do século XIX. Mesmo após a abolição da escravidão, no período republicano, a estrutura social dominante brasileira manteve clara distinção entre as elites e as classes populares. No caso do turismo, o desenvolvimento da área do Brasil esteve desde o início ligado exclusivamente às classes altas e médias que tinham condições de fazer consumo conspícuo. Isso significou o turismo das elites aristocráticas que ficavam nos poucos hotéis de luxo do país, nas décadas de 1930/1940, usufruindo o turismo termal, climático e os cassinos. Posteriormente, com a implantação da indústria automobilística (década de 1950), as classes médias passaram a ter segunda residência nas praias, montanhas ou campos. A frágil democracia era abalada por ditaduras (1930-1945 e 1964-1985) conservadoras que mantinham, apesar do discurso popular, nacionalista e demagógico, a hegemonia econômica e cultural das elites, agora ampliadas com os tecnoburocratas estatais.

O rico período de criação artística, cultural e educacional da década de 1960 foi interrompido pela ditadura militar de 1964. Somente a partir de meados da década de 1980, após a redemocratização do país, é que começam a aparecer interesses – acadêmicos, mercadológicos e políticos - pelos estudos de gênero e minorias étnicas, sexuais e culturais, no contexto do pluralismo e da diversidade que marcam as sociedades mais livres e dotadas de consciência ética e cidadã dirigida a todos os segmentos da população.

Finalmente, nas últimas duas décadas do século XX, a cultura afro brasileira aflora em vários pontos do Brasil e se constitui, aos poucos, em um respeitado e reconhecido segmento nacional que permite estruturar produtos culturais e artísticos, inserções na mídia, leis específicas contra a discriminação, políticas próprias e roteiros e

destinos turísticos que permitam valorizar e identificar as vertentes que formaram não apenas as culturas afro brasileiras mas como elas se articularam na formação da complexa cultura nacional. A importância dessas análises é:

- Traçar a história do início do reconhecimento das culturas afros no Brasil, através de textos acadêmicos e documentos oficiais, a partir do século XX, tendo como parâmetro de análise os estudos culturais, desenvolvidos em meados do século passado;
- Identificar as forças decisivas no próprio contexto dessas culturas, para garantir o respeito às identidades afro-brasileiras e a conquista de um orgulho e reconhecimento próprios;
- Compreender como os destinos e roteiros turísticos étnico afro se inserem nesse contexto e devem ser trabalhados. Essa compreensão é fundamental para evitar que os roteiros destinados a minorias culturais em geral, e em especial a cultura afro, sejam marcados pelos estereótipos, pelo estigma do “exotismo” ou pela reprodução de preconceitos ou incorreções que marcaram a vida dos negros no Brasil. O turismo étnico afro deve ser uma atividade orientada e conceitualizada pelas comunidades negras e inserido em uma realidade nacional marcada pela conscientização e valorização dessas culturas, visando não apenas objetivos mercadológicos, mas a permanente construção da cidadania e das culturas e identidades nacionais;
- Analisar também as relações entre turismo étnico afro e outras influências e tendências, seja em gênero, opção sexual, etnia, nacionalidade ou diversidade cultural, no sentido de compreender as necessidades de cidadania em uma sociedade pluralista e democrática.

O turismo étnico afro no Brasil

Entender outra cultura depende disponibilidade, alteridade e método científico para saber como essa cultura se manifestava e como ela interagiu com outras ao longo do tempo e do espaço. O Brasil é um país caracterizado por uma grande extensão territorial, por uma população quantitativamente considerável (cerca de 190 milhões de habitantes)

e por culturas complexas devido à mescla e convivência de várias etnias ao longo de sua história.

“As interpenetrações de civilizações não constituem fenômeno novo, ligado à expansão européia do século XIX. Ao contrário, pode-se dizer que a história da humanidade toda é a história do contato das lutas, das migrações e das fusões culturais.” (BASTIDE, 1971, p. 23).

A literatura, as artes plásticas em geral, os calendários de festas e eventos, roteiros turísticos, a mídia e as políticas públicas são algumas das fontes para se analisar e interpretar o turismo étnico afro.

Jorge Amado (1988, p. 44), vê Salvador, por exemplo, como

“... terra onde tudo se mistura e se confunde, ninguém é capaz de separar a virtude do pecado, de distinguir entre o certo e o absurdo, traçar os limites entre a exatidão e o embuste, entre a realidade e o sonho. Nas terras da Bahia, santos e encantados abusam dos milagres e da feitiçaria, e etnólogos marxistas não se espantam ao ver imagem de altar católico virar mulata faceira na hora do entardecer.”

Além do romancista Jorge Amado, outros escritores são importantes para entender a cultura local. João Ubaldo Ribeiro narra a vida de uma família negra baiana, vivendo na ilha de Itaparica e no recôncavo, uma área próxima a Salvador, geração por geração, durante quase três séculos. É um de seus melhores livros, intitulado *Viva o povo brasileiro* (1984), e analisa criticamente – e com bom humor – as facetas do cotidiano regional que ainda influencia a contemporaneidade baiana.

Outra fonte importante é o calendário de festas, em Salvador que ocorre em pleno verão, começando com a festa de Iansã (Oyá/Santa Bárbara), em 4 de dezembro; passando pela festa de Nossa senhora da Conceição da Praia (08/12); as procissões dos navegantes em 1 de janeiro; a festa de Iemanjá (02/02) e terminando com o carnaval, um evento multifacetado com blocos, trios elétricos, grupos independentes e uma movimentação popular de milhões de pessoas pelas ruas, praças e avenidas da cidade. Sem contar que o ano inteiro, durante todo dia da semana, há pelo menos uma festividade no calendário fixo que envolve cortejos, missas, bênçãos, música ou gastronomia. Todas essas festas possuem uma estrutura temática e estética que, na maior parte das vezes, situa-se entre o contexto católico e as manifestações do candomblé ou outras religiões de origem afro.

“Para um observador desatento, os festejos populares de Salvador podem parecer iguais. Eles pertencem ao mesmo ciclo do tempo das festas de verão. Pode até dizer que na Bahia, em toda festa de santo católico há procissão, lavagem de escadaria de igreja, banho de água de cheiro e o vai e vem de uma gente alegre que, ao mesmo tempo, paga promessa, bebe, se lambuza de azeite de dendê, canta e dança atrás do trio elétrico.” (COUTO, 2010, p. 93).

Evidentemente as diferenças existem e são significativas.

O texto de *Turismo étnico afro na Bahia* elenca as seguintes festas de Salvador (sem contar as festas religiosas católicas que estão em outro calendário da Bahia e as outras festas de outras regiões do Brasil):

- Festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte – nasceu nas senzalas, há cerca de 150 anos;
- Congada – mistura de herança africana com cultura portuguesa, sua origem remonta ao Congo, 1482;
- Lindo Amor – é um cortejo peditório em benefício das festas de Nossa Senhora da Purificação ou de São Cosme e Damião, tradição do tempo da escravidão;
- Nego Fugido – Folgado variante do quilombo, tem pelo menos um século;
- Zambiapunga – cortejo de homens mascarados que saem pela madrugada, era dedicada ao deus supremo do candomblé de Angola;
- Bembé do Mercado – realizada todo dia 13 de maio, desde 1889 (data em que a princesa Áurea assinou a lei que extinguiu a escravidão no Brasil), para comemorar o fim da escravidão.

No que se refere à música, a influência negra faz-se ouvir na batucada, no samba, no samba-reggae ou no Axé Music. A antropóloga Goli Guerreiro fez um estudo profundo sobre a musicalidade baiana em sua tese de doutorado (FFLCH-USP, 1999), intitulada *A trama dos tambores*, onde analisa mais especificamente o samba-reggae, um movimento musical que atrai polêmicas de músicos, estudiosos das culturas afro e antropólogos. Goli atualmente escreve um blog (<http://www.terceiradiaspora.blogspot.com/>) onde explora com muita abertura a situação mundial das culturas afro atuais e apresenta um conceito inédito de “Terceira Diáspora”, um conceito mais estético e midiático do que meramente sociológico:

“Grafiteiros em Salvador; performance multimídia no Harlem; salões de beleza em Brixton, Londres; estúdios de gravação de Kingston; cafés literários em Fort de France; santeria cubana; carnaval em Port of Spain; restaurantes de Lisboa; bandas afropop em Paris; artes plásticas em Dakar; filmes nigerianos; Kuduro em Luanda; festival de vodum no Benin.

A Terceira Diáspora trata da atualidade das culturas negras e percorre o repertório das cidades atlânticas em diversas formas de narrativas para reconhecer o circuito de comunicação que permite o deslocamento de idéias, atitudes, sons, imagens, modas, ideologias – aqui chamado de terceira diáspora, uma via tecnológica-digital que permite o deslocamento de signos culturais.

A primeira diáspora, pela via da escravidão, ocorreu com os deslocamentos históricos do tráfico negreiro e o retorno de ex-escravos para a África. A segunda, pela via dos deslocamentos voluntários, como a migração de jamaicanos para Londres; de portoriquenhos para New York; de beninenses para Paris; de angolanos para o Brasil, etc.”

Outro autor importante é Josué Montello, que analisa em seus romances a cidade de São Luis do Maranhão e seus arredores, como uma teia colorida de raças e culturas onde os tambores de mina convivem com as canções litúrgicas do catolicismo, onde até o Espírito Santo ganha a cor encarnada na forma de uma pombinha que nada tem de pueril. Seu romance, *Os tambores de São Luís*, descreve a trajetória de um brilhante rapaz negro em uma cidade que, no século XIX, ainda não tolerava a igualdade racial em todos os níveis (o rapaz não é aceito no seminário católico por causa da cor da pele), apesar de ter séculos de participação na comunidade.

Não é apenas a cultura negra que possui seus mistérios e sutilezas. A cultura do sertão nordestino ganhou em Ariano Suassuna (*Romance da Pedra do Reino*) uma riqueza de detalhes e contornos que exemplificam o que o autor qualifica de “Brasil oficial” e “Brasil real”. Esse Brasil real dos sertanejos nordestinos é o mesmo dos negros e mulatos, dos brancos pobres, dos índios e imigrantes submetidos às lutas cotidianas pela sobrevivência e reconhecimento de seus direitos de cidadania.

Em São Paulo, no caso da Rota da Liberdade, o circuito promove o resgate e a valorização da história e da cultura negra no país por meio do desenvolvimento do turismo no Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. Os integrantes das comunidades negras tradicionais são inseridos no processo de conhecimento e gestão

turística e na geração de emprego e renda. O projeto conta ainda com a implementação de acessibilidade para pessoas com deficiência nos roteiros.

A proposta é de uma viagem pelo ciclo do café, contando a saga do negro africano, sua história, cultura, gastronomia e religiosidade através de uma rota pelas antigas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e remanescentes quilombolas. O roteiro visa vivenciar experiências autênticas e ter contato com o modo de vida e a identidade de grupos étnicos afro-brasileiros. Esses ingredientes conferiram ao circuito *Rota da Liberdade: Dever de Memória da Diáspora Africana no Brasil* um lugar de destaque mundial. Segundo o Desafio em Geoturismo 2009, realizado pela National Geographic Society e o Changemakers da Ashoka, o circuito está entre os dez mais inovadores programas de viagens sustentáveis do mundo.

O trabalho é realizado junto as Comunidades Negras tradicionais da região como a Cia de Moçambique Unidos a São Benedito da cidade de Taubaté e a Associação Quilombolas do Tamandaré (Jongo de Guaratinguetá), além de parcerias em estudos sobre a Diáspora africana em instituições como o IEV (Instituto de Estudos Valeparaibanos), Museu Frei Galvão e Arquivo Histórico de Taubaté.

Esse é o segundo projeto de Turismo de Memória que segue as orientações da Unesco em seu projeto mundial "Rota do Escravo". O primeiro é desenvolvido na França ("Rota Turística das Abolições": www.abolitions.org).

O Brasil no contexto internacional afro

O turismo étnico é bem definido pelas políticas oficiais brasileiras:

“O Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.

O Turismo Étnico envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres.”

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf

Se for bem planejado, implementado e administrado, ele pode promover a interação do turista com a população local; dos turistas entre si, no contexto local; e dos moradores locais entre si, na relação com o turismo e os turistas. Essas são relações que devem promover a construção do respeito e tolerância pelo outro, base da cidadania nos países desenvolvidos e que engloba a educação e cultura, em uma sociedade civil organizada. O turismo étnico insere-se, portanto, no que se pretende entender por sociedades democráticas, pluralistas, complexas, multiétnicas e multiculturais.

No Brasil, os estudos sobre a consciência negra são recentes e seus primórdios possuem pouco mais de um século. O primeiro texto publicado foi *L'Animisme fétichiste des négres de Bahia*. (PARIS, 1900), escrito pelo médico Nina Rodrigues e foi um marco histórico da sociologia sobre o negro no Brasil.

Na década de 1950, houve estudos sobre o tráfico, a escravidão e a abolição, sob uma perspectiva histórica e econômica, além de estudos antropológicos sobre as diferenças físicas e culturais dos diversos grupos de negros que vieram da África.

Mas foi apenas depois da década de 1970 que surgiram estudos realizados com base na consciência dos próprios negros sobre identidade, inclusão e participação social. Com a redemocratização do país (1985), surgiram as políticas públicas direcionadas a grupos específicos para fortalecer a inclusão e quebra de preconceitos, surgem ações afirmativas para garantir visibilidade e direitos a todas as etnias, culturas e estilos de vida. Nesse sentido, uma autora fundamental é Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Negra, pobre e favelada, nascida em Sacramento (MG), Carolina de Jesus escreveu *Quarto de despejo*, um texto base para estudos culturais no Brasil. Carolina conheceu desde a infância a discriminação em uma sociedade elitista daquela época, devido a sua condição de neta de escravos, negra e pobre. Passou a infância e adolescência andando pelas cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo, procurando sobreviver. Em 1937, aos 23 anos, perdeu a mãe e foi para São Paulo, em busca de melhores oportunidades. Entre empregos informais e trabalhos domésticos, a futura escritora, sonhava com a literatura. Anos depois, morando em uma favela e vivendo da coleta de papéis, Carolina escrevia constantemente, em folhas encontradas no lixo.

O reconhecimento veio por acaso quando o repórter do jornal "Folha da Noite", Audálio Dantas foi fazer uma matéria sobre a favela do Canindé (1958). Entre os barracos da favela, o jornalista conheceu de Carolina, que mostrou seus textos a ele. Era seu diário,

escrito em cadernos velhos, relatando a dura realidade em que vivia Carolina e os outros favelados do Canindé. O jovem repórter ficou maravilhado com a leitura e em 19 de maio de 1958, o jornal publicou parte do texto. Em 1960, a obra foi publicada na íntegra, com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares. Na noite de autógrafos, foram vendidos 600 exemplares, no fim do ano as vendas somavam 100 mil cópias. *Quarto de Despejo* foi publicado em 13 línguas em mais de 40 países. Esse foi um significativo marco de inclusão na literatura brasileira, onde a pobreza foi mostrada não apenas por textos acadêmicos, mas por alguém que viveu e sofreu suas mazelas e consequências. As elites ofereceram grande resistência à sua carreira literária, justamente pelo fato de ser pobre e fora dos círculos artísticos e literários locais.

O turismo contemporâneo consciente deve nutrir-se justamente dessa diversidade, das várias possibilidades de inclusão, das soluções que proponham sustentabilidade e “autenticidade” nas experiências culturais vivenciadas junto a outras comunidades, etnias e culturas.

O turismo étnico constitui-se das atividades decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer contato com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, aprender suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Busca também as próprias origens do turista, em um retorno às tradições dos seus antepassados. Envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores em seu modo de vida, saberes e fazeres (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Segmentação do turismo

O turismo étnico-afro engloba diretamente outros aspectos culturais além das festas e danças, como a gastronomia, os centros culturais, os museus e toda uma rede de relacionamentos formais ou informais que envolvem a comunidade local e, eventualmente, os turistas. No Brasil, uma das principais obras específicas sobre gastronomia e orixás intitula-se *Comida de santo*, escrito por Maria Helena Farelli (Rio de Janeiro: Pallas, 2000). Outro livro importante é *Santo também come*, (Rio de Janeiro: Pallas) de Raul Geovanni da Motta Lody, um antropólogo e museólogo especializado em estudos afro-brasileiros.

Um ingrediente culinário fundamental da cozinha baiana é o azeite de dendê ou óleo de palma, que é misturado a outros temperos como gengibre, amendoim, castanha

e cozidos no leite de coco proporcionando uma cozinha com estilo próprio, especialmente na Bahia. Pratos como acarajé, moquecas, bolinho de estudante, vatapá, caruru, quindins e cocadas são algumas das delícias locais. Nos outros estados do Brasil, onde a cultura afro é significativa, existe uma gastronomia específica com pratos regionais igualmente relevantes.

Em outros países a influência africana na culinária também é marcante, como em New Orleans (EUA); no Caribe, onde Carla Guerrón-Montero estuda a chamada *Afro-Antillean Cuisine*; ou a *Afro-Lusitanian Cuisine*, existente em Moçambique, África do Sul. No Brasil, a pesquisadora Mercia Maria Aquino de Queiroz publicou sua tese de doutorado *Turismo de raízes na Bahia* (Salvador: UFBA, 2008), onde analisa justamente essas influências e efeitos culturais, tão ricos e complexos na sociedade brasileira.

As pesquisas com ingredientes culinários são parte de uma pesquisa maior que envolve sementes, plantas, flores, frutos e tudo o que a flora tropical brasileira pode oferecer para alimentação, remédios, encantamentos ou venenos. A Fundação Pierre Verger elenca vinte e cinco títulos em sua seção de “Botânica” no Brasil (http://www.pierreverger.org/fpv/index.php?option=com_content&task=view&id=139&Itemid=537), sem contar as seções específicas sobre a África, a França ou outros países do mundo.

O clássico sobre as plantas africanas é o livro de Pierre Fatumbi Verger, intitulado *Ewé – O uso das plantas na sociedade loruba* (São Paulo: Companhia das Letras), um guia detalhado sobre as características e propriedades de várias plantas importantes para as religiões afro-brasileiras.

A cultura negra está localizada também em museus onde passam por curadoria especializada de membros das comunidades afro-descendentes e oferecem acervo para observação, pesquisa e conscientização para a cidadania e cultura. No Brasil, dois museus destacam-se: o *Museu Afro Brasil*, localizado em São Paulo, no parque do Ibirapuera e o *Museu Afro-Brasileiro da Bahia*, localizado em Salvador.

Nos Estados Unidos, país onde o racismo e os conflitos raciais foram muito mais explícitos do que no Brasil, há vários museus importantes: *Afro-American Museum*, em Boston e Nantucket; *California African American Museum*, e, San Francisco; *African Art Museum*, em Washington DC e o *African American History and Culture Museum*, também em Washington DC, é ainda parte do American History Museum, mas terá um

edifício próprio nos próximos anos. Esses museus da capital norte-americana fazem parte do complexo Smithsonian Institution, uma das maiores atrações turísticas culturais dos estados Unidos.

Finalizando

O turismo étnico afro surge no, Brasil, no contexto de uma crescente valorização das culturas negras que migraram para a América na época da escravidão colonial europeia e mesclaram-se a outras culturas, seja a europeia ou as nativas americanas, formando novas configurações sociais, econômicas e culturais. Roger Bastide identifica, ao longo da história das lutas dos negros pelo reconhecimento civil,

“uma espécie de antagonismo entre duas soluções ao problema do negro brasileiro, a solução cultural e a solução política; onde triunfou a primeira, a política não teve presença, e onde a segunda prevaleceu, a resistência cultural anterior logo se anulou.” (BASTIDE, 1971, p. 74).

O turismo étnico afro precisa ter consciência de que se insere em uma vertente histórica e em um espaço econômico, cultural e social que exige cuidados e atenções para uma população que foi, durante séculos, submetida a um tratamento desigual provocado pelo racismo sistematizado no regime escravocrata, que deixou marcas visíveis e sensíveis na sociedade brasileira. Por causa da estabilização democrática e das conquistas no âmbito da cidadania, do pluralismo e da diversidade, juntamente com outros segmentos excluídos ou marginalizados da sociedade, as culturas de origem negra ganharam espaço e visibilidade, participando cada vez mais da vida nacional em todos os níveis. O problema analisado por Roger Bastide precisa ser considerado pelo turismo. O setor deve auxiliar tanto no campo das políticas públicas de turismo e de inclusão social, quanto na elaboração de políticas – públicas ou privadas – no campo das artes e cultura. Dessa forma, pode-se minimizar essa dicotomia entre política e cultura através de práticas de lazer, esportes e turismo que considerem a participação das comunidades envolvidas nos diversos projetos, que garantam a sustentabilidade – natural e cultural – a inclusão e a justa distribuição de renda e lucros.

As palavras que Edward Said utiliza para exemplificar o preconceito em relação aos orientais serve perfeitamente para os negros:

“Junto com todos os outros povos designados, de forma variada, como atrasados, degenerados, incivilizados e retardados, os orientais eram vistos numa estrutura construída a partir do determinismo biológico e da censura moral-política. O oriental era, portanto, associado a elementos na sociedade ocidental (os delinquentes, os insanos, as mulheres, os pobres) que tinham em comum uma identidade mais bem descrita como lamentavelmente estrangeira.” (SAID, 2007, p. 281).

Os negros eram os estrangeiros nas sociedades escravocratas americanas, os próprios nativos eram vistos como estrangeiros perante o verdadeiro estrangeiro que era o europeu, mas que se via imbuído de uma missão sagrada (levar a verdadeira religião cristã aos outros povos) e civilizatória (disseminar a ciência, a boa gestão e o progresso).

No século XIX, antropólogos darwinianos e frenologistas estruturavam teorias racistas, totalmente sem base científica, para justificar a pretensa superioridade da civilização ocidental, cristã e eurocêntrica, sobre os outros povos. Essas teorias racistas foram enriquecidas pela linguística comparada e pela filologia da época (Said, 2007, p. 148). Os ecos desses antigos preconceitos ainda são sentidos nos interstícios do cotidiano do mundo globalizado, quando não nos discursos dos partidos racistas de extrema direita que se organizam saudosos do nazi-fascismo e dos antigos projetos imperiais, seja o colonialismo europeu, o imperialismo capitalista ou a ideologia socialista soviética ou chinesa.

Observando a crescente valorização das culturas afro no Brasil e no mundo, a estruturação de roteiros e destinos turísticos baseados especialmente na etnia e na cultura, surge o questionamento sobre o que levou uma cultura marginalizada, estigmatizada e considerada inferior a ser gradualmente reconhecida e respeitada. Esse reconhecimento e respeito surgiram de dentro para fora, ou seja, as próprias comunidades de ascendência africana passaram a se orgulhar de suas raízes e a assumir suas características étnicas e culturais: tipos e cortes de cabelos, vestuário, música, alimentação, linguagem, posturas, tradição e imaginário. Mas, existiu algo forte suficiente para catalizar e incentivar valores que transcenderam os seculares preconceitos que mantinham os negros e mulatos em um patamar inferior na sociedade brasileira? A resposta é sim e, de acordo com vários estudiosos, a motivação é religiosa.

“A manutenção das religiões africanas deve ser vista definitivamente no dualismo de classes opostas. O negro não podia se defender materialmente contra um regime onde todos os direitos pertenciam aos brancos; refugiou-se, pois, nos valores místicos, os únicos que não lhes podiam arrebatá-lo. Foi ao combate com as únicas armas que lhes restavam, a magia dos feiticeiros e o

mana de suas divindades guerreiras. Mas, naturalmente, essa nova orientação dada às representações coletivas trazidas da África alteraria o seu significado.” (BASTIDE, 1971, p. 96).

Foi esse mesmo sentimento religioso que provocou a revolução dos escravos no Haiti (iniciada em 1791, culminou com a independência da França em 1804, sendo considerada a única rebelião vitoriosa dos escravos desde a antiguidade ocidental) e marcou as religiões afro no sul dos Estados Unidos, no Caribe e em vários pontos da América do Sul.

Mas e o trabalho de evangelização cristã feito por missionários franciscanos, dominicanos e jesuítas junto aos índios e aos negros?

“A catequização permaneceu superficial: o catolicismo se sobrepôs à religião africana, durante o período colonial, mas não a substituiu. À sombra da cruz, da capela do engenho e da igreja urbana, o culto ancestral continuou, o que levou Nina Rodrigues a afirmar, no fim do período escravista, a ‘ilusão da escravidão’”. (BASTIDE, 1971, p. 181).

Essas religiões africanas animistas receberam, no Brasil, a denominação de “candomblé”, com características bem definidas e locais. Nessas religiões, há um deus primordial que se utiliza dos orixás, antigos seres vivos que adquiriram energias poderosas, para se comunicar com os humanos. Na África, o orixá é familiar e cada família tem os seus orixás, sendo o membro mais velho da família seu oficiante. Ali encontram-se cerimônias públicas com todos os orixás. A festa do inhame, por exemplo, principal alimento africano, começa logo depois da colheita com uma oferenda aos orixás antes de ser distribuído ao povo.

No Brasil cada terreiro de candomblé tem vários orixás, na África cada terreiro possui apenas um orixá.

Reginaldo Prandi considera que “desde o início as religiões afro-brasileiras se formaram em sincretismo com o catolicismo, e em grau menor com religiões indígenas. O culto católico aos santos, numa dimensão popular politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos. Com a umbanda, acrescentaram-se à vertente africana as contribuições do kardecismo francês, especialmente a ideia de comunicação com os espíritos dos mortos através do transe, com a finalidade de se praticar a caridade entre os dois mundos, pois os mortos devem ajudar os vivos sofredores, assim como os vivos devem ajudar os mortos a encontrar, sempre pela prática da caridade, o caminho da paz eterna, segundo a doutrina de Kardec. A umbanda perdeu parte de suas raízes africanas,

mas se espalhou por todas as regiões do País, sem limites de classe, raça, cor. Mas não interferiu na identidade do candomblé, do qual se descolou, conquistando sua autonomia. O candomblé também mudou. Até 20 ou 30 anos atrás, o candomblé era religião de negros e mulatos, confinado, sobretudo, na Bahia e Pernambuco, e de reduzidos grupos de descendentes de escravos em distintas regiões do País. No rastro da umbanda, a partir dos anos 1960, o candomblé passou a se oferecer como religião também para segmentos da população de origem não-africana.” (PRANDI, in file:///C:/Documents%20and%20Settings/trigo/Meus%20documentos/Prandi%20Deuses%20africanos%20no%20Brasil.htm)

Essas religiões sofreram preconceitos no passado e ainda hoje são estigmatizadas por alguns grupos evangélicos. O maior estranhamento deve-se aos cristãos, por causa da imolação (matança de animais), mas os judeus e muçulmanos exercitam essa prática. Alguns grupos judeus matam animais na festa denominada Kaparot, como purgação dos seus pecados. Os muçulmanos, no final do Ramadã, matam cordeiros, na. Eid-Al-Adha, festa de sacrifício do Islã, onde sacrificam carneiros, igualmente para remissão dos pecados. O sacrifício do cordeiro e de outros animais no templo de Javé é descrito normalmente em vários livros do Antigo Testamento.

Para Tasso Gadzanis, vice-presidente da São Paulo Turismo e profundo estudioso de religiões afro-brasileiras, a valorização e respeito das culturas negras no Brasil deve-se diretamente ao Candomblé, pois ele garante um lado místico que atende aos anseios populares. O candomblé é a resposta psicológica para determinado problema pessoal. Tudo é ligado ao antepassado, pelo qual há um respeito muito grande e isso cria um espírito de consciência histórica e coletividade que permite a dignidade das pessoas.

Não há um consenso sobre o número dos deuses no panteão africano. Os antigos autores europeus consideravam 402 Orixás do candomblé (Mãe Menininha de Gantois os chamava de *Encantados*). No Brasil cultua-se cerca de 20. Roger Bastide compara os nomes das divindades nos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, e Maranhão e em Cuba e Haiti e descreve um total de 22 divindades (BASTIDE, 1971, p. 364-369). Reginaldo Prandi enumera 16 Orixás da nação queto.

O turismo étnico afro deve considerar suas raízes e elas são animistas, trazidas da África e influenciadas pelos nativos brasileiros e pelo catolicismo europeu. Respeitar as religiões de origem africana é a base, a plataforma a partir da qual pode se estruturar o

planejamento, a operação e a gestão dos roteiros e destinos turísticos nessas comunidades com uma história ao mesmo tempo tão rica e sofrida. A chave da valorização das culturas negras no Brasil e em outros lugares das Américas passa pelas religiões africanas e sua articulação com outras culturas, sua influência poderosa e lúdica, tão diferente da melancolia ou seriedade dos espíritas, dos evangélicos e de alguns católicos. O animismo africano mesclou-se com o catolicismo popular graças aos seus cantos, danças, cores e profusão de santos que competem com a divindade central, por sua vez é tríplice e com uma mãe igualmente santa e venerada.

O antropólogo francês Pierre Fatumbi Verger, ao longo de sua obra, teve a capacidade de encontrar os pontos comuns entre o Brasil e a África, proporcionando contatos e trocas que enriqueceram ambos os lados do Atlântico, sendo por isso respeitado e aceito pelo povo de Santo, tanto que inseriu o nome africano “Fatumbi” entre seus nomes originais franceses.

O turismo étnico afro no Brasil depende de se compreender como a sociedade brasileira trabalha a diversidade étnica, sexual, religiosa e cultural, é uma vertente avançada e complexa da democracia inclusiva e participativa proposta a todos os segmentos sociais, inclusive os historicamente marginalizados e excluídos. Finalmente, as religiões afro possuem uma estética, uma densidade cultural e histórica comparável a outras religiões estabelecidas como as diversas vertentes cristãs, o judaísmo, o islamismo, as religiões orientais. Respeitar esse arcabouço histórico e geográfico, étnico e cultural, é colaborar para um turismo mais amplo e inclusivo, para uma sociedade mais tolerante e participativa onde a cidadania não mais pertence a elites ou grupos minoritários, mas é repartida por toda a sociedade.

Anexo I – Cronologia parcial dos principais autores e estudos sobre o candomblé no Brasil

1900 – Nina Rodrigues (médico) é o primeiro a publicar, em Paris, um estudo intitulado *O animismo fetichista dos negros baianos*

Início do século. XX - Manuel Quirino realiza alguns estudos amadores.

1906 – João do Rio (Paulo Barreto), publica *As religiões do Rio*.

1930/1950 – Artur Ramos e Edson Carneiro pesquisam sobre a Bahia; Gonçalves Fernandes, Vicente Lima e Pedro Cavalcante pesquisam sobre Pernambuco.

1943 – O antropólogo norte-americano Melville J. Herskovitz, pioneiro nos estudos sobre cultura negra nos Estados Unidos, faz estudos sobre o batuque, do Rio Grande do Sul.

1947 – Manuel Nunes Pereira publica, *A Casa das Minas: contribuição ao estudo das sobrevivências do culto dos voduns, do panteão Daomeano, no Estado do Maranhão*. Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, 1947 (2.ed Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 1979)

1947 - Octavio da Costa Eduardo faz estudos sobre o Tambor-de-mina (MA)

1950 – René Ribeiro e Waldemar Valente fazem estudos sobre Pernambuco

1957 – Pierre Verger publica, originalmente em Dakar (no Brasil apenas em 1999), o livro *Note sur le culte des orisas et vodun à Bahia, la Baie de tous les saints au Brésil et à l'ancienne Côte des esclaves en Afrique*.

1961 – Candido Procópio Ferreira de Camargo faz estudos sobre o Kardecismo e a Umbanda

1958 – Roger Bastide lança *Le candomblé de Bahia* (publicado no Brasil em 1978), livro que deu ao candomblé o status sociológico de religião.

1960 – Roger Bastide lança *As religiões africanas no Brasil*, publicado no Brasil em 1999. O texto é o ponto de partida da moderna interpretação científica da religião dos orixás no Brasil.

1970 – Renato Ortiz publica *A morte branca do feiticeiro negro* (São Paulo: Brasiliense)

Yvonne Maggie publica *Guerra de orixá* (Jorge Zahar, 2001).

1972 – Marco Aurélio Luz e George Lapassade publicam *O segredo da macumba* (Rio de Janeiro: Paz e Terra)

1975 - Peter FRY e Gary Nidel HOWE, publicam *Duas respostas a aflição: umbanda e pentecostalismo*. Debate e Critica - Revista quadrimestral de Ciências Sociais. São Paulo, HUCITEC, n. 6 1975.

1975 – Ruth e Seth Leacock publicam *The spirit of the deep*, sobre o batuque do Pará

1976 – Anaíza Vergolino e Silva defende a dissertação em Antropologia, na Unicamp (SP) intitulada *O tambor das flores*, sobre uma federação de terreiros do Pará.

1976 – Juana Elbein dos Santos publica *Os nagô e a morte* (Petrópolis, RJ: Vozes, 1996). Livro muito usado pelos próprios candomblés pela importância de revelação dos significados históricos dos cultos.

1981 – Pierre Fatumbi Verger publica o clássico *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Receituário denso, fidedigno, preciso de cada um dos orixás cultuados no Brasil. Com esse livro Verger lançou a ponte definitiva entre Brasil e África.

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Luiz. *O reino dos mestres – a tradição da jurema na umbanda nordestina*.

Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Pioneira/Edusp,

1971.

_____ *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas*. Salvador: EDUFBA, 2010.

DIAS, Tânia Maria da Cunha. *A baiana do acarajé, uma empresa familiar de sucesso*.

Dissertação de mestrado apresentada na escola de Administração, no Núcleo de

Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal da Bahia. Salvador,

1997.

FERRETTI, Sergio F. *Querenbentã de Zomadônu – etnografia da Casa das Minas do*

Maranhão. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

PRANDI, Reginaldo. *Os príncipes do destino – histórias da mitologia afro-brasileira*. São

Paulo: Cosac Naify, 2001.

_____ *Morte nos búzios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____ (Org.) *Encantaria brasileira – O livro dos Mestres, Caboclos e Encantados*. Rio

de Janeiro: Pallas, 2004.

PRATTI, Mary Louise. *Ojos imperiales – Literatura de viajes y transculturación*. México:

FCE, 2010.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *Os tambores da ilha*. Brasília: IPHAN, 2006.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.) *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*.

São Paulo: Roca, 2005.

TRIGO, Luiz G. G. e PANOSSO, Alexandre N. *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo:

Aleph, 2009. *Turismo étnico afro na Bahia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 2002.

7

AO SOM DAS CAIXAS, À SOMBRA DA JUÇAREIRA, ENTRE MATRACAS E PANDEIRÕES

Rosalva Reis

Este capítulo enfoca as particularidades culturais do Maracanã, localidade situada em São Luís-MA. A escolha se dá pelas características intrínsecas do local, que o singulariza no contexto ludovicense²; e pelo conhecimento que se tem a partir da vivência e da orientação de estudos e projetos no local. Foram desenvolvidos com acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Maracanã, os projetos de extensão Gestão Ambiental Participativa na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã: a fase da sensibilização (em duas versões) e Conhecendo a APA do Maracanã (em três versões); os projetos de Iniciação Científica Potencialidades Econômicas da Área de Proteção Ambiental do Maracanã e Uso e Cobertura do Solo na Área de proteção Ambiental do Maracanã: subsídios para o zoneamento ambiental; e as monografias O Desenvolvimento do Turismo Rural na Área de Proteção Ambiental do Maracanã e Impactos Socioambientais no Rio Maracanã.

O Maracanã está situado na zona rural de São Luís, distante aproximadamente 25 km do principal centro comercial da capital, de fácil acesso através da BR-135. Destaca-se pelas suas características naturais (bastante alteradas nas últimas décadas) e por seus aspectos culturais.

As manifestações culturais ocorrem, praticamente, o ano todo no Maracanã. Envolve grande parte da comunidade local e atraem um número significativo de visitantes oriundos das mais diversas localidades.

Ao falar do Maracanã é difícil não lembrar do Batalhão de Ouro (grupo de bumba-meu-boi local) e da Festa da Juçara, por exemplo. Neste trabalho serão abordadas estas manifestações e mais a Festa de Reis e a Festa do Divino.

Segundo Laraia (1997 apud CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010) cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos materiais e imateriais que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. Ou seja, a cultura é construída ao longo

² Relativo ou pertencente a São Luís.

de processos históricos e materiais de um povo, através de suas inter-relações e modos de vida.

Chauí (2007 apud CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010) entende a cultura como uma instituição social, sendo determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização.

Para Turner (apud SAHLINS, 1997, p. 122), mencionado por Carneiro, Oliveira e Carvalho (2010), a cultura deve ser entendida como

“[...] o meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação à sua situação histórica em transformação”.

Percebe-se, nitidamente, um sentimento de pertencimento expresso de diversas maneiras: nas falas, nas toadas, cantigas.

Maracanã - histórico de ocupação

Conforme destaca Silva e Martins (2011), a comunidade do Maracanã se formou no início do século passado quando o mesmo ainda fazia parte do Distrito de São Joaquim do Bacanga.

Segundo a senhora Naide Mendes (2010), moradora antiga do lugar (já falecida), a chegada dos primeiros moradores começou com negros fugitivos do Bacanga que, por serem barulhentos, foram expulsos e se aglomeraram no local formando uma nova comunidade batizada de Maracanã, nome de um pássaro barulhento e que destruía as lavouras. As famílias Barbosa, Algarves, Pereira, Costa e Coutinho são consideradas como as primeiras a chegarem ao lugar. Araújo (2012) cita, ainda, as famílias Garcez, Santos e Meireles como participantes deste momento inicial.

O Maracanã se localiza a 25 do Centro Urbano de São Luís. É constituído por uma variedade de povoados que engloba toda área denominada Maracanã. São eles: Alegria, Ferventa, Ambude e Bacanguinha. Ao norte o Maracanã limita-se com o Rio Bacanga, ao sul com o povoado de Rio Grande, a leste com a BR 135 e a oeste com a Vila Maranhão.



Localização da Área de Proteção Ambiental do Maracanã

De acordo com Naide Mendes, a base econômica restringia-se a economia informal de pequenos comerciantes, sitiante, pequenos lavradores - hortifrutigranjeiros, tiradores de pedras e funcionários públicos.

Outra considerável fonte de renda é o cultivo de frutas tropicais para transformação em polpas.

A toada do Bumba-meu-boi do Maracanã de autoria de Humberto Barbosa Mendes, mais conhecido como Humberto de Maracanã, relata como se deu a formação da comunidade de Maracanã.

Maracanã, em você estou inspirado este ano pra cantar algumas coisa do teu passado;

Foram cinco famílias que aqui tudo começaram: Pereira, Coutinho e Barbosa, Costa e Algarves por cem mil réis te compraram;
Teu povo vivia de lavoura e pescaria, carvão no cofinho pra cidade iam vender;
Teu meio de transporte era mesmo embarcado pelo Rio Bacanga tanto fazia chover;
E o teu nome tu ganhou de um arvoredo que aqui tinha demais batizado por nossos velhos pais;
Em 1875 aconteceu a tua fundação. No dia 13 de junho os nossos velhos pais festejaram Santo Antônio e São João. (Humberto de Maracanã).

Festa de Reis

Uma das festas de maior destaque no bairro do Maracanã é a Festa de Reis (Figura 2). Dona Honorina Algarves, conhecida carinhosamente na comunidade como Dona Nonoca (falecida), por muito tempo coordenou a Festa de Reis de Alecrim que é realizada todos os anos nos dias 5, 6 e 7 de janeiro (REIS; GALVÃO; SOARES, 2011).



Festa de Reis. Fonte: Silva; Martins (2011)

Silva e Martins (2011, p. 37) destacam o relato de uma das organizadoras da festa: segundo dona Maria de Fátima Santos Coutinho, “a manifestação foi criada em 1936 como continuação de uma festa chamada de Reis do Maracanã. Estruturalmente a festa continuou com o mesmo formato, mudando apenas a denominação para Reis de Alecrim, fazendo referencia a planta Alecrim. A manifestação em si é composta de duas fileiras de moças e senhoras que dançam acompanhando os “reis” e “rainhas”. Estes devidamente caracterizados, com uma indumentária que faz referência às cortes europeias da Idade Média. Ao som de castanholas, violas e instrumentos de sopro, são realizados quatro

ensaios nos dias 24, 25 e 31 de dezembro e em primeiro de janeiro, onde os guias ensinam os demais acompanhantes do grupo a cantar e a dançar”.

Na véspera do “dia de reis”, mais precisamente no dia 5 de janeiro, antes da festa começar, o local onde vai ocorrer a manifestação é defumado, reza-se uma ladainha, um “Pai Nosso”, uma “Ave Maria” e uma oração conhecida como “Glória ao Pai”. A “rainha” e o “rei” saem com as vestimentas brancas durante a madrugada, enquanto foguetes são usados para chamar os pais dos reis e das rainhas para levarem as oferendas. No penúltimo dia da festa, os reis saem para visitar outras comunidades. Segundo dona Maria de Fátima, a festa termina no dia sete de janeiro com o tradicional “Reis Pobre”, denominado dessa forma pelo fato dos reis percorrerem os bairros vizinhos pedindo donativos.

Para Dona Nonoca, o diferencial da festa de Reis do Alecrim em relação às outras existentes na comunidade é o “Reis Pobre”. É uma espécie de carnaval, cujos integrantes se saem pela manhã pedindo donativos, pelas ruas da comunidade, ao som de marchinhas. Só retornam ao barracão ao anoitecer, momento em que se realiza uma grande festa com a distribuição de bebidas e os donativos adquiridos.

Uma das músicas que bem caracteriza este momento é a seguinte:

Reis Pobre
Aonde o reis é bom
É no Maracanã
A Nossa viagem ficou pra manhã

Adeus amigo
Adeus companheira
O nosso reis é pobre
Não tem mais dinheiro

O viva o reis do Maracanã
A nossa viagem ficou pra manhã.

Festa do Divino

No Maracanã, a Festa do Divino é realizada em várias residências, porém, a mais conhecida é a da residência de Dona Célia. Segundo ela, a festa é uma herança deixada por sua mãe (REIS; GALVÃO; SOARES, 2011).

A festa conta com a participação de um império que é formado por um casal de mordomos mós, um casal de mordomos régios e por um casal de imperadores. Todos representados por crianças da própria comunidade e conta ainda com a participação de caixeiras, mulheres que batem em uma espécie de caixa com couro de bode, sendo responsáveis também pelas cantigas (Figura 3). A Festa do Divino é realizada na 2ª semana do mês de junho na residência de Dona Célia e conta ainda com o patrocínio de produtos alimentícios e bebidas de diversos comerciantes da região (REIS; GALVÃO; SOARES, 2011).



Festa do Divino. Fonte: Reis; Galvão; Soares (2011)

Festa da Juçara

Outra grande manifestação cultural da comunidade do Maracanã é a festa da juçara. Apesar de não ter o cunho religioso da maioria das manifestações locais, já se tornou tradicionalíssima nos seus quarenta e três anos de existência.

Esta festa foi iniciada em 1970, pela engenheira agrônoma Rosa Mochel, que através das suas observações constatou a grande abundância da juçara (*Euterpe oleraceae*) na região. Segundo dona Maria de Jesus Marques, mais conhecida como Dona Cotinha e, durante muito tempo, presidente da Associação dos Amigos da Festa da

Juçara, nessa época havia uma grande quantidade da fruta, mas o mercado consumidor era escasso, o que motivou a doutora Rosa Mochel a organizar a festa. Desde então, todos os anos, nos finais de semana do mês de outubro, que é a época do amadurecimento do fruto, é realizada a festa. Que hoje conta com uma boa estrutura, representada pelo Parque da Juçara construído pelo governo municipal para a realização das festividades.

O Parque da Juçara apresenta em sua estrutura cinquenta e quatro barracas, sendo que destas, 33 barracas são para comercialização da juçara (Figura 4). As outras barracas são: do artesanato, das trilhas ecológicas, recepção, comidas, caldo de cana, e várias outras barracas de lanche. Por esta divisão de barracas pode-se constatar a comercialização de outros produtos além da juçara (SILVA; MARTINS, 2011). Com destaque para o artesanato e para as trilhas ecológicas que são realizadas durante a festa. O parque passou por reformas em 2007, e em sua estruturação foram acrescentadas passarelas, para o melhor deslocamento das pessoas dentro do parque, e um palco no centro do parque para apresentação das atrações culturais. O parque da juçara é de fácil acesso o que facilita o deslocamento da população.



Parque da Juçara Fonte: Reis; Galvão; Soares (2011)

Nos últimos anos a produção de juçara não tem sido suficiente para abastecer a festa. Este fato motivou a compra do produto oriundo de outras localidades (outros bairros, município e o estado do Pará).

Milhares de pessoas se dirigem ao Maracanã nos finais de semana do mês de outubro para participar da festa.

Bumba-meu-boi de Maracanã

Conforme destaca Reis, Galvão e Soares (2012), dentre as manifestações culturais do Maranhão está o Bumba-meu-boi. A apresentação relata a história da esposa de um vaqueiro que desejou comer a língua do boi mais estimado pelo patrão. Chico, ou pai Francisco, para satisfazer Catirina mata o boi. Depois é empreendida uma grande tarefa envolvendo índias, vaqueiros campeadores, pagés para ressuscitar o boi. Quando isto acontece há uma grande festa no terreiro ou arraial. As toadas são cantadas pelo amo.

A encenação deste espetáculo é uma das principais atrações nas centenas de arraiais espalhados por todo o estado e concentrados na capital. O mês de junho, onde se celebram festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, marca o ponto alto das apresentações. Porém, antes há meses de preparo das indumentárias, instrumentos e ensaios.

O batizado marca o momento em que as brincadeiras estão preparadas. Há a temporada de apresentações que, originalmente, é encerrada pela morte do boi. Esta morte ocorre na sede/rebanho com vários dias de festa.

Existem vários sotaques de bumba-meu-boi. Eles correspondem ao ritmo e instrumentos predominantes na brincadeira. Entre eles está o *Sotaque de Matraca ou Sotaque da Ilha*. Característicos da capital, seu instrumento de destaque é a **matraca**, que são dois pedaços de madeiras. Entre os personagens estão os caboclos de penas, rajados, índias.

As toadas, como são conhecidas as músicas, destacam vários aspectos com a “richa” existente entre os grupos.

Grupos: Maracanã, Maioba, Pindoba, Madre Deus, Sítio do Apicum, Itapera.

Eles são seguidos por numerosos grupos de simpatizantes formando verdadeiros batalhões. Expressão esta que identifica os bumbas de matraca. Ex.: Batalhão de Ouro, Batalhão Pesado.

A maior manifestação cultural do Maracanã é o seu bumba-meu-boi (Figuras 5, 6 e 7). Tem como grande destaque o seu cantador, Humberto Barbosa Mendes, mais conhecido como “Humberto Maracanã” ou como ele mesmo se intitula, o Guriatã. Ele

está à frente do bumba-boi há quarenta e um anos, e é um artista reconhecidamente talentoso, tendo algumas de suas composições gravadas por artistas de renome nacional como, Maria Bethania, Zeca Baleiro, Alcione e Margareth Menezes.



Figura 5 – Bumba-meu-boi de Maracaná Fonte: Reis; Galvão; Soares (2011).



Pandeirões e Matracas

O ponto de partida da festa é o domingo de páscoa, quando é realizado o primeiro ensaio do “batalhão de ouro” (expressão dada a todos os participantes da festa, sejam eles organizadores, brincantes, matraqueiros, índias, cozinheiras etc.). Logo depois, no sábado que antecede o dia das mães, é realizado um novo ensaio, seguido por mais três durante todo o mês. No dia 24 de junho o boi é batizado na sede, e desse dia em diante o Boi do Maracaná apresenta-se nos arraiais de São Luís e do interior do estado, até o encerramento das atividades no dia dos pais, quando é realizada a tradicional “morte do boi”.

O boi do Maracanã possui sede própria onde são guardadas as indumentárias e onde funciona uma escola chamada de “Batistinha” em homenagem a São João Batista. Para a confecção das vestes e dos instrumentos são contratadas pessoas da própria comunidade. Segundo Humberto Maracanã as apresentações do boi na própria localidade geralmente acontecem em frente à sede ou no “Viva Maracanã”. É montada uma estrutura de som, juntamente com barracas para venda de bebidas. São disponibilizadas mesas e cadeiras para os visitantes que consomem durante a apresentação do boi.

De acordo com João Amorim Castro Neto, organizador da festa dançante e da comercialização de bebidas, durante a apresentação do boi, são vendidas trezentas grades de cerveja, e cerca de quarenta pessoas trabalham dividindo as funções de seguranças, porteiros, garrafeiros e vendedores. Em média quatro bandas são contratadas para se apresentarem. E no sábado e domingo em que o boi se apresenta no “Viva” são vendidos cerca de mil e quinhentos ingressos. João Neto enfatiza que esses números são referentes somente as apresentações dentro do Viva, não são contabilizadas as pessoas que obtém lucro com vendas do lado de fora. Segundo ele, há em media cinquenta barracas de comercialização de diversos produtos, desde comidas até o artesanato, geralmente de pessoas não relacionadas com a organização do Boi. Até um pequeno parque de diversões instala-se no bairro durante as festividades (SILVA; MARTINS, 2011).

A festa do boi de Maracanã é uma festa de grandes proporções, caracterizada pela grande participação de pessoas de comunidades vizinhas, de outros bairros e até mesmo de outros municípios, que se deslocam até o bairro do Maracanã para acompanhar as festividades.

O bumba-boi do Maracanã recebe apoio dos governos municipal e estadual e ainda de empresas privadas. A maior parte dos lucros da festa para a associação do Boi.

Potencialidades Turísticas

Pelo arranjo de seus atributos culturais, que lhe confere uma identidade dentro de São Luís, o Maracanã insere-se muito bem na perspectiva do Turismo Comunitário.

Conforme destacado no VI STS & I CNTC, “A promoção do turismo comunitário incentiva a inclusão das comunidades nos roteiros turísticos regionais, cujos atrativos são pautados nas paisagens naturais e na cultura local. Além de resgatar a autoestima, a

comunidade é beneficiada com o aumento na produção de produtos locais e a prestação de serviços ao turista” (TURISMO SERTANEJO, 2012).

Já existe um grande envolvimento da comunidade maracanaense nas manifestações do/no lugar, o que pode ser potencializado, tornando o Maracanã mais atrativo e visitado do que já é.

Bibliografia

ARAÚJO, Marcelo de Souza. *A Identidade em Movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CARNEIRO, Edivasco; OLIVEIRA, Sofia Araújo de; CARVALHO, Karoliny Diniz. Turismo cultural e sustentabilidade: uma relação possível? *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, São Paulo, v. 7, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão: dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil*. São Luís: Iphan/MA, 2011.

REIS, Rosalva de Jesus dos; GALVÃO, Anderson Adriano dos Santos; SOARES, Jeyson Marcus Silva. *Cartilha da APA do Maracanã*. São Luís: EDUEMA, 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Território, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca. In: SEABRA, Giovanni. *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007.

SILVA, Wesclen Denves Ferreira da; MARTINS, George Walisson Coutinho. *Desenvolvimento do turismo rural na APA do Maracanã: uma proposta de formação de guias mirins com estudantes do 5º ano da UEB* 21 de abril. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2011.

TURISMO SERTANEJO. Disponível em: <www.turismosertanejo.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

8

PAISAGENS OLEIRAS NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ÁGUAS

Jean Carlos Santos

O ensino, a investigação e as discussões acerca do patrimônio oleiro na região turística das águas no interior de Goiás vêm ocorrendo, mesmo que timidamente, com mais precisão nas primeiras décadas do século XXI, integrando o âmbito mais alargado de um movimento de defesa do patrimônio cultural regional ainda em quantificação e classificação, ou seja, do diagnóstico. Segundo De Carli (2008, p. 74), esse processo é uma

“[...] función dirigida a investigar sobre los recursos patrimoniales naturales y culturales que se encuentran en la región”.

Até o presente momento, nenhum trabalho acadêmico foi produzido por investigadores e graduandos inseridos nas universidades públicas e privadas da região turística das águas, apresentando lacunas de análises técnicas, metodológicas e conceituais que teorizem e sistematizem o debate “Patrimônio Oleiro” no contexto do turismo regional.

Diante desse quadro, como é possível cobrar dos sujeitos regionais uma inventariação e valorização do patrimônio oleiro de cada município formador de tal destino turístico, que são testemunhos de um modo de vida/memória desses lugares e que podem contribuir para o enriquecimento dos estudos no campo da geografia, da história, da literatura, do turismo e de outras áreas do saber científico? Além disso, como se pode exigir um olhar investigativo centrado em outros patrimônios culturais, como as festas religiosas e a culinária tradicional? Não se pode negar que existem carências de registros e análises dos patrimônios produzidos pelos modos de vida de oleiros, garimpeiros, pescadores, pequenos agricultores e outros testemunhos regionais, mostrando que esses não são apenas elementos pretéritos, mas vestígios de uma vida cotidiana que ainda está viva na memória. Fica explícito que essa análise não perpassa pelo ensino e pesquisa regional. Por isso, Brandão (1998, p.33) lembra que ao trabalho da memória:

“[...] cabe uma necessidade de redenção das épocas passadas na história humana. E ela se processa também com um acúmulo de injustiças. Os que as

sofreram, nossos outros-próximos, já não podem mais ser redimidos no curso social dos acontecimentos, pois eles são irreversíveis como história. [...] Eis que cada geração somos responsáveis por viver uma nossa própria história, e por escrever essa nossa história em si mesma e também através da história irreversível dos acontecimentos realizados pelos que nos antecederam. (BRANDÃO, 1998, p.33).

O “passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade, materializado na paisagem ou, ainda, vivo na cultura e no cotidiano dos lugares” (ABREU, 2012, p. 21). Assim, é preciso considerar a trajetória vivida e observada, pois são nessas circunstâncias, fincadas em diferentes memórias, que os lugares com seus patrimônios diversos não documentados se alternam ou simplesmente desaparecem ou ressurgem diante de novas concepções. Logo, eles perdem suas particularidades e densidades, não sendo reutilizados por outras atividades, entre elas a turística.

Por isso, o presente trabalho objetiva destacar algumas reflexões iniciais sobre a produção espacial oleira e seu patrimônio, como mostra a fotografia de número um. Serão abordadas a trajetória e o modo de vida desse povo do cerrado goiano, com suas características particulares de construir e organizar um estilo de trabalho artesanal próprio no interior de Goiás, no que concerne aos espaços rurais e urbanos, na paisagem drenada pelo rio Paranaíba, especificando a região turística das águas.

A partir desse debate, a pesquisa tem como ponto de partida apresentar a região turística das águas e discutir o conceito “patrimônio”, que compartilha temas comuns e possui temáticas tão abrangentes quanto divergentes não só nos campos da geografia, da história e do turismo, como nas áreas afins. Como dito, essa intervenção focaliza na apresentação do patrimônio oleiro, que deve ser abordada por investigadores que desenvolvem suas pesquisas nas perspectivas do turismo e da paisagem cultural. Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da investigação consistem em duas etapas: na primeira foi realizada uma revisão bibliográfica; e a segunda etapa consistiu na realização do trabalho de campo, o que aumentou o conhecimento acerca das comunidades oleiras, apresentando resultados e material fotográfico.



Produção Espacial Oleira na cidade de Corumbáiba – Goiás. Cerâmica artesanal que é comercializada aos turistas que trafegam pelo município em sentido as cidades turísticas de Caldas Novas e Rio Quente. Vieira Santos, J. C. 2014.

Região turística das águas: um conjunto de municípios no interior de Goiás

Considerar a região um conjunto de lugares é fundamental para orientar as direções teóricas deste artigo englobando vários municípios, alguns mais propícios que outros à atividade turística. De acordo com Gunn (2002, p. 135), a região turística ³“[...] é uma unidade geográfica que engloba uma comunidade, a sua área circundante, suas atrações e ligação de acesso, que são peças principais de uma região geográfica turística”. Por conseguinte, torna-se necessário desenvolver uma breve análise centrada no conceito destino,

[...] pois como a região turística, o destino também pode ser associado a diferentes lugares com meios de hospedagem, infraestruturas de serviços voltados para o lazer e turismo, produtos exóticos desejados por turistas, patrimônios materiais e imateriais, enfim, atrativos culturais e naturais valorizados economicamente pela atividade. (SANTOS, 2013, p. 51).

É pertinente apontar que os destinos podem englobar uma ou várias nações; uma ou várias regiões, Estados ou sub-regiões; uma ou várias comarcas, ou subcomarcas; uma ou várias províncias, sejam elas ou não de uma mesma região ou subprovíncia. Eles englobam também um lugar, “[...] grupo de municípios, um município e um lugar ou comunidade, de modo que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de

³ Fragmento traduzido da obra original, pelo autor deste artigo, na obra *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*, de 2013, Editora All Prin (São Paulo).

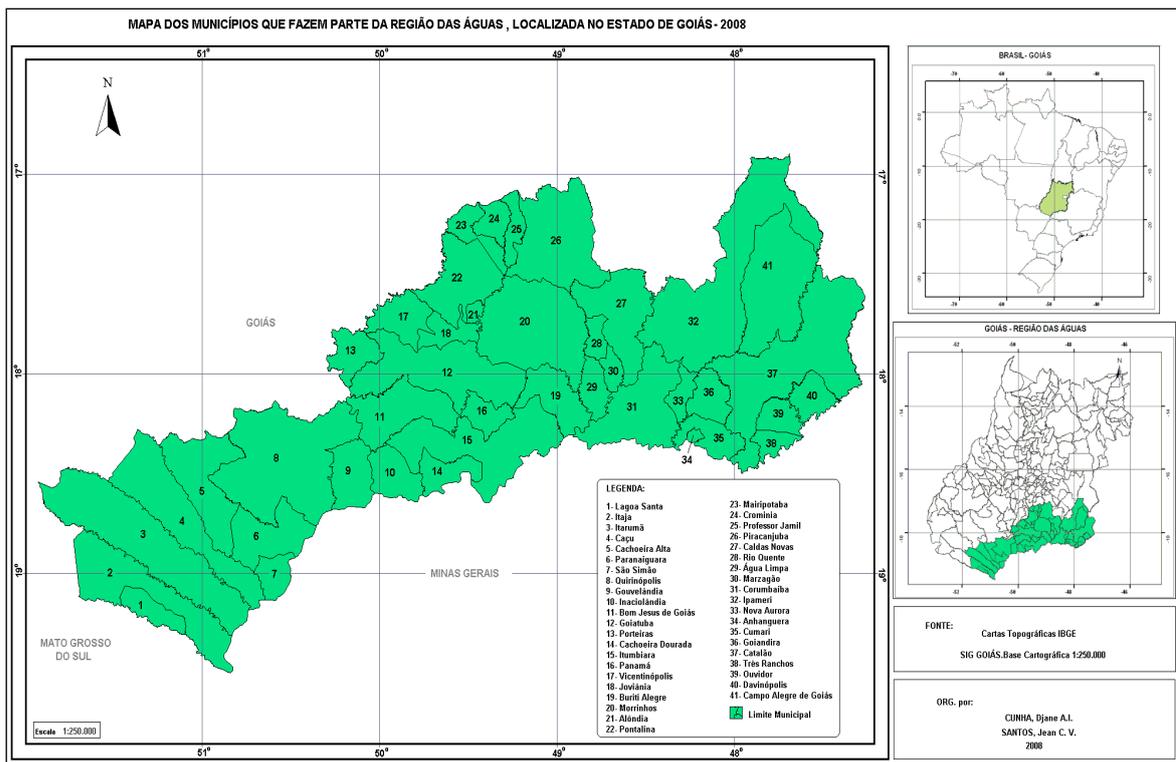
acordo com suas características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas ou por qualquer outro motivo” (SANTOS, 2013, p. 56).

Então, a região turística será concebida, neste artigo, “[...] como um espaço em que o aspecto principal é a presença do turista e as possibilidades oferecidas, o portal de entrada e corredores de circulação dos visitantes, a atração principal, os sujeitos sensibilizados e os lugares sem atrativos turísticos” (SANTOS, 2012, p. 96). Conforme o Ministério do Turismo (*apud* SANTOS, 2013, p. 188), no caso de Goiás, foram “[...] classificadas nove regiões turísticas, englobando, nessa regionalização ou criação de novos destinos turísticos, as 246 municipalidades do estado existentes até o ano de 2012”.

Entre esses lugares está a região turística das águas (mapa 1), formada por 41 municípios goianos, a saber:

Água Limpa, Aloândia, Ananguera, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Alta, Cachoeira Dourada, Caçu, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbáiba, Cromínia, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Goiatuba, Gouvelândia, Inaciolândia, Ipameri, Itajá, Itarumã, Itumbiara, Joviânia, Lagoa Santa, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Nova Aurora, Ouvidor, Panamá, Paranaiguara, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Quirinópolis, Rio Quente, São Simão, Três Ranchos e Vicentinópolis (SANTOS, 2013, p. 194).

As principais cidades turísticas dessa região são Caldas Novas e Rio Quente, lugares em que os vários agentes, em conjunto, vendem suas águas quentes como um produto total, correspondendo às expectativas que os turistas esperam viver no destino. À medida que o turismo se desenvolveu nessas áreas urbanas, assumindo novas dimensões, as empresas locais (hotéis, restaurantes, entre outros) se profissionalizaram e passaram a contar, em muitos casos, com a colaboração ou intervenção do poder central goiano, com estruturas organizacionais de tipo empresarial para melhor garantir o funcionamento dos respectivos destinos.



Região Turística das Águas no interior de Goiás. Área drenada pelo rio Paranaíba, que divide parte do estado goiano de Minas Gerais. Vieira Santos, J. C.

Patrimônio: algumas concepções teóricas

As questões sobre o conceito de patrimônio estão na ordem do dia, nas mais diferentes linhas de pesquisa e discussões acadêmicas. Com efeito, no início de século XXI, o patrimônio aparece como uma possibilidade de diálogo espacial, gerando enormes responsabilidades nas análises dos longos processos de construção regional e territorial, em que os elementos humanos sedimentam historicamente os lugares e, ao mesmo tempo, sofrem mutações ou interferências. A ampliação do conceito de patrimônio, sobretudo nas últimas décadas, tem proporcionado experiências inovadoras por todo o Brasil, resultado das reflexões teóricas sobre o assunto (SANTOS; ALVES, 2005). Deve notar-se:

De toda esta euforia à volta do patrimônio relacionada com as rápidas transformações socioeconômicas e culturais, a mudança de paradigma associada ao pós-modernismo e, conseqüentemente, com certas crises identitárias resultam, sobretudo, duas conseqüências: por um lado, o extraordinário alargamento do conceito de patrimônio; por outro, o entrosamento das questões patrimoniais com diversas outras, de caráter científico e pedagógico, estético, museológico, turístico e econômico. (MENDES, 2008, p.28).

De fato, deve-se atentar aos bens culturais e aos patrimônios mais diversificados, relacionados com o trabalho e a tecnologia, o cotidiano e o povo anônimo ou sem voz. Nesse viés, Mendes (2008, p. 30) destaca que muitas comunidades se identificam com as atividades nelas desenvolvidas, por vezes ao longo de décadas ou séculos; como tudo o que lhes diga respeito, em virtude daquelas que apresentam fortes elementos identitários, o dito patrimônio tem um valor simbólico.

É relevante trazer algumas posturas teóricas sobre o conceito de patrimônio cultural, que, de acordo com Medina e Santamarina (2004, p. 61), se refere a

“[...] los monumentos, conjuntos de construcciones y sitios que tengan un valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico [...]”.

Esse discurso afirma, porquanto, que o patrimônio cultural, na abordagem regional, é uma fonte múltipla e inesgotável, com valores estéticos, particularidades e densidades.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é formado por bens materiais construídos por meio das técnicas desenvolvidas pelos sujeitos e por bens imateriais que se ligam ao imaginário, às representações e aos simbolismos. Ele representa a identidade e a memória dos grupos sociais, na medida em que as construções, os artefatos, as lendas e as festas dizem respeito ao lugar construído material e simbolicamente.

Portanto:

[...] o registro do patrimônio cultural a partir de seu lugar de origem é fundamental para os sujeitos que os produziram, pois tal encaminhamento implica envolvimento da comunidade, o que poderá aumentar as possibilidades de manter e ampliar identidades e pertencimentos. (SANTOS; ALVES, 2005, p.11).

Nesse contexto permeiam os elementos de quantificação e discussão em torno do patrimônio oleiro, caracterizado por diferentes trabalhos artesanais que agregam as funções essenciais de convivência em sociedade. São utensílios domésticos, tijolos, telhas e diversos trabalhos artísticos encontrados nas paisagens do interior do Brasil, especificamente na região turística das águas em Goiás, com significados profundos que revelam a história dos povos do cerrado com seus modos de morar e de se apropriar do espaço – tais fatores são peculiares daquele lugar onde se inserem.

Dessa forma, passam a se constituírem em bens culturais, formando parte do patrimônio cultural, e, às vezes, tendo significados para uma população maior, o que

expande a sua abrangência para além do local (SANTOS; ALVES, 2005). O patrimônio oleiro, portanto, pode representar significado simbólico, ressaltando a identidade de sujeitos que habitam caminhos inseridos ao longo de rodovias que são vias de acesso a destinos turísticos. Nessa contextualização, o patrimônio cultural convive com a concepção de contemporaneidade e seus uso e desfrute atuais estão muito vinculados ao turismo. A atual turistificação do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural, favorece sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. (ALMEIDA, 2010, p.124).

Nesse processo, as atividades e políticas públicas inseridas nos lugares e na região poderão reinventar as formas de uso do patrimônio oleiro, bem como de outras particularidades responsáveis por construir e organizar o espaço. Isso indica que, no interior do Brasil, de alguma forma, os sujeitos das diferentes paisagens que formam a região precisam se comunicar, organizar e estabelecer relações, definindo linhas gerais norteadoras de conservação, restauração e preservação do patrimônio e dos bens culturais.

Oleiros e comércios na região turística das águas

Não se sabe ao certo quando os oleiros chegaram aos municípios formadores da região turística das águas em Goiás, mas a primeira informação que se tem na literatura regional é que, em 1926, foi instalada uma olaria por Wilson Barbosa na área onde é a cidade de Quirinópolis, quando descobriu, às margens do córrego Cruzeiro um “barro” próprio para a fabricação de tijolos. Com essa descoberta, ele montou uma olaria no local (SAGIM JÚNIOR; SAGIM, 2000).

A presença de olarias no contexto regional trouxe traços profundos e diversos de uma cultura que ocupou primeiro os espaços urbanos e, depois, os espaços rurais foram sedimentados, com novos hábitos e mentalidades. Porém, na primeira década do século XXI, elas voltaram a ocupar territórios das pequenas cidades, localizadas às margens das rodovias goianas que são corredores de circulação de turistas, com o intuito de chegar aos núcleos urbanos de Caldas Novas e Rio Quente.

A partir dos elementos naturais (barro) que os pequenos municípios oferecem, os sujeitos oleiros passaram a se constituir com o pensamento de vender arte (Fotografia 2)

aos turistas, gerando princípios comerciais que não se faziam presentes nessas urbanidades. Atualmente, tais espaços são *loci da vida social*, uma vez que trazem relações comerciais singulares, com traços particulares de “tornos oleiros” que têm expressões formais e aparentes.



Cerâmica oleira comercializada as margens de rodovia no povoado de Nossa Senhora de Fátima, município de Caldas Novas. Vieira Santos, J. C. 2014.

Essa expressão formal, aparente e repleta de conteúdos imaginários é responsável pelas relações entre sujeitos oleiros e turistas; são

“[...] relações sociais em movimento e que se materializam espacialmente” (CAVALCANTI, 2001, p. 14).

Esse patrimônio artesanal oleiro, além do seu valor próprio, é documento, testemunho e suporte de memória dos sujeitos que habitam a região turística das águas que, por sua vez, também possui um valor simbólico.

Tal entendimento pode ser respaldado em Pla (2006, p. 8), que discorre sobre o artesanato como uma expressão primordial, original e

“[...] también, y básicamente, servicio. [...] como receptáculo de valores estéticos y socioculturales, y que tiene su índice en la creciente adquisición de objetos artesanales que enriquecen, artística o utilitariamente, la vida cotidiana”. Enquanto isso, Castro e Santos (2005, p. 9) arrazoam que “[...] en las diferentes culturas del mundo la cerámica se pone de manifiesto a lo largo de la historia [...]”.

O modo de produção e o saber fazer das pessoas que ainda ocupam ou habitavam esses lugares mostram a preocupação com a produção de peças que são comercializadas aos diferentes turistas. Assim sendo, é possível afirmar que os sujeitos oleiros que habitam as pequenas cidades da região turística das águas deixam suas marcas e sua arte nas formas de produzir. Ravines e Villiger (1989) destacam que:

La cerámica, uno de los elementos más duraderos de la cultura material, constituye el nexo más cabal entre el hombre y la historia, entre el pensamiento y la acción. [...] La cerámica, al igual que todo producto humano, está condicionada por factores y patrones culturales. La tradición ejerce un peso gravitante sobre ella [...]. (RAVINES; VILLIGER, 1989, p.07).

Apesar de toda a relevância regional do saber fazer artesanal, na realidade se observa uma situação que desintegra o patrimônio e a cultura popular oleira, que são testemunhos de paisagens atuais e pretéritas a serem preservadas por meio da valorização contínua e integradas aos seus recursos endógenos. O dito patrimônio oleiro também possui um valor simbólico e estético; todavia, o que se tem vivenciado na região turística das águas é uma impossibilidade de preservar os elementos dessa cultura, visto que faltam informações e apoio público aos sujeitos oleiros que comercializam sua arte em cidades como Corumbaíba, Marzagão, Caldas Novas e Rio Quente.

Finalizando

Apesar dos tímidos números assinalados na primeira década do século XXI e nas últimas décadas do século XX, o ensino e a pesquisa abordando o patrimônio oleiro registraram poucos avanços na região turística das águas em Goiás, na contramão do rápido crescimento que tem ocorrido com as discussões acerca do agronegócio. Autores de diferentes pensamentos da geografia (Agrária, Cultural, Econômica e Regional) consideram a consolidação territorial da expansão do modelo agropecuário capitalista, mas não conseguem perceber a relevância dos modos de vida oleiros, compostos por hábitos, costumes, habilidades e saberes.

Em suma, os estudos sobre esse tipo de patrimônio, desenvolvidos em algumas regiões turísticas do interior brasileiro nos últimos anos, têm dado poucos contributos teóricos e científicos dentro das diversas correntes científicas e do saber. Assim, ao deixar de integrar os vários campos de exploração e apropriação do conhecimento, tal eixo tem

se enfraquecido academicamente, não permitindo a acumulação de um corpo interdisciplinar de conhecimento e o conseqüente avanço da investigação científica.

Fomentar a pesquisa em torno do patrimônio oleiro, associado à atividade turística, é criar oportunidades de novas discussões e debates nas diversas áreas da academia, permitindo aprofundar a investigação científica. É preciso abordar as ressignificações, as relações com o meio físico e a atual condição social desses sujeitos, frente às transformações das modernidades econômicas impostas às pequenas cidades dominadas pela força do agronegócio.

Bibliografia

ABREU, Maurício. *Sobre a memória das cidades*. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-39.

ALMEIDA, M. G. de. *Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalungas em Goiás*. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Vieira, 2010, p. 113-129.

BORGES, J. de O. *As ruralidades do fundão: origens, valores socioculturais e representações comunitárias no município de Araguari/MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. *Memória e sertão*. São Paulo: Cone Sul, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia da cidade – a produção do espaço urbano de Goiânia*. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. *Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano*. Goiânia: Alternativa, 2001.

CASTRO, Irwin A. F.; SANTOS, Ismael U. *Raqchi – cerâmica pre-hispânica y contemporánea*. Cuzco: Graficolors, 2005.

DECARLI, G. *Un museo sostenible: museo y comunidad en la preservación activa de su patrimonio*. Heredia: EUNA, 2008.

GUNN, Clare A. *Tourism planning: basics, concepts, cases*. 4. ed. Translated by Jean Carlos Vieira Santos. New York: Routledge, 2002.

MEDINA, N.; SANTAMARINA, J. *Turismo de naturaleza en Cuba*. Ciudad de La Habana: Ediciones Unión, 2004.

- MENDES, J. A. *Patrimônio e cultura como alavancas do desenvolvimento*. In: CUNHA, R. M. *et al.* JORNADAS DO PATRIMÓNIO DO ALGARVE: ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 9., 2008, *Albufeira*. Actas... Albufeira: Artes Gráficas, 2008, p. 28-37.
- PLA, J. *La cerámica popular paraguaya*. Asunción: Editora de la Universidad Católica de Nuestra Señora de La Asunción, 2006.
- RAVINES, R.; VILLIGER, F. *La cerámica tradicional del Perú*. Lima: Editorial Los Pinos, 1989.
- SAGIM JÚNIOR, O.; SAGIM, M. B. *Quirinópolis histórico*. Goiânia: O Popular, 2000.
- SANTOS, J. C. V. *Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa, no baixo Paranaíba goiano*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- SANTOS, J. C. V. *Partes geográficas de uma região turística: abordagens preliminares*. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.) *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 94-104.
- SANTOS, J. C. V. *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: All Print, 2013.
- SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. *Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e influência das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II*. Uberlândia: Composer, 2005.

9

DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL E OS CAMINHOS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

*Márcia Regina Farias da Silva
Norberto Pinto dos Santos*

A atividade turística vem contribuindo de forma crescente na composição de forças que regem a economia, desde a escala local à escala mundial. A globalização; o emprego de novas tecnologias, que contribuíram para diminuir as distâncias entre destinos e aproximar os viajantes do local a ser visitado; o acesso facilitado a informações específicas sobre lugares, instalações, patrimônios e eventos; as mudanças nas relações de trabalho; a concessão de férias pagas; adoção de viagens de incentivo, são fatores que contribuíram para que o turismo se tornasse, além de uma tendência social, também, uma importante atividade econômica (SOUZA; FALKEMBACH; DAVAL; 2010).

A Europa apresenta-se como sendo o continente mais procurado pelos turistas em todo o mundo; 51,8% das pessoas que viajaram em 2013 foram à Europa. Em 2012, os principais países receptores de turistas pouco variaram em relação a 2011, mantendo-se os seis primeiros lugares sem alteração (liderados pela França, EUA e China). A Alemanha ultrapassou o Reino Unido, enquanto a Federação Russa passou a incorporar o *ranking* dos principais. Em 2013, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2014) foram 1,087 bilhão de pessoas fazendo viagens para fora de seus países, ou seja, o turismo mundial cresceu 5% em 2013, esperando-se um crescimento continuado até 2030.

Em relação à atividade turística no Brasil observou-se um decréscimo de posições em um *ranking* mundial de competitividade no setor. Em sua última edição, relativa a 2011, o relatório elaborado pelo Fórum Econômico Mundial colocou o Brasil na posição 52^a entre 139 países avaliados. Em relação ao número de chegadas de estrangeiros em 2013, entretanto, o Brasil apresentou um total recorde de visitantes de 6 milhões, o que significou um aumento de 5,6% no número de chegadas de estrangeiros em relação a 2012. Esse índice também é superior ao de toda região das

Américas – que recebeu 3,6% turistas a mais em 2013, na comparação com o ano anterior (MERCADO COMUM, 2014).

No Brasil a modalidade turística Sol e Praia aparece destacada na procura pelos visitantes. Todavia, outras modalidades como: o turismo religioso; o turismo de eventos; turismo cultural; turismo ecológico; turismo social, tem se relevado na última década. No caso particular de modalidades, como: o turismo ecológico e comunitário constata-se que eles vêm ganhando espaço entre um grupo de pessoas interessadas em conhecer determinados lugares, nos quais a natureza encontra-se conservada e (ou) preservada (Áreas protegidas e Reservas naturais). Trata-se de pessoas que buscam para além do lazer, uma filosofia de vida em maior sintonia com as questões socioambientais e preocupam-se com a sustentabilidade e com a qualidade ambiental integrada. O turismo, talvez mais que qualquer outra atividade, depende da qualidade e coesão ambientais, entre natureza, espaços humanizados e planejamento territorial. Trata-se de uma atividade econômica caracterizada por um desenvolvimento rápido, em curto prazo, que com frequência pode danificar os locais que explora e depois de destruir suas qualidades, mudar-se para outro local qualquer. Todavia, pode, também, ser a força motriz para o desenvolvimento territorial sustentável.

A difusão de práticas oriundas da aplicação do conceito de sustentabilidade nas atividades turísticas gera a possibilidade de trazer contribuições à questão socioambiental, podendo influenciar uma mudança conceitual significativa dependendo da condução do debate e das ações. A preocupação com as questões socioambientais poderá contribuir com a redefinição de modelos no turismo, necessariamente entendido como sistema, orientando para seu crescimento como indústria limpa, capaz de agregar conservação ambiental e lucros (BENI, 2014). Com base nesta reflexão, objetivou-se traçar um panorama da demanda turística no Brasil em 2012, com vista a contribuir para a discussão do turismo sustentável, a partir de iniciativas governamentais e do turismo de base local.

Metodologia

Esta investigação teve início em agosto de 2013, como parte das atividades realizadas no estágio de pós-doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

Buscou-se levantar dados sobre o turismo no Brasil para se apresentar uma palestra acerca do turismo de base comunitária, no Mestrado em Turismo da referida Universidade. Optou-se por investigar fontes que pudessem auxiliar na construção de um panorama geral da demanda turística no Brasil em 2012. A opção por 2012 se deu porque os dados relativos ao turismo já se encontravam disponíveis; enquanto os números relativos a 2013 ainda estavam em fase de análise, estando disponíveis de forma provisória.

Os dados secundários foram pesquisados em órgãos, como: Ministério do Turismo (MTur), mais precisamente no Anuário Estatístico do Turismo 2013 e 2012, no Instituto Nacional de Turismo (EMBRATUR) e no Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ademais, foi realizada uma análise de documentos, vistos em instituições governamentais e Organizações não Governamentais – ONGs e em *sites* específicos, com a intenção de levantar as informações relativas ao turismo sustentável.

O estudo permitiu a construção de uma estatística descritiva, que foi realizada com o auxílio do *Microsoft Office Excel 2013*. Foram vistos: o número de visitantes; a origem dos visitantes; os motivos que nortearam as viagens; a composição do grupo; gênero; faixa etária por grupos; a renda média por família e individual dos visitantes que vieram ao Brasil; os gastos per capita por modalidade de turismo e a intenção de retorno dos visitantes ao Brasil. Os resultados obtidos foram analisados e apresentados em dois eixos: (a) demanda turística no Brasil em 2012; e, (b) turismo sustentável: caminhos para o desenvolvimento local e a participação comunitária.

Resultados e discussão

(a) Demanda Turística no Brasil em 2012

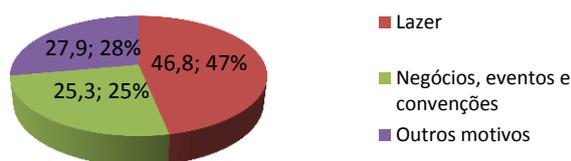
O Brasil encerrou 2012 com 5,5 milhões de turistas estrangeiros, uma pequena alta em relação ao ano de 2011 em que o número de turistas estrangeiros atingiu o valor de 5,4 milhões (MTur, 2013). No ano de 2013 o Brasil chegou a sifra histórica de 6 milhões de turistas estrangeiros. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro (sudeste do Brasil), Foz do Iguaçu, Florianópolis, (Sul) e Salvador, no Nordeste atraem 75% dos estrangeiros que visitam o Brasil. (MTur, 2012).

As regiões Sudeste e Sul concentraram o maior número de visitantes. Em 2012, o Rio de Janeiro ocupou a 90ª posição no ranking dos destinos mais procurados do mundo, com 1.796.700 visitantes internacionais, alta de 6% em relação ao ano anterior. Já São Paulo ficou no 97º lugar, com 1.690.000 turistas estrangeiros, um acréscimo de 2,4% à mesma base de comparação (EUROMONITOR, 2013). Embora as duas cidades tenham recebido mais turistas estrangeiros, o crescimento de ambas foi inferior à média global, de 6,6%.

Mesmo de forma discreta, a Embratur (2014) considerou que ocorreu melhoria no setor no ano de 2012. Segundo o Instituto, isto se deve à “exposição” do país pelo Mundial de 2014 e os Jogos Olímpicos para de 2016. O Brasil tem como objetivo receber até o ano de 2020, uma média de 10 milhões de turistas/ano. O Instituto divulgou ainda que, durante o mês do Mundial de 2014, o Brasil deve receber cerca de 600 mil turistas nas 12 cidades onde os jogos serão realizados e espera-se alcançar no ano de 2014, a cifra de 7,2 milhões de visitantes estrangeiros.

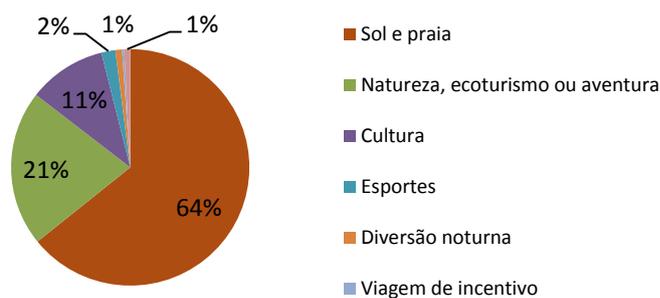
No que se refere ao perfil da demanda turística internacional no Brasil é possível observar que, em relação à origem dos turistas, a Argentina encontra-se no topo do *ranking* de países que mais visitam o Brasil, sendo a proximidade geográfica fulcral para o atingir destes valores. Em 2011, 1.593.775 argentinos vieram ao Brasil, número 13,9% acima de 2010. A participação da Argentina no fluxo internacional de turistas para o Brasil chega a 29,3%. Já os Estados Unidos aparece com 10,9% e Uruguai 4,8%, ocupando a segunda e terceira posições, respectivamente. Verificou-se ainda que do total dos visitantes estrangeiros no Brasil, perto de 30% são advindos da Europa. No ano de 2011 foram 1.621.183 europeus, alta de 0,4% sobre o volume de 2010. O número de visitantes asiáticos também cresceu de 220.085 em 2010 para 279.161 em 2011, um aumento de 26,8%.

Com a finalidade de ilustrar o perfil da demanda turística internacional no Brasil em 2012 a Figura 1, apresenta quais os motivos que mais atraíram os turistas internacionais ao Brasil; aproximadamente 47% dos visitantes vieram em busca de lazer; 23% viajam tendo como motivo negócios, eventos e convenções, ou seja, trabalho; assim com base nestes dados é possível constatar que quase a metade dos turistas que visitam o Brasil buscam o lazer.



Motivo da Viagem ao Brasil, 2012. Fonte: Ministério do Turismo (2013)

É possível verificar que dos visitantes que viajaram a lazer ao Brasil, em 2012, 64% buscaram o turismo de Sol e Praia, 21% vieram em busca da natureza, ecoturismo ou aventuras; 11% direcionaram a viagem para o lazer cultural; e apenas 1% veio em busca de diversão noturna. Mesmo o turismo de Sol e Praia aparecendo como mais da metade da procura, cabe destacar que o turismo Ecológico já representa a segunda maior opção de escolha dos visitantes, em consonância com a imensidade de recursos naturais (alguns já produtos oferecidos no mercado) existentes no País.



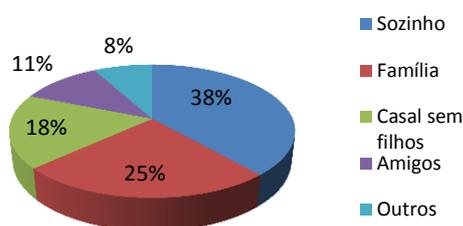
Motivos da Viagem a Lazer ao Brasil, 2012. Fonte: Ministério do Turismo, 2013.

No Brasil fatores internos de ordem econômica e política tem contribuído para incentivar outras modalidades de turismo, para além do Sol e Praia, a exemplo, da valorização da moeda, as iniciativas de organismos públicos, como a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS e da EMBRATUR. Ademais, já se observa mudanças no comportamento do consumidor, que apresenta maior preocupação com o ambiente e a qualidade de vida, reforçando modalidades, como o ecoturismo, o turismo cultural, social e comunitário, ou seja, passa a emergir um público mais envolvido com os interesses locais, com questões e conflitos dos locais visitados, fortalecendo as bases para o turismo sustentável.

Essa nova característica do turismo no Brasil, embora ainda de forma tímida vem colaborando para mudar a imagem do Brasil turístico no mundo, conhecido pelas belezas naturais (praias), mulheres, carnaval, futebol e apelo ao exótico. Um quadro

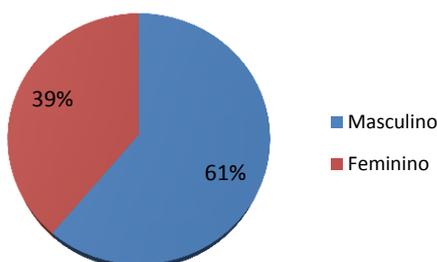
que caracterizou o Brasil por décadas e que ainda nos dias atuais permanece, fortemente, aceito como apelo das empresas do setor, sobretudo, no âmbito internacional. Isto torna-se evidente nas imagens publicitárias utilizadas na promoção turística brasileira.

Já em relação às características dos turistas internacionais que vieram ao Brasil, em 2012, 25% deste viajaram em família; sendo que 18% foram casais sem filhos, assim somados 43% dos visitantes vieram ao Brasil acompanhados; 38% sozinhos; 11% com amigos.



Composição da viagem ao Brasil em 2012. Fonte: Ministério do Turismo, 2013.

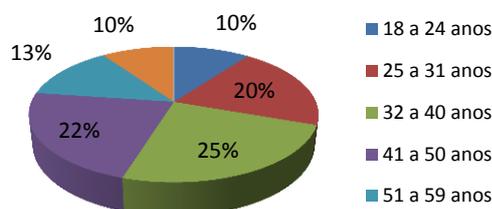
É possível constatar que no ano de 2012 a predominância de visitantes do gênero masculino é de 61%, sendo que em relação à composição, pois do total de visitantes 38% viajam sozinhos ao Brasil.



Gênero dos turistas que visitaram o Brasil em 2012. Fonte: Ministério do Turismo, 2013.

Já em relação a faixa etária dos visitantes em 2012 (Figura 5), observou-se que o grupo de idade mais significativo foi de 32 a 40 anos, correspondendo a 25% dos visitantes, o segundo grupo de pessoas entre 41 a 50 anos corresponde a 22%; o grupo de 25 a 31 anos representa 20% dos visitantes, assim é possível constatar que as pessoas entre 25 a 50 anos de idade, predominantemente adultos jovens, corresponde a 67% dos visitantes que estiveram no Brasil em 2012. Assim, são predominantemente

turistas do sexo masculino, ativos e com menos de 50 anos, aqueles que mais visitam o Brasil.



Grupo de idades dos turistas que visitaram o Brasil em 2012.

Fonte: Ministério do Turismo, 2013.

Estes dados abrem espaço para uma discussão, ou seja, a preocupação com o turismo sexual. Fatores socioeconômicos associados a ausência ou ineficácia das autoridades responsáveis levou nas últimas décadas a exploração sexual infanto-juvenil, sobretudo nas capitais do Nordeste brasileiro, como Natal, Recife, Fortaleza e Salvador⁴. Estas cidades serão palco do mundial de futebol entre junho e julho de 2014 e reforça a preocupação das autoridades com o turismo sexual. Pesquisa realizada pela fundação francesa *Scelles* em 2010 demonstrou que grandes eventos internacionais ajudam redes criminosas a promover a prostituição. Na África do Sul, por exemplo, durante o mundial de 2010, o número de pessoas prostituídas aumentou de 100 mil para 140 mil no período do mundial (CAMPBELL, 2014).

O MTur vem realizando a “*Campanha Welcome to Brazil*” que tem sido desenvolvida com a intenção de minimizar práticas de exploração sexual e é a representação nacional na *Protect Children*, a força-tarefa da OMT, Ecpat e Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, contra a exploração sexual no turismo. Dentre as ações da campanha, vem sendo promovidos nas capitais da Região Nordeste do Brasil “Seminários para o Turismo Sustentável e Infância”, com o objetivo de conscientizar empresários do setor, e combater da exploração sexual, via turismo.

⁴ O Brasil é uma das rotas preferenciais do turismo sexual no mundo. Despontou como destino entre as décadas de 1980 e 1990, quando o mercado asiático começou a ficar saturado. Até hoje, no entanto, a Ásia lidera como o principal destino de turismo sexual do globo, com destaque para a Tailândia. Em seguida vêm América Central, Caribe e América do Sul. Entre os principais destinos do turismo sexual no continente americano estão México, Cuba e Brasil. Pesquisa patrocinada pela OMT e divulgada em 2005 revelou o perfil do turista sexual que vem ao Brasil. Ele é na maioria das vezes de classe média, tem entre 20 e 40 anos de idade, viaja desacompanhado ou com outros homens. Italianos, portugueses, holandeses e norte-americanos lideram o *ranking* dos turistas sexuais. Em menor número aparecem os ingleses, alemães e latino-americanos.

Ainda nesta mesma perspectiva, o governo tem como meta fomentar as denúncias dos casos de exploração sexual de menor por meio do Disque Denúncia 100, uma das principais ferramentas de combate a esse tipo de crime, onde qualquer pessoa pode realizar a denúncia e manter a sua identidade preservada. Uma tendência dos programas governamentais, com apoio da iniciativa privada no Brasil vem sendo o incentivo ao turismo em família, com a finalidade de mudar imagens e discursos composto de apelos que vendem o Brasil no mundo, e que tem se tornado, inclusive prejudicial socialmente. São imagens que por vezes (des)qualificam como: “Brasil paraíso”, “Lugar de sexo fácil”, “País do carnaval”, “Lugar do exótico e do místico”, “Lugar de violência e pobreza”.

Ainda no tocante ao perfil dos visitantes que estiveram no Brasil no ano de 2012, verificou-se que a renda média individual é de US\$ 3.502,62 mensais e que a renda familiar é US\$ 4.639,74; sendo que os gastos no Brasil sofrem variações de acordo com a modalidade de turismo, ou seja, o gasto médio per capita dia no Brasil, no ano de 2012, em dolar quando a modalidade foi negócios, eventos e convenções aparece como o mais alto, ou seja, US\$120,25. Àqueles que visitaram o País com a finalidade de lazer gastaram US\$ 73,77; outros motivos US\$ 46,41. (Mtur, 2013).

De acordo com Gallas (2014) apesar do crescimento no número de chegadas de pessoas ao país em 2013, o gasto dos turistas medido em dólares subiu apenas 0,8% no ano. Um dos motivos foi a mudança cambial, ou seja, forte valorização do dólar e do euro frente ao real. Contudo, foi observado que os brasileiros que fizeram turismo no exterior passaram a gastar 14,2% a mais. Esse fator fez com que os brasileiros ganhassem uma posição no *ranking* da OMT de turistas que mais gastam dinheiro, ocupando agora a 11ª posição, ficando atrás de China, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Rússia, França, Canadá, Japão, Austrália e Itália.

Em relação à intenção de retornar ao Brasil verificou-se que 96% dos turistas internacionais que visitaram o país em 2012, tencionam voltar; apenas 4% afirmaram que não desejam retornar ao Brasil. Os altos índices de criminalidades, sobretudo, nas grandes metrópoles brasileiras torna-se um fator que aparece como insatisfação dos turistas que visitam o Brasil, ou seja, a questão da violência é um fator que acarreta entraves ao turismo no País e torna-se motivo de insatisfação.

Mesmo com o crescente número de brasileiros que optam por visitar outros países, cabe mencionar que o turismo no Brasil também registrou em 2012 um alto índice no fluxo interno, ou seja, o turismo as regiões, acompanhando a atual política de regionalização do turismo. Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2013, mostrou que mais de 68% dos brasileiros ouvidos pretendiam viajar para estados brasileiros e 23% para outros países, foram ouvidos 2 mil residentes em seis capitais e no Distrito Federal (DF)⁵.

Os estados da Região Nordeste continuam sendo os preferidos dos brasileiros, com 49% das indicações. Em seguida, estão os destinos do Sudeste, com 23,3% das preferências, e do Sul, com 18%. De acordo com o MTur (2013) o ano de 2012 apresentou bons resultados nos números relacionados ao turismo doméstico. A marca de viagens internas realizadas subiu de 190,8 milhões, registrados em 2011, para 197 milhões em 2012 e o número de brasileiros que viajaram pelo país chegou aos 60 milhões, superando o recorde histórico de 58,9 milhões de 2011.

(b) Turismo sustentável: caminhos para o desenvolvimento local e a participação comunitária

As iniciativas para pensar a sustentabilidade da atividade turística no Brasil podem ser observadas de forma mais significativa, após a criação do Ministério do Turismo em 2003, quando foi instituído um novo modelo de gestão pública, composto no seu nível estratégico, pelo Conselho Nacional de Turismo - CNT, e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, tendo o CNT a função de assessorar o Ministério na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo - PNT. Em 2002 foi implantado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que tinha nos municípios a base para fomentar o desenvolvimento turístico brasileiro.

Os programas, projetos e atividades derivados da política pública estão definidos no PNT, assim foram criadas instâncias para discussão das políticas do setor, tendo como fórum principal o CNT. Tal iniciativa proporcionou um direcionamento para a gestão descentralizada e compartilhada, proposta no PNT. As ações desenvolvidas para o marketing, promoção e acesso a mercados foram apoiadas e direcionadas por

⁵ Sondagem realizada mensalmente em sete capitais, e no DF a saber: Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Recife (PE) e Salvador (BA). Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20130206.html>. Acesso em 14 de out. 2013.

meio dos Planos “Cores do Brasil” e “Aquarela”, que propõem estratégias de divulgação e atração de turistas nos mercados internos e externo, respectivamente, permitindo que os agentes de desenvolvimento, como por exemplo o SEBRAE, atuem de forma convergente e complementar (SOUZA; FALKEMBACH; DAVAL; 2010).

Conforme as diretrizes do PNT 2003/2007, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) é uma estratégia para favorecer a descentralização e o desenvolvimento do turismo nas regiões turísticas, ampliar e diversificar o produto turístico contemplando a diversidade cultural e as particularidades das distintas regiões; podendo favorecer o desenvolvimento local, tendo o turismo de natureza e de base comunitária como veículos para a dinamização do setor e para favorecer os atores locais, envolvendo-os, diretamente, no desenvolvimento da atividade. Ainda dentro dessa proposta, o Ministério elegeu 65 “destinos indutores do turismo” que, após serem dotados de infraestrutura e equipamentos de apoio, servirão de modelo para os demais municípios com potencial turístico no Brasil.

Atualmente, o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade para os próximos anos. O Plano foi construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. Ele definiu as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem ainda como insumo básico o Documento Referencial - Turismo no Brasil 2011/2014 e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento de projetos turísticos sustentáveis (MTur, 2014).

No Brasil os projetos de turismo sustentável tem apresentado em comum a articulação de diferentes atores sociais e políticos. Essa interlocução de atores tem promovido debates e diálogos que perpassam do local ao global. Desafios locais unem-se as questões ambientais globais na defesa da sócio e da biodiversidade, estabelecendo redes complexas de interação entre os atores nas diversas escalas, em uma convergência de interesses. Há segmentos do turismo sustentável, como o (eco)turismo de base local, comunitária ou solidário, que além de serem fonte de

renda para a população são também oportunidade para o aprofundamento das relações comunitárias internas e externas, com articulações variadas (RABINOVICI; COSTA, 2008).

As ONGs, diferentes entre si em sua estrutura, abrangência, gerenciamento e diálogo com as comunidades, percorrem caminhos variados na busca de representatividade e legitimidade para os seus Projetos. Estes por vezes são distantes das realidades locais, especialmente quando implementados por ONGs transnacionais, que apresentam maiores dificuldades do que as nacionais, em incorporar peculiaridades e demandas das comunidades, por estarem desterritorializadas. Nesse sentido, reconhecendo os limites de sua atuação, as comunidades buscam a associação com ONGs locais.

Na espera governamental observou-se que a criação de Unidades de Conservação (UC) de diferentes categorias vem sendo uma política estruturadora no âmbito ambiental que contribui, para o turismo sustentável de base local. A base legal para criação desses espaços é a Lei nº 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, criado em 2000. Suporte para criação de Plano de Manejo, no qual são definidas as atribuições turísticas das UC (locais, visitas, trilhas, etc.) e orienta as ações e medidas de gestão para as UC, e é elaborado com a participação da sociedade (poder público, iniciativa privada e a população local), sob a ótica gestão da gestão participativa (BRASIL, 2000).

A criação das UC conta com equipe de pesquisadores para levantar o potencial da UC e realizar diagnóstico-síntese (com relatórios setoriais interdisciplinares) para subsidiar os procedimentos de gestão e fiscalização da UC, pelo órgão gestor. Definição de usos, ou seja, Unidade de Proteção Integral (PNMDS) e de Uso Sustentável (APA), as categorias de UC. No Brasil nas diferentes regiões, já se pode observar exemplos de UC que vem desenvolvendo o turismo comunitário, tais como na região Norte a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no estado do Amazonas, no Nordeste a Reserva Extrativista de Painha do Canto Verde, no estado do Ceará, entre outras.

Em suma, a complexidade do turismo demanda a formação de alianças para proporcionar sua gestão de forma eficiente, o fortalecimento das instâncias de gestão compartilhada torna-se uma estratégia necessária para a sustentabilidade e competitividade da atividade. A atuação fragmentada e desconexa das organizações

difícilmente poderá garantir a efetividade. Assim, torna-se necessária a existência de ambientes institucionais onde possa existir a integração e sinergia entre os atores locais, as instâncias governamentais, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

Finalizando

É possível afirmar que no Brasil há uma necessidade de dinamização e diversificação da oferta de recursos turísticos que ainda não estão devidamente promovidos, ou seja, se observa a urgência em requerer outros segmentos de turismo, que não o “Sol e Praia”, sobretudo, o ecoturismo e as modalidades de base comunitária e social, não sendo de descurar tudo o que tenha a ver com o turismo religioso, com o turismo aventura e com o turismo de experiências. Este pode ser um caminho para minimizar gradativamente a imagem turística estereotipada do Brasil no mundo e promover oportunidades que possam permitir não só o crescimento do turismo como atividade econômica, mais acima de tudo possa contribuir para harmonizar o aproveitamento sustentável dos recursos turísticos disponível no território brasileiro e contribuir para melhorias socioambientais.

No que se refere a questão das infraestruturas, faz-se necessário dotar o Brasil de melhorias nas rodovias, hidrovias, aeroportos e portos. Além disto, outros desafios precisam ser superados, a exemplo da segurança pública que torna-se um fator primordial para o país crescer no setor do turismo, e alcançar uma posição condizente com o seu atual crescimento econômico e com a sua hospitalidade. Portanto, os incentivos e investimentos para viabilidade da atividade residem, sobretudo na elaboração e adoção de políticas, planos e programas voltados para o turismo que considerem o uso sustentável dos recursos, a inclusão social no processo de desenvolvimento da atividade, a geração de emprego e renda para os atores locais e a conservação dos ambientes naturais.

Bibliografia

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2004. 513 p

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 14 de out. 2013.

CAMPBELL, R. *Produtos e propagandas que exploram o corpo da mulher reforçam preconceitos sobre o Brasil e podem até estimular o turismo sexual*. Folha, n.11, p. 10-11, mar., 2014.

EMBRATUR. INSTITUTO NACIONAL DE TURISMO. *Estudo realizado com 184 países revela o crescimento do segmento no País e faz projeções para 2014*. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Brazil_e_o_6_no_mundo_em_economia_do_Turismo.html>. Acesso em 05 de abr. 2014.

EUROMONITOR INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/>>. Acesso em 25 de out. 2013.

GALLAS, Daniel. *Mais estrangeiros visitaram o Brasil em 2013, gasto cresce pouco*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140120_turismo_brasil_dg.shtml>. Acesso 20 de mar. 2014.

MERCADO COMUM. *Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios*, ano 21, 2014. Disponível em: <<http://www.mercadocomum.com/site/artigo/detalhar/brasil-volta-a-crescer-menos-que-a-media-mundial-e-participacatildeo-no-turismo-internacional-ainda-e-muito-modesta>>. Acesso 31 de mar. 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Anuário Estatístico de Turismo 2012*. Vol. 39. Ano base, 2011. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/index.html>>. Acesso em 13 de ago. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Anuário Estatístico de Turismo 2013*. Vol. 40. Ano base 2012. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/index.html>>. Acesso em 13 de ago. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo (2013/2016)*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 27 de fev. 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: MTur, 2007.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (UNWTO). Disponível em: <
<http://www.e-unwto.org/content/v0r228/>>. Acesso em 06 de mar. 2014

RABINOVICI, A.; COSTA, L. F. da. Organizações não governamentais e turismo sustentável: participação e conflitos. In: *Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. 4, Anais...* Brasília, DF: ANPPAS, 2008.

SOUZA, C. F.; FALKEMBACH, C. B.; DAVAL, S. et al. *Turismo no Brasil: termo de referência para atuação do sistema SEBRAE*: Brasília: SEBRAE, 2010.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Mary Claudia da Silva

O turismo vem crescendo consideravelmente, beneficiando não só a comunidade, mas o município como um todo, gerando alternativas de renda, movimentando a economia local, proporcionando a valorização do receptivo, melhorando a infraestrutura da cidade, acarretando em maiores opções de lazer, ocasionando, conseqüentemente, um melhor padrão de vida e satisfação para a comunidade em relação a sua localidade.

Diante desse cenário de perspectivas bastante positivas para o crescimento da atividade turística, cabe a preocupação com a questão de se planejar a atividade, a forma com que este planejamento é elaborado e, mais importante, executado.

O planejamento deve ocorrer de acordo com as peculiaridades de cada local, já que, a falta desse planejamento acarreta em impactos negativos com efeito multiplicador em toda a comunidade receptiva afetando diretamente seu patrimônio ambiental, social e cultural.

De forma pontual, mesmo quando planejado, o turismo provoca efeitos não desejados, pelo fato da comunidade local, muitas vezes, ser excluída do processo de planejamento.

Este artigo tem o objetivo de trazer uma reflexão crítica sobre o planejamento turístico através de diferentes técnicas metodológicas e suas vantagens proporcionando maior participação dos envolvidos dentro de uma construção coletiva que seja capaz de alcançar objetivos em diferentes esferas de participação e co-participação visando ao protagonismo da comunidade envolvida.

Planejamento turístico

O planejamento turístico é essencial, pois se a atividade turística não for bem planejada pode causar inúmeros malefícios. Esse planejamento deve analisar o potencial de uma localidade e traçar metas para o desenvolvimento do turismo com responsabilidade socioambiental.

Como afirma Rose (apud Dias 2003a), a utilização dos recursos naturais sem um planejamento adequado resultará no seu esgotamento, conseqüentemente, no abandono da demanda do destino turístico.

A finalidade do planejamento turístico é estabelecer diretrizes que nortearão as tomadas de decisões de um município, estado, região. Por meio deste é possível definir as estratégias que serão seguidas, programas que auxiliarão, tipo de turismo que pretende-se desenvolver e público alvo que busca-se atingir. (PETROCCHI, 2002).

Braga (2007) define planejamento turístico como:

Processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e demanda real) da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental.

Esse planejamento pode ocorrer de três maneiras distintas, sendo preventivo, corretivo ou misto. O planejamento turístico preventivo é aquele que prepara a localidade para desenvolver o turismo de forma ordenada. O corretivo acontece onde já é desenvolvida a atividade turística, mas de forma desordenada ou em decadência, então esse planejamento visa melhorar a situação atual, e o misto é os dois planejamentos anteriormente citados, o mais comum, onde apesar do planejamento ser preventivo, há situações que exijam correção (BRAGA, 2007).

Independente do tipo de planejamento turístico é sensato o envolvimento da comunidade no processo, já que o contato entre esta e o turista é essencial, além do que, a comunidade deve estar ciente dos impactos negativos e positivos que a localidade pode sofrer.

Metodologias aplicadas ao planejamento

A utilização do planejamento participativo pode se dar através de várias metodologias. Para que haja esse tipo de planejamento deve-se atentar à metodologia aplicada,

[...] trata-se de buscar uma metodologia que tenha fundamentos teóricos e opções transformadoras na linha da justiça social e que gere uma dinâmica em que participação seja o procedimento normal das pessoas porque possuem parcela do poder (GANDIN, 2007).

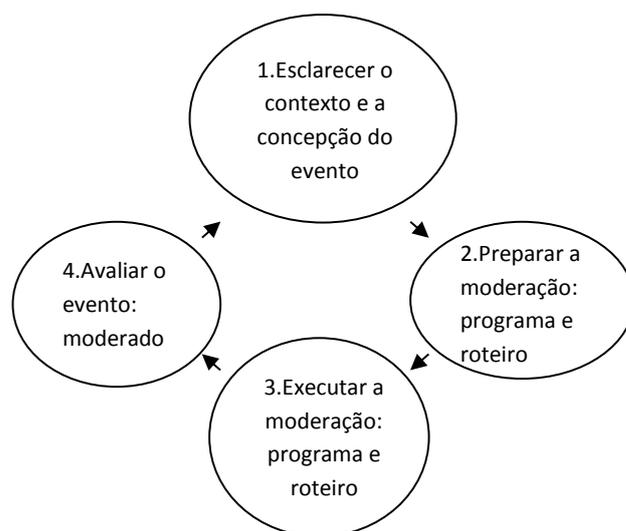
Buscando atingir o planejamento participativo, o processo deve ter três momentos. O momento individual, onde cada participante expõe suas opções e saberes sobre o assunto abordado; o momento de subgrupos, no qual se organizam e selecionam idéias e decisões; e o momento de plenário, onde é exposta a contribuição de cada subgrupo, e quando acontece o posicionamento pessoal sobre o que vem sendo elaborado (GANDIN, 2007).

Vale ressaltar que o exposto acima não é um modelo a ser seguido, e sim mecanismos que devem ser utilizados, pois no enfoque participativo não existe um método pronto a ser seguido, esse deve ser moldado e ajustado a cada realidade, daí a importância do processo ser flexível e criativo.

A melhor forma de trabalhar a participação com grupos é através de oficinas, onde é utilizado o processo do “aprender fazendo”, havendo troca de experiências, e onde há a diferença entre participar e estar presente (PERRUCCI e CALLOU s/d.).

Essas oficinas podem ser facilitadas com alguns instrumentos como: o moderador, que é o facilitador do processo metodológico; visualização, é o registro visual acessível a todos; problematização, deve ser feita em forma de pergunta para orientar os envolvidos em busca do objetivo; trabalho em grupo, onde se tem um momento de criação intensa e aumenta a eficácia da comunicação; sessões plenárias, momento de socialização dos resultados; debate ativo, onde todos devem se sentir à vontade para se expressar e a condução compartilhada, é quando se determina o processo a ser desenvolvido e se divide as responsabilidades (CORDIOLI, 2001).

O moderador é de extrema importância, pois ele quem orienta metodologicamente a equipe, indicando as regras e as técnicas para as etapas da oficina, as quais devem passar segurança e confiabilidade aos participantes (op cit). Abaixo a visualização do papel do moderador (CORDIOLI, 2001).



Fonte: Cordioli, 2001

A visualização móvel é um instrumento facilitador da comunicação que pode ser utilizado em eventos participativos. A técnica METAPLAN surgiu no início dos anos de 1970, com a empresa alemã de consultoria Metaplan GmbH, para facilitar a comunicação nos trabalhos em grupos, e devido à intensificação de seu uso passou a ser considerado um método. Sua aplicabilidade consiste no uso de tarjetas, que são feitas de cartolina, com diferentes cores, tamanhos e formatos, onde são registradas as idéias, propostas, opiniões, fixadas em seguida em um painel, ficando visíveis a todos os participantes (CORDIOLI, 2001).

Essa técnica é interessante por permitir a visualização das diversas idéias que ficam expostas até finalizar determinado assunto, não correndo o risco de esquecimentos ou repetições, que se tornam cansativo.

O uso das cores, do formato e da estruturação das tarjetas, deve ser utilizado seguindo uma lógica entendida pelo grupo, não há uma regra estipulada que deve ser seguida, só é recomendado que não usem muitas cores em um só painel para não desviar a atenção, e que as cores sejam claras para ficar visível a escrita. As cores mais utilizadas são: branco, amarelo, laranja e verde; os formatos: nuvens, oval, retangular, circular, sextavada e tiras. Normalmente se estipula um determinado formato e cor para título, outra cor e formato para problematização, e assim por diante conforme a necessidade (op cit.).

Quanto à escrita nas tarjetas, devem ser de no máximo três linhas, com traços fortes, letra grande, utilizar letras maiúsculas e minúsculas, somente uma informação por

tarjeta e evitar palavras isoladas, para facilitar a compreensão e visualização dos participantes. Existem ainda símbolos de entendimento universal que podem ser utilizados, que são: ponto de interrogação, que significa resolver depois; *stop* ou pare, para não aprofundar no assunto; exclamação, quando for importante, que deve ser lembrado depois e o raio de tempestade, quando houver forte discordância. Ressaltando ainda que se deve sempre buscar finalizar o raciocínio do painel, removendo as tarjetas para não ocorrer acúmulo de grande quantidade (CORDIOLI, 2001).

Como forma de complementar o METAPLAN em uma reunião participativa, pode-se usar um suporte de painel desmontável, trabalhando sobre folha de papel *craft*, o que possibilita realizar praticamente todas as tarefas previstas dentro de uma reunião do caráter (PERRUCCI e CALLOU s/d).

O enfoque participativo não deve ser confundido com o processo “basista”, neste, toda idéia deve surgir do grupo, enquanto no primeiro é necessário que o moderador apresente novos elementos, garantindo a auto-estima do grupo e ganho de qualidade (op cit.).

O trabalho em grupo deve ser utilizado seguindo alguns cuidados especiais na divisão dos mesmos, é importante evitar que a liderança se posicione toda em um único grupo, ser flexível quanto à troca de integrantes de um grupo para outro, fornecer tempo suficiente para o debate e formar grupos com no mínimo quatro e no máximo seis indivíduos, para que seja formada uma “massa crítica” e ao mesmo tempo não iniba nenhum participante (op cit.).

Outro instrumento de análise participativa que pode ser acoplado na oficina é o EDPO, que significa Êxitos, Deficiências (passado) e Potenciais, Obstáculos (futuro). Esse instrumento tem como característica positiva o fato de ser desenhado, facilitando o seu entendimento, e por ser de fácil manuseio necessitando poucos materiais.

Conforme Krappitz (apud Cordioli 2001), os eventos grupais devem seguir uma estrutura baseada, em primeiro momento, na introdução e sensibilização dos participantes, logo após um momento de reflexão e de criação de idéias, seguido de discussão e aperfeiçoamento das idéias em plenária e finalizado com a avaliação da etapa e programação de novos passos. Esse processo pode utilizar de diferentes instrumentos na sua execução.

Quanto ao poder de decisão, Gandin (2007) separa em dois pontos distintos, um deve ser conduzido por todos, que são as idéias, opções e os resultados que vão construindo, e o outro que são atribuídos a uma equipe coordenadora, relacionado à definição de técnicas, instrumentos e modelos utilizados. O autor ainda reforça dizendo:

Durante a elaboração de um plano há um sem número de momentos que exigem definições da equipe coordenadora. Cada equipe coordenadora irá compreendendo o momento de tomar suas decisões, restritas ao seu próprio arbítrio e às necessidades técnicas ou compartilhadas com mais pessoas que estão no processo.

Cordioli (2001) segue o mesmo raciocínio quando diz que o modelo participativo promove a interação entre os diferentes níveis de poder, no entanto, que não se propõe um nível igualitário de poder, havendo hierarquias diferenciadas, as quais representam os níveis de responsabilidade diferenciados.

Realmente é necessário esse tipo de separação de responsabilidades, onde um grupo coordenador tenha autonomia para tomar decisões que não alterem o resultado principal, mas que são essenciais para o andamento e organização do projeto.

Processo participativo na utilização das metodologias

Alguns autores, como Dias (2003b), acreditam que o planejamento participativo não passa de um mito, principalmente quando se trata de âmbito nacional, onde não há como incorporar as massas diretamente, mas o autor afirma que se o alvo for uma cidade ou uma região, então se torna possível esse tipo de planejamento, e essencial à participação da comunidade envolvida. Demo (apud Dias 2003b) discorda em partes desta afirmação, para ele a participação é sim realizável, no entanto nunca será de modo totalmente satisfatório.

Andrade (s/d) acredita que o planejamento participativo permite:

- Formas de aprendizado recíproco;
- Melhor compreensão das dificuldades enfrentadas nas diferentes instâncias da organização e maior cooperação entre elas;
- Maior cooperação entre as diferentes instâncias no sentido de obter maior eficiência e eficácia, abrindo caminhos para novas formas de gestão, aumentando a capacidade de resposta às demandas tanto internas como externas;

- Otimização dos recursos disponíveis, possibilitando uma relação mais positiva entre custos e benefícios, diminuindo o peso dos gastos administrativos;
- Definição clara de funções e a articulação funcional e operativa entre as diferentes instâncias;
- Consciência da globalidade e interdependência entre as diversas atividades;
- Consciência da responsabilidade de cada um na obtenção dos resultados.

Segundo Beni (2006), planejamento participativo reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado, bem como a eficiência do processo. A gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local.

No entanto, é necessário ter claro os níveis de participação existentes para que não haja a falta de compreensão do que é o planejamento participativo, utilização de metodologias inadequadas e manipulação das pessoas, onde já se estabeleceu o critério a ser seguido e finge utilizar tal técnica por interesses somente (GANDIN, 2007).

Tal manipulação pode ocorrer de forma planejada, onde a intenção é somente parecer democrático devido a interesses, ou devido à falta de compreensão da metodologia participativa, mesmo que se tenha o intuito de utilizar dessa técnica.

Para Beni (2006), nos projetos de mobilização social o ideal é alcançar o nível de co-responsabilidade, onde as pessoas envolvidas entendem o quanto sua participação é importante e passam a agir por se sentirem responsáveis por isso, somente assim é alcançado o objetivo do projeto.

Ao se falar em planejamento participativo muitos imaginam grandes plênários, onde as decisões são tomadas através de votos. O que na verdade inibe a participação e, em muitos casos, é utilizado pelo autoritarismo como forma de impor algo (GANDIN, 2007).

Finalizando

O planejamento turístico através do processo participativo trás inúmeros benefícios como aumentar a eficiência, reduzir custos, valorização da comunidade, melhor receptividade ao turismo, entre tantas outras. No entanto ainda é pouco utilizado,

seja por desconhecimento de técnicas, pela crença de que não é um método realizável, por descentralizar as decisões ou pelas dificuldades encontradas em reunir interessados.

O que se observa em muitos casos é a falta de compreensão do que seria o método participativo. Muitos acreditam que grandes plenárias onde acabam por inibir os participantes e onde estes têm direito de votar sim ou não é uma metodologia participativa. Ou ainda confundem o processo participativo com reuniões onde se gastam horas e não se encontra solução alguma, pois espera-se que toda idéia surja no momento pelo grupo, sem um moderador que leve embasamentos teóricos.

O processo participativo deve centrar as decisões principais no grupo, mas atribuir responsabilidades que devem ser tomadas fora de assembléia, é necessário haver um moderador, não que venha a influenciar nas decisões do grupo, mas que apresente teorias ao mesmo é necessário também um grupo coordenador, pois nem todas as decisões ou atitudes necessitam de uma reunião com todos os membros, pois se não houver um grupo coordenando, o processo acaba se tornando cansativo, sem eficiência e inviável.

Bibliografia

ANDRADE, H. F. *Planejamento participativo: por que e para que*. Disponível em: <<http://www.novasociedade.com.br/conjuntura/artigos/hilda1.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

BENI, M. C. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BRAGA, D. C. *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CORDIOLI, S. *Enfoque participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática*. Porto Alegre: Gênese, 2001.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

DIAS, R. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003b.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, religioso e governamental*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERRUCCI, A. E. C; e CALLOU, A. B. F. *Capacitação para o trabalho com comunidades rurais: a experiência do proreenda rural em Pernambuco, Brasil*. Disponível em: <www.eca.usp.br/.../GT%20%201%20%20gustavo%20cimadevilla/Arthur%20Perruci.doc>

Acesso em: 23 mar. 2008.

PETROCCHI, M. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 2002.B

TURISMO PEDAGÓGICO COMO METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM*Elsine Carneiro Falcão*

Os negócios relacionados ao setor de turismo crescem gradativamente no mundo e, para atender a esse universo consumidor, surge a responsabilidade por parte das Instituições de Ensino, de formar profissionais capacitados não somente no aspecto teórico, mas que tenham a capacidade de relacionar teoria e prática. A grande questão está na reflexão sobre o tipo de qualificação oferecida a esses futuros profissionais e qual a forma de aplicação desses conhecimentos à luz da sociedade e do mercado de trabalho.

O turismo pedagógico como metodologia de aprendizagem ainda é pouco utilizado no cenário educacional e, devido a isso, há poucos estudos sobre o tema, daí o interesse na presente discussão. No intuito de fortalecer no corpo docente a ideia de uma nova proposta de cunho interdisciplinar, e nos estudantes de turismo gerar habilidades cognitivas, esse tipo de vivência prática oferece ao aluno a oportunidade de perceber e analisar determinadas realidades externas à sala de aula que somente se constroem no âmbito do convívio e interação com o seu entorno.

Sabe-se que no setor do turismo é indiscutível a influência das demais áreas científicas do conhecimento. Entende-se que a busca por uma maior diversidade de formas de aprender e ensinar sobre essa transversalidade se faz necessária, diante da necessidade de valorizar e consolidar o saber no universo do turismo. Observa-se que, muitas vezes, egressos de cursos acadêmicos em turismo não se inserem no mercado de trabalho devido à inserção de profissionais oriundos de outras áreas de conhecimento nesse setor.

Diante disso, conhecer os conceitos que tratam a respeito do turismo pedagógico e sua prática é possibilitar crescimento no campo da interdisciplinaridade acadêmica, área defendida pelas diretrizes curriculares do Ministério da Educação do Brasil e, por consequência, fortalecer a formação do corpo discente.

Para a realização desse estudo, seguiu-se um quadro conceitual proposto pelos autores Malmegrin (2010), Prado (2006), Hora, Cavalcanti (2003), Ansarah (2002),

Cooper, Shepherd, Westlake (2001), obtendo como resultado uma pesquisa de caráter bibliográfico.

Vivência interdisciplinar na formação acadêmica de turismo

A década de 1970 foi marcante para o surgimento dos cursos de turismo no Brasil. Desde então, a partir de novas diretrizes curriculares, evoluções mercadológicas e aumento de demanda, novas feições para esse setor foram definidas. Todavia, mesmo como o passar dos anos, a proposta fundamentalmente era de âmbito técnico-operacional sem maiores pretensões no sentido de promover uma formação de condições interdisciplinares.

Sendo o turismo uma área de crescimento expressivo no mundo, a necessidade da qualidade na prestação de serviço é uma questão determinante. Por isso, observa-se que diante dessa realidade e por apresentar o país, um potencial indiscutível para o desenvolvimento desse segmento, os primeiros cursos de turismo do Brasil iniciaram sua trajetória acadêmica em cidades de grande referência nacional, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Todavia, as características iniciais eram sem tanta expressividade, devido a investimentos iniciais relacionados a esse mercado, serem oriundos praticamente do setor público (TRIGO, 1991).

Embora na atualidade, o mercado turístico cresça numa condição globalizada, ainda num aspecto local, é notória a carência de planejamento no sentido de desenvolver uma atividade com características mais sustentáveis. Se na condição de consumo, ou seja, de oferta e procura esse desequilíbrio é percebido, em relação à formação dos profissionais que se inserem nesse mercado, ainda é perceptível falhas relacionadas à construção de planos que agreguem um diferencial qualitativo no que diz respeito a entender o turismo na perspectiva de um modelo sistêmico em toda a sua concepção. Conforme teoriza Beni, o sistema é:

Como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo (BENI, 1998,p.25).

Relacionando a teoria de sistema ao setor turístico, o turismo passou a ser considerado um sistema, partindo da sua inter-relação com os mais variados sistemas

existentes. De acordo com Petrocchi (2001, p.24), "O turismo caracteriza-se pela confluência de inúmeras disciplinas que o influenciam: condições econômicas, sociais, demográficas, culturais, geográficas políticas e tantas outras tanto da região de destino quanto da região de origem". Logo, para compreensão da complexidade do turismo, se faz necessário o conhecimento da sua interação com os demais setores e para o seu ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de uma visão interdisciplinar.

De acordo com Fazenda (2005), a primeira iniciativa para o "fazer" interdisciplinar é o 'pensar' de forma interdisciplinar. Enfatiza a autora que a interdisciplinaridade possui vários significados e, por isso, a dificuldade de muitos educadores em entendê-la. Contudo, independente das interpretações, algo não muda: o fato de o conceito de interdisciplinaridade agregar a ideia de um novo posicionamento e uma nova forma de pensar diante do desafio do conhecimento.

Embora sendo disseminada no meio acadêmico de forma relativamente recente, ou seja, em 1990, percebe-se que a prática da interdisciplinaridade, para muitos gera medo e insegurança. Talvez porque o convite à quebra de paradigmas na educação seja algo ainda em construção, embora totalmente necessário.

No caso específico dos cursos de turismo que se relacionam com outras ciências, essa premissa é imprescindível, tendo em vista sua característica relacional com as mais diversas áreas de conhecimento da sociedade. A própria globalização induz a um redesenho nas propostas relacionadas à qualificação profissional, tendo em vista o foco atual na competência de pessoas. Diante disso, a busca pela flexibilização na educação relacionada ao turismo se torna um diferencial no sentido de agregar novas metodologias a esfera educacional (ANSARAH, 2002).

Apresentar e discutir a interdisciplinaridade em turismo através de *cases* de mercado, visitas técnicas, aulas de campo, convênios entre empresas e instituição de ensino, projetos de pesquisa, viagens de observação, entre outros, é uma forma de quebrar a rigidez da sala de aula e proporcionar ao corpo discente uma experiência de vivência e observação, cujo significado extrapola a limitação do espaço físico tradicional de ensino e aprendizagem (ANSARAH, 2002). A inserção de conhecimentos aproximados da vivência prática é um diferencial no que diz respeito à qualificação para o mundo, é possibilitar o 'pensar' de forma conectada com as realidades da vida.

No que diz respeito à Educação, entendida como um processo permanente, ela não pode parar no ensino, ou seja, na pura instrução. Nesta função, os meios de comunicação estão muitos anos luz à nossa frente. A informação está disponível em toda a parte. A aprendizagem, sintetizada em receber a informação e memorizá-la, também nada representa em termos de mudança. Infelizmente, em muitos lugares é a escola que temos. Trata-se de um processo alienante. A contribuição mais importante que podemos oferecer aos nossos alunos é ensinar a pensar (BIZ, 2012. p.35).

Prado (2006, p.67), salienta que

“a educação não acontece somente nos meios formais e oficiais, e não deve ser defendida como objeto essencialmente escolar, mas sim como objeto das relações entre os homens”.

Sobre essa ideia, se fundamenta o turismo pedagógico como uma prática interdisciplinar que, ao atingir o seu objetivo que é o “aprendizado”, se configura invariavelmente como uma proposta informal em um ambiente externo à sala de aula.

Uma nova forma de pensar e fazer turismo

O desenvolvimento da educação em turismo tem passado por grandes evoluções nas últimas décadas. Essas mudanças decorrem do crescimento do setor e da necessidade urgente de qualificação. “Houve tempo em que o turismo era apenas um suplemento para disciplinas mais reconhecidas, aumentando o foco dos cursos recentemente concebidos e as áreas primárias de estudo.” (COOPER; SHEPHERD; WESTLAKE, 2001, p. 29).

De acordo com Muller (2003), vivemos numa sociedade “móvel” cuja tendência dos indivíduos é intensificar o movimento em busca do bem estar e da auto realização. Diante desse perfil, a sociedade tende a se relacionar pouco com a comunidade local, buscando deslocar-se cada vez mais para lugares distantes a fim de vivenciar experiências em ambientes desconhecidos. Observa-se que a tendência desses deslocamentos dentro do turismo tem sido feita de forma massificada, ou seja, em grupos, nos quais a busca pela infraestrutura, apesar de ser real, não tem sido apontada como principal.

Assim, a hospitalidade não pode ser compreendida na sua forma reduzida de apenas atender às necessidades tangíveis do hóspede. É necessário compreender e refletir que, por trás de toda relação hospitaleira, estão dois indivíduos; seres humanos que podem e devem desenvolver relações afetivas numa maior ou menor intensidade. (HSIEN, 2010, p.102).

Embora o turismo na perspectiva da economia seja classificado como indústria, na realidade é uma prestação de serviço à indústria. Seria uma atividade relacionada ao setor terciário em que o turista na sua condição de consumidor cria a expectativa de ser atendido com excelência. Sobre isso, Olsen (2003) apresenta o seguinte pensamento:

Nos dias de hoje, isso geralmente se traduz na competição entre os setores de viagens e hospitalidade para criar e gerenciar o melhor programa de fidelidade de clientes. Para atingi-lo, o preço da fidelidade será ter produtos e serviços superiores que agreguem valor real e significativo para o cliente. (OLSEN, 2003. p.220).

Desde os tempos antigos a qualidade vem sendo conceituada de inúmeras formas. No entanto, nos tempos modernos a consideração ao item qualidade tem sido premissa básica para a sobrevivência das organizações. Pelas configurações do mercado o conceito de qualidade tem sido utilizado como sinônimo de excelência, ou seja, o que há de melhor sendo ofertado na prestação de um serviço ou de um produto. Mas, de acordo com Yasoshima (1997 apud TRIGO, 2005, p.150), “[...] a qualidade não significa a melhor performance, mas sim a performance especificada para responder a uma determinada necessidade.” Para uma melhor compreensão se faz necessário esclarecer que a performance especificada trata do nível ou tipo de serviço requisitado pelo usuário.

Entende-se, então, que de acordo com as exigências, cobra-se um padrão de conformidade passível a alterações. “Ou seja, há a necessidade de se ajustar constantemente o serviço ofertado de modo que este atenda ao que for especificado pelo usuário em diferentes momentos.” (TRIGO, 2005.p. 151).

Classificando a mão de obra profissional como um serviço turístico e entendendo que o serviço turístico pode ser compreendido como complexo devido a sua rede de conexões envolvidas, percebe-se a importância da existência da qualidade também na formação profissional daqueles que pretendem atuar nesse ambiente de negócios.

Assim, é nesse contexto que se insere o compromisso das Instituições de Ensino em formar profissionais qualificados para um setor tão exigente. A busca da qualidade na área da educação em turismo sem dúvida é uma forma de contribuir efetivamente para atender a uma performance especificada pelo mercado de trabalho.

A educação pode ser definida como um processo que dá ao indivíduo um conjunto de princípios, não aplicações detalhadas. Ela deve fornecer ao estudante um conjunto de ferramentas para interpretação, avaliação e análise de um novo conhecimento ao desenvolver suas capacidades críticas. A educação para o turismo olha além de um setor individual e tenta oferecer mais perspectiva geral do que uma abordagem específica de um setor. (COOPER; SHEPHERD; WESTLAKE, 2001, p. 173).

Diante da definição, importante é perceber a relevância da visão interdisciplinar na formação do futuro profissional. Segundo Malmegrin (2010), a necessidade da visão interdisciplinar é algo emergente na segunda metade do século XX, como forma de se contrapor a visão fragmentada do século anterior que muito contribuiu para a desintegração do conhecimento e a especialização exagerada em disciplinas que, na verdade, limitou a possibilidade da intersectorialização. De acordo com Malmegrin (2010, p.35), “[...] enquanto a interdisciplinaridade afeta mais notadamente o pensar, a intersectorialidade, que deve ser considerada desde o planejamento das ações é mais sentida quando do fazer”.

Sem dúvida, a percepção de novas metodologias que levem o aluno a pensar e fazer ao longo da sua formação acadêmica é uma tentativa válida de formá-lo numa condição distante de uma ótica fragmentadora, que na maioria dos casos o acompanha desde a sua formação inicial. É na busca dessa quebra de paradigma que Morin (1996) faz a seguinte observação: “[...] as ciências não tem consciência do seu papel na sociedade, as ciências não tem consciência dos princípios ocultos que comandam suas elucubrações; e as ciências não tem consciência de que lhes falta consciência.” (MORIN, 1996 apud MALMEGRIN, 2010, p.36).

Compreendendo o turismo como um fenômeno social, por envolver pessoas, bem como dinâmico, o que, aliás, pode ser considerado como uma das suas principais características, conclui-se que, em relação ao ensino e à educação, a proposta não pode ser diferente.

Se dentro da própria sociedade são desenvolvidas complexas redes privadas com o objetivo de oferecer educação, fazendo-se valer de diversas técnicas de marketing e comercialização para atrair seu público, não seria estranho conceber uma modalidade de turismo cuja principal característica fosse não apenas a satisfação da curiosidade por novos lugares e culturas, mas também o ensino formal propriamente dito. (HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 223).

O Ministério da Educação, ao elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais, reafirmou a importância do trabalho externo à sala de aula, esclarecendo que essa prática tem muito a contribuir com a educação do Brasil. De acordo com Prado (2006, p.67), “[...] muitas vezes a aprendizagem de determinados conteúdos requer exploração de espaços da comunidade.”

Para o mesmo autor, a partir dos Parâmetros Curriculares estabelecidos pelo Ministério da Educação, acredita-se que a transversalidade busca a construção de uma relação entre o universo social e o educacional.

Os temas transversais devem ser abordados em todas as áreas do conhecimento, e permear todas as disciplinas. Tem como objetivo primordial levar aos alunos questões atuais da realidade social dos educandos, como, por exemplo, meio ambiente, ética, pluralidade cultural, trabalho e temas considerados importantes pela comunidade escolar e não-escolar. Os conteúdos escolares devem ser conectados aos espaços de vivência, proporcionando o entendimento, a explicação e a interferência nos mesmos, contribuindo para a melhor qualidade de vida e para a justiça social (PRADO, 2006, p.68).

Com o objetivo de aproximar os estudantes da vivência prática do turismo, entende-se que a ideia da viagem como recurso pedagógico para o ensino é uma excelente ferramenta na construção do saber. Analisando o espaço turístico como ambiente não somente voltado para o lazer, mas de observação e aprendizado acadêmico, percebe-se a existência de uma grande valia que, inclusive, encontra respaldo dentro de algumas correntes pedagógicas, principalmente as influenciadas por Célestin Freinet. (HORA; CAVALCANTI, 2003). Sobre essa influência:

Vale ressaltar que as técnicas de Freinet, em especial a aula passeio, ou aula das descobertas, são identificadas como um elo entre a pedagogia e o turismo, sobretudo se essa ligação for interpretada sob o prisma da animação, conferindo ao turismo pedagógico o status de ‘aula com animação’. (HORA; CALVACANTI, 2003, p. 223).

Quanto à animação destaca-se que:

Não deve-se perder de vista que a animação é fundamentalmente um processo para desbloquear e desencadear um processo de participação, de expressão e, se possível, de criatividade cultural. É exatamente o estímulo à criatividade o melhor caminho por meio do qual se pode atingir a participação. (HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 223).

Desta maneira, criar em um aluno um olhar de turista, ou seja, de observação, é gerar espaço para novas percepções e criatividade. É facilitar a compreensão de um

conhecimento que, visto em sala de aula, ganha a partir da verificação *in loco*, novas dimensões. Na verdade, a proposta tem por objetivo oportunizar um novo olhar, sendo este agora crítico e livre de alienações e fantasias acerca do ambiente estudado. A proposta de unir vivências turísticas e práticas educacionais tem no seu âmago o intuito de contribuir com o desenvolvimento não somente pessoal, ou seja, de quem o realiza, como também gerar possibilidades de análises globais dos destinos visitados. (HORA; CAVALCANTI, 2003).

Certamente os conteúdos teóricos devem significar um meio e não um fim em si mesmos. Professores e alunos devem buscar as “entrelinhas” dos textos e partir para uma observação mais profunda, possibilitando o entendimento do porquê daquilo que ensinam e estudam (MILL; SILVA; BRITO, 2005).

Percebe-se, então, que a experiência do turismo pedagógico, embora não sendo uma prática antiga, possibilita uma série de ganhos. Entre eles, a reflexão sobre um tema pouco difundido que, dependendo no seu grau de exploração, poderá gerar grandes contribuições tanto para o aproveitamento acadêmico dos estudantes de turismo.

Finalizando

De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), o turismo tem crescido em quase todo o mundo e por isso tem se configurado como um segmento receptivo a investimentos públicos e privados. Carente de mão de obra qualificada, o setor de serviços no qual está inserido, vê-se desafiado constantemente a atender uma demanda crescente que cada dia se torna mais exigente em relação àquilo que lhe é ofertado. Isso ocorre devido ao aspecto sistêmico do turismo que o define como um todo formado por partes que interagem entre si com objetivos comuns.

Aqueles que ensinam e estudam o setor turístico compreendem essa realidade e entendem a relevância do planejamento, ação, avaliação e controle na formação profissional como premissas básicas para busca das oportunidades que são geradas pela cadeia produtiva do turismo. A relação entre educação teórica e prática com planejamento direcionado à qualificação profissional permite melhor suprimento das exigências do setor turístico com o “*input*” das Instituições de Ensino.

Considerando que a atual conjuntura educacional é marcada por grandes transformações, um dos campos onde isso é percebido é na produção do conhecimento e na forma como ele é repassado. O reconhecimento da importância da interdisciplinaridade na formação de um profissional através de metodologias específicas para esse fim, sem dúvida, indica a necessidade de vivências educacionais às vezes não convencionais, mas que podem ser grandes descobertas a partir da análise dos resultados alcançados.

Além disso, é importante esclarecer que a abordagem da educação prática como elemento de formação no turismo possui outra face distinta, além do aspecto profissional/mercadológico. Configura-se também como instrumento de transformação de valores pessoais diante da visão e análise *in loco* do tipo de turismo que tem se desenvolvido no destino estudado. É sabido que a preocupação em oferecer uma formação competitiva tem levado à construção de currículos e projetos excelentes por parte das Instituições de Ensino. Entretanto, a questão é perceber até que ponto esses planos e projetos têm aproximado o acadêmico da realidade que o cerca.

Por fim, importa frisar que essa mesma realidade tem se inserido algumas vezes dentro de um contexto de desequilíbrio social, ambiental e cultural que, limitado a uma sala de aula, dificulta a visualização pelo aluno. Para a percepção dessas situações a educação focada não somente em conceitos, mas também em vivências educacionais práticas, certamente contribuirão de forma significativa, garantindo assim, entre tantas possibilidades, gerar um olhar crítico sobre o turismo (in) sustentável.

Bibliografia

ANSARAH, M. *Formação e capacitação profissional do profissional em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph, 2002.

BENI, M. Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BIZ, O. Mídia, educação e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos; PESCE, Lucila. (Org). *Educação e cultura midiática*. Salvador: EDUNEB, 2012. cap1, p.19-46.

COOPER; Chris; SHEPERD, Rebecca; WESTLAKE, John. *Educando os educadores em turismo: manual de educação e hospitalidade*. SP: Roca, 2001.

FAZENDA, I.C.A. *Práticas interdisciplinares na escola*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HORA, Alberto Segundo Spínola da; CAVALCANTI, Keila Brandão. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, Mirian; COSTA, Benny Kramer. (Org). *Turismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2003.

HSIEN, E. Hospitalidade e Sustentabilidade. In: PHILIPP, Arlindo Jr; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. (Org). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri- SP: Manole, 2010.

MALMEGRIN, M. L. *Redes públicas de cooperação local*—Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

MULLER, H. Hospitalidade e o turista do futuro. In: LOCKWOOD A; MEDLIK, S (Org). *Turismo e hospitalidade no século XXI*. Barueri- SP: Manole, 2003.

MILL; D; SILVA, A.R. da; BRITO, N. Sala de aula virtual: novos lugares e novas durações para o ensinar e aprender na contemporaneidade. In: OLIVEIRA, Maria Olivia de Matos; PESCE, Lucila. (Org). *Educação e cultura midiática*. Salvador: EDUNEB, 2012. p.169-192.

OLSEN, M. Hospitalidade e o turista do futuro. In: LOCKWOOD A; MEDLIK, S (Org). *Turismo e hospitalidade no século XXI*. Barueri- SP: Manole, 2003.

PETROCCHI, M. *Gestão de pólos turísticos*. 2 ed. São Paulo: Futura, 2001.

PRADO, B. F. M. Turismo como ferramenta pedagógica: experiência em escolas de Belo Horizonte. In: BAHL, Miguel; AGUIAR, M. de Fátima. (Org). *Competência profissional no turismo e compromisso social*. São Paulo: Roca, 2006.

TRIGO, L.G.G. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

_____. *A sociedade pós- industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papyrus, 1991.

*A CULTURA E O NEGÓCIO DA HOSPITALIDADE NO TURISMO**Davi Alysson Andrade*

A hospitalidade, como prática e área de estudo da academia, vem ganhando cada vez mais importância para a sociedade diante das diversas situações favoráveis à prática da hospitalidade entre as pessoas. No cotidiano, está associada ao “bem receber”, seja na forma de como acolhemos um familiar, amigo ou visitante, em nossa casa ou cidade, ou ainda, no aspecto mais comercial, em atender/receber clientes.

Os lugares para a apresentação desta hospitalidade/hostilidade são diversos, como a cidade e espaços mais específicos, privados ou públicos, tais como residências, hotéis, restaurantes, *shoppings centers* e universidades.

Tradicionalmente, o acolhimento, que resulta do ato de ser hospitaleiro, é direcionado ao visitante, o “estrangeiro”, que nesta situação demanda esforços do anfitrião para que possa ter garantidas suas necessidades de acomodação, segurança e alimentação, ou mesmo emocionais, de se sentir bem-vindo.

A prática da hospitalidade, inclusive como obrigação moral-religiosa, data de períodos bem anteriores ao advento do turismo, como atividade econômica, sendo verificada, por exemplo, em passagens bíblicas. Mas encontramos nos fluxos turísticos, o contexto mais próximo do ideal para a realização e experimentação desta prática, sem implicar na desconsideração de situações diversas, distantes da atividade turística, que podem evidenciar atitudes de hospitalidade, como discutiremos a seguir.

Neste sentido, o cotidiano de “viajante”, cidadão, consumidor, e o olhar interessado de pesquisador, revelam situações em que a hospitalidade tem características acentuadas de prática cultural, no retrato mais espontâneo, e outros casos em que esta hospitalidade é desfrutada como um negócio, sem preconceitos com a relação comercial.

Estas impressões não são inéditas, vários teóricos já escreveram sobre estes aspectos da hospitalidade: Derrida, Grinover, Gotman, Lashley, Morrison e Camargo, para citar exemplos. Alguns direcionam suas análises para o aspecto sócio-antropológico, outros, para o cultural ou comercial, e ainda, para as relações entre o social, cultural e o comercial, chegando ao turismo.

Buscamos aqui refletir e contribuir com as discussões que analisam a hospitalidade enquanto prática cultural e negócio. A aproximação do olhar do pesquisador para o turismo e a hotelaria é inevitável, pelo mundo onde atua. As reflexões são instigadas pelas leituras dos trabalhos de alguns autores e recebem a influência das práticas observadas no cotidiano, como estudioso da cultura, do turismo, da hotelaria e, enfim, da hospitalidade.

Sem a pretensão de criar ou refutar teorias, convidamos os leitores a se envolverem na leitura, de maneira confortável e crítica, com o desejo de que a hospitalidade seja mais presente em seus olhares e práticas cotidianas.

As origens da hospitalidade

“Todos devemos alimentar a hospitalidade de uns para com os outros, pois, como dizem as Escrituras judaico-cristãs, todos somos hóspedes nesta Terra e não temos aqui morada permanente” (BOFF, 2005, p. 14).

Para indicar marcos da preocupação com a hospitalidade entre as pessoas, chegamos à mitologia e verificamos a relação entre homens e deuses: no “mito da hospitalidade”, um casal de idosos, Báucis e Filêmon, abrigaram o deus Júpiter e seu filho Hermes, e como retribuição tiveram atendido o pedido de morrer juntos [...] Báucis e Filêmon foram transformados em duas árvores frondosas, que cobriam um templo, deixando a lição de que “quem hospeda forasteiros, hospeda a Deus”. (BOFF, 2005, p. 78-84)

As origens da hospitalidade no cotidiano das pessoas remetem há tempos distantes e mesmo nos dias atuais, verificamos os traços da religiosidade, de dádiva, do “receber e retribuir”. Na Bíblia, um versículo diz “não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela *alguns, não o sabendo, hospedaram anjos*” (HEBREUS, 13:2)

Boff (2005, p. 13) destaca a hospitalidade como uma das quatro virtudes (a primeira) sem as quais nenhum convívio é verdadeiramente humano e nenhuma globalização é benfazeja e portadora de promessas. As demais virtudes são: a convivência, a tolerância e a comensalidade.

Além de virtude necessária, “a hospitalidade é um sinal de nostalgia e uma nova moda intelectual” (MONTANDON apud CAMARGO, 2005, p. 713). Se os olhares sobre a realidade contribuem para o interesse dos estudos acadêmicos sobre a hospitalidade,

cada vez mais observamos que as “pessoas que viajam necessitam de acolhimento, envolvimento e a hospitalidade torna-se um tema caro à economia moderna, na proporção direta do que as pessoas consomem e gastam nessas migrações lúdicas” (CAMARGO, 2005, p. 715).

Camargo (2005, p. 713), buscando as justificativas para a nostalgia que envolve o tema da hospitalidade, viaja ao período paleolítico (8.000 a. C.) e diz que naquela época a população da terra era marcada pela intensa expectativa de encontrar, receber e conhecer outros seres humanos, o que, ao deixar de povoar o pequeno universo sociológico então existente, passou a se chamar hospitalidade.

Camargo confirma que a hospitalidade:

foi e ainda é o princípio básico de uma grande número de ordens religiosas católicas, desde os primeiros beneditinos e cistercienses, cujos mosteiros até hoje cultuam as regras originais da hospitalidade e muitos deles vêm mesmo se transformando em hotéis e pousadas, até as mais recentes ordens e congregações religiosas. De resto, a noção de hospitalidade coaduna-se com os princípios básicos de todas as religiões e todas elas, sem exceção, têm um lugar de destaque para a ideia de hospitalidade. (CAMARGO, 2002, p. 5)

Aproximando-se do que hoje são os meios de hospedagem, as primeiras práticas de hospitalidade estão associadas ao acolhimento de pessoas enfermas, em casas de saúde, ou de estrangeiros em mosteiros, baseadas em princípios de solidariedade. O sentido da palavra hospitalidade, como conhecemos hoje, tem origem na palavra latina *hospitalitas*, derivada de *hospitalis*, e começou a ser usada na Europa, no século XIII, para definir a hospedagem gratuita e caridosa para os indigentes e dos viajantes acolhidos nos conventos, hospícios e hospitais. (GRINOVER, 2002, p. 27)

Verificamos o respeito àquelas regras da hospitalidade em experiências pessoais, quando recebidos na “casa das irmãs” (convento das Filhas do Amor Divino), em várias cidades do Rio Grande do Norte: na arrumação do quarto de hóspedes, com cartão de boas-vindas e presentes sobre a cama, na organização da *mise-en-place* e da *mise-en-scène*, com os talheres especiais para os visitantes, na preocupação em proporcionar a interação do hóspede com a comunidade e na oferta de alimentação a quem batesse à porta. Tudo sem qualquer aspecto comercial.

Decorridos os séculos e os acontecimentos que levaram ao afastamento de algumas práticas espontâneas de hospitalidade, como destaca Camargo (2005): a divisão do trabalho, o conflito/luta de classes, tratados por Marx, as guerras, o crescimento das

idades e dos problemas urbanos, que nos impedem de falar com estranhos. Observamos que estes e novos motivos, como os movimentos migratórios e o turismo, dão força à busca da hospitalidade.

Os aspectos culturais da hospitalidade

Até aqui vimos que a hospitalidade, antes de tudo, faz parte (ou não) da cultura de um povo. É natural, por exemplo, que ao chegar na casa de um sertanejo, mesmo sendo um estranho, você seja convidado a entrar e tomar assento, um copo d'água ou um café, provavelmente, lhe será oferecido. Outra experiência pessoal, que evidencia esta cultura da hospitalidade: quando criança morava em uma casa ao lado da igreja, em uma pequena cidade no interior da Paraíba. Nos dias de missa, e principalmente na festa da padroeira, sabia que devia encher o filtro e as garrafas na geladeira, pois muitas pessoas, moradores da zona rural, viriam beber água depois da missa. Ao ouvir alguém na porta: “dona Maria, me dê um copo d'água”; a resposta era imediata: “já vai”. Desde pequeno sabíamos que “era pecado negar água”.

Sobre o entendimento do que é cultura, Burke relata:

no século XIX, cultura era um termo geral que descrevia a arte, a literatura, a música, a filosofia e a ciência. Do início do século XX em diante, graças a argumentos de antropólogos como Franz Boas, houve uma mudança gradual no uso do termo ‘cultura’, tanto nos Estados Unidos quanto em outros locais, um distanciamento daquilo que às vezes se chama de ‘cultura das salas de concerto’ em direção ao que se pode chamar de ‘cultura cotidiana’ (em outras palavras, os costumes, os valores, os modos de vida). Uma mudança da cultura no singular, frequentemente grafada com ‘C’ maiúsculo, para ‘culturas’ no plural. (BURKE, 2008, p. 28)

Como a hospitalidade acontece no cotidiano, na relação entre as pessoas, percebemos nestes costumes e valores sua materialização. Burke (2008) refletindo sobre a chamada “nova história cultural”, que se desenvolveu na década de 1980, afirma que esta assumiu a definição antropológica de cultura com outras ideias oriundas da antropologia. Dentre as novas ideias incorporadas nessa nova história cultural, o autor aponta a moda, o turismo e a gastronomia, vistos como tentativas de se criar uma identidade, quando se escolhe um estilo de vida.

A hospitalidade, salvo as características específicas de cada região, é apresentada como aspecto positivo para qualquer destino turístico, especialmente no Brasil, que é associada ao calor humano e alegria das pessoas, como será discutido adiante. Por vezes,

até diferenciamos o que é cultural e o que é profissional, como nos relatos de turistas que, ao voltar da França, por exemplo, dizem: “os serviços têm muita qualidade, mas as pessoas não são acolhedoras como no Brasil”.

O governo da França reconhece esta situação: em novembro de 2011, foi publicado um estudo que mostra os pontos fortes e fracos do turismo no país, que levou o Ministro de Turismo da França a afirmar que “a qualidade do acolhimento é um dos principais problemas”. (LEFEBVRE, 2011) Nesta época, vimos nos telejornais, notícias relatando os esforços do governo francês para sensibilizar a população e os empresários, em prol de um país mais hospitaleiro. Podemos pensar: “é apenas interesse em se manter como principal destino turístico do mundo e garantir os recursos financeiros que esta posição traz”. Nos perguntamos: seria uma mudança de hábitos, de estilo de vida, de cultura? Adiante voltaremos a esta questão.

Camargo (2005) nos lembra que a hospitalidade está próxima à dádiva, que é “é toda prestação de serviços ou bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social” (CAILLÉ, 2002 apud CAMARGO, 2005, p. 717). Esta dádiva tem desdobramentos, implica no tríplice dever que Mauss descobriu no seio da socialidade (do núcleo central do social): dar, receber e retribuir. (CAMARGO, 2005, p. 717)

Para Camargo, por mais que não haja qualquer obrigação, nesta relação de dádiva e hospitalidade, existem “leis não-escritas”, ou costumes que devem ser respeitados, e uma destas leis, diz “a hospitalidade deve ser retribuída”.

Assim, dentre as dimensões da hospitalidade, verificamos na hospitalidade doméstica, ou seja, no acolhimento que oferecemos em nossa casa, sem interesses comerciais, “a matriz e o espaço de preservação dos rituais legados pela tradição, tanto na forma de recepcionar, como de hospedar, alimentar e entreter” (CAMARGO, 2005, p. 718).

Podemos visualizar esta hospitalidade em cenas comuns do cotidiano, como na preocupação em oferecer água ou em mais um exemplo empírico: em época de festa, como o São João, as famílias do interior recebem visitantes em casa, seja por não haver meios de hospedagem suficiente na cidade, seja pela tradição do acolhimento (em alguns casos é uma agressão hospedar-se em uma pousada em vez da casa de um familiar). Se a festa for animada, é provável que o parente leve ainda outros convidados, seus amigos

(com o consentimento do anfitrião, claro). Chegando a casa, os visitantes encontrarão grande variedade de produtos da gastronomia local, interesse dos familiares em conversar e conhecer o “novo amigo”, e na hora do descanso, mesmo que não haja um quarto de hóspedes, é garantido uma cama ou uma rede aconchegante (pode até ser que alguém lhe ofereça sua própria cama ou quarto, para garantir a privacidade do visitante), o importante é “ajeitar” todo mundo. Com poucas horas de convívio, o amigo do parente já é família. Cumprida a estada, após o desfrute da acolhida, na despedida, os agradecimentos dos hóspedes são feitos com uma retribuição: “quando for a minha cidade, pode ficar lá em casa...” E assim, são tecidos aqueles laços de socialidade, e tem continuidade o processo da dádiva.

Grinover (2002, p. 27) confirma estes efeitos afirmando que “no fim de uma relação de hospitalidade, os anfitriões e os hóspedes modificam-se, não sendo os mesmos de antes. A hospitalidade muda, transforma estranhos em familiares, inimigos em amigos”.

A prática da hospitalidade é um caminho que facilita a aproximação entre culturas distintas, permitindo que sejam desfeitos preconceitos, a troca e o enriquecimento dos povos envolvidos.

A hospitalidade como negócio

A associação entre hospitalidade e negócio é verificada desde as primeiras atividades comerciais, nos movimentos migratórios e nas peregrinações. Os locais especializados em oferecer repouso e acomodação desde os tempos romanos (WALTON, 2004). Chegando aos tempos modernos, temos uma *hospitality industry*, que compreende os serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento em todo o mundo.

Hospitalidade “é fundamentalmente o ato de acolher e prestar serviços a alguém que por qualquer motivo esteja fora de seu social de domicílio, é uma relação especializada entre dois protagonistas, aquele que recebe e aquele que é recebido, mas não é só isso” (GOTMAN, 2001 *apud* GRINOVER, 2002). No entendimento dos autores, a hospitalidade está centrada na prestação de serviços de quem recebe para quem é recebido. Verificamos claramente a ação de acolher tanto quando recebemos um familiar em casa, como quando recepcionamos um hóspede em um hotel. Na segunda situação,

esta relação é mediada por um contrato de hospedagem, naquela, não há contrato, mas existem “leis não-escritas”.

Camargo esclarece que existem duas escolas de hospitalidade:

A francesa, se interessa apenas pela hospitalidade doméstica e pela hospitalidade pública e que tem na matriz maussiana o dar-receber-retribuir a sua base, ignorando a hospitalidade comercial. A americana, passa ao largo da matriz maussiana, tudo se passa como se da antiga hospitalidade restasse apenas sua atual versão comercial, calcada no contrato e na troca estabelecidos por agências, hotéis e restaurantes. (CAMARGO, 2005, p. 715)

Estas especificidades no entendimento do que é hospitalidade são percebidas desde as definições mais simples, como nos dicionários de línguas francesa e inglesa:

Action de recevoir et d'héberger quelqu'un chez soi, par charité, libéralité, amitié” (Le Petit Larousse, 1993 apud Camargo, 2002, p. 4);

The food, drink and other comforts that a organization sometimes provides in order to keep its guests happy (Cambridge International Dictionary of English, 1995 apud Camargo, 2002, p. 4)

Camargo (2005, p. 716), analisando a relação da hospitalidade com os negócios, afirma que “hospitalidade não é negócio, nada tem a ver com negócio”. No texto, a assertiva é base para as reflexões e análises, e não conclusão definitiva. O autor diz que a dificuldade de aceitar a hospitalidade como negócio, está na abolição do sacrifício, que é presente na dádiva, pois o serviço é trocado por dinheiro e esta relação é mediada por um contrato. Esta relação de interesse pecuniário abortaria a hospitalidade e a transformaria em negócio.

Por outro lado, Camargo aponta três dimensões da hospitalidade: a doméstica (já descrita aqui), a comercial e a pública. Na hospitalidade comercial, a hospitalidade propriamente é percebida em atitudes que vão além do contrato estabelecido, como na dádiva de uma camareira que se preocupa em atender um pedido do hóspede, mesmo que tenha vencido sua jornada de trabalho, cumprindo hora-extra, que não terá garantia de pagamento, nem do empregador, nem do hóspede.

Na outra dimensão, considera-se que, além do acolhimento doméstico e dos cuidados que um hotel pode oferecer, o interesse do hóspede está na cidade que o recebe. Se a cidade não o agrada, ele não voltará para nossa casa ou para o hotel. O verdadeiro espaço de hospitalidade é a cidade. Assim, a hospitalidade pública se preocupa em fazer da cidade, com suas ruas, praças e pessoas, um lugar acolhedor. Para

Camargo (2005), neste contexto, a necessidade de uma hospitalidade incondicional (defendida por Derrida) assume toda a sua atualidade e importância.

Na prática, verificamos que estas dimensões da hospitalidade e os entendimentos propostos pelas escolas francesa e americana, coexistem no cotidiano das pessoas, no mercado e, inclusive, na academia. No mercado, empresas e profissionais, oferecem hospitalidade, em forma de sorrisos e acolhimento, em hotéis, restaurantes, hospitais e condomínios residenciais. Na academia, os cursos de graduação e pós-graduação em hotelaria, turismo, gastronomia e hospitalidade, têm em seus currículos e práticas de ensino-aprendizagem, a preocupação em formar os profissionais e estudar os diversos aspectos da hospitalidade.

Freire (1959 *apud* Burke, 2008), destacando o papel do hotel para a sociedade da época, afirma que “o século XIX criou o ‘grand hotel’ como o século XI criou a catedral gótica [...] destacando a lenta ascensão do hotel, retardada por tradições patriarcais de hospitalidade, como também a ‘decoração rococó’ e os ‘grandes espelhos’ do Hotel Globo no Rio”.

Superando as discussões teóricas sobre o que (não) é hospitalidade, Camargo (2005, p. 720), sugere: “não seria mais rico para hotéis e restaurantes passarem a pensar suas práticas como portadoras da mais nobre das missões, de espaço privilegiado para a prática das tradições da hospitalidade, e tentar ir além desse impasse teórico?” Neste sentido o autor indica caminhos para proporcionar o encontro entre hospitalidade e negócio, especialmente no contexto do turismo:

Os estudos da hospitalidade querem e precisam resgatar, sobretudo na hospitalidade comercial, as verdadeiras virtudes da hospitalidade, com todos os desafios que essa diretriz implicam, quais sejam: repensar as cargas turísticas, os receptivos locais, a formação do pessoal envolvido e, resumidamente, auxiliar as comunidades a pensar um estilo de hospitalidade e educar os turistas para a hospitabilidade. (CAMARGO, 2005, p. 721).

O destaque para a hospitalidade, associada a serviços e como valor cultural das comunidades receptoras, é uma realidade em todo o mundo. A seguir, aproximamos nosso olhar para a hospitalidade no contexto do turismo.

Turismo e Hospitalidade: cultura e negócio

Baptista (2002), considera que a hospitalidade pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pois, pelo relacionamento entre as pessoas e a definição de laços, permite o combate aos não-lugares, apontados por Augé. Para a autora,

As práticas da hospitalidade contribuem decisivamente para dar uma configuração antropológica aos chamados não-lugares, potencializando a humanização de espaços de trânsito como estações de trem, aeroportos, hotéis, cafés, centros comerciais, parques, praças públicas e todos os outros territórios onde todos os dias se cruzam, na riqueza da sua diversidade e pluralidade, os destinos individuais. (BAPTISTA, 2002, p. 161-2)

Dentre as motivações para as viagens turísticas, o interesse em conhecer a cultura do “outro”. As leis não-escritas da hospitalidade permitem a aproximação entre o visitante e o anfitrião, possibilitando as condições necessárias para àquela interação.

A hospitalidade é tão utilizada na linguagem do turismo que se tornou sinônimo desta atividade, como é verificado no setor hoteleiro, que “procura apagar o caráter pessoal validado pela hospitalidade mercantil”. Contudo, a hospitalidade também tem um sentido mais amplo, de estabelecer relações sociais entre uma comunidade e os “estrangeiros” (ao lugar) que a visitam. (GOTMANN, 2008, p. 115)

Os esforços empresariais e governamentais para destacar a preocupação em oferecer hospitalidade aos visitantes são evidenciados desde às campanhas promocionais de destinos, aos cuidados com o encantamento dos hóspedes, em meios de hospedagem e restaurantes. Por outro lado, os hóspedes reconhecem estes esforços, oferecendo uma gorjeta ao colaborador ou relatando nas redes sociais sua experiência satisfatória em um destino ou empresa, contribuindo diretamente para seu marketing e competitividade. Por exemplo, os turistas estrangeiros (vindos dos principais países emissores de visitantes para o Brasil), apontam a hospitalidade como um dos principais aspectos positivos do país (EXAME, 2007).

Esta abrangência da hospitalidade nos contextos comercial, profissional, cultural, religioso e científico, é observado, por exemplo, se realizamos uma busca na internet. Andrade & Souza (2012) concluem, ao buscar imagens para a palavra “hospitalidade”, que os resultados contemplam vários aspectos:

A hospitalidade tem diferentes representações e importâncias, de acordo com o povo e sua cultura. Para os francófonos, “*l’hospitalité*” é mais percebida em imagens do cotidiano das pessoas, e em seguida em imagens associadas à prestação de serviços comerciais e de destinos turísticos. Para os anglófonos a “*hospitality*” é fortemente apresentada como um produto comercial, sendo

pouco visualizada no cotidiano das pessoas. Para os lusófonos, destacando-se, neste universo, o Brasil, a “hospitalidade” é representada principalmente em imagens de empresas e profissionais do setor, tendo uma frequência aproximada nas categorias de livros/periódicos, eventos, destinos e cotidiano das pessoas. (ANDRADE & SOUZA, 2012)

Assim, tanto nas práticas do cotidiano como no mundo virtual, a hospitalidade pode assumir a simplicidade do acolhimento doméstico, como a complexidade dos serviços comerciais.

A assimetria da hospitalidade diz que o que recebe, anfitrião, é o mais rico, pois o visitante está em condição fragilizada. No turismo essa assimetria muda as posições: muitas vezes o turista assume o papel de superior, pois é esperança de receitas para a população local, pobre, que sofre com a falta de recursos. A auto-estima da população receptora, ciente de que a falta de recursos não o inferioriza diante do turista, encanta e faz com que aquelas posições se equilibrem. (CAMARGO, 2005).

Gotmann, ao “analisar a hospitalidade pelo que ela pretende ser, verificando em que medida essa terminologia é pertinente e também investigando o que ela esconde por trás de si” e as relações do turismo com a cultura e a aculturação, que resultam em uma “cultura turística” afirma que:

Uma das principais características da hospitalidade é a estrutura assimétrica dos papéis e das relações. Entretanto, no turismo, essa assimetria é favorável aos visitantes, titulares do direito de vir, ver e pagar. [...] No melhor dos casos, os habitantes locais podem defender, às vezes contrariando seus próprios políticos, o direito de não serem visitados. (GOTMAN, 2008, p. 133).

A possibilidade de aculturação por meio do turismo, leva a autora a concluir que, “ao falar de turismo, não podemos falar de hospitalidade, mas de uma encenação da hospitalidade” (GOTMAN, 2008, p. 134).

Por outro lado, Camargo (2005, p. 722) afirma que “não é assim tão absurdo pensar na hospitalidade (turismo, hotelaria, lazer, eventos) como provedora de postos de trabalho. Se o que temos em mente é hospitalidade e não o negócio, quanto mais gente envolvida, melhor”. O autor desta ainda que

Pensar o turismo sob a ótica da hospitalidade é, assim, em primeiro lugar valorizar as pessoas não como recursos (humanos), mas como elementos essenciais ao processo. Um hotel como o Fórmula 1, que pretende quase abolir o contato humano, está buscando a proeza de uma hotelaria sem hospitalidade. (CAMARGO, 2005, p. 722)

Baptista (2002, p. 162) esclarece que “a hospitalidade permite celebrar uma distância e, ao mesmo tempo, uma proximidade, experiência imprescindível no processo de aprendizagem humana”. Aquela distância, pode ser verificada, por exemplo, no contexto do negócio, nos procedimentos utilizados na hotelaria, que orienta os colaboradores a não bater à porta do quarto do hóspede, se ele assim o sinalizar. Mas aproxima, quando, mesmo com aquele aviso, o recepcionista telefona para o quarto, ao sentir a falta do hóspede no café da manhã, para saber se está tudo bem. Nos espaços públicos, a cultura da hospitalidade é revelada pela gentileza das pessoas, ao informar um turista sobre qual ônibus passa nos atrativos que lhe interessa, por exemplo. Portanto, é urgente transformar os espaços urbanos em lugares de hospitalidade. Não uma hospitalidade convencional ou artificial, reduzida a um ritual de comércio e falsa cortesia, mas uma hospitalidade ancorada no carinho e na sensibilidade que só podem ser dados por outra pessoa (BAPTISTA, 2002, p. 162).

O turismo utiliza de recursos naturais e culturais para motivar o deslocamento das pessoas. Chegando ao destino, são as pessoas que vão permitir o desfrute destes atrativos. Por exemplo: por mais espetacular que sejam os Lençóis Maranhenses, é necessário um guia de turismo para acompanhar o visitante, ou ele tem grandes chances de se perder no deserto. E depois de tantas aventuras, a satisfação será maior ao chegar num restaurante e sentir o esforço do *chef* em lhe oferecer o melhor dos sabores da gastronomia local, que lhe trarão bons sonhos no quarto do hotel, cuidadosamente limpo e arrumado pela camareira.

Camargo (2005, p. 721) destacando a importância da sintonia entre turismo e hospitalidade, conclui que “são inoportunas as reflexões triunfalistas sobre o turismo (a indústria que mais cresce no mundo, a indústria do novo milênio) até que se ataque a verdadeira doença do turismo que é a inospitalidade, na raiz de todas as manifestações vistas sobre hostilidade”.

Estas preocupações têm reflexos na vida e cultura das populações locais, independentemente do turismo, susceptíveis aos danos de conviver em um lugar inóspito, com pessoas hostis.

Finalizando

Direcionando os olhares além dos embates conceituais, percebemos que a prática da hospitalidade compreende elementos culturais e comerciais, como negócio. No turismo, ambas as possibilidades são utilizadas para garantir o melhor acolhimento e a felicidade das pessoas, na realização do sonho de uma viagem inesquecível.

Por mais que seja antiga a prática da hospitalidade, as transformações da sociedade implicam em novas formas de expressá-la. Assim como na evolução do entendimento do que é cultura e do que é turismo, os estudos sinalizam para novas possibilidades de constatações de hospitalidade, como no ambiente virtual ou nas relações políticas/comerciais entre as nações.

Assim como o turismo, a hospitalidade precisa de pessoas para acontecer. Os detalhes de cada momento ou situação de hospitalidade, mais enriquecem que prejudicam sua realização, e não reconhecemos normas que proíbam a sensibilidade e o carinho na oferta de serviços de hospitalidade, pelo contrário, já são utilizados, por pessoas e empresas, para proporcionar experiências de acolhimento inesquecíveis.

Por fim, brindamos com Camargo (2008, p. 41) ao afirmar que “a hotelaria [e o turismo] jamais será[ão] tão profissional[ais], a ponto de exercer apenas o contrato e bloquear o sistema de dádiva, que continua vivo”.

Bibliografia

ANDRADE, Davi; SOUZA, Vilton. *Imagens da Hospitalidade*. (aceito para publicação) Anais da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, 2012

BAPTISTA, Isabel. Lugares de Hospitalidade. In.: DIAS, C. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2002

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um mundo outro mundo possível* (vol. I). Hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis, Vozes, 2005.

BURKE, Peter. Modernidade, cultura e estilos de vida. In. BUENO, M. L.; CAMARGO, L. O. (Orgs). *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

CAMARGO, Luíz. O. Turismo, Hotelaria e Hospitalidade. In. DIAS, C. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2002

_____. Hospitalidade. In.:TRIGO, Luiz Gonzaga (Editor). *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

_____. *A pesquisa em hospitalidade*. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 15-51, jul.- dez. 2008

EXAME. *Anuário Exame de Turismo 2007/2008*. Editora Abril, São Paulo, 2007.

GOTMAN, Anne. O turismo e a encenação da hospitalidade. In. BUENO, M. L.; CAMARGO, L. O. (Orgs). *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

GRINOVER, Lúcio. Hospitalidade: um tema a ser reestruturado e pesquisado. In: DIAS, C. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2002

LEFEBVRE, F. Mons et mauvais points de la première destination touristique mondiale. La France pas fortiche pour accueillir les touristes. Disponível em

<<http://www.bienpublic.com/actualite/2011/11/30/la-france-pas-fortiche-pour-accueillir-les-touristes>> Acesso em 10 de maio de 2012.

WALTON, John K. O negócio da hospitalidade: uma história social. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (Orgs.). *Em busca da hospitalidade. Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Manole, 2004.

SOCIEDADE E NATUREZA NO TURISMO COMUNITÁRIO

*Edson Vicente da Silva
Jose Mateo Rodriguez*

Em seu processo evolutivo, como ser humano e social, as comunidades tem promovido o desenvolvimento das inter-relações entre Sociedade e Natureza, provocando significativas transformações ambientais que se refletem na estrutura e nos processos de constituição das paisagens. O aprimoramento de tecnologias e o crescimento populacional, atuando de forma progressiva, levou a que a realidade geográfica espacial do planeta seja constituída em sua maioria, por paisagens culturais, com forte intensidade de artificialização.

A urbanização crescente no planeta intensifica ainda mais a antropização das paisagens. Nesse contexto, o turismo surge em áreas de maiores atrativos paisagísticos, sejam eles de caráter natural ou cultural.

A modernidade e a globalização, induziram a efetivação de um turismo de massas, que paradoxalmente têm levado a que essa atividade socioeconômica assuma um caráter de consumo abusivo, pois para atender demandas de infraestruturas e serviços voltados ao turismo, termina-se por alterar as formas espaciais, ou enfim destruir os próprios atrativos paisagísticos, em âmbito regional e local.

A partir de uma concepção sistêmica e do enfoque da complexidade (LEFF, 1994; MORIN, 1985), percebe-se que o turismo deve direcionar-se a novos rumos e assumir papéis produtivos e sociais conduzidos pelos preceitos da sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, deve assumir os paradigmas holístico, sistêmico, integrativo-complexo e dinâmico, (MILBRATH, 1996).

O questionamento das diferentes concepções de desenvolvimento, que incluem a atividade turística, como os desenvolvimento econômico, sociais, territorial e articulado, têm levado ao estabelecimento de novas estratégias para um desenvolvimento sustentável, cujos princípios básicos são apresentados na Declaração das Nações Unidas, que de certa forma devem induzir às práticas de turismo, sendo eles:

- O direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia dos seres humanos com a natureza.
- A harmonia complexa entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento.
- A eliminação da pobreza como exigência indispensável para a sustentabilidade.
- A redução e a eliminação dos sistemas de produção insustentáveis e o desenvolvimento de produção sustentáveis e o desenvolvimento de políticas demográficas apropriadas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Apesar dessa concepção de sustentabilidade socioambiental, o turismo de forma predominante tem agido de forma insustentável e induzido a processos de exclusão social para as populações locais/tradicionais e degradado substancialmente as paisagens originais onde são implantadas suas atividades. A busca por vias alternativas de desenvolvimento turístico, apoiado em critérios de sustentabilidade socioambiental, vem ocorrendo principalmente em uma escala local e municipal, a partir de iniciativas de comunidades tradicionais/rurais.

As comunidades tradicionais/rurais buscam a instituição de um turismo comunitário e sustentável, e para tanto exige-se a efetivação de um planejamento e gestão ambiental de caráter participativo e cientificamente fundamentado. Nesse artigo, se discorre como as estratégias de gestão turística podem ser efetivadas a partir de parcerias entre o poder público, o conhecimento científico e o empoderamento comunitário.

As inter-relações entre sociedade e natureza na configuração das paisagens

Na concepção de Rodriguez *et al* (2013), o termo paisagem (landscape, landschaft, paysage) geograficamente assume diferentes concepções científicas, como:

- aspecto externo de uma área ou território, e como resultado de diferentes percepções e conhecimentos;
- formação natural, constituída pelas inter-relações de componentes e processos naturais;
- como formação antroponatural, compondo um sistema territorial onde ocorrem as relações naturais e antropotecnogênicas,

- como sistema socioeconômico, concebida como a área onde a sociedade humana desenvolve suas atividades produtivas; e
- representação cultural, onde a paisagem é o resultado da ação cultural ao longo de um tempo.

Assim, concebe-se os três últimos tipos de paisagens como antropogênicas como o resultado de um sistema natural (natureza) levemente ou fortemente transformada pelos seres humanos (sociedade). Esses resultados das interpelações entre Sociedade e Natureza são heterogêneas e refletem a história de evolução do meio natural acompanhada das transformações promovidas e onde a intensidade dos processos antroponaturais são diferentes da evolução natural.

O atual processo contemporâneo de desenvolvimento das paisagens antroponatural, socioeconômica e cultural, leva a ocorrência de impactos tecnogênicos em razão da falta ou incompetência das estratégias de planejamento e gestão ambiental.

Considera-se que o conhecimento das paisagens é de fundamental importância para a gestão turística de um território, em suas diferentes escalas e dimensões. A Geoecologia das Paisagens, por meio de uma abordagem complexa e sistêmica pode oferecer instrumentos metodológicos eficientes para a efetivação de análises e diagnósticos de paisagens naturais e culturais, de forma a oferecer subsídios eficientes para a organização de um plano de gestão turística de base local.

Um posterior procedimento de planejamento e gestão ambiental, onde a população local se integre plenamente no processo de projeção de cenários voltados a um turismo sustentável, pode otimizar e integrar as atividades turísticas com outros setores produtivos, buscando uma melhor conservação/preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida os moradores pessoas das comunidades. Nesse sentido, a elaboração de um plano de desenvolvimento de um turismo de base local, deve vir acompanhado de representações cartográficas adequadas à escala local, onde se especifiquem os zoneamentos de caráter paisagístico/natural-cultural e de âmbito funcional/propositivo, como se decorrerá a seguir.

Planejamento e gestão ambiental para o turismo de base local

A intenção de alcançar a sustentabilidade socioambiental no processo de desenvolvimento de um turismo sustentável, exige que se institua ações e estratégias técnicas e políticas de gestão. Assim, os instrumentos de planejamento e gestão ambiental são essenciais para a efetivação de medidas concretas.

Segundo Toledo (1994), a política pública ambiental atua como uma medida de caráter transversal uma vez que incorpora e interage com outras políticas públicas, incluindo nesse sentido as ações de caráter público voltadas ao turismo como atividade socioeconômica.

Deve-se compreender que o turismo, de forma isolada, não pode alavancar um desenvolvimento sustentável. Ele deve inter-relacionar-se com outras atividades produtivas, que também assumindo uma postura ética social e ambiental, podem assim estimular e efetivar ações no sentido de promover um turismo sustentável.

Na concepção de Rodriguez e Silva (2013, para se planejar é necessário pensar no futuro e identificar o que se deseja alcançar e a forma de obtê-lo. Conforme Mendez (1999), a ideia do planejamento apoia-se na condição de pensar e criar um futuro desejável através do conhecimento e de sua articulação com a realidade pretérita. Constitui um ato inerente aos indivíduos, grupos, entidades, em fim da sociedade como um todo.

Sepulveda (2001), afirma que o planejamento possui três principais dimensões como: (i) um meio sistemático de se alcançar objetivos, definindo a melhor forma para tanto; (ii) processo contínuo que engloba processos de coleta, organização e análise sistemática de informações, e (iii) processos cognitivos pretendidos.

Pollock- Elluland (2001), relata que o planejamento ambiental constitui um processo intelectual, cientificamente embasado, com um caráter técnico - científico, instrumental e participativo, direcionado a instituição de um conjunto de medidas e processos de gestão de um dado território. Explicita que o conhecimento do espaço físico-ambiental constitui o ponto de partida para o zoneamento ambiental e a implementação de um plano de gestão visando a tomada de decisões relacionadas aos tipos e intensidades de uso e ocupação de um dado território, envolve assentamentos humanos, organizações sociais e produtivos.

O planejamento ambiental é um processo metódico de análise e diagnósticos dos problemas, limitações e propostas de mitigação e ou otimização de possibilidades de gestão.

A atividade turística tem no meio ambiente, e na diversidade das paisagens os seus principais recursos, sejam elas de ordem natural ou cultural. Nesse sentido, o planejamento e a gestão ambiental constituem instrumentos essenciais para ordenamento territorial e a busca de uma sustentabilidade socioambiental.

Ao se planejar o turismo, é preciso se estabelecerem metas, objetivos e estratégias de uso, verificar como se instituirão os projetos, as organizações empresariais, sociais, bem como a distribuição espacial das estruturas e serviços. Acrescenta-se ainda medidas de monitoramento e reavaliação das formas de exploração turística.

É necessário conhecer o que se estabelece como planejamento obrigatório nas ações turísticas, vinculadas a políticas públicas de caráter federal, estadual e municipal, incluindo instrumentos sociais e econômicos, como impostos, subsídios, restrições e incentivos. No entanto, é o planejamento de consenso que deve conduzir as ações de desenvolvimento turístico, por meio de ferramentas de ordem sociais, econômicas e educacionais, envolvendo diferentes setores e atores sociais.

A política ambiental é um instrumento essencial para se estabelecer possíveis cenários sustentáveis para o desenvolvimento turístico. Ela deve vislumbrar como se desenhar um projeto turístico, destacando o que será utilizado, transformando ou modificando nas paisagens naturais e culturais. Através da gestão ambiental é possível estabelecer correções de ordem estrutural e funcional dos projetos turísticos, adequando-os a um modelo e estilo de desenvolvimento sustentável.

Negociações e acordos entre agentes econômicos e atores sociais que atuam diretamente no setor turístico e outros setores produtivos de um mesmo território, devem ser promovidos, envolvendo critérios de complexidade, multidimensionalidade e multisetorialidade. Objetivando-se assim, eliminar ou minimizar as ocorrências de conflitos socioambientais.

Leff (1994), explica que o planejamento e a gestão ambiental, quando direcionados a um desenvolvimento sustentável, pode evitar as assimetrias e

desigualdades, as exclusões sociais e ambientais, o impedimento de acesso ao uso, ocupação e apropriação dos recursos e serviços ambientais.

Silvelberg (2000), informa que para se obter um modelo de desenvolvimento sustentável, em dado território, onde se inclui, por exemplo, as práticas turísticas, deve-se aplicar um conjunto de políticas setoriais. Assim o planejamento e gestão para um turismo sustentável exige adoção de políticas públicas integradas e voltadas ao uso da terra, manejo dos recursos hídricos, produção agropecuária, habitação, consumo e disponibilidade energética, desenvolvimento econômico e comercial, saúde pública, cultural, educação, comunicação, transporte, desenvolvimento social e ordem jurídica.

Constata-se portanto, que o turismo para ser sustentável não pode ser gerenciado de forma isolada ou específica. Ele deve ser conduzido em sua gestão por uma pluralidade de enfoques, de abordagens interdisciplinares, que conduzam a uma análise de socioambiental de caráter interdisciplinar, a um diagnóstico integrado e orientado ao estabelecimento de um plano de gestão turística integrada e com um enfoque voltado para sustentabilidade socioambiental.

Gestão turística em comunidades tradicionais/rurais

Na concepção de Rodrigues e Silva (2013), há três principais concepções de gestão ambiental: (i) administração, controle e exploração ambiental e territorial, por meio de agentes econômicos e sociais, recorrendo a instrumentos, normas, regulamentos, financiamentos, e meios legais e institucionais; (ii) ações de governos e autoridades constituídas por meio de instrumentos, de direção e participação de atores sociais, sobre os meios natural e constituído; (iii) processo que inclui planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização e administração a partir do cumprimento de normas de qualidade ambiental e socioeconômica.

Conforme Silva Quintas (2004), a gestão ambiental deve referendar as diretrizes estabelecidas durante o processo de planejamento dos recursos naturais e socioeconômicos dos sistemas ambientais. O autor considera ainda que a mesma deve apresentar as seguintes características: apresentar uma abrangência transversal e interdisciplinar, possuir um caráter democrático e participativo, assumir um enfoque quanto á complexidade e uma visão sistêmica, ter uma objetividade direcionada á sustentabilidade socioambiental, possibilite a valorização das trocas de recursos e

serviços ambientais e ser conduzida pelo Estado, assumindo um papel regulador, mediador e controlador.

Assim, a gestão turística deve estar diretamente correlacionada com outras atividades socioeconômica, para que se estimule um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ambientalmente sustentável e espacialmente coerente. Barragan (1997), propõe processos de gestão ambiental que devem ser incorporados no planejamento turístico, destacando ações adequadas no sentido de uma melhor exploração dos recursos naturais, um adequado uso de serviços ambientais para o habitat, a melhoria da qualidade de vida e a regulação ambiental.

A conservação ambiental no turismo comunitário é essencial, uma vez que pode permitir o cumprimento das funções ambientais dos sistemas naturais e a manutenção de oferta de seus serviços para o desenvolvimento turístico. A recuperação de paisagens naturais e culturais é uma estratégia conservacionista que constitui possibilidades de perpetuação dos atrativos turísticos locais.

Assim, o planejamento e a gestão das paisagens são fundamentais para a organização de um território, para que possa ser adequadamente explorado pelas atividades turísticas. As relações entre Sociedade e Natureza precisam ser intrinsecamente analisadas de forma integradas, para que se estabeleçam ações conjuntas para uma gestão participativa visando um desenvolvimento turístico sustentável nas comunidades locais.

Finalizando

Rodriguez e Silva (2013,) ao tratar sobre as etapas do planejamento das paisagens, que podem ser adequadamente instituídos na gestão turísticas em comunidades sociais, indica cinco principais fases. As fases recomendadas são de organização e inventário, análise, diagnóstico, prognóstico e execução.

No caso da gestão turística em comunidades, as atividades do planejamento devem ser desenvolvidas de forma participativa, onde as relações sociedade e natureza de caráter local e municipal seja discutida por todos os segmentos comunitários e suas devidas representações sociais. É necessário se conhecer as capacidades e limitações do meio natural em suportar as determinadas cargas provocadas pela atividade turística.

Ao iniciarem-se as etapas do planejamento turístico de base local, em uma primeira etapa se faz a organização do trabalho e o inventário das condições naturais e culturais. No contexto organizacional se definem os critérios ambientais, socioeconômico e políticos que se pretende seguir, determinando os padrões de uso e ocupações. Já o inventário constitui a leitura/coleta de informações sobre a tipologia, estruturas e processos das paisagens naturais e culturais registradas, bem como a interpretação das políticas públicas vigentes que se correlacionam direta ou indiretamente com as atividades turísticas.

A fase de análise consiste em aprimorar os conhecimentos empíricos sobre o funcionamento e dinâmico das paisagens naturais e culturais, realizando um registro cartográfico adequado à dimensão do território interpretado. Acrescenta-se ainda, identificar e avaliar os impactos ambientais e suas tendências, a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental existente, análise das correlações entre as diferentes paisagens naturais e culturais. Envolve realizar e representar cartograficamente um zoneamento paisagístico, que corresponda com a realidade socioambiental da comunidade.

No diagnóstico se representam as qualidades limitações e problemas de cada unidade paisagística, destacando estado ambiental; ações, efeitos e consequências dos impactos sócio ambientais; apresentação de uma cartografia indicando os resultados obtidos no diagnóstico.

Com relação à fase propositiva ou de projeção, se apresenta um zoneamento funcional, onde se estabelecem unidades/compartimentações direcionadas a princípios de uso e gestão sustentável, obviamente orientadas a um turismo de base comunitária. Definem-se ainda, as políticas turísticas e ambientais, avaliação e seleção de alternativas e a articulação de políticas setoriais, enfim um plano diretor de gestão de caráter local.

Na fase de execução é necessário criar modelos participativos de sistemas e programas de gestão turística, obtendo consultas e aprovações dos diferentes atores sociais do território compreendido. Finalmente, se implementa um plano de ação, com as devidas responsabilidades dos agentes envolvidos, estabelecendo estratégias de auto avaliação e monitoramento, indicando ainda possíveis medidas corretivas.

O planejamento e a gestão turísticas junto as comunidades, podem proporcionar novas possibilidades de crescimento econômico, qualidade de vida e conservação ambiental, atrelados a um desenvolvimento sustentável. As experiências exitosas, nesse sentido, devem ser divulgadas, uma vez que podem servir como referência para a instituição de práticas de turismo local e sustentável.

Participação social e conhecimento científico integrados, por sua vez, abrem caminhos para novas possibilidades para um turismo comunitário e de âmbito local.

Bibliografia

BARRAGAN, M. *Medio desarrollo de las áreas litorales*. Guia practica para la planificación y la gestion integradoras. Barcelona: Oikos Ambiente y Tau S. A. 1997.

LEFF, F. *Ecologia y Capital. Racionalidade ambiental, democracia participativa y Lxrrollo Sustentable*. Mexico DF: Sglo XXI. Editores, 1994.

MENDEZ, E. *Planificación Y gestión ambiental para el desrrollo sostenible*. Centro Interamericano de Desarrollo e Investigación Ambiental y Territorial, 1999.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa – Portugal: Publicações Europa, América. Biblioteca Universitária, 1985.

MILBRATH, L. W. *Learnigng to think environmentally, Wille there is still time*. Albany: State University of New York, Press, 1996.

POLLOCK – ELWAND, N. *Landscape policy and planning practice: the gape in understanding*. Ontario, Canadá, Landscape Research, V. 26, n. 2, 2001, p. 99-118.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E.V.; CAVALCANTI, A. P. B. *Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SEPULVEDA, S. *Desarrollo sostenible microrregional: métodos para planificación local*. San José de Costa Rica, IICA, 2001.

SILVA QUINTAS, J. *Mobilização social, educacional ambiental e gestão*. Cadernos do FORUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4, cadernos... e ENCONTRO DA REDE BRASILEIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1, Rio de Janeiro, 1997, p. 65-72.

TOLEDO, R. M. *Problemas de regulação Pública e planejamento governamental envolvidos no debate sobre sustentabilidade. Planejamento e Gestão Ambiental: Subsidios da Geossistêmica*. Fortaleza: Edição UFC, 2013.

**COMUNIDADES RURAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL?**

Fábio Massena

A ocupação desordenada de áreas impróprias, tanto para moradia quanto para atividades de interesse econômico, a falta ou ineficiência de planejamento, a precarização da gestão, a ausência e/ou inadequação de fiscalização e de legislação ambiental na política de uso do solo urbano adequada, resulta na formação de ambientes fragilizados, considerados como áreas de risco, por serem extremamente suscetíveis a desastres naturais.

Problemas como esses vêm fazendo com que pesquisas sejam desenvolvidas com o intuito de identificar as causas, os agentes causadores e as principais consequências da degradação do meio ambiente, assim como de buscar alternativas para a resolução destes problemas.

Neste contexto se encontram também as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que surgiram com o objetivo principal de conservar os recursos naturais nelas existentes e que com base em alguns estudos, também como um instrumento de redução da pobreza das comunidades nelas inseridas.

Scherl et al (2006) ressaltam que um estudo da relação entre criação e gestão dessas áreas com a pobreza em países em desenvolvimento é algo de fundamental importância. Por questões práticas, uma vez que as populações mais pobres, inseridas nestas áreas, estabelecem um grau de maior dependência com a terra, o que deve ser levado em consideração na gestão desses locais. Também por uma questão ética, pois não se pode falar em justiça social se as aspirações e os direitos daquelas comunidades, não forem incorporados nas estratégias de conservação.

Nesta mesma perspectiva a *The World Conservation Union* recomendou (Recomendação 5.29) no V Congresso Mundial de Parques da IUCN que “as áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico na qual estão inseridas.”

Sendo assim, este artigo⁶ buscou discutir os preceitos básicos da sustentabilidade de comunidades rurais em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), apresentando um esboço teórico sobre sustentabilidade e algumas observações empíricas realizadas em comunidades que estão localizadas no interior das áreas protegidas. A metodologia utilizada neste trabalho foi a de revisão de literatura e observação sistemática.

Comunidades sustentáveis

Com foco específico em comunidades, o documento da Coroa Britânica denominado The Egan Review (UNITED KINGDOM, 2004), a base teórica escolhida para este estudo, estabelece os componentes social e cultural, de governança, componente ambiental, de habitação e meio ambiente construído, de transporte e conectividade, de economia e de serviços, como aqueles que fazem parte de uma comunidade sustentável. Este documento caracteriza cada um destes elementos, como o esboço apresentado a seguir.

Componente Social e Cultura: caracterizado por comunidades vibrantes, harmoniosas e inclusivas, com um sentimento de identidade e pertencimento ao local, muito forte. Comportamento amigável, cooperativo e útil entre as pessoas, assim como tolerância, respeito e envolvimento com pessoas de diferentes crenças e culturas. Além disso, todas as pessoas devem ser socialmente incluídas e com oportunidades de vida semelhantes e os níveis de criminalidade e comportamento antissocial devem ser baixos.

Participação efetiva e inclusiva, de representação e liderança. Um governo forte e eficaz, uma comunidade de participativa e atuante, com valores cívicos, responsabilidade e orgulho do local onde vive, são características do componente de Governança.

O componente Ambiental caracteriza-se pelo uso eficiente dos recursos, tanto os naturais (Eficiência energética, no uso da terra, dos recursos naturais e minimização

⁶ Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada “Avaliação de comunidades rurais da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e Rio Almada, sob diferentes dimensões de sustentabilidade”. Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente que está sendo realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – BA. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESC sob protocolo CAAE 14034713.8.0000.5526/2014)

de geração de resíduos etc.) quanto os construídos (Lugares onde as pessoas possam viver de forma equilibrada com o meio ambiente, visando à mitigação dos impactos negativos ao meio ambiente e potencialização dos impactos positivos).

Senso de pertencimento, espaços locais bem conservados e de uso comum, com áreas verdes para todos, incluindo crianças e idosos. Acesso à habitação de qualidade, bem desenhados, com *layout* apropriado de uso misto em um mercado imobiliário equilibrado são características do componente de Habitação e Meio Ambiente Construído.

Transporte e Conectividade são outro componente de uma comunidade sustentável segundo United Kingdom (2004), nele os bons serviços de transporte e comunicação que ligam as pessoas a empregos, escolas, saúde e outros serviços deve estar presente. Instalações que incentivem o trânsito a pé e com bicicleta, a acessibilidade a estacionamentos apropriados, telecomunicações amplamente disponíveis e eficazes acesso a internet também compõem este item.

Economia próspera e diversificada, com grande variedade de empregos e oportunidades de formação, terra suficiente e edificações que suportem a prosperidade econômica é outro elemento importante de uma comunidade sustentável. Por fim o componente de Serviços que deve levar em consideração a qualidade da saúde local, dos serviços sociais, de educação e formação em geral, além disso, devem possuir preços acessíveis.

Além do United Kingdom (2004) que é um importante trabalho em nível internacional, que vem sendo desenvolvido no âmbito de comunidades locais sustentáveis, outros estudos sobre comunidades sustentáveis podem ser verificados, como Gomes (2009), Choia e Murraya (2010), Dale e Newman (2011), Powell et al (2012) entre outros.

Desenvolvimento rural sustentável

A definição de rural não é uma tarefa fácil, uma conceituação neste sentido pode revelar problemas complexos, uma vez que depende de inúmeros aspectos da realidade e características do local estudado. Os traços que caracterizam a sociedade rural são enumerados, com base na obra clássica de Sorokin e Zimmermann, considerando que a base do conceito é a dimensão econômica, determinada por um

tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais, por exemplo (SOLARI, 1976).

A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural é também mais resistente à técnica, pois nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados. Ainda sua população seria mais homogênea que a urbana, cultural e socialmente, teria menos mobilidade social e a interação entre os indivíduos, em função do tamanho do grupo, pode ser mais direta e concreta.

O capítulo 7 da Agenda 21 faz referência específica ao planejamento rural e urbano, recomendando que as atividades humanas de uso da terra e de ordenamento de espaço, sejam avaliadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, nas variáveis econômica, social, ambiental, política e cultural. Esta concepção estabelece uma nova ordem para as maneiras de planejar e avaliar os impactos causados pela ação do homem sobre a natureza (SANTOS, 2004). Entende-se que o foco destas discussões está centrado na ideia da sobrevivência humana dentro das limitações impostas pela natureza, ou seja, viver dentro de sua capacidade de suporte.

As diversas ações antrópicas que extrapolaram os limites de resiliência da natureza, levaram a necessidade do Desenvolvimento Sustentável (DS), conduzindo a valoração dos recursos naturais renováveis pelas organizações e pela sociedade. A ideia de sustentabilidade também perpassa pela elevação de expectativas em relação ao desempenho socioambiental (SACHS, 2008)

Na década de 70, o desenvolvimento agrícola passou por uma série de transformações, tanto tecnológicas quanto de complexos industriais, essas mudanças aliadas a ineficácia de políticas públicas voltadas para comunidades rurais, geraram êxodo, má distribuição de renda e conseqüentemente aumento da pobreza na região Nordeste (MENDONÇA e PINHEIRO, 2008). Khan (2000) afirma que o acesso a créditos, a infraestrutura pública, a mercados, a serviços de suporte e a má distribuição de terras, são fatores que contribuem consideravelmente para a pobreza rural.

A educação precária e falta de acesso a serviços de saúde, também contribuem para a manutenção da pobreza no meio rural. Além disso, o acesso à ciência e

tecnologia para a melhoria da produtividade auxiliam para a permanência desta realidade (LEITE, 2002).

Mendonça e Pinheiro (2008) ressaltam que a desigualdade regional, não é resultante apenas de um problema de renda, mas sim da incapacidade de sua geração e uma das maneiras de minimizar esse problema é através da qualificação profissional, com educação e capacitação técnica de qualidade. Para eles o desenvolvimento local pode ser implementado sob 3 dimensões, sendo a econômica (caracterizada pela otimização no uso dos recursos e pelos fatores econômicos do local), a sociocultural (caracterizada pelos valores sociais e culturais e que servirão de base para as transformações materiais) e por fim a dimensão político-institucional e administrativa (caracterizada pelo estabelecimento de um entorno positivo para que as transformações econômicas locais aconteçam).

A sustentabilidade, atualmente ou em qualquer época futura, é e será sempre um imenso desafio, pela sua “significativa variedade de definições limitantes, que partem para uma generalização”. A falta de reconhecimento de sua amplitude leva a simplificação em um dado momento (OSTROVSKI e PASSOS, 2012, p. 50).

No entanto a discussão sobre sustentabilidade deve ser muito mais ampla, uma vez que envolve diversos campos de conhecimento, incluindo as dinâmicas socioambientais, políticas, culturais, territoriais e organizacionais.

Diversos são os estudos que tem como foco, comunidades, sustentabilidade e o uso de recursos naturais: Romão et al (2005) fazem uma reflexão teórica sobre as comunidades rurais da região do Vale do Ribeira -SP, bem como uma análise de como elas podem se inserir em um mundo globalizado sem perder a identidade foi realizado; Marinho (2009) verificou a necessidade de um manejo adequado dos recursos naturais e de uma melhor qualidade de vida para comunidades ribeirinhas do entorno da Bacia Hidrográfica do Açude Epitáfio Pessoa, buscou-se estabelecer o perfil ambiental e socioeconômico das comunidades.

A análise das dinâmicas de ação coletiva, orientada à Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre foi pesquisada por Gutiérrez (2012) que como resultado identificou que o sistema de inter-relações entre os atores sociais e institucionais envolvidos na gestão dos assentamentos apresentou características diferenciadas e estas, por sua vez,

contribuem no estabelecimento de padrões de relacionamento cooperativo e recíproco, enquanto facilitam a resolução de conflitos pelo uso dos recursos naturais e a organização da produção e comercialização dos produtos agroecológicos em nível regional. Fabrício (2005) comparou aspectos habitacionais culturais, sociais e econômicos de uma comunidade da zona rural do município de Bossoroca/RS e seu migrantes.

A percepção ambiental e uso dos recursos naturais no assentamento rural 1º do Sul, em Campo do Meio-MG foram estudados, com o objetivo de compreender as relações entre o grupo social e seu ambiente, a influência cultural dessas relações e os conflitos gerados. Nos resultados deste estudo, identificou-se que os moradores produzem uma gama de gêneros alimentícios etc em seus lotes (árvores frutíferas, hortas e animais de pequeno porte), da floresta extraem uma diversidade de espécies da flora e da fauna (lenha, troncos para construção e confecção de ferramentas, alimentos e remédios, entre outros recursos). As famílias que formam a comunidade são oriundas de diversas regiões do país, tornando o ambiente diversificado também culturalmente, fator que influencia fortemente a percepção e uso do ambiente (ALVES, FONTES e GALIZONI, 2006).

No estudo sobre a caracterizaram socioeconômica e ambientalmente da agrovila Ponta Seca, Alcântara-MA, a partir do deslocamento compulsório da população local em detrimento da implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, identificaram que o resgate da situação ambiental sustentável que viviam no passado (que lhes fornecia todas as condições necessárias para a sobrevivência) está longe de ser uma realidade. A instabilidade, insegurança instalada na Agrovila e inexistência de políticas públicas adequadas a realidade local, podem ser fatores determinantes para a migração de algumas famílias e outros impactos negativos locais (SILVA, RODRIGUES, BARBOSA e FIGUEIREDO, 2009).

Uma análise do processo de difusão de sistemas de produção agroecológicos no Brasil e a busca pelo conceito de desenvolvimento sustentável, bem como as possibilidades de sua implementação, levou a um estudo que teve por objetivo o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia. As conclusões deste estudo demonstraram que a valorização da dimensão local na agricultura, aliada à aplicação dos princípios agroecológicos, pode

garantir a manutenção de variedades e cultivos locais, potencializando os efeitos negativos do contato entre os remanescentes florestais e as matrizes agrícolas. Além disso, os sistemas de produção agroecológicos, quando integram princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, a partir de uma ação local, com a participação local, possibilitam a implementação de um processo democrático de desenvolvimento rural sustentável (ASSIS, 2006).

Valencia-Sandovala, Flandersb e Kozaka (2010) realizaram um estudo sobre o planejamento da paisagem em Tapalpa, uma comunidade rural do México, concluiu que a participação da comunidade através do uso de planejamento da paisagem participativa é um meio eficaz de informar e influenciar as políticas locais relacionadas com o desenvolvimento sustentável da comunidade. Além disso, demonstrou a falta de planejamento em paisagens fora dos grandes centros populacionais, e a utilidade limitada das políticas existentes, que não possuem escala adequada aplicabilidade para as áreas rurais.

A análise dos resultados das atividades econômicas de comunidades rurais do leste da Malásia demonstrou que o programa oferece benefícios econômicos, como a redução de gastos com alimentação da família, como o uso eficaz de recursos ociosos, como o aumento da renda familiar. Além disso, o programa também apresentou benefícios sociais, tais como o fornecimento de legumes frescos, a promoção da proximidade entre os membros da família e da comunidade e o aumento das habilidades e conhecimentos agrícolas (OMAR, ISHAK, MOEN e ARSHAD, 2013).

Os trabalhos aqui apresentados são apenas um esboço do imenso leque de trabalhos nesta linha, porém o intuito aqui não é esgotar a discussão, mas sim provocá-la.

Áreas de proteção ambiental x pobreza

O principal objetivo das Áreas Protegidas não é reduzir a pobreza, mas sim, possibilitar a manutenção dos recursos naturais. Scherl et al. (2006) ressaltam que um estudo da relação entre criação e gestão dessas áreas com a pobreza em países em desenvolvimento é algo de fundamental importância. Por questões práticas, uma vez que as populações mais pobres, inseridas nestas áreas, estabelecem um grau de maior dependência com a terra, o que deve ser levado em consideração na gestão desses

locais. Também por uma questão ética, pois não se pode falar em justiça social se as aspirações e os direitos daquelas comunidades, não forem incorporados nas estratégias de conservação.

Nesta mesma perspectiva a The World Conservation Union recomendou (Recomendação 5.29) no V Congresso Mundial de Parques da IUCN que “as áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico na qual estão inseridas”.

A falta de estratégias e ações que levem em consideração as comunidades inseridas nessas áreas poderá ameaçar a própria conservação dos recursos naturais que é o objetivo principal das APAs.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dois instrumentos políticos de abrangência internacional, também apresentam e reconhecem a estreita dependência entre o bem-estar humano e a conservação dos recursos naturais.

Phillips (2003) destaca que existe uma evolução nos planos de criação e gestão nas categorias de áreas protegidas, onde a responsabilidade dessas áreas, perspectivas e necessidades populações locais estão sendo levadas em consideração. Western e Wright (1994) e Hulme e Murphree (2001) destacam que esse envolvimento das comunidades locais na gestão de áreas protegidas, já vem acontecendo e é fortemente incentivado em diversos países do mundo.

Western e Wright (1994), Hulme e Murphree (2001) e Phillips (2003) desenvolveram estudos, documentos, relatórios que recomendam e ressaltam a importância de inserir as comunidades locais na gestão das áreas protegidas, bem como de estender a elas os seus benefícios. No IV Congresso Mundial de Parques (Declaração de Caracas) foi unânime o reconhecimento de que a gestão de áreas protegidas deve ser realizada considerando as necessidades e preocupações das comunidades locais (McNEELY, 1993).

Scherl et al (2006) destacam que o Plano de Ação de Caracas reconhece teve como foco priorizar as necessidades e realidades de comunidades locais, principalmente daquelas inseridas em áreas protegidas. Estabelecendo que nos processos de planejamento realizado pelo poder público, as áreas protegidas devem estar devidamente integradas com os programas de desenvolvimento sustentável das

culturas e economias locais. Além disso, deve utilizar e aumentar os conhecimentos locais e seus mecanismos de tomada de decisão e encontrar formas inovadoras e efetivas de incluir as áreas protegidas nas estratégias de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

Finalizando

Inicialmente é necessário efetuar algumas ponderações sobre o candidato a paradigma, talvez nunca o seja, que é o modelo ou conceito de Desenvolvimento Sustentável, que possui inúmeras conceituações, subdivisões de dimensões bem como intermináveis entendimentos.

Após exaustivas leituras sobre este tema, chegamos à conclusão que todos os estudos, os enfoques, os discursos, as práticas de extensão voltadas para a sustentabilidade, seja ela em qualquer local ou grupo social, devem pautar-se em uma única Dimensão Fundamental, que é a da vida. Quando se pensa em comunidade especificamente, esta dimensão deve ser pensada sob os aspectos da sobrevivência e manutenção do ser humano, dos animais, dos recursos vivos e não vivos, bem como das condições sociais e econômicas que podem manter todos os anteriores.

Porque esta proposição? Não é nenhuma novidade em termos teóricos? Talvez não. Mas no trabalho que estamos desenvolvendo (no doutorado), inúmeros questionamentos foram feitos e aqui os deixamos para que possam ser avaliados, criticados, pensados e quem sabe amadurecidos teoricamente para possíveis mudanças futuras do que está sendo apresentado até hoje.

1. Emprego, condições de trabalho: são variáveis da dimensão social ou econômica? Mas podem ter influência na ambiental, inclusive na cultural, uma vez que a falta de renda pode fazer com que as pessoas mudem de atividade profissional, muitas vezes exercida por gerações.

2. Educação: é uma variável da dimensão social? Mas poderia ser econômica, pois muitas vezes está intimamente relacionada com as oportunidades futuras de emprego e renda.

3. Natalidade: faz parte de uma dimensão social? Mas também pode ser econômica, pois mais filhos demandam maior custo para manutenção da família.

4. Atividades econômicas desenvolvidas: são somente componentes de uma dimensão econômica? Mas porque não social, pois ela pode garantir acesso a serviços, alimentos e tudo o mais que for preciso. Por que não Ambiental? Pois uma atividade que dependa do uso de recursos naturais, que é o caso das comunidades rurais, irá influenciá-lo inevitavelmente.

Retomando a função das APAs na sustentabilidade das comunidades rurais nela inseridas (discussão que não está desvinculada ao que foi apresentada anteriormente), entendemos que apesar das diversas recomendações existentes sobre considerar a realidade local na implantação e implementação de ações dentro das áreas protegidas, ainda existe uma imensa lacuna entre teorias/recomendações e práticas desenvolvidas.

Algumas observações empíricas confirmam esta afirmação, onde pontuaremos algumas: nas comunidades não existe assistência a saúde, em nenhum aspectos, sem médicos, sem enfermeira, sem um posto de saúde. Não há farmácias, escolas apenas até ensino fundamental I e para crianças, a partir daí o acesso é fora da comunidade, porém as vias de acesso são precárias e transporte público insuficiente para atender a demanda. Mercadorias só podem ser compradas no centro urbano, enfim, o lugar possui beleza cênica indiscutível, porém o acesso a qualquer tipo de necessidade e/ou serviço inexistente ali e a criação da APA, em nada influenciou positivamente naqueles lugares, o que inevitavelmente gera risco a própria conservação dos recursos naturais, uma vez que torna-se vulnerável a ações antrópicas, em função da busca pela sobrevivência.

Bibliografia

ALVES, L. M., FONTES, M. A. L e GALIZONI, F. *Percepção ambiental e uso dos recursos naturais no assentamento rural 1º do Sul, em Campo do Meio-MG*. Rev. Bras. de Agroecologia, vol. 1, n 1, 2006.

ASSIS, R. L. *Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia*. Econ. Aplic., 10(1): 75-89, jan-mar, 2006.

CHOIA, H. C. e MURRAYA, I. *Resident attitudes toward sustainable community tourism*. Journal of Sustainable Tourism, Volume 18 , Issue 4 , 2010.

DALE, A. e NEWMAN, L. *Social capital: a necessary and sufficient condition for sustainable community development?* Community Development Journal, v. 45 (1): 5 – 21, 11 ago 2008.

GOMES, R. C. de S. P. *Cidades Sustentáveis: o contexto europeu*. Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental. Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Universidade Nova de Lisboa (UNL). Dissertação, Lisboa, 2009

GUTIÉRREZ, L. A. L. *Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de porto alegre*. Tese (Doutorado) (Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2012.

HULME, D. e MURPHREE, M. (Org.). *African Wildlife and Livelihoods: The Promise and Performance of Community Conservation*. James Currey Ltd: Oxford, 2001.

LEITE, P. S. *Combatendo a pobreza rural*. 1. ed. Fortaleza: Edições Iplance, 2002.

MARINHO, C. F. C. E.; MONTEIRO, A. S. e ALMEIDA, H. A. *Perfil socioeconômico e ambiental das comunidades que circundam a microbacia hidrográfica do Açude Epitácio Pessoa*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, pp. 1-17, 2009.

McNEELY, J.A. (Org.). *Parks for Life: Report of the 4th World Congress on National Parks and Protected Areas*. IUCN, Gland, Switzerland, 1993.

MENDONÇA , K. V. e PINHEIRO, J. C. *Capital social como fator de desenvolvimento local*. VLVI Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

OMAR, A. R. C.; ISHAK, S.; MOEN, J. A. e ARSHAD, M. M. A. M. *Sufficient and Sustainable Livelihood via Community Economy: Case of Natural Farming Program in East Malaysia*. Asian Social Science, Vol 9, No 5, 2013.

OSTROVSKI, D.; PASSOS, M. M. *Indicadores do Desenvolvimento Sustentável*. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campus Medianeira. v1. n5, 2012. P 50-55

PHILLIPS, A. *Turning Ideas on their Head: the New Paradigm for Protected Areas*. The George Wright Forum, 20 (2): 8-32, 2003.

POWELL, R.; BAILEY, R.; WADE, A. e TUNSTALL, J. *Reaching Out to Local*

Communities in a Discussion of Sustainable Development. ICSDEC, pp. 180-187, 2012

ROMÃO, A. D.; CHABARIBERY, D., CARVALHO, M. e ROTH, M. *Fortalecimento de Comunidades Rurais no Brasil: um estudo regional*. Informações Econômicas, SP, v.35, n.2, fev. 2005.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, R. F. dos. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SCHERL, L. M.; WILSON, A.; WILD, R.; BLOCKHUS, J.; FRANKS, P.; MCNEELY, J. A. e MCSHANE, T. O. *As Áreas Protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidade e Limitações*. IUCN (The World Conservation Union), Suíça, 2006.

SILVA, A. C., RODRIGUES, A. L. S., BARBOSA, C. A. S. e FIGUEIREDO, R. B. *Caracterização socioeconômica e ambiental da agrovila Ponta Seca, Alcântara-MA*. Ciências Humanas em Revista, v.7, n.2, São Luis/MA, 2009.

SOLARI, A. B. *O Objeto da Sociologia Rural*. Vida Rural e Mudança Social. SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. (orgs.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

UNITED KINGDOM. *The Egan Review: Skills for Sustainable Communities*. London, 2004.

Disponível em: http://dera.ioe.ac.uk/11854/1/Egan_Review.pdf. Acessado em 06.07.2013

VALENCIA-SANDOVALA, C., FLANDERSB, D. N. e KOZAKA, R. A. *Participatory landscape planning and sustainable community development: Methodological observations from a case study in rural Mexico*. Landscape and Urban Planning, Volume 94, Issue 1, 15 January 2010, p. 63–70.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. *Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso*. RER, Rio de Janeiro, 42(2), 317-340, abr/jun, 2004.

WESTERN, D. e WRIGHT, M. (Org). *Perspectives in Community - Based Conservation*. Island Press. Natural Connections: Washington, DC, 1994.

O ECOTURISMO EM COMUNIDADES DO NORDESTE

Luzia Neide Coriolano

A crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais, relativamente intactos faz do ecoturismo um segmento do mercado com um dos maiores índices de crescimento na demanda turística. Há muitas formas de turismo de natureza: o de sol e praia, de aventura, náutico, de pesca, rural e o ecoturismo, dentre outros. Contudo, cada segmento é realizado em ambientes especiais, com focos diferenciados, tendo como ponto em comum o contato com a natureza. No ecoturismo, a contemplação da paisagem e a interação com as comunidades locais têm foco especial, como assinala a Organização Mundial de Turismo – OMT (1998, p. 24).

O turismo desenvolvido em lugares com potencial ecológico, de forma conservacionista, concilia a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecendo aos turistas, contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação da consciência ecológica. A noção de sustentabilidade emerge da consciência mundial dos limites na exploração da Terra e está explícita na Política Nacional de Ecoturismo, ao conceituar a atividade como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca a formação da consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (MMAAL/ MICT/, 1999, p 15).

Para compreender ecoturismo faz-se necessário entender o que é ecologia e turismo, pois a explicação do ecoturismo é encontrada nos pressupostos conceituais desses dois campos do saber: a ecologia e o turismo. Ambos têm ocupado considerável espaço no mundo moderno, fazendo-se necessário que se investigue os

motivos para que isso aconteça e como a natureza é apropriada pelo turismo. A emergência da ecologia surge da crítica aos descuidos da sociedade para com o meio ambiente e ao consumo exacerbado que esgota recursos naturais e agride a natureza. O modelo de consumo chega a ameaçar as bases da sociedade e de sua reprodução: a natureza e o homem.

Como a prioridade tem sido a acumulação capitalista a reprodução da vida foi sacrificada. Já a emergência do turismo é explicada pela necessidade do ócio, do lazer e pela expansão do mercado, que cria novas mercadorias e necessidades relacionadas com o trabalho, porém direcionadas ao tempo livre e ao lazer. No ecoturismo, natureza, geossistemas e ecossistemas são objetos do interesse turístico.

O ecoturista busca entender o significado dos espaços naturais, pois além do lazer anseia pelo conhecimento e pelo contato com a natureza. E assim entende que geossistema é “um espaço físico com estrutura natural, com as inter-relações e as dinâmicas que ocorrem em uma determinada área, dando feição e fisionomia aquele espaço, é a própria paisagem vista como sistema, como uma unidade real e integrada” (TROPPEMAIR, 2004, p. 7). E é isso que o ecoturista vê ao se dirigir ao Pantanal, por exemplo. Paisagem que resulta da “combinação do potencial ecológico com geomorfologia, clima, hidrologia e ações humanas, apresentando-se como um complexo essencialmente dinâmico” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 42), tais como: litoral, cerrado, serra, montanhas, sertão, pantanal, caatinga, amazonas ou seridó, onde o ecoturista interage com a natureza. Enquanto geossistema tem foco no espaço geográfico, o ecossistema centraliza o relacionamento que os animais, vegetais e microorganismos mantêm com os ambientes compostos pelos elementos solo, água e atmosfera e deles entre si.

Analistas sistêmicos defendem que tais elementos estão em equilíbrio, em harmonia e interligados e que a alteração de um elemento causa modificações no sistema que leva a perda do equilíbrio. Por exemplo, quando uma grande área de mata nativa de uma região é substituída pelo cultivo de um único tipo de vegetal, compromete a cadeia alimentar dos animais que se alimentam de plantas, bem como daqueles que se alimentam de animais. A base dos ecossistemas são os produtores, consumidores e decompositores, que formam a cadeia alimentar. Os agravos ambientais são naturalmente recuperados pela natureza em um novo ponto de

equilíbrio, é o que se chama resiliência. Contudo, há momentos em que a natureza não pode se recuperar, então entra em desequilíbrio e tende ao desaparecimento de espécies animais e vegetais.

O turismo é uma forma moderna de lazer que se apresenta com várias demandas. Nos anos 1980, surge o segmento “ecoturismo” para a viagem especializada, ligada à natureza, com proposta conservacionista. Um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, com as populações locais, associa-se à qualidade de vida, proteção dos patrimônios que coloca em prática princípios e intenções do desenvolvimento sustentável.

No ecoturismo, trabalha-se a educação ambiental com o visitante, deseja-se que ele tenha oportunidade de vivenciar experiências, questionando as condições de uso e de conservação da biodiversidade. O guia ou condutor de ecoturismo apresenta aspectos da natureza ao turista, de forma a levá-lo a conhecer e participar ativamente e não se comportar como mero contemplador e consumidor da natureza. Guiar assemelha-se ao papel de um educador. De certo modo, os turistas que praticam o ecoturismo seguem essa tendência, ela não é tão teórica e mercadológica quanto parece. Daí a preocupação com a massificação do ecoturismo, para que não acabe reproduzindo a contradição típica da ética capitalista-consumista, a qual mitiga os efeitos destrutivos sem eliminar as causas dos problemas socioambientais.

O turismo estimula a competição entre lugares, com variados projetos de reestruturação e/ou aproveitamento de baías, enseadas, ilhas, costas, faixas litorâneas transformadas em espaços do espetáculo ou atrativos turísticos, lugares que se tornam vitrines espaciais à beira-mar. A natureza é transformada em mercadoria, com o ecoturismo. Esta constatação levou Yázigi (1998, p. 91) a afirmar que “o prefixo eco pretende ter um efeito moralizante”.

Muitos organizadores do ecoturismo apresentam-se carregados de ideologias e intenções que precisam ser reavaliadas. Nem tudo que é vendido como ecoturismo atende aos objetivos da atividade. Pretende-se que os princípios ecológicos se estendam a toda ação humana, portanto qualquer motivação turística passaria a ser ecológica, pois usaria racional e sustentavelmente o ambiente. Se todo segmento de turismo precisa ser ecológico há que se definir o que é o ecoturismo. Como segmento de mercado e objeto de consumo é uma forma a mais de consumo da natureza, sendo

dessa vez ainda mais perigosa porque invade suas entranhas a tantos milênios preservadas.

Qualquer turismo precisa atender às exigências da ecologia, integrando lazer, conservação da natureza e valorização das culturas locais. Em tese todo turismo deve ser ecológico e ético. Então este não é o diferencial que particulariza o ecoturismo? O ecoturismo utiliza concepção avançada da ecologia, afinal, ecologia não é apenas a conservação do meio ambiente natural, nem se limita ao ambientalismo. Inclui a compreensão das relações de intercâmbio e transformação de energia entre os seres vivos, a conexão existente entre todas as manifestações de vida.

Sendo assim, a ecologia se estende por todos os ramos do conhecimento, desde a biologia, geografia, economia, engenharia até a política. É interdisciplinar, mais que isso, é transdisciplinar, ultrapassa as disciplinas acadêmicas fazendo-se necessária em qualquer atividade humana. O empresário, agricultor, caçador, pescador, comerciante, engenheiro, dona de casa, turista, “todos precisamos aprender a cuidar da natureza, desenvolver a ética do cuidado” de que recomenda Boff (1999, p. 134). Cuidado que significa desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção e bom trato. A atitude de cuidar provoca a preocupação, inquietação e o sentido de responsabilidade para com a natureza e a sociedade.

Meio ambiente é um conceito amplo, que abrange a natureza natural e a cultural, ou seja, a própria sociedade. Compreende os bens da natureza a exemplo da água, solo, flora, fauna, recursos naturais e os bens da sociedade, entre eles, o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico, apropriados e transformados em atrativos para o turismo. É resultado da interação dos níveis naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. O meio ambiente como categoria científica pode ser compreendido como o meio global, o entorno natural ou transformado em objeto e artefato da civilização. Inclui o conjunto de todos os fenômenos sociais e culturais que configuram e transformam os indivíduos e grupos humanos.

É no ambiente que ocorrem às relações sociedade e natureza. A relação do homem com a natureza implica as complexas relações entre os homens e destes com a natureza. Esses fenômenos estão submetidos a leis e forças diferenciadas: as leis naturais e as sociais. São os interesses da sociedade capitalista que determinam o uso

e o consumo da natureza em sua relação social de produção. Portanto, não é uma simples relação do homem com a natureza, mas relação sociedade e natureza; enfim, é a sociedade que determina as formas de uso da natureza, de produção e consumo. x

Há no entorno do ecoturismo, ou em qualquer paisagem natural ou construída, estreita correlação entre todos os elementos naturais físicos, químicos ou biológicos e desses com os elementos culturais. Pensar o meio natural ou a primeira natureza implica compreendê-la como segunda natureza ou a própria sociedade, com determinações econômicas, políticas e culturais. A ecologia é parte integrante das ciências sociais, envolve estruturas e desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com os ambientes, suas conseqüentes adaptações, assim como os novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social passam a acarretar para as condições de vida em toda a biosfera.

Todos os ecossistemas encontram-se na biosfera, que é a região do planeta que contém o conjunto de seres vivos, na qual a vida é permanente e plenamente possível, seja na litosfera (solo), hidrosfera (água) ou atmosfera (ar). A manutenção da vida na biosfera depende da conservação das condições físico-químicas necessárias à composição e atividade dos seres vivos, inclusive do homem. E esse meio físico, conhecido por ambiente ou habitat, pertence a todos os seres vivos e não apenas ao homem.

Isso implica na presença de fatores e substâncias úteis e necessários a vida e de substâncias e fatores tóxicos porque a maioria das atividades humanas modifica as características de estrutura e composições da biosfera, existindo um limite necessário para manter o equilíbrio entre as atividades humanas e as biológicas (com sua capacidade de resiliência ou de novo equilíbrio). Quando esse limite não é respeitado, os seres vivos - a fauna a flora e o próprio homem - passam a correr riscos. Algumas espécies não conseguem sobreviver no ambiente modificado, evoluem ou entram em fase de extinção. Desaparecem ecossistemas quando a qualidade do ambiente fica fortemente agredida.

As pessoas sofrem com as alterações que provoca no ambiente, apresentando sintomas que caracterizam certas doenças físicas ou mentais, além das catástrofes ambientais a que o planeta está sujeito. Boff (1999, p.135) acredita na reversibilidade do processo de destruição, ao recomendar que cada pessoa se descubra como parte

do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seu aspecto natural ou em sua dimensão cultural. Faz alerta para que todos reconheçam para além da conexão da vida, que é única, e os milhares de seres vivos, mesmo microorganismos, são irmãos e irmãs do homem e comparte a mesma atmosfera, paisagem, solo, mananciais, fontes de nutrientes.

Cabe ao ser humano, que se vê como ser superior, distinguir cada tipo de planta, animal e microorganismo em seu nicho ecológico específico ou comum, conhecendo a história das paisagens, frequentando rios e montanhas, visitando cascatas e cavernas, avaliando a história das populações com a saga na construção do habitat. Há inúmeras experiências humanas de trabalhar a natureza, conservá-la, depredá-la, modos de produzir, distinguindo consumidores vorazes e depredadores, de poetas e sábios, heróis e heroínas, pais e mães fundadores da civilização local. Isso implica em mudança de concepção de vida, de valores, de postura político-ideológico, de ética humana em relação à humanidade e à natureza. É esse o recado de Boff para nós, ecoturistas.

O turismo tem se revelado, com raras exceções, predatório dos ecossistemas naturais, em função do imediatismo consumista que transforma tudo em mercadoria. A implantação de infraestruturas pesadas e inadequadas, a ocupação desordenada de litoral, megaempreendimentos, especulação imobiliária, falta de educação ambiental e de educação para o turismo tem contribuído para agressão à natureza.

De modo geral, as atividades industriais, agricultura, pesca e turismo exercem demandas conflitantes com o meio ambiente, quando rompem com as condições de sustentabilidade dos ciclos biológicos. A destruição de ambientes causados por padrões inadequados de uso do espaço para o lazer e turismo ou em qualquer outra atividade compromete, muitas vezes, não apenas o espaço local, mas espaços remotos. É o caso da erosão costeira de uma praia que se estende por quase todos os litorais.

Ignacy Sachs (1986, p. 32) lembra que não se trata como pretendem alguns, de salvar a todo custo os ecossistemas naturais, mas de conceber os sistemas criados pelo homem como verdadeiros ecossistemas, zelando para que os ecossistemas criados não alterem os naturais. Recomenda, portanto, que os ciclos ecológicos sirvam de modelo para os econômicos. Não é mais possível pensar em

retornar a práticas ancestrais, mas defende-se a possibilidade de manter alguns espaços com as identidades originais porque nem tudo precisa estar circunscrito à lógica da produtividade, do lucro e da mercadoria. Mesmo com a contradição entre o moderno e o atrasado, admite-se que a produção capitalista excelente na produção de riqueza, compartilhe com outras relações de produção em diferentes atividades produtivas que primam pela distribuição, como se constata no exemplo de atividades comunitárias, vinculadas as economias solidárias, viáveis ao modo capitalista, mas sem a lógica devoradora social e ambientalmente.

Os modelos de desenvolvimento ou de crescimento econômicos têm agredido, degradado e saqueado a natureza, por exigir cada vez mais produção e competição e realizar o lucro em níveis sempre mais elevados. Na proposta sustentável, cada lugar pensa um modelo local variante do modo agressivo dominante. Sachs (1986, p.130) critica a ideologia de reprodução de modelos ou de pensamento único, caminho pelo qual a sociedade mundial foi conduzida, ressaltando a capacidade intelectual e política de cada lugar, considerando que:

A história jamais forneceu modelos que devam ser reproduzidos, mas sim anti modelos que é preciso superar. Para tanto, duas condições devem ser respeitadas: a independência intelectual e a coragem política. Quando se falha a essa responsabilidade as nossas pesquisas servirão de álibi e de cortina de fumaça ao ecocídio.

Mesmo submetido ao modo de produção capitalista, ao “motor único”, como afirmava Milton Santos (1996) cada lugar produz sua paisagem e sua história. E a paisagem é o primeiro indicador de que o turista está em outro lugar, pois a visão diferente que ele está tendo o faz perceber a mudança de ambiente. A paisagem é produto da sociedade e da cultura que se desenvolve em um lugar, pois é resultado de uma transformação coletiva da natureza. Considera-se radicalismo os que generalizam a dimensão negativa da intervenção humana sobre a natureza, o que fez Diegues (2002) referir-se ao mito da natureza intocável, pois admite que a vida humana requeira a relação com a natureza. A questão é usá-la de forma equilibrada, respeitando os ciclos de vida dos recursos renováveis, mas respeitar isso em uma sociedade que transforma tudo em mercadoria é a grande questão.

Como “ecologizar” a economia e eliminar a contradição entre crescimento econômico e conservação da natureza? São estes alguns dilemas postos por ambientalistas críticos que propõem a eco-socioeconomia como Boff (1999), Leff (2001), Morin (1977), Max - Neef (1993), Sampaio (2005) Sachs (1886) Boo (1995) e Coriolano (2007) dentre outros.

No Ceará tem destaque as Área de Ecoturismo estruturadas no Polo de Ecoturismo Vale Monumental do Ceará (Quixadá e Quixeramobim), Pólo de Ecoturismo da Serra de Baturité (Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção), Pólo de Ecoturismo do Cariri (Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri), Pólo de Ecoturismo da Ibiapaba (Carnaubal, Ibiapina, Ipu, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará), Pólo de Ecoturismo do Extremo Litoral Oeste (Acará, Barroquinha, Camocim, Cruz, Gijoca e Itarema), Pólo de Ecoturismo do Extremo Litoral Leste (Aracati, Fortim e Icapuí).

O Ecoturismo e o protagonismo do meio ambiente

Quando uma pessoa viaja, tem oportunidade de conhecer novos ambientes, seja natural ou cultural, entrar em contato com modos de vida e culturas diferentes. Quem viaja para o campo em busca de ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural vai relacionar-se com ecossistemas diferentes dos encontrados nas cidades. Por isso, quem planeja o turismo, na cidade ou no meio natural e rural, precisa reconhecer os impactos positivos e negativos, gerenciando os recursos de forma a evitar e mitigar impactos socioambientais indesejáveis.

O ecoturismo tem por princípios a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, informação e interpretação ambiental. Propõe-se ser negócio gerador de lucro e de renda para empresas e comunidades; conservando os recursos naturais e culturais; preservando valores culturais tradicionais. Isto independe de um sistema fiscal e legislativo para acompanhar as atividades humanas. O que o ecoturismo defende é uma visão de mundo onde o homem é parte da natureza e não está acima dela ou fora dela.

Cada indivíduo respeita a natureza como parte de sua própria vida e não há necessidade de controle e de fiscalização externa, cada um faz a sua parte. Sobretudo,

considerando que o aparato institucional, criado pelos diferentes países para garantir a conservação da natureza, é altamente oneroso e tende para o fracasso ou para solução mínima e isolada de consequências desastrosas e abrangentes, porque não se propõem a resolver as principais causas dos problemas. A complexidade da atividade turística analisada nas diversas perspectivas, e nos segmentos torna o fenômeno mais lúcido e a atividade mais séria e respeitada. A presença do ecoturismo no meio natural causa impactos nos ecossistemas, sendo importante a revisão nos serviços, equipamentos e alojamentos implantados.

A “turistificação” das paisagens ou o processo de mudança de um lugar para adequá-la à função turística na maioria das vezes não consegue sincronizar o ritmo e o volume da exploração dos recursos com a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração diz Salva (1996, p. 193). Há uma questão simultânea de qualidade, dada pelo consumismo e de quantidade verificada no turismo de massa, que exige atenção para sinais que alertam para práticas contraditórias de ecoturismo tais como:

- Proliferação de construções para alojamento e serviços de todo tipo - hotéis, pousadas, camping, *caravanning*, motéis, cafeterias, restaurantes, discotecas, piscinas, marinas, estabelecimentos comerciais;
- Vias de comunicação de intensa urbanização sem a devida adaptação para se instalar na natureza: estradas, caminhos, trilhas, portos, aeroportos, pistas, sinaleiras;
- Abundância de serviços sociais muito próximos aos locais mais preservados: religiosos, sanitários, policiais, culturais, informativos e comunicativos;
- Excesso de serviços de entretenimento paisagístico que causam: ruídos, pisoteios, mutilações do tipo coleta de flores, conchas, peixes e aves.
- Excessivas atividades no meio natural com motivação cultural e recreativa: banhos, navegação, observação da natureza, interpretação ambiental, observações de animais e da vegetação;
- Acúmulo de resíduos sólidos nos ecossistemas, os quais eutrofizam os biótopos, ou provocam aumento excessivo de nutrientes favorecendo o aparecimento de moscas, baratas, ratos, e empobrecem os ecossistemas,

desequilibrando a cadeia alimentar e produzindo muitas vezes o crescimento descontrolado de algumas espécies dominantes;

- Além desses, há ainda impactos gerais relativos às aglomerações urbanas que podem anular o valor turístico da área, pois quase sempre vêm juntas com atividades industriais e comerciais. O ecoturismo também contribui para a privatização de áreas que ficam impossibilitadas de uso público como cachoeiras, montanhas, lagos, bem como incrementa a especulação imobiliária, que na maioria das vezes prejudica os residentes no acesso aos terrenos para moradia e trabalho. É assim que Boo (1995) estudiosa do ecoturismo mostra formas de impactos do ecoturismo.

Mas há também muitos resultados positivos no ecoturismo quando ocorre com moderada ocupação e adequada regulação, que precisam ser reconhecidos como: construção de estradas e de meios de comunicação que facilitam o acesso aos residentes dos lugares mais isolados, antes mal relacionados geograficamente; valorização de patrimônio natural e estímulo à visitação a partir dos cuidados com parques florestais, e demais unidades de conservação ambiental cuja gestão é requalificada, com indicação de usos adequados e possíveis; definição e fiscalização de leis de aproveitamento, uso e desfrute dos recursos naturais renováveis, limitando a privatização de áreas destinadas ao uso público.

A realização de campanhas de educação ambiental para residentes e turistas tem contribuindo para mudar concepções, para a compreensão de objetos da natureza como patrimônio da humanidade, contra a qual, de nenhum modo deve ser atentado; incremento de medidas contra poluição, contaminações e as degradações ambientais, assim como ações sistemáticas para limpeza de praias; coleta seletiva de lixo e práticas de permacultura, envolvimento de aspectos éticos, socioeconômicos e ambientais, com utilização da terra sem desperdício ou poluição, restauração de paisagens degradadas e consumo mínimo de energia, com a cultura permanente do uso de materiais reciclados.

Impactos positivos decorrentes das atividades do lazer e ecoturismo têm contribuído para melhorar a qualidade do ambiente vivido e visitado e, portanto, estão relacionados com as diversas infraestruturas e serviços urbanos e sociais das áreas

visitadas. O saneamento, embelezamento, sistema de transporte e comunicação atendem os que ali vivem e trabalham e aos que vem se divertir. Assim como a proteção e a defesa do patrimônio cultural, segurança pública, dotação de estradas e vias de acesso rápido e seguro para residentes e turistas, educação para o turismo, para o meio ambiente e a educação patrimonial, aperfeiçoamento em termos de hospitalidade, ampliação dos horizontes das pessoas residentes, tornando-as mais amáveis e educadas; crescimento de investigações científicas em meio ambiente e no turismo são ações e políticas que tem contribuído para adequar lugares receptores de ecoturismo.

No extremo oposto, ambientes agredidos, valores locais depreciados, atividades tradicionais abandonadas e natureza agredida são impactos negativos acarretados pelo ecoturismo tem sido criticados. Trabalhos tradicionais como a pesca, agricultura familiar e o artesanato que muitas vezes são abandonados e substituídos por ocupações em serviços turísticos, tem descaracterizado a produção e a cultura de comunidades tradicionais. Tais mudanças e transformações violentas levaram Knafou (1992) a referir-se ao poder de “subversão da ordem que tem o turismo”, pois a atividade leva as comunidades a abandonar atividades seculares. Sawaya (2006) remete tal problemática para o tipo de inserção periférica na divisão territorial do trabalho, sendo claro e contundente quanto a desvantagens e a submissão dos países periféricos, ao afirmar que:

A periferia, quando se subordina ao processo de acumulação mundial de capital liderado pelos centrais, dando total liberdade ao grande capital multinacional, não encontra o desenvolvimento sustentável, mas a vulnerabilidade e a perda do controle sobre seu destino.

Nas áreas de urbanização turística, com predomínio de hotéis, residências secundárias para veraneios, condomínios de luxo, campings, para onde convergem elevados volumes de mercadorias e serviços para consumo ocorrem elevadas produções de dejetos sejam sólidos e líquidos (BARROS, 1998, p. 34). Assim, são áreas de grandes impactos, alguns esperáveis, devido à intensidade de uso. Contudo, no estágio atual do turismo, essas áreas tendem a ser recuperadas e passa a ser exigido usos que atentem para a conservação ambiental, sobretudo nas áreas de ecoturismo, onde o nível de exigência da maioria dos turistas é bem maior e as empresas precisam se adequar para poder vender o produto turístico. Assim, o ecoturismo passa a ser protagonista do meio

ambiente. Ambientes descuidados, poluídos sujos e feios saem do circuito turístico ou não conseguem entrar.

As atividades turísticas instaladas em espaços de natureza mais conservada são precedidas de estudos e análises ambientais e turísticas para indicar o estado de conservação da natureza, o lugar ou comunidade susceptível de ser transformada em polo ecoturístico, como Bonito (MG), por exemplo. Os estudos indicam aspectos físicos, qualidades geo-ambientais dos lugares, das paisagens, atrativos naturais, qualidade das águas, potencialidades e os atrativos a serem direcionados para usos turísticos.

Quando os estudos são elaborados com a participação da população local são indicadas as prioridades e ações mais adequadas do ecoturismo e com a promoção do desenvolvimento local e sustentável. No contato direto com a natureza, para uma interpretação ambiental, o ecoturista observa fenômenos da natureza, conhece melhor a dinâmica ambiental e recupera o sentimento perdido de pertencer à natureza. Descobre a possibilidade de a ela integrar-se. Vivencia uma prática ecológica de interação com a natureza. Assim, ecoturismo é a relação prática da ecologia com o turismo. É uma das formas de valorizar o patrimônio natural, histórico cultural e de oportunizar a valorização das comunidades locais. É o turismo motivado pela valorização ambiental e pela descoberta da natureza como valor estético transformado em ativo ambiental. Tornou-se possibilidade de inserir o turismo em modelo de turismo sustentável. É permitido em áreas naturais protegidas, ou seja, em unidades de conservação ambientais, lugares onde o visitante tem oportunidade de usufruir patrimônios naturais e culturais indescritíveis, fora do comumente conhecido.

A Interpretação Ambiental e as Unidades de Conservação Ambiental

Interpretação ambiental é a descoberta da natureza pelo turista, com a atribuição de um significado, auxiliado pelo guia, que utiliza técnica didática flexível e moldável. O turista torna-se hospede da natureza, e vai conhecer ambientes e objetos geográficos e fenômenos naturais. O guia de ecoturismo bem preparado utiliza linguagem adequada e acessível, comunica saberes ambientais e repassa significados da natureza nunca dantes conhecidos pelo cidadão urbano ou metropolitano. Conduz o turista a relacionar-se com fenômenos naturais a partir de experiências práticas e vivenciais para além das informações prestadas.

O conhecimento ambiental, orientado e experimentado no contato com a natureza, permite o turista entender os motivos pelos quais se conserva recursos naturais, históricos e culturais. A partir do conhecimento de técnicas de manejo ambiental, há o envolvimento consciente com as questões político ambientais. Esta é a concepção de interpretação ambiental, embora na prática nem sempre se verifique dessa forma. Para atuar e trabalhar neste segmento é fundamental conhecer as proibições legais de uma visitação em Unidades de Conservação brasileiras:

- Entrada de animais domésticos, prevenindo transmitir doenças aos animais silvestres, ou para evitar conflitos entre predadores e competidores na cadeia alimentar;
- Fazer fogo, fogueira e churrasco, para que não tome grandes proporções e se alastre de modo incontrolável sobre a natureza. O fogo é um dos maiores inimigos das florestas. O churrasco também atrai animais domésticos da redondeza;
- Trafegar com velocidade superior a 30 km/h. Recomenda-se a caminhada, sobretudo para evitar acidentes com outros visitantes e animais silvestres nas trilhas;
- Deixar ou jogar lixo em locais inapropriados. Guarde-o em sacos de lixo e traga-o de volta. Se possível colete aquele deixado pelas pessoas menos conscientes. O lixo é vetor de doenças, fonte de poluição e causador de acidentes;
- Pichar, escrever, riscar e danificar imóveis, placas, pedras e árvores. A poluição visual, em algumas situações, pode ser irreversível, prejudicando a contemplação do belo e do natural;
- Lavar utensílios e roupas no rio, sendo permitido o banho em cachoeiras, nascentes, rios e lagos, desde que não se faça uso de produtos químicos (xampu, sabonete, óleos, protetores solar). As águas provenientes de nascentes não estão contaminadas e, portanto, devem permanecer límpidas e cristalinas;
- Consumir água das fontes e lagos sem conhecimento da potabilidade;

- Fazer barulho, buzinar e ouvir som alto. Na natureza não existem esses ruídos. Os animais se estressam profundamente quando isso ocorre;
- Coletar plantas, flores, frutos, sementes, conchas e pedras. Deixe-os onde você encontrou, para que outras pessoas possam apreciá-los. Além disso, eles são importantes no lugar onde estão e se forem levados só você os verá e por tempo limitado, pois a durabilidade é curta. No caso das plantas ou mudas além de ser contra a lei, a maioria necessita de condições especiais do ecossistema natural, difíceis de reproduzir e geralmente não se adaptam fora dele. Imagine-se se cada ecoturista retirar ou coletar qualquer material, por mais insignificante que possa parecer, qual seria a sustentabilidade da Unidade de Conservação visitada, tendo em vista os milhares de visitantes anuais? As coletas só são permitidas com prévia autorização do Coordenador do Programa e da Unidade. Devem ser feitas na menor quantidade possível e para identificação;
- Perseguir, matar, capturar, molestar, alimentar animais silvestres. Nos ecossistemas os animais estão em casa, o estranho provavelmente é o ecoturista;
- Observar os animais à distância, pois a proximidade pode ser interpretada como ameaça e provocar ataque, mesmo de pequenos animais, além disso, os animais silvestres podem transmitir doenças.

Como alternativa que se enquadra nos moldes de desenvolvimento sustentável, o ecoturismo ganha espaço no mercado turístico. Considerando que o meio ambiente é a base do ecoturismo, há luta para uso sustentável dos recursos naturais, visando utilização de longo prazo. Entre as formas mais comuns de uso estão caminhadas pelas entranhas da natureza, na forma de trilhas, que requerem planejamento e proteção.

Identificação e caracterização de trilhas

Os caminhos e percursos construídos com diversas funções, desde a vigilância até a interpretação, são trilhas ecoturísticas. Dentre os objetivos a interpretação da natureza, o conhecimento de ecossistemas e da vida silvestre, são os preferidos. As primeiras trilhas foram feitas pela necessidade de procurar alimento e água - trilha de caça. A partir da fixação do homem no território surge outro tipo de trilhas: para

peregrinação religiosa, viagens comerciais, ações militares. As trilhas supriam a necessidade do deslocamento. Com o surgimento das estradas foi alterado o valor e a função das trilhas servindo agora para o retorno a natureza.

No Brasil, as trilhas do período da colonização, na Serra do Mar são das mais importantes - a do Caminho Batido da Costa de São Tomé - utilizada pelos colonizadores, assim como a Trilha dos Tupiniquins, para alcançar Piratininga. A Trilha do Lorena transformada na Estrada da Independência, por onde passou D. Pedro I na viagem do dia 7 de setembro, quando saltou do cavalo e gritou “Independência ou morte”.

Muitas trilhas serviram para escoar o ouro de Tiradentes, Parati e Angra dos Reis para o café, açúcar, gado, entre os principais produtos da colônia brasileira. Algumas trilhas deram origem ao excursionismo de aventuras. O primeiro clube de montanhismo brasileiro fundado no Rio de Janeiro em 1919 formalizou muito delas, ainda hoje utilizadas por ecoturistas. Para as caminhadas ecológicas em trilhas escolhem-se trilhas em áreas natureza protegida ou em áreas de conservação ambiental ou em áreas urbanas, urbano-rurais.

O sistema de trilhas considera a sequência paisagística de cada percurso, a variação de classes de paisagens, aproveitando as diferentes paisagens para observação, formas de enriquecimento da experiência e da perspectiva do ecoturista, os pontos mais altos são mirantes e belvederes. A partir da criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 inicia-se no Brasil a criação das Unidades de Conservação, com sistemas de trilhas organizadas. São Paulo com o Parque Estadual de Campos de Jordão, em 1942, implanta trilhas, bem construídas e devidamente mantidas, que protegem o ambiente do impacto de uso e asseguram ao turista maior conforto e segurança.

Diversas trilhas apresentam problemas de infraestrutura, falta de manutenção e segurança, muitas chegam a desaparecer tomadas pelo mato, e desuso. Oferecem bifurcação que algumas vezes não leva a lugar nenhum, compactação do solo, processo de erosão, ausência de mapas e de sinalização. As trilhas de interpretação têm finalidade educativa, são destinadas ao conhecimento da flora, fauna, geologia, geomorfologia, processos biológicos, relações ecológicas, do meio ambiente e formas de sua proteção, recuperação, preservação e conservação.

Algumas apresentam formas circulares, para possibilitar voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso ou cruzar com outros visitantes; outras são traçadas com a

forma de um oito e são eficientes para áreas limitadas aumentando a possibilidade de uso; e as lineares são mais simples e de uso comum, conectam-se com lagos, cavernas, picos, tendo a desvantagem do caminho de volta ser igual o da ida e cruzar com outros visitantes. Apresentam graus de dificuldades que podem ser leves, semi pesadas e pesadas. Embora tal escala seja subjetiva, pois varia individualmente. Quanto ao percurso, há os de curta distância - recreativo e educacional, com interpretação ambiental; e os de longa distância – para travessias por regiões visando estudos e registros locais.

Para quem planeja e monta trilha de ecoturismo recomenda-se:

- Definir a trilha - aonde vai, o que vai observar, fazer e como realizar;
- Selecionar o ecossistema a ser visitado, para localizar, descrever e analisar;
- Proteger-se com repelente para insetos e com sapatos e chapéus adequados a trilha;
- Identificar e marcar as informações coletadas e que serviam para identificar a trilha;
- Considerar antecipadamente os efeitos dos processos físicos, químicos, biológicos da natureza que atuam mutuamente, tais como o ar, evaporação, radiação solar, recursos hídricos, escoamentos, solos, flora, fauna, alimento, cadeias biológicas;
- Descrever o percurso, evitar locais pantanosos e de forte declividade;
- Observar a paisagem agradável, com arvores, sombras, água, pássaros, animais locais;
- Ao parar em espaços sombreados observar a constituição das árvores, tipologias, importância da vegetação como elemento integrante do ecossistema e de sua função no sistema, sobretudo quanto ao retorno dos nutrientes, proteção contra erosão do solo, do escoamento superficial e a transformação de resíduos em matéria orgânica;
- Ouvir o barulho da floresta, do rio, das ondas;
- Provar os frutos conhecidos e evitar toque em palmeiras, elas soltam pêlos alérgicos;

- Diante de algum riacho, faça silêncio e escute o riacho ou rio. Observe o percurso: de onde vem e para onde vai. Se possível chegue à nascente, e saiba que essa é recurso de preservação, não pode ser destruído.
- Ao encontrar uma casa rústica de nativos, na floresta, nas matas, observe sua construção, como vivem os habitantes, como se relacionam com a natureza, o que cultivam, e porque se faz sustentável.

O ecoturista é um interprete e vive experiência única ao encontrar a floresta bem estruturada, com árvores altas e arbustivas, entre outras árvores que não chegam às copas maiores, competindo pela luz, protegendo e trocando com as espécies arbustivas e outras rasteiras. Neste momento, tem-se uma verdadeira noção de unidade de conservação, da diversidade na unidade.

Ao encontrar uma mata com estratos bem definidos e cada um se encontra dentro dela como parte da natureza finita e infinita, ao mesmo tempo macro e micro-cósmica. É o momento em que a ética e a sustentabilidade do ecoturismo passa a ter um sentido experimental e não apenas teórico.

Exigências éticas e de sustentabilidade para o ecoturismo

O futuro do ecoturismo, do turismo sustentável em unidades de conservação e comunidades, está ligado à capacidade dos governos, empresários e *trade* converterem esta atividade em elemento de equilíbrio que ajude a diminuir os déficits estruturais e a dívida social, objetivos que só podem ser alcançados na medida em que o ecoturismo se integra a uma economia mais solidária, diversificada e articulada com as específicas da região.

Esse redirecionamento do ecoturismo evita o triunfalismo das estatísticas avantajadas, que observa apenas as estrelas dos hotéis, esquecendo as noites estreladas e enlustradas e que a contemplação das estrelas no firmamento também faz parte do sucesso do ecoturismo. Considera que não basta ampliar o número de restaurantes, voos charter, rentabilidade dos negócios, fluxos turísticos, mas, sobretudo a quantidade de residentes envolvidos com o ecoturismo, o nível de conservação ambiental dos ambientes visitados, o crescimento educacional dos anfitriões, (população residente) e ampliação da consciência ambiental, ecológica, patrimonial.

Considera que o turismo que se desenvolve em sociedades pobres com graves problemas socioambientais, tem a função não apenas de gerar riqueza, mas de distribuí-la com ética e em respeito aos valores e a identidade do povo, na sua construção sociocultural. Sem esta postura, alimenta-se apenas a falsa ilusão de desenvolvimento sustentável, nega-se a capacidade do turismo contribuir para o desenvolvimento social, conservação ambiental e o enriquecimento cultural de todos.

Bibliografia

BARROS, N. C. Crócia de. *Manual de Geografia do Turismo*. Meio Ambiente Cultura e Paisagens. Recife: Ed Universitária UFPE. 1998.

BOFF, L. *Saber Cuidar*. Ética do Homem – Compaixão da Terra. Petrópolis Vozes, 1999.

BOO, Elizabeth. O Planejamento Ecoturístico para as áreas protegidas. In LINDENBERG K, CHRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de Sistemas Ambientais*. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

CORIOLOANO, Luzia N. M T. *O Turismo e a relação Sociedade Natureza*. Fortaleza: EdUECE, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Annablume – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

HAWKRINS, Donald. *Ecoturismo um guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo Senac, 1995.

KNAFOU, Rémy. L'invention du tourisme. In: Bailly, A. et al. *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1992.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAX-NEEF, ELIZALDE, A. *Desarrollo a escala Humana*. Montevideo: Nordan-Comunidad/Redes – Amigos de la Terra. 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL/ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO/ EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, Brasília: 1999.

MORIN, E. La Méthode. *Le nature de la nature*. Paris: Seuil, 1977

OMT/UNIAO EUROPEIA/EMBRATUR Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizações locais, 1998.

- SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In Sachs W. *Dicionário do Desenvolvimento*. Tradutores Joscelyne V. L.M. Clasen, J. A, Gialokai, S. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento, Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice 1986
- SALVA, P. Las implicaciones sócio culturais del turismo en el mar Mediterrâneo. In: LEMOS, A. I. *Turismo e Impactos Sócio-Ambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação de Turismo Comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SANTOS. Milton. *Técnica, Espaço e Tempo*. HUCITEC, São Paulo, 1994
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996
- SAWAYA, Rubens. *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil*. São Paulo: Annablume , 2006.
- TROPPEMAYER, H. *Sistemas/ Geossistemas / Geossistemas Paulistas/ Ecologia da Paisagem*. Rio Claro: edição do autor, 2004.
- UNIÃO EUROPÉIA/OMT. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizações locais*. OMT, 1998.
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade, 1998.

CARIRI PARAIBANO

O LUGAR DO TURISMO NO MICROTERRITÓRIO DAS ONÇAS

Rogério dos Santos Ferreira
Karina Massei

Um espaço para ser entendido como turístico necessita, antes de qualquer ponto, de uma vocação às vezes natural e muitas vezes “cirurgicamente” desenhada para desempenhar tal papel. É o caso da Savana Africana, com seus safáris em busca dos grandes animais por um lado e, de uma Dubai perfeitamente construída para ser vista e visitada enquanto símbolo mundial da ostentação e da riqueza.

Em ambos os casos, natureza natural ou naturante, ouve um estímulo concentrado na inovação e na criação de uma economia turística global, centrada na geração de emprego e renda a partir do consumo experiencial. Sendo este experimentado através do uso da visão, da emoção ou da sensação adquirida, ou mesmo pelo uso de todos esses sentidos juntos para consumir o “não consumível” ou imaterial.

De acordo com Seabra (2003):

“O sertão nordestino, possui um potencial turístico de valor inestimável, fundamentado no patrimônio natural, no patrimônio cultural e arqueológico e nos festejos juninos e religiosos”.

Tal valorização da atividade turística, sendo assistida pelos vários setores da sociedade local, determinando uma unidade. Uma força harmônica em busca de resultados satisfatórios, que gere uma ocupação e uso do espaço de forma diferenciada. Estando embutida ainda, uma elevação da autoestima pessoal a partir da promoção social de todos os índices de desenvolvimento humano possíveis de serem avaliados.

O lugar do turismo no Microterritório das Onças - dentro do Cariri Paraibano - enseja, como procura definir Rodrigues (1997) em

“novos sistemas de símbolos baseados”, que, pela utilização de uma linguagem e de meios de informação cuidadosamente elaborados (...),

Deverá ser apresentado como potencial latente no planejar, articular, decidir e agir de todo um corpo social. Este com interesses comuns a uma das muitas naturezas do lugar. Estando, neste caso, aquele potencial identificado como de maior apelo comercial para captar o imaginário de um coletivo, ou que penetre no mundo de sonhos dos turistas.

Este capítulo tem como premissa apresentar o conjunto de potenciais turísticos comuns entre os municípios de Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre e Camalaú, possibilitando a criação de um microterritório, cujo símbolo maior é a onça, enquanto imaginário coletivo local.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo, com foco na identificação de fatores e atores capazes de promover a atividade turística no local, foi a Pesquisa Fenomenológica e a Percepção Ambiental (PASSOS; SATO, 2005). Considerando, como base, a Pesquisa Participante para fundamentar as demais (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009).

Base geográfica do cariri paraibano

O Cariri Paraibano apresenta-se como uma das regiões mais secas do Estado, com as características principais de solos pedregosos com reduzida capacidade de retenção hídrica, índice pluviométrico baixo, altas temperaturas e taxa de insolação anual elevada, bem como, uma vegetação de característica rala (Caatinga tipo arbustivo-arbórea aberta), sendo considerada como uma região de elevada fragilidade e vulnerabilidade em todos os índices de medição social (SOUZA, SILVA & SILVA, 2011).

Localizado na parte Centro-Sul do Estado da Paraíba (Figura 1), franja ocidental do Planalto da Borborema, possui uma área total de 11.225,736 km² e uma população composta por cerca de 100.000 (cem mil) habitantes, distribuídos entre as zonas urbanas e rurais. Destes, mais de 65.000 (sessenta e cinco mil) estão na zona urbana e menos de 40.000 (quarenta mil) habitando a zona rural.

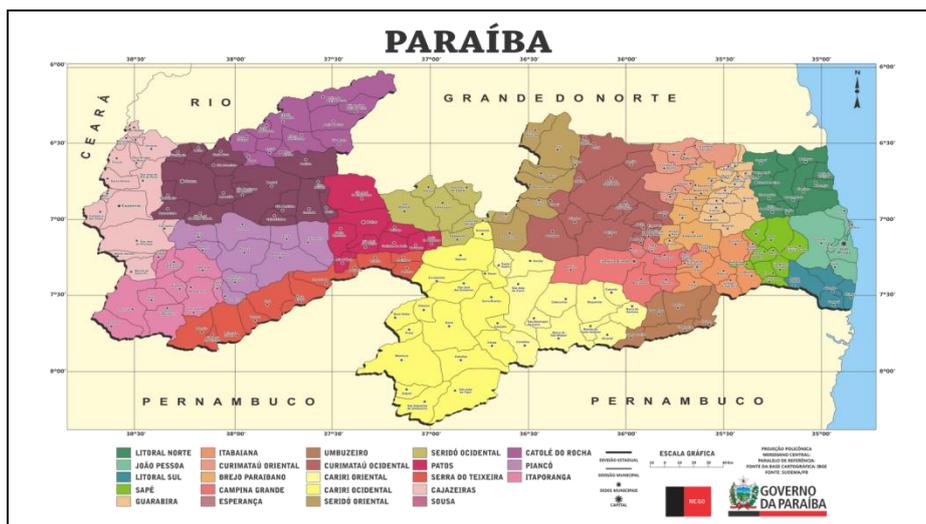


Figura 1. Mapa das microrregiões do estado da Paraíba (EMPREENDER/PB, 2014).

Fonte: <http://empreender.pb.gov.br>

O Cariri Paraibano, como um todo, se constitui da Mesorregião da Borborema, que se subdivide em 2 (duas) Microrregiões: Cariri Ocidental e Cariri Oriental, (conforme indicado pela Figura 2), sendo composto por 29 (vinte e nove municípios).

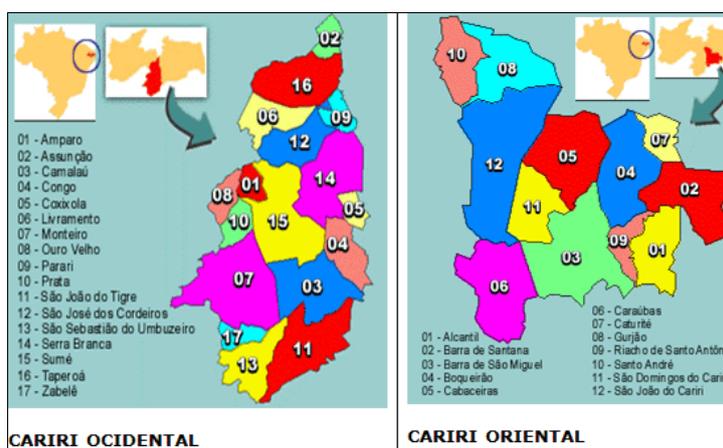


Figura 2. Municípios pertencentes às microrregiões dos Cariris Ocidental e Oriental

Fonte: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=6824&lg=pt>

A base econômica do Cariri Paraibano Ocidental, onde se insere este estudo, é de cunho agrícola, com participação acentuada dos empregos públicos e do comércio de serviços apoiados nesta renda gerada. A baixa participação da única econômica independente, a produção agrícola, se justifica, por ser processada nas margens e leitos dos rios, dependendo diretamente dos fatores climáticos e da legislação ambiental em vigor.

Aspectos geográficos e econômicos do Cariri Ocidental

O Cariri Ocidental, que correspondente a 12,5% do território Estadual, apresentando uma população residente – dados do IBGE 2010 - equivalente a cerca de 3% de todo o Estado. Vindo a expor, a partir dos aspectos biogeográficos e climatológicos, uma das áreas mais secas do País e do Mundo. Tendo esta população que conviver com índices pluviométricos em torno de 300 mm ao ano, e de forma mal distribuída. Com estados de seca periódica prolongada (chegando há quatro anos) e com temperaturas médias anuais em torno de 25°C.

Neste caso, admite-se que o Cariri Ocidental paraibano tem uma posição importante no conjunto do território estadual, por ser considerada uma “área problema” em termos econômicos, sociais e ambientais. Com uma forte contribuição do próprio homem no agravamento destas condições, através da exploração extensiva do lugar. Sendo utilizado o sistema agrossilvopastoril extensivo, acompanhado do uso inadequado do solo, do desmatamento da vegetação para lenha e carvão, cujo conjunto gera uma situação de “pobreza extrema”, amenizada na atualidade pelos programas de repasse de recursos públicos fortuitos.

O Microterritório das Onças

No caso do processo histórico de ocupação da nossa Caatinga “caririzeira”, essa é intrincada com a questão do próprio Nordeste, quando resume o interesse colonialista pelas terras férteis litorâneas de todo o Brasil e do Sul em particular. Tendo em vista, o plantio da Cana de Açúcar e extração do Pau Brasil (Souza, 2008), deixando a região sertaneja para a pecuária e o plantio de subsistência. No caso dos Cariris, para refúgio de índios sitiados.

Considerando a constituição do Microterritório das Onças, ou da junção dos municípios que vem compor este cenário, como resposta para o fortalecimento local e resgate histórico, um contexto igualitário em termos de desenvolvimento socioeconômico, valores históricos culturais e paisagem ambiental, vem sendo almejado, com o intuito de prover a elevação e a promoção dos baixos índices locais.

QUADRO 1 – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

Município	Área (Km ²)	População (Hab.)	IDH
Camalaú	543.688	5.749	0,567
S. João do Tigre	816.116	4.396	0,552
S. Sebastião do Umbuzeiro	460.573	3.235	0,581
Zabelê	109.394	2.072	0,622
	1.929.771	15.452	

Sendo relevante se pensar no lugar do turismo nesta região, quando o potencial econômico atual, ou que vem sendo utilizado até então, além de não gerar historicamente, aumento no emprego e renda, ainda conduz os seus moradores para a prática da devastação e do uso indiscriminado daquilo que poderia ser sua verdadeira base de desenvolvimento. Favoravelmente, a cultura e a natureza exuberante e abundante no local, constituem elementos propícios para o vislumbramento e a prática dos mais variados esportes e atividades out door, gerando renda “limpa” e consequentemente sustentável para todos, de forma direta e indiretamente, como vem acontecendo em outros lugares do Brasil e do Mundo, onde o mote eleito para tal é a paisagem turística com seus mais variados atributos.

A prática turística deve ser formado por um conjunto complexo e imbricado de saberes e fazeres em torno de uma unidade símbolo, ou elemento do patrimônio turístico (BOULLÓN, 2002), eleita para representar todo o lugar. No caso do Microterritório das Onças, o que se busca é unir atrativos turísticos similares e dispersos nos quatro pequenos municípios (Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre e Camalaú), com a questão ambiental e valoração cultural.

Na singularidade deste ambiente, da natureza geomorfológica e bioclimática, a arqueologia e cultura local, a presença da onça - quer seja física ou impregnada na “alma do lugar”, como diria Yázigi (2001) - é marcante e capaz de simbolizar esta forma microterritorial de identidade espacial.

Dentro daquilo que denomina Moesch (2002) de “A produção do Saber Turístico”, pode-se afirmar que nenhuma outra atividade econômica existente consome o espaço, com seus elementos constitutivos, como faz o turismo. Sendo

neste processo de consumo destes espaços que se gestam os territórios turísticos (CRUZ, 2002).

Da capacidade de consumir o “não consumível” materialmente, e apesar desse confronto, a força do turismo é dada por sua capacidade de fluidez espacial (CRUZ, 2002), ou nos dizeres de Nicolás (1997): “(...) de criar, de transformar e, inclusive, de valorizar, diferencialmente, espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção (...)”. Sendo este o propósito de unir ambientes antropológicos e arqueológicos, com paisagens naturais, associados à convivência do homem - parte da civilização do couro – e sua forma de fazer e agir diante das intempéries da natureza. Tudo isto associados à presença do felino “Onça Parda” nos arredores desta construção material e imaterial do microterritório das onças.

Neste caso, a presença física ou imaginária da Onça Parda, bem como, das demais atividades a ela agregadas como: o Aboio, Pega do Boi e Laço do Bode, Missa do Vaqueiro, Rendeiras, Festa de Padroeiro, Cantadores e Cordelistas, Culinária e toda uma tradição de vida do Povo Caririzeiro, se tornam elementos importantes de sua constituição. Estas, acompanhadas de sua principal base de vida, que é a paisagem da Caatinga nordestina - com sua aparente fragilidade demonstrada na composição faunística e florística - tem forte apelo visual aos olhos dos visitantes, principalmente estrangeiros convivendo com outras realidades socioambientais e de complexidade distintas.

Planejando o turístico no Microterritório da Onças.

Na concepção de Magalhães (1993), citando Sachs (2006), afirma que o planejamento turístico é:

“... um estilo de desenvolvimento em que cada região adota soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos, da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas em longo prazo”.

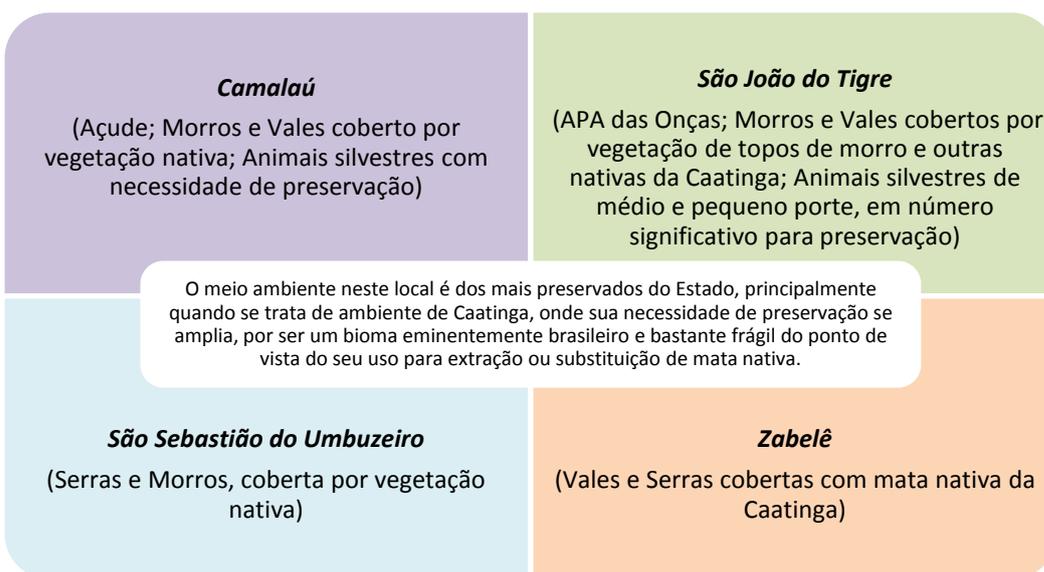
Considerando este propósito aglutinador de atores, ideias, potenciais naturais e históricos culturais, a saber, é que se vem maturando a necessidade de criação do Microterritório das Onças, de forma a constituir uma identidade única que venha a

fortalecer os produtos culturais, ambientais e turísticos da região em foco. Assim, destacam-se abaixo os principais produtos de cada município:

Cultural



Ambiental



Turístico

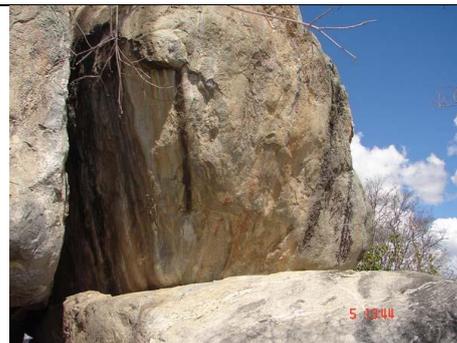


Um turismo pelas imagens do Microterritório das Onças

Zabelê



Reizado de Zabelê
Foto: PMZ/2010



Inscrições Rupestres
Foto: Rogério Ferreira/2006

São Sebastião do Umbuzeiro



Praça de Umbuzeiro
Foto: Arquivo PMSSU/2014



Casario Antigo
Foto: Rogério Ferreira/2006



Laço do Bode
Foto: Rogério Ferreira/2011



Vaqueiro vestido de couro
Foto: Rogério Ferreira/2011

São João do Tigre



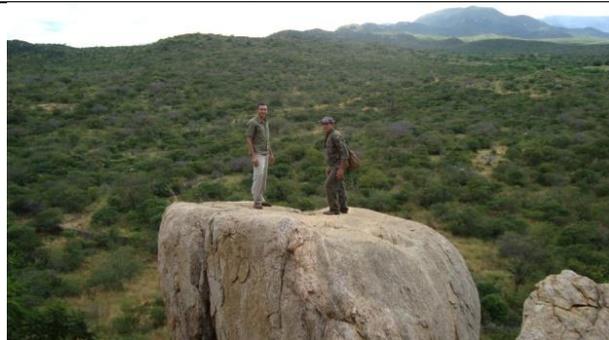
Pegada de Onça
Foto: Rogério Ferreira/2012



Pano de Fuxico
Foto: Rogério Ferreira/2006

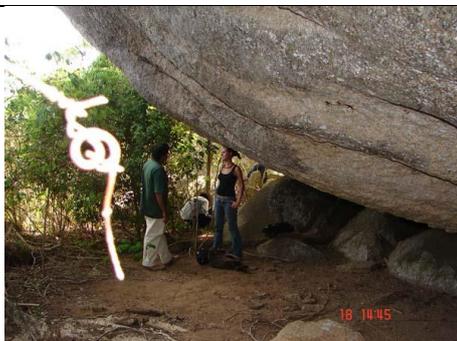


Transporte na Região
Foto: Rogério Ferreira/2013



Paisagem no Cemitério Indígena
Foto: Chico Dantas/2010

Camalaú



Sítio Pinturas
Foto: Conrad Rosa/1998



Inscrição Rupestre
Foto: Conrad Rosa/1998



Finalizando

O Microterritório das Onças é uma configuração que vem sendo proposta desde o ano de 2006, por um coletivo formado pela Sociedade Civil Organizada e Instituições Públicas locais, bem como, atores sociais interessados na questão. Contudo, sua construção de forma efetiva tem dependência direta dos contextos políticos, principalmente eleitoral, quando a maioria dos atores e instituições sociais ativas nestes municípios atende aos pedidos da governança maior.

O lugar do turismo no Microterritório das Onças é uma proposta de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar a economia, cultura, natureza e sociedade local em geral, no sentido de promover o “bem estar” a partir das belezas e oportunidades geradas pelos seus próprios saberes e fazeres locais, enquanto diferencial e mesmo como produto a ser valorizado na promoção turística.

Neste artigo, procuramos destacar e apresentar a relação entre os atributos naturais, culturais, arqueológicos e turísticos dos municípios em questão, com as necessidades de intervenção das políticas públicas e privadas, salientando uma promoção das potencialidades locais em todos os níveis do saber, como forma de garantir a solução de continuidade na ação proposta.

A guisa de conclusão, esta escrita contribui para tornar publico uma ação local de turismo sertanejo, e uma reflexão sobre o “Patrimônio Cultural e Realidade Social no Turismo Comunitário” - enquanto tema deste evento - servindo como exemplo de caso, para outros possíveis estudos e intervenções acadêmicas, contributivas da valorização deste conceito de lugar, vez que o futuro necessita das ações do presente.

Bibliografia

- BOULLÓN, R.C. *Planejamento do Espaço Turístico*. Baurú: EDUSC. 2002.
- CRUZ, R.C. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto 2002.
- MAGALHÃES, J.L. Futuro do carvão vegetal no contexto nacional e no exterior. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Pesquisa Florestal*. Sociedade de Investigações Florestais. Belo Horizonte. 1993.
- MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto. 2002.
- NICOLÁS, D.H. Elementos para um análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, págs. 39-53. 1997.
- PASSOS, L.A.; SATO, M. De asas de jacarés e rabos de borboletas à construção fenomenológica de uma canoa, in: SATO, M.; CARVALHO, I. (orgs.). *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- RIBEIRO; W.C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R.C. *Notas sobre Fenomenologia, Percepção e Educação Ambiental*. *Sinapse Ambiental*, setembro, 2009.
- RODRIGUES, A.B. *Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Editora Hucitec. 1997.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Coleção Idéias Sustentáveis. Ed. Garamond, 2006.
- SEABRA, G. O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semiárido. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. ISSN 1695-7121. Revista on-line. Vol. 1 Nº 2 págs. 137-143. 2003.
- SOUZA, B.B; SILVA, E.M.N.; SILVA, G.A. Caracterização do sistema de produção de leite de cabra nos Cariris ocidental e oriental da Paraíba. In. *Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia*. Anais. CD-ROM. Belém, 2011.
- SOUZA, B.I. *Cariri paraibano: do silêncio do lugar à desertificação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRGS). Porto Alegre, 2008.
- YÁSIGI, E. *A Alma do Lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano*. São Paulo: Contexto. 2001.

TURISMO E SUA INTER-RELAÇÃO COM PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Ivanete Schumann

O sistema turístico cultural

O turismo está inserido na grande área de ciências sociais e humanas. É considerado um fenômeno social que promove deslocamentos voluntários, tornando-se uma necessidade essencial das pessoas, no mundo moderno. Álvaro Banducci Junior e Margarita Barreto afirmam que:

Não há dúvida de que se trata do maior fenômeno de deslocamento voluntário da história da humanidade, e, embora haja muita divergência quanto aos impactos ocasionados, não há como negar que diferentes culturas estão se pondo em contato, propiciando que turistas e residentes vivenciem a alteridade (BANDUCCI JR, Álvaro. BARRETO, Margarita, 2001, p. 9).

Para a Organização Mundial do Turismo - OMT⁷, Turismo é um fenômeno econômico e social e ao longo de décadas tem experimentado um crescimento contínuo, tornando-se um dos setores econômicos mais expressivos em todo o mundo. O Turismo, em escala mundial, está intimamente ligado com o desenvolvimento de lugares, sejam estes destinos turísticos consolidados ou novos. Esta dinâmica transformou o turismo no principal fator de progresso socioeconômico. Turismo tornou-se um dos principais *players* no comércio internacional, e representa ao mesmo tempo uma das principais fontes de renda para muitos países em desenvolvimento. Também de acordo com a OMT este crescimento está relacionado ao aumento da diversificação e da concorrência entre destinos, que gera a expansão geral do setor de viagens, refletindo positivos, pelo menos em termos econômicos e de emprego, nos diversos setores relacionados, que abrangem desde a construção, a agricultura até as telecomunicações.

⁷ Fonte: <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>. Acesso em agosto/2014.

Organização Mundial do Turismo - OMT⁸ divulga que o fluxo internacional de turistas tem aumentado consideravelmente.

Entre enero y abril de 2014, los destinos en el mundo entero recibieron unos 317 millones de turistas internacionales (visitantes que pernoctan), es decir, 14 millones de personas más que en el mismo período de 2013. Ese crecimiento del 5% consolida el fuerte incremento ya registrado en 2013 (+5%) y está muy por encima de la tendencia a largo plazo proyectada por la OMT para el período 2010-2020 (+3,8%) (OMT, press release 2014, p. 7).

Parte desse fluxo foi motivada a viajar para conhecer lugares que têm atrativos turísticos culturais

Os atrativos turísticos são considerados a matéria prima da atividade turística, ou seja, o recurso pelo qual baseia seu planejamento. Podem ser: paisagem natural (praia, montanha, rio, deserto, caverna, parques nacionais, etc); paisagem construída (cidades, museus, parques temáticos, etc.), e, atrativos culturais e históricos (eventos, ruínas e sítios arqueológicos, festas, manifestações populares, etc) (BOULLON, 1997, p. 41).

A diversidade cultural desperta interesse de pessoas que querem vivenciar experiências diferentes do seu cotidiano, como também conhecer lugares históricos e outras culturas.

Para Licínio Cunha (1997), o denominado turismo cultural envolve centros culturais, museus, monumentos. Locais onde se desenvolveram civilizações exercem fascínio. Tudo isso faz com que pessoas se interessem em conhecer culturas diferentes e suas manifestações artísticas.

O marco conceitual da OMT estabelece as características do Turismo cultural. De acordo com BARRETO (2000, p. 20). “seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações”.

O Ministério do Turismo, no Brasil, define que turismo cultural:

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (Ministério do Turismo. Orientações básicas, 2010, p. 15).

⁸ Fonte: <http://media.unwto.org/es/press-release/2014-07-22/turismo-internacional-se-preve-una-fuerte-temporada-alta>. Acesso em agosto/2014.

O turismo cultural é considerado um dos mais importantes segmentos da atividade turística, contemplando atrativos que despertam interesse nos viajantes interessados em lugares que disponham e promovam sua história e sua cultura. Mas, a concepção geral de turismo, independente de segmentação, é ampla e movimentada diversas áreas e atividades, tendo como elementos fundamentais o homem, o tempo e o espaço.

Impactos na atividade turística

A atividade turística é desenvolvida pelo setor público e pelo setor privado. O setor público cria entidades públicas de acordo com o interesse de cada país. Pode ser em âmbito Federal (Ministério, Secretarias e Conselhos), Estadual (Secretarias Estaduais) e Municipal (Secretarias e Conselhos Municipais). Estas entidades atuam no desenvolvimento de atividades reguladoras, fomentadoras, promotoras e executoras dos projetos. O setor privado se encarrega de organizar as atividades e serviços que envolvem a oferta e a demanda.

Mário Carlos Beni (2000) afirma que turismo é um sistema complexo, organizado e multifacetado que envolve diversos elementos, que, integrados se transformam no fenômeno turístico. A atividade do turismo emerge a partir da interatividade desses elementos, que atuam para que o turismo seja realizado. Para BENI (2000, p.16) “O Turismo, portanto, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricausal”.

O mesmo autor utiliza a teoria geral dos sistemas para constituir o que identifica como Sistema de Turismo – SISTUR e inserir neste todos os elementos que considera fazerem parte da Atividade turística.

Empresas que atuam em negócios diretamente relacionados são: agências de turismo, meios de hospedagem, empresas de transportes, empresas de alimentos e bebidas e de entretenimentos. Todas estão aliadas para movimentar o fluxo de pessoas ao destino que estas desejam conhecer e onde estão os atrativos.

Os atrativos e os serviços organizados para atender a demanda turística resultam no produto turístico. Ressalta-se o conceito de demanda turística, que para RABAY:

Aproxima-se daquele dado pela teoria do consumidor. Em termos econômicos, a demanda por bens e serviços pode ser expressa por uma função inversa em relação ao preço, influenciada por outras condições do mercado, até pelo preço de outros bens. A característica típica do turismo, nesse contexto, é que o consumo é efetivado em um local diferente daquele onde reside o consumidor, portanto com estrutura de mercado distinta. Assim sendo, os fatores determinantes da demanda de uma localidade turística não são dados exclusivamente por essa região (RABAHY, 1990, p. 79).

E também o conceito de produto turístico, que para LAGE e MILONE é compreendido como:

O conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo. Especificamente, o produto turístico pode ser definido como um produto composto, equivalente a um amálgama formado pelos seguintes componentes: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento (LAGE; MILONE, 2009, p. 51).

O produto, de acordo com esses autores é o resultado de serviços oferecidos pelo setor de turismo, os chamados pacotes turísticos. Em lugares onde os principais atrativos são os aspectos culturais, isso pode implicar em interferências no patrimônio e na cultura, para adaptá-los aos interesses da atividade turística.

Externado a abrangência da atividade turística, retoma-se à relação entre turismo e patrimônio. Siobhan Drummond (2004) destaca que esta aproximação aconteceu com mais afinco, a partir dos anos 1970. Mas, o interesse das pessoas em visitar localidades de patrimônio histórico é antigo. Na época dos impérios da Babilônia e do Egito as pessoas já apreciavam o patrimônio, quando frequentavam os festivais religiosos e visitavam famosas construções e obras de arte nas cidades. O que é recente é a relação entre patrimônio e o turismo organizado como atrativo turístico e sua comercialização como um produto. Para DRUMMOND (2004, p. 6) o “O patrimônio é agora uma palavra usada amplamente associada com uma série de diferentes produtos e serviços turísticos”. A palavra patrimônio é também utilizada como ferramenta de marketing, para destacar e divulgar atrativos de turismo cultural patrimonializados. Paulo de Assunção (2003) escreve sobre o reconhecimento de patrimônios culturais em todo o mundo e sobre a preocupação em manter os bens culturais, refletir os significados e mantê-los valorizados e acessíveis.

O reconhecimento e a valorização do patrimônio permitiram que muitos países olhassem de forma mais cuidadosa para o patrimônio cultural e natural que possuíam, identificando nele um importante recurso econômico

que possibilita o desenvolvimento socioeconômico do país, dos estados e dos municípios [...] é imperativo que a sociedade esteja mais atenta aos assuntos referentes ao patrimônio. Olhar os bens patrimoniais na direção do futuro, saber entendê-los como a expressão de uma cultura, de um povo, da humanidade. Descobrir o sentimento do patrimônio e refletir sobre o significado da experiência humana legada de geração para geração (ASSUNÇÃO, 2003, p. 5).

Margarita Barreto enfatiza a valorização do lugar, a importância de planejamento adequado ao lugar e a necessidade de manter sua originalidade, respeitando os costumes locais e sua memória. O patrimônio deve ser um meio de unificar a comunidade, tendo o turismo como um meio de subsistência, mas com sustentabilidade.

As experiências de sucesso realizadas na Europa demonstram a necessidade de avaliar o local e suas necessidades, entender suas peculiaridades, pensar no sítio como um todo, incluindo a comunidade local, sua economia e sua política, propor atividades turísticas que não prejudiquem o lugar, criar alternativas (BARRETO, 2000, p. 76).

Françoise Choay (2006) também identifica elos positivos entre turismo e patrimônio. Relembrando o pensamento de P. Mac. Canell, que publicou o texto *The Tourism, a New Theory of the Leisure Class*, Londres-Nova Iorque, MacMil-lan, em 1976. Neste artigo o antropólogo relaciona o turismo como uma forma de valorizar o patrimônio cultural e interligar a humanidade. Ressalta-se o comentário de CHOAY (2006, p. 17) “um antropólogo americano pode afirmar que, pela mediação do turismo de arte, o patrimônio representado pelas edificações constituirá o elo federativo da sociedade mundial”. Num contexto global, a perspectiva de desenvolvimento de patrimônios culturais da humanidade e de integração entre países e entidades internacionais. A Organização das Nações Unidas – ONU⁹, UNESCO e OMT, formulam diretrizes mundiais para ordenação e organização do turismo. Consideram o turismo como um fenômeno econômico e social, tem olhar global e orientam ações que influenciam as questões de turismo em todo o mundo. Estão à disposição dos países, para auxiliarem projetos que desenvolvam localidades turísticas, principalmente aqueles que tiverem envolvimento da comunidade local.

Durante décadas, el turismo ha experimentado un continuo crecimiento y una profunda diversificación, hasta convertirse en uno de los sectores

⁹Site da ONU: www.un.org e no Brasil www.onu.gov.br

económicos que crecen con mayor rapidez em el mundo. El turismo mundial guarda una estrecha relación com el desarrollo y se inscriben em él un número creciente de nuevos destinos. Esta dinámica ha convertido al turismo em un motor clave del progreso socioeco-nômico [...] La contribución del turismo al bienestar económico depende de localidad y de las rentas que el turismo ofrezca. La OMT ayuda a los destinos a posicionarse, de forma sostenible, en unos mercados nacio-nales e internacionales cada vez más complejos. Como organismo de las Naciones Unidas dedicado al turismo, la OMT insiste en que los países em desarrollo pueden beneficiarse especialmente del turismo sostenible y actúa para que así sea (Fonte: <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>, acesso em dez/2012).

A UNESCO atribui ao Turismo o papel de fomentador de paz, uma vez que podem contribuir para o entendimento dos povos e o desejo de preservar os patrimônios. A entidade realiza planos, programas e projetos associados com a Organização Mundial do Turismo – OMT e com setores do turismo, para que as atividades relacionadas se tornem agentes para promover a educação, a cultura e a natureza. A UNESCO também incentiva projetos de educação patrimonial e podemos citar como exemplos os projetos realizados por Maria de Lourdes Parreira Horta¹⁰ e Evelina Grunberg¹¹ e o World Heritage Education Programme – WHE programme¹².

A Educação Patrimonial pode criar vínculos entre a educação, o patrimônio, a memória e o turismo. Neste caso, alunos de escolas, poderiam ter a oportunidade de conhecer lugares de patrimônio histórico e cultural através de viagens organizadas para este fim. A Incorporação, na política nacional de ensino e de turismo, da prática de Educação Patrimonial e de Turismo Pedagógico, que de acordo com BENI:

¹⁰ Desenvolveu um dos primeiros manuais sobre Educação Patrimonial, no Brasil. Fonte: HORTA, Maria de Lourdes Parreira e outros. Guia Básico de Educação Patrimonial. Museu Imperial. IPHAN/MinC. Brasília, 1999. Realiza o Projeto instituto Cravo Albin. Acesso disponível no site: <http://institutocravoalbin.com.br/maria-de-lourdes-parreiras-horta>.

¹¹ Projeto Escola Aberta: Organizado por Evelina Grunberg. Guia de Orientação Metodológica para monitores. Oficina Descobrimo Tesouros apoiado pela UNESCO e Governo do Estado de Pernambuco. Fonte: www.iphan.gov.br - Manual de atividades práticas de Educação patrimonial/Evelina Grunberg. Brasília, DF. IPHAN, 2007. Link de acesso ao manual: http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/maualatividadespraticas_evelina_03mar08web.pdf.

¹² Lançado em 1994, o Programa WHE oferece aos jovens o conhecimento necessário, as competências, a rede eo compromisso de se envolver na proteção do patrimônio, do local ao global. Novas abordagens pedagógicas são desenvolvidas para mobilizar os jovens a participar ativamente na promoção do Patrimônio Mundial. Detalhes disponíveis em: <http://whc.unesco.org/en/wheducation>.

Tem origem no Gran Tour, antiga prática utilizada na Europa. Nos Estados Unidos, por colégios e Universidades particulares. Consiste na organização de viagens culturais, mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino, com programas de aulas e visitas a pontos históricos (BENI, 2002, p 72).

Esta seria uma alternativa para levar alunos conhecerem, *in situ*, o que se aprende na escola. O turismo torna-se aliado da UNESCO, em cooperação internacional, com perspectivas de desenvolvimento social e no planejamento dos locais de patrimônio. Os lugares onde existem os Sítios do Patrimônio da Humanidade demandam atenção sobre planejamento às atividades econômicas vinculadas aos sítios, como também a implantação de projetos para incluir a comunidade, buscando minimizar problemas sociais e criar formas de sustentabilidade econômica. Também atuam sobre os impactos, por excesso de visitantes ou por falta de manutenção e adequada conservação. A falta de planejamento e gestão é uma ameaça ao patrimônio e ao turismo. Em atenção a essa questão, a Rede de Cultura, Turismo e Desenvolvimento – UNITWIN, da UNESCO promove Cátedras onde se debate assuntos sobre turismo e seus impactos. O primeiro Colóquio Internacional sobre Sítios do Patrimônio Mundial e o Turismo¹³, realizado em Quebec, Canadá no período de 2 a 4/junho/2010, foi importante para discutir diversos assuntos. O evento teve por objetivo apontar e identificar fatores de conflito, capacidade de gestão, necessidade de cooperação entre pesquisadores e gestores associados. Incluiu apresentações científicas e profissionais sobre o encontro do turismo e do patrimônio mundial e suas diversas expressões, como: 1- turismo cultural; 2-desafios de gestão dos mais de 900 patrimônios declarados pela UNESCO; 3- aspectos globais e locais destes lugares; 4- ameaças ao patrimônio em áreas de fronteiras em conflito (Jordânia e Israel); 5- demolição de construções danificadas por atentados e por violência; 6- o perigo da uniformização, desaparecimento de rastros que fazem da memória de um país e da sua identidade.

Pode-se dizer que nos esforços pela valorização da cultura o turismo está incluído, e este, envolve diversas áreas do conhecimento para ser planejado de forma sustentável. O setor de turismo deve buscar maneiras de incluir atrativos históricos culturais e criar projetos que ajudem protegê-los. Mas o assunto divide opiniões. Para

¹³ Fonte: www.turismoculturalun.org.ar/catedras.htm. Acesso em dezembro 2012.

alguns, o turismo é visto de forma negativa e destrutiva. Estes defendem que lugares históricos devem ser isolados do público para serem preservados. Para outros, o turismo é visto como uma alternativa importante de desenvolvimento local. Estes defendem buscar soluções que minimizem possíveis impactos.

Bussons, Hamabata, Gonçalves (2005) entendem que com planejamento adequado o turismo pode conservar e estimular investimentos em bens culturais.

O turismo aparece como força motivadora para a preservação do patrimônio ao se considerar que as perspectivas de retorno financeiro através da sua exploração estimulam os investimentos para restauração e conservação dos bens (BUSSONS, HAMABATA, GONÇALVES, 2005, p. 4).

Glenn F. Ross (2002) realizou estudos sobre os impactos causados pelo turismo, considerando que os efeitos maléficos ou benéficos estão relacionados diretamente com o fato dos moradores terem ou não participação em atividades diretamente relacionadas. Ou seja, se gera empregos, se melhora a qualidade de vida e, da infraestrutura do lugar, e principalmente se a comunidade tiver participação ativa nas decisões de planejamento, é positivo. Considerando os estudos dos autores citados, o turismo pode contribuir para organizar, manter e valorizar lugares de interesse histórico e cultural. Mas há necessidade de entender sua complexidade e considerar o conhecimento interdisciplinar que esta área exige. Ao abordar o assunto do conhecimento interdisciplinar, oportuniza-se comentar sobre os cursos superiores de turismo, que habilitam seus egressos, bacharéis em turismo, para trabalhos de planejamento e gestão. José Newton Coelho Meneses (2004) também entende que turismólogos deveriam atuar na gestão e planejamento de atrativos de patrimônio cultural, pois estariam aptos para aplicar metodologias adequadas para construção de interpretação e de gestão.

Historiadores e turismólogos, assim, comungam de espaços fronteiriços e de interdisciplinaridade no atendimento de uma demanda por consumo de serviços e produtos que configuram bens culturais a serem apreendidos, documentados, preservados e comunicados (MENESES, 2004, p. 13).

Planos, programas e projetos em atrativos culturais devem ser amplamente discutidos por grupo interdisciplinar. Isso garante utilização de métodos adequados e que respeitem as características locais. Assim, pode-se dizer que turismo é um agente que auxilia a preservar Memórias e valorizar Patrimônios.

A arte de encontrar equilíbrio entre conservar um atrativo, sem privar as pessoas de interagir com esses lugares, é o desafio e a busca de soluções para reduzir impactos. Bem planejados, os Patrimônios Históricos e Culturais podem ser usufruídos pelas pessoas e serem considerados uma experiência positiva.

Minimizando os impactos negativos para a sustentabilidade do turismo

A sustentabilidade vai além das questões de controle de impactos e tem o significado de criar formas de manter vivo o patrimônio histórico. Para MENESES (2004, p. 22-23) “A sustentabilidade do atrativo é dada, de outra forma, pela possibilidade de nele incorporar amplos significados.” A construção da interpretação pode ser projetada para criar um ambiente problematizador entre passado, presente e futuro.

O mesmo autor (2004 p. 22) alerta sobre projetos realizados de forma superficial, pois, “A superficialidade da fruição impede que o turismo construa algo que é fundamental para a sustentabilidade da atividade e do atrativo que se constrói: a dignificação da existência cotidiana que dá substrato ao atrativo”. Os atrativos culturais que não criam bases e estruturas sustentáveis para o visitante aproveitar, prazerosamente o lugar, para entender e valorizar sua cultura, estão fadados ao desinteresse dessas pessoas.

Ao abordar a questão da sustentabilidade em turismo, faz-se necessário trazer o conceito que a norteia. O princípio deste conceito está no Programa da ONU, para o Meio Ambiente - PNUMA e na OMT, no Relatório Brundtland, que recomenda,

Um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte de vida são mantidos (www.omt.org.br).

Requer-se equilíbrio entre a capacidade de carga, sua gestão e a arrecadação de fundos financeiros suficientes para realização dos projetos que envolvam turismo. A sustentabilidade financeira é importante para garantir sua existência, pois nem sempre o Estado consegue resolver isso, deixando abandonado, por isso é preciso encontrar alternativas para preservar o bem patrimonial.

O turismo pode ser uma opção para a sustentação financeira, garantindo fluxo de visitantes que pagam taxas de entrada. Entretanto inicia-se aí outra polêmica, pois o turismo muitas vezes é visto apenas como instrumento para aumentar fluxo de pessoas e assim aumentar a arrecadação financeira. Ocorre que nesse sentido, aparecem riscos e aspectos negativos podem surgir. Por isso questiona-se o papel meramente comercial do turismo e que em alguns casos atendem ao interesse de pequenos grupos que fazem a gestão de atrativos turísticos visando apenas lucratividade.

Mas a arrecadação financeira pode ter o lado positivo, que é criar recursos para mantê-lo preservado e aberto para visitação, por meio de um sistema organizado com um plano de manejo que minimize impactos.

O pagamento de ingresso pelos visitantes, gera recursos que podem refletir em empregos e também desenvolver projetos com a comunidade do entorno. Para Bussons, Hamabata, Gonçalves (2005) a questão é usar corretamente os recursos adquiridos com planejamento sustentável e participativo. A inclusão de pessoas com representatividade na cultura local, que prezem pela manutenção do patrimônio, da cultura e identidade   base de projetos sólidos e sustentáveis.

A relação existente entre turismo e patrimônio   definitiva [...] mas   necessário que se tenha consciência de que o patrimônio não deve ser apenas "maquiado" com a finalidade de ser contemplado pelos turistas, mas sim a conservação deve ser feita visando a real importância para manutenção da identidade (BUSSONS, HAMABATA, GONÇALVES, 2005, p. 9).

A participação dos diversos setores da comunidade e que estejam diretamente envolvidas no mesmo objetivo é indispensável.

Outro aspecto notado por Mario Petrocchi (1998, p. 59)   que "[...] o choque de objetivos no ambiente do turismo coloca frente a frente   promoção e preservação". Portanto, faz-se necessário realizar planejamento estratégico de projetos em turismo, para alcançar resultados positivos, tanto nos aspectos sociais como no efeito multiplicador, que de acordo com BARRETO:

É produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados diretamente e os ligados indiretamente ao fenômeno turístico. A unidade monetária recebida passa por diversas transações cujo número depende do círculo consumo-renda de cada país ou região. Os beneficiários diretos do efeito multiplicador são os locais de alojamento, alimentação, souvenirs, profissionais de turismo; os indiretos

são, por exemplo, correios, bancos, clínicas, profissionais liberais (BARRETO,2000, p. 74).

Os autores orientam que a comunidade fique atenta e unida para zelar pela identidade local e estabelecer diretrizes para obter equilíbrio entre a promoção e a preservação do atrativo turístico. David Fennel (2002) argumenta que desenvolvimento com objetivos de equalizar interesses econômicos, sociais e ambientais exige reestruturação de comportamento da sociedade. O turismo também exige planejamento e gestão, com bases sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável foi proposto como um modelo que pode ser útil a criação do estímulo para a mudança estrutural da sociedade, um modelo que deverá se desviar de um foco estritamente socioeconômico para outro diferente, em que o desenvolvimento alcance as metas do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades (FENNEL, 2002, p. 25).

O desenvolvimento de uma localidade alicerçada pela atividade turística, de forma sustentável, é possível. Requer gestão de atrativos turísticos realizada por pessoas que conheçam e apliquem corretamente os conceitos de sustentabilidade. Bacharéis em turismo, em conjunto com equipe interdisciplinar, podem assumir essas funções. Podem contribuir para criar sinergia com a população local, de forma a compreender a cultura e significados. Este seria o primeiro passo para construir as bases sustentáveis. Planejadores, gestores aliados com a comunidade para conservar memórias e bens patrimoniais. Françoise Choay (2006) faz críticas aos lugares onde existem atrativos de patrimônio histórico e que não conseguem conter ações que os descaracterizem. Em nome de valorizar e/ou modernizar, cidades e/ou lugares históricos, pessoas, acabam destruindo-as. Interesses de pessoas alheias ao patrimônio histórico e que desconsideram suas leis de proteção, comprometem sua conservação.

A palavra mágica: valorização [*mise-em-valeur*]. Expressão chave, da qual se espera que sintetize o status do patrimônio histórico edificado, ela não deve dissimular que hoje, como ontem, apesar das legislações de proteção, a destruição continua pelo mundo, a pretexto de modernização e também de restauração, ou à força de pressões políticas, quase sempre irresistíveis (CHOAY, 2006, p. 212).

Problemas de gestão também é objeto de atenção da UNESCO. Esse seria o objetivo de programas como a Rede Internacional – Fórum UNESCO – Universidade e Patrimônio¹⁴.

O ensino superior é fundamental para a preservação à longo prazo dos sítios do Patrimônio Mundial. Como a Lista do Patrimônio Mundial cresce, há uma necessidade urgente de profissionais qualificados para gerenciar todos os aspectos dos sítios, de conservação e preservação para o turismo e interação com as comunidades locais. O centro do Patrimônio Mundial desenvolve relações com universidades que estão comprometidos com a pesquisa e educação para a proteção, conservação e gestão do patrimônio cultural e natural através da rede internacional intitulado Fórum UNESCO - Universidade e Patrimônio (<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-45-6.pdf>).

Pode-se verificar que a preocupação em relação à qualificação de gestores para sítios históricos resultou em parcerias com universidades. A ideia é desenvolver projetos em diversas áreas que possam contribuir para conservação e divulgação dos patrimônios, tendo respaldo em pesquisas. Ycarim Melgaço Barbosa (2001) lembra que danos irreparáveis ao patrimônio são transformá-los e descaracterizá-los. Ou seja, alterar características do patrimônio, pode ser um dano ainda maior que os impactos causados por visitantes. Em muitos casos, a busca pela modernização destrói as características originais. A utilização de padrões internacionais e modelos de outros lugares dão forma homogênea aos atrativos. Ou seja, os lugares ficam parecidos, comprometendo a identidade local. O autor aponta também duas situações para explicar o que chama de criação de não lugares.

A primeira aborda interesses de investidores privados em revitalizar lugares históricos, que estão abandonados. Alguns patrimônios subjugados e esquecidos podem encontrar apoio em projetos de turismo e desencadear processos de resgate. Geralmente estes projetos necessitam de investimento elevado e se tornam alvos de investidores que viabilizam recursos, mas estes querem retorno rápido do investimento. O resultado será a criação de iniciativas que garantam sustentabilidade

¹⁴ A Rede Internacional – Fórum UNESCO – Universidade e Patrimônio. É uma rede, vinculada ao programa de Educação Patrimonial, que apóia ações da UNESCO para proteção, valorização e conservação do Patrimônio Cultural e Natural. Quem participa: universidades ou docentes e discentes podem ser membros permanentes e independentes. A Idéia: educar com valores para a paz, o diálogo e respeito entre culturas, de acordo com os princípios da UNESCO. Fonte <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-45-6.pdf>.

do aspecto financeiro, o mais rápido possível, sem se importar, por exemplo, com capacidade de carga e geração de empregos locais, que atenderiam outros aspectos da sustentabilidade.

A segunda, aborda o caso de projetos que não revitalizam o lugar, *in situ*, apenas copia-se sua essência. Utilizam-se as características arquitetônicas e culturais, para construir cópia em outro lugar. Transformam-se em modelos para serem construídos em grandes centros turísticos, onde o fluxo de pessoas será maior. Lugares reproduzidos são não lugares, conforme BARBOSA (2001, p. 55), “O turismo reproduz simulações de lugares famosos numa espécie de clonagem, tanto de espaços tangíveis como dos não tangíveis, buscando a mais exata similaridade”. Localidades turísticas de grande fluxo, como por exemplo, Disney e Las Vegas, que estão repletos de não lugares. Reúnem atrativos culturais de todo o mundo, concentradas em espaços temáticos.

As questões apresentadas são fundamentais para entender a complexidade e amplitude da inter relação do turismo com os patrimônios históricos e culturais. O setor de turismo pode ser um aliado positivo para preservar lugares e culturas, mas também pode ser ao contrário. PÉREZ (2009) cita estudos de CARVAJAL para alertar sobre a conflituosa relação da atividade turística,

Carvajal, (1992: 52-55) diz-nos que o turismo é uma alienação e um contacto superficial que acultura os receptores, isto é, muda o sistemacultural de um grupo como resultado do contacto com outros. Isto deve-se à desigualdadesocial, à dependência e à hegemonia dos centros de dominação política e econômica face aoslocais receptores de turismo. O turismo é um contacto intercultural que está cheio de etnocentrismo, e que, ao mesmo tempo, dispõe de uma série de mecanismos ideológicos justificativos da atividade turística. As culturas são convertidas em mercadorias “exóticas” para o consumo. Ele só persegue a rentabilidade da empresa e os empresários sãomercadores de fantasias de viagem. É um encontro assimétrico, no qual o turista se desloca mundos diferentes onde se deleitará com o “exotismo” (PÉREZ, 2009, p. 29).

As questões de impactos negativos podem ser minimizadas, principalmente, em lugares onde houver ampla participação da comunidade local nos processos de gestão das atividades turísticas cujas bases estiverem alicerçadas na Educação Patrimonial.

Finalizando

O equilíbrio entre práticas positivas e negativas nas atividades turísticas pode ser alcançado por meio de normatização e sensibilização. Afinal são os atrativos que devem estabelecer regras e formas de interatividade e interpretação dos visitantes. Os gestores devem aplicar critérios de proteção aos lugares de atrativo patrimonial, afinal é o atrativo que cria estruturas e orienta o mercado e o visitante. É o atrativo que informa quais as opções de passeios que existem e indica qual deve ser o comportamento do visitante. É crucial que se estabeleça limites também aos prestadores de serviços, como por exemplo, as agências de turismo, para que estas se adaptem ao atrativo e não o contrário.

Criar sinergia positiva para que todos compreendam a importância de preservar o atrativo e esta sinergia pode prosperar com alianças para práticas de consumo, gestão e governança sustentável. O turismo depredador prospera em lugares onde as comunidades locais são negligentes com seus patrimônios, onde turistas, empresas e entidades são desregradas.

Diante destas considerações fica evidente a complexidade das questões que envolvem o desenvolvimento da atividade turística em lugares com atrativos históricos e culturais. A gestão com bases sustentáveis e com bases em Educação Patrimonial pode ser uma resposta para a recuperação e preservação de lugares de ainda estão ameaçados.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Paulo de. *O Patrimônio*. São Paulo:Edições Loyola.2003.
- BANDUCCI JR, Álvaro. BARRETO, Margarita (Orgs). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus.2001
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O Despertar do Turismo: Um olhar crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARRETO, Margarita, *Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do Planejamento*. Campinas: Papyrus, 2000.
- BENI, Mario Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 7ª edição. São Paulo: Senac, 2002.
- BOULLON, Roberto C. *Proyectos Turísticos:Identificación y dimensionamento*. México: Editorial Diana, 1997.

BUSSENS, Alice M, HAMABATA, Karla M, GONÇALVES, Pedro Ivo F. Importância do Turismo para a preservação do Patrimônio Histórico-cultural. In: BAHL, Miguel, MARTINS, Rosilene C. R., MARTINS, Sergio F. (org.). *O Turismo como força transformadora do mundo contemporâneo*. São Paulo: Roca, 2005.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CUNHA, Licínio. *Economia e Política de Turismo*. Portugal: McGraw-Hill, 1997.

DRUMMOND, Siobhan. YEOMAN Ian. *Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio*. Tradução de Helio Hintze, Ana Cristina Freitas. São Paulo: Roca, 2004.

FENNELL, David A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. *Economia do Turismo*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREZ, Xerado Pereiro. *Turismo Cultural: Uma visão Antropológica*. El Sauzal, Tenerife, Espanha: ACA y PASOS, RTPC, 2009.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

RABAHY, Wilson Abrahão. *Planejamento do turismo*. São Paulo: Loyola, 1990.

ROSS, Glen F. *Psicologia do turismo*. Tradução Dinah Azevedo. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Webgrafia

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, secretaria nacional de políticas de turismo. Departamento de estruturação, articulação e ordenamento turístico. Coordenação Geral de Segmentação. 3 edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf.

INSTITUTO CRAVO ALBIN. Site [HTTP://institutocravoalbin.com/br](http://institutocravoalbin.com/br)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - site www.onu.gov.br

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – site www.unwto.org

UNESCO. Site www.unesco.org

REDE COLABORATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO
SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA*Diogo da Silva Cardoso*

O objetivo deste capítulo é deixar o leitor a par de um movimento cultural e memorial recente na periferia da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente, na região geográfica denominada tempos atrás de “Sertão Carioca”. Consagrada no livro do historiador e romancista Magalhães Corrêa (*apud* Souza, 2010), o imaginário do sertão carioca foi fruto da visão neorromântica que buscava nas áreas rurais remanescentes das cidades modernas o contraste idílico e bucólico com o acelerado industrialismo e planificação urbana responsáveis pela destruição dos modos de vida tradicionais, das áreas verdes e pela imposição de dinâmicas territoriais racionalistas e seculares. Para Corrêa, o sertão carioca começava na Pavuna, seguia linha abaixo até a Baixada de Jacarepaguá no limite com a Floresta da Tijuca; e em direção a oeste, englobava as áreas das antigas freguesias (Irajá, Campo Grande, Guaratiba) e territórios (Terras Realengas, Fazenda de Santa Cruz, Fazenda do Sapopemba, Fábrica Bangu) que hoje definem a Zona Oeste total e parte da Zona Norte. Veja o mapa abaixo, ilustrado pelo próprio autor:



Fonte: <http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-antiores/jan-jul-2011-no-6-e-7/o-interior-do-rio-de-janeiro-e-o-sertao-carioca/>

Em que pese o efeito romântico contida na obra de Magalhães Corrêa, não se pode negar que, na atualidade, os movimentos conservacionistas, culturais e rurais da região mergulham na mesma corrente deste autor: valorizar o que ainda resta de ruralidade e especificidade na região, e tornar-se cético ou recrudescente ante as novas dinâmicas de ordenamento e homogeneização dos territórios. A abordagem de Magalhães Corrêa difere da realizada pelos autores contemporâneos por que, no plano atual de desenvolvimentismo urbano-industrial, diversos efeitos negativos vêm a reboque, dentre eles, a destruição de alguns atributos naturais e culturais elementares que caracterizaram essa região como zona rural, sertão carioca.

São múltiplos e distintos interesses exógenos e resultados aparentes que excluem as demandas internas por desenvolvimento social e produtivo, cuja horizontalidade, certamente, estaria mais em pauta. Corrobora-se a afirmação de Milton Santos (2005) de que as cidades pós-modernas seguem obedientemente os mandos e desmandos globais, as ordens tomadas de “cima” para “baixo” que destroem as antigas solidariedades locais e interrompem dinâmicas diferenciais de enraizamento territorial.

Além da análise da economia espacial e das redes de afinidade de gosto, interesses e conflitos, fenômenos como o que está em pauta exige do pesquisador, gestor, colaborador ou mero observador a adoção de uma *teoria da nostalgia* (ROBERTSON, 2000) que dê conta desse novo cenário – fruto da ansiedade pós-moderna de retraditionalização/reencantamento do mundo – de (re)leitura e (re)invenção das localidades como áreas geográficas diferenciadas, marcadas por distinções e uma atmosfera peculiar que agrega valor ao lugar e, ao mesmo tempo, situa o lugar do valor (econômico, simbólico, estético, social) nas comunidades receptoras. Isso repercute diretamente nas iniciativas comunitárias e, particularmente, no grau de liberdade e oportunidade dos agentes culturais para dinamizar as redes e atividades.

O turismo, conjugado com a Economia Solidária e, mais recentemente, com a Economia Criativa, é a cadeia produtiva que melhor explora os aspectos específicos de um lugar, podendo essa exploração ser sustentável ou destrutiva para as comunidades implicadas. Marcas, produtos e processos desenvolvidos *in loco*, em suma, valores intangíveis que impelem todo o trade turístico, bem como os órgãos públicos que

legislam e ordenam o turismo, a adotar novos métodos e estratégias de organização do turismo em sintonia com as inovações nos campos da cultura, da museologia, da gastronomia, da gestão ambiental, do artesanato autenticado etc.

É COMunitário no sertão carioca

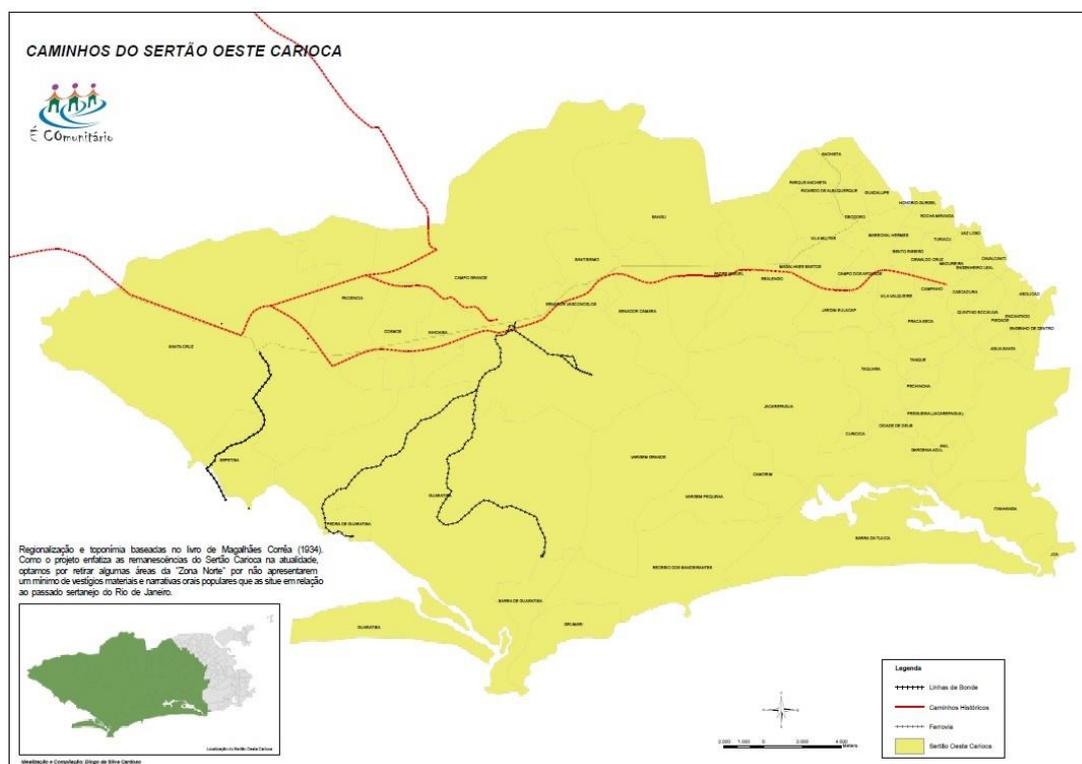
O É COMunitário é um projeto turístico de fortalecimento multifacetário da região que, a partir do consenso do grupo, convenciamos chamar de Sertão Metropolitano Carioca. O fortalecimento se dá por meio de uma tecnologia social, criada e gerenciada por nós, de construção de parcerias estratégicas entre os espaços culturais e museológicos locais para, estimular a formação do *trade turístico*. No mapeamento realizado por nós, identificamos 8 arranjos turísticos locais em todo o trade associado à região turística do Sertão Metropolitano Carioca – Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Padre Miguel e Anchieta –, que juntas formam a cadeia produtiva do turismo do Sertão Metropolitano Carioca!

Atualmente, o É COMunitário soma iniciativas e espaços culturais e museais de todos os bairros centrais das sub-regiões da Zona Oeste. Ou seja, está presente, ainda que de modo embrionário, experimental, nos 8 arranjos turísticos locais identificados na pesquisa para a elaboração do material de divulgação turística e cultural da parte oeste do Sertão Metropolitano Carioca¹⁵. Articulados em seus bairros e na região metropolitana como um todo, são entidades criativas e solidárias que entraram no É COMunitário, primeiramente por terem afinidade com os temas aqui tratados. E depois, a agregação de forças e ações coletivas facilita o desenvolvimento institucional e agrega valor às ações culturais, onde o turismo de base comunitária cai como uma luva: estimula e viabiliza o intercâmbio, o fomento artístico-cultural, a potencialização e conservação estética dos espaços físicos, e a geração de trabalho e renda de um setor em franco crescimento no Brasil e no mundo¹⁶.

¹⁵ Em fase de finalização. Previsão de lançamento do material da pesquisa: julho/agosto 2014, juntamente com a realização da “I Mostra de Turismo Comunitário do Sertão Metropolitano Carioca”, uma iniciativa da rede É COMunitário com o Instituto Coletivo Cultural e o Observatório de Favelas.

¹⁶ Consultar: http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana%20Carla_Itau.pdf – Data de acesso: 14 abr. 2014.

Conjugando economia e arte-cultura-entretenimento, o É COMunitário propõe munir essas autênticas *estâncias culturais*, de metodologias, iniciativas e atividades que fomentem tanto os seus espaços quanto os territórios locais e a região em destaque. A médio prazo, o objetivo é transformar as regiões de planejamento abrangidas em *produtos turísticos*; e o Sertão Metropolitano Carioca, em *destino turístico*.



Mapa político-administrativo da região outrora caracterizada como “Sertão Carioca”.
Fonte: arquivo pessoal.

Conjuga-se, assim, hospitalidade, relacionamento e empreendedorismo num mesmo sistema de parceria e cooperação para a assessoria e fomento da cadeia produtiva associada direta e indiretamente ao empreendimento (escolas, oficinas de artesanato, produtores culturais, artistas, feiras orgânicas e de artesanato, restaurantes, operadores turísticos). Para alimentar essa cadeia e os arranjos turísticos e estâncias culturais, o É COMunitário planeja estratégias e ações concretas, ancoradas na teoria cultural e no marketing territorial e particular das instituições filiadas, para formar público, plateia e conquistar novos parceiros para apoio logístico, financeiro, publicitário, de capacitação e monitoramento das políticas públicas etc.

Com essas questões razoavelmente atendidas, pode-se afirmar que uma *economia regional do turismo* está sendo viabilizada numa região que, até os dias atuais, é socialmente

reconhecida pelos seus aspectos negativos e degradantes (pobreza, favelização, falta de infraestrutura, praias deterioradas, má conservação do mobiliário urbano).

Situado no eixo Anchieta-Realengo-Bangu-Campo Grande-Guaratiba-Santa Cruz, o É COMunitário soma iniciativas culturais, museológicas, gastronômicas e afins, de caráter *vernacular, criativo*, para transformar a Zona Oeste e adjacências numa região mais hospitaleira, artística e culturalmente desenvolvida e focada num modelo de planejamento e gestão que apoia, afirma, organiza, em suma, coloca os agentes locais como protagonistas sociais no processo de valorização e exploração econômica sustentável do patrimônio regional, em todas as vertentes – histórico, artístico, gastronômico, sol e praia, ecoturístico.

A Zona Oeste – região político-administrativa mais afetada pela rede É COMunitário –, encontra-se estrategicamente situada entre o recôncavo de Sepetiba e o maciço do Gericinó-Mendanha, no extremo oeste, seguindo pelo litoral de Guaratiba e Barra da Tijuca e, na direção oposta ao litoral, termina nos bairros adjacentes ao maciço do Gericinó, fazendo limite com a região da Baixada e com a Zona Norte. A Zona Oeste abrange, aproximadamente, metade do território municipal e é responsável pelo aumento substancial dos empregos e da receita municipal nos últimos quarenta anos. Esse cenário foi erguido a partir da implantação dos distritos industriais (Campo Grande, Palmares, Paciência e Santa Cruz), da expansão da urbanização refletida na proliferação de centralidades de bairro, e do farto estoque de terras que permitiu a formação de novos bairros de classe média com perfil profissional industrial e de serviços.

A Zona Oeste é a maior região da metrópole carioca, ocupando aproximadamente 60% do território municipal. Atualmente, a região contraditoriamente se destaca, por um lado, pelo seu rico legado histórico e patrimonial, e por outro lado, pelos índices elevados de favelização, poluição industrial-ambiental, especulação imobiliária e declínio de alguns direitos sociais básicos (saúde, educação, segurança e mobilidade urbana e equipamentos culturais e de lazer).

O apelo histórico e natural da Zona Oeste já ecoa e atinge alguns setores da sociedade carioca, inclusive o Poder público, que, desde o final da década de 90, engendrou diagnósticos e políticas públicas pontuais de reconhecimento e conservação do potencial turístico, histórico-cultural e ecológico de alguns lugares¹⁷. Para alguns polos gastronômicos, de lazer e

¹⁷ Nas múltiplas gestões do prefeito César Maia (1993-1996; 2001-2005; 2006-2008), os bairros Campo Grande, Bangu e Santa Cruz foram alvos da intervenção urbanística do Programa Rio Cidade, ao qual tiveram o cuidado de implantar elementos no mobiliário urbano que remetessem à história do lugar e a uma paisagem específica. Consultar: OLIVEIRA (2006). Em Campo Grande, postes de iluminação estilizados, uma escultura do compositor Adelino Moreira e três monumentos em homenagem aos laranjais do passado, foram erguidos em pontos estratégicos do centro comercial. Em Santa Cruz, a

entretenimento, e áreas de conservação ambiental, que recebem políticas públicas e investimentos privados pontuais, com pouco efeito dentro da lógica com a qual se pretende desenvolver a cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos: uma cidade hospitaleira (turismo como uma das principais molas propulsoras da economia do município), criativa (desenvolvimento arrojado da cadeia produtiva da arte-cultura e do entretenimento) e focada no seu “patrimônio integral” (chancela da UNESCO como patrimônio da humanidade).

Até este momento, identificamos no Sertão Metropolitano Carioca cerca de 300 atrativos, dentre eles: espaços culturais, unidades museológicas, patrimônios, áreas de conservação ambiental, polos gastronômicos etc. A pesquisa foi uma espécie de cartografia do território, um mapeamento participativo elaborado pela rede É COMunitário em parceria com o Observatório de Favelas¹⁸, que foi o proponente do projeto no edital de fomento a cultura carioca (2013), pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC/RJ)¹⁹. Alguns destes espaços já são filiados ao É COMunitário, ainda que saibam da importância deste programa para o desenvolvimento turístico e o aumento do fluxo de turistas/visitantes na região e nos seus espaços. Já outros espaços, inserem-se no circuito sob a condição de espaços agenciadores, o que significa que estão ligados mais à alimentação contínua dos arranjos turísticos locais e ao apoio produtivo e logístico aos espaços magnetizadores. O caráter de atrativo, de espaço de encantamento, não pertence a esses lugares. E alguns se dedicam ao planejamento e ações de fortalecimento do É COMunitário como movimento social descentralizado e autogestionário.

300 atrativos: é um quantitativo interessante e deveras surpreendente se levarmos em conta que, até os dias atuais, a RioTur, SeTur, órgãos ligados à cultura e museologia, bem como a sociedade carioca em geral, ignoram o potencial turístico dessa região e legitimam o acúmulo de rótulos e estereótipos negativos implicados no “maldito” termo: subúrbio carioca. Não à toa, alguns autores preferem descartar o conceito subúrbio e instituir termos mais neutros, imparciais, como hinterlândia (LOPES, 2012), periferia (SILVA, 2013)²⁰, sertão metropolitano carioca (CARDOSO, 2014)²¹.

Ponte dos Jesuítas e o Palacete Princesa Isabel receberam estudos arqueológicos e restauração arquitetônica, ao passo que no centro comercial, a praça foi adornada com uma exposição a céu aberto sobre o patrimônio do bairro (a exposição, antes já em péssimo estado de conservação, foi removida na fase de obra do BRT e nunca reposta).

¹⁸ Ver: <http://observatoriodefavelas.org.br/> - Data de acesso: 10 mai. 2014.

¹⁹ Consultar:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4370203/4109050/ResultadoFinalFomentohabitoleituraculturaeeconomiacriativacariocasearlivre.pdf> - Data de acesso: 10 mai. 2014.

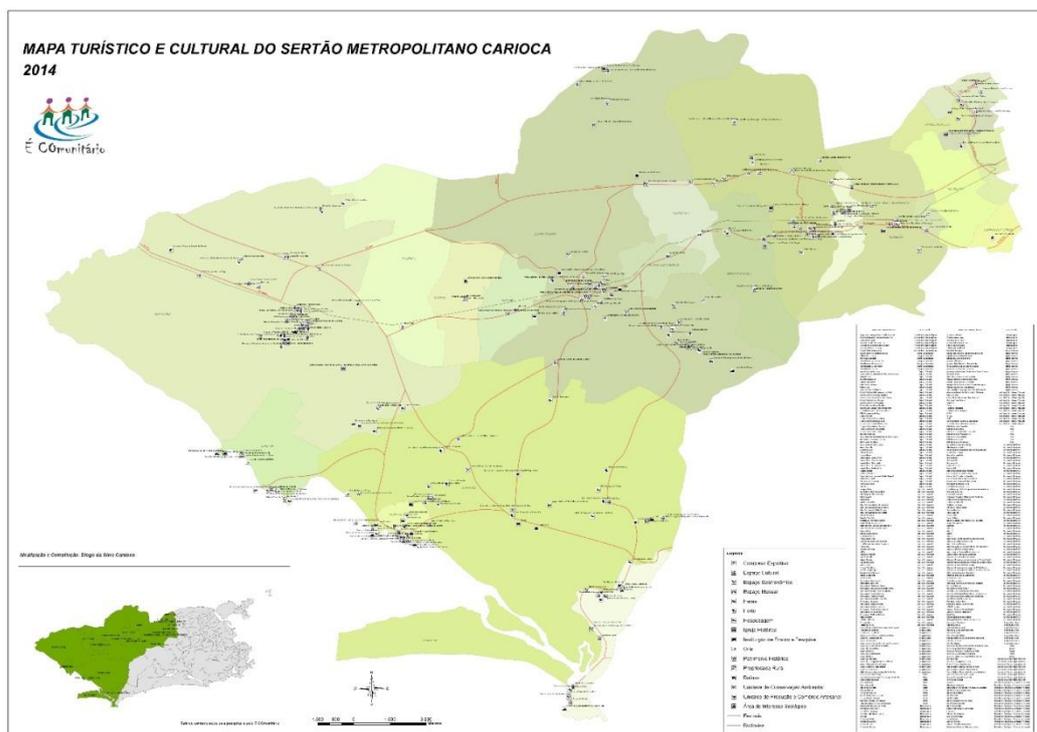
²⁰ Ver: <http://oglobo.globo.com/rio/jailson-de-souza-silva-pensador-que-tenta-reinventar-periferia-9028680> - Data de acesso: 20 mar. 2014.

²¹ Projeto de estruturação do É COMunitário. Fonte: arquivo pessoal.

Este caso reflete o processo clássico de distinção territorial que está na base da formação dos espaços urbanos do Brasil. Esse processo distintivo geográfico prima por lugares exclusivos, por um modo de deslocamento entre pontos que ignora o *intermezzo*, o caminho, isto é, o espaço percorrido de um ponto ao outro. Da Zona Oeste ao Centro, seja pela Avenida Brasil ou pelas linhas que cortam Barra da Tijuca e Zona Sul, um mar de bairros é colocado a reboque, vistos apenas como paisagem de dentro do ônibus ou do carro. Paisagens a serem vistas de longe, com o temor de que ali está a violência, o caos, o lado feio e obscuro da metrópole. Tal quadro de visão distintiva e longitudinal é criticada pelo geógrafo Derek Gregory (1994) como sendo a marca da modernidade e sua rejeição do outro através do mecanismo de *distanciamento óptico*. No mais, é um quadro que precisa ser mudado na cidade carioca, e o turismo pode ser a porta de entrada para o intercâmbio cultural, a residência artística, a fruição estética das paisagens e gentes dos lugares, a potencialização do artesanato autêntico etc.

Mas, voltando à pesquisa.

Abaixo, está o mapeamento global de uma parte da região de atuação do É Comunitário:



Mapa global dos atrativos e arranjos turísticos locais do Sertão Metropolitano Carioca. Fonte: arquivo pessoal.

Depois de finalizada a pesquisa²², o próximo desafio é analisar, sob uma ótica sociológica e geográfica, os “porquês” das instâncias do Poder público e da sociedade carioca

²² Foi realizada entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014.

continuar a recusar essa imponente região – antes rural, agora metropolitanizada! – como eixo extraordinário para o desenvolvimento turístico e cultural, e para uma série de investimentos sociais pela iniciativa privada²³. Um dos indicativos dessa recusa e mesmo recalcitrância, é o fato dos moradores da Zona Oeste se disporem a enfrentar uma hora e meia ou duas de trânsito para desfrutar do Parque Laje, no Jardim Botânico, Zona Sul, enquanto o Sítio Roberto Burle Marx, localizado em Barra de Guaratiba, com mais área verde e mais atrativos que o próprio parque laje, é um equipamento subutilizado, quase desconhecido por uma parcela grande da população regional.

Agregando todos os espaços do É COMunitário, mais os equipamentos culturais públicos, áreas ambientais e patrimônios, o objetivo a médio e longo prazo é formatar, institucionalmente e na prática turística cotidiana nos territórios, o sistema turístico do Sertão Metropolitano Carioca, sistema esse focado nos princípios e diretrizes do TBC. Esse sistema foi idealizado, organizado e monitorado pelo É COMunitário, com a articulação e redação de CARDOSO (2014). Porém, não se trata de um mecanismo voltado só para os grupos de afinidade, mas agrega outros atores (inclusive os que não se contorcem um pouco com a proposta comunitária do turismo e da cultura) e o Poder público. O plano de estruturar um sistema atrelado a uma tecnologia social como o É COMunitário, composto de vários espaços de decisão e intervenção política e cultural locais, faz fortalecer a ideia de autores como Mário Beni (2003) e Rita Cruz (2003) de que é preciso criar sinergias para o fortalecimento do turismo sustentável, e só com o envolvimento das comunidades receptoras, o turismo adquire legitimidade e relevância social.

Finalizando

Para resumir, o É COMunitário é uma proposta empreendedora, pautada nas Economias Criativa e Solidária, para fortalecer espaços culturais, dinamizar redes e revitalizar espaços estratégicos para induzir o turismo de cariz comunitário na região outrora definida como zona rural ou sertão carioca. Para manter a região em sintonia com o cosmopolitismo e as transformações na estrutura urbana e social da cidade, optamos por agregar a palavra “metropolitano”. Assim estamos falando de um Sertão Metropolitano Carioca.

Por ser uma iniciativa calcada no empreendedorismo e no agenciamento cultural com fins turísticos, o É COMunitário e sua rede mobilizadora de cerca de 20 espaços

²³ Na Zona Oeste, estão localizados todos os distritos industriais (DI) da cidade: DI de Campo Grande, DI de Santa Cruz, DI de Paciência, DI de Palmares e DI de Bangu.

culturais/museais objetiva Desenvolver o turismo de base comunitária nas 6 regiões de planejamento da periferia oeste da cidade Rio de Janeiro: Anchieta, Realengo, Bangu, Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz; agindo como uma “nuvem” de fomento de ideias, empreendimentos e atividades criativas pautadas no imaginário do Sertão Metropolitano Carioca, com o intuito de valorizar os espaços e agentes culturais locais e fortalecer a identidade e o patrimônio regional. A meta é consolidar a região “imaginária” do Sertão Metropolitano Carioca como produto e destino turístico criativo e sustentável, alicerçado nos princípios do turismo de base comunitária multitudinal (ciência, arte-cultura, religião, história regional, terapia natural, gastronomia), de modo a dinamizar e expandir as ações dos empreendimentos e agentes do *trade*, e diversificar a oferta turística da cidade do Rio de Janeiro.

A ideia de reconstituir a história regional de um espaço que, desde tempos anteriores, foi objeto de um sistemático planejamento de especulação, colonização e manutenção da dependência espacial em relação às regiões privilegiadas (Centro, Zona Sul e uma parcela da Zona Norte), para reproduzir o des-equilíbrio de poder entre centro x periferia, litoral x sertão. Este *Outro espaço*, agora um contra-espaço, ou ainda, um espaço mais sintonizado com assuntos políticos abrangentes, encontra-se cada vez mais estimulado a investir em agenciamentos contra-hegemônicos, em microrrevoluções cotidianas que desfragmente os blocos tradicionais de interesse e influência na captação de recursos, concessão de privilégios, prestígio com as classes dominantes. A meta, para quase todas as instituições culturais que vem buscando tanto no campo museal quanto no turismo, formas concretas de fazer emergir outras teias de *relação*, outros cenários de investimento social mais entrosados com a realidade pós-moderna e com as demandas do território agora em processo de musealização e de turistificação.

Esta realidade outra e múltipla não necessariamente obriga os novos agentes à negar a ruralidade e vernacularidade do seu lugar, todavia se adapta a ele num ritmo de articulação e troca com outros lugares, pessoas, saberes e técnicas de produção da vida e da subsistência de um modo geral. Na região ideológica consagrada como Zona Oeste, Pedra de Guaratiba, Santa Cruz, Bangu e Campo Grande são bairros emblemáticos no que diz respeito à necessidade política e identitária de fortalecer suas instituições e ações no território. E envereda-los por outros contextos e situações para romper com o bairrismo/provincianismo que acarretou, nos dois lados, na supressão

da integração desta região maior com as demais regiões influentes da cidade. Fortalecer a identidade e readequar as ações para novas situações que estão por vir: é a recente dialética que trata do lugar que habitamos e do lugar que habita (ou queremos que habite) em nós.

É este o quadro à qual Doreen Massey (2008) se refere o tempo todo no seu livro “Pelo Espaço”, para propor uma redefinição conceitual e política do lugar frente à contemporaneidade radical que nos cerca e nos transforma, em contraposição à postura internalista de lugar de Yi-Fu Tuan (1980; 1983), Edward Relph (apud MARANDOLA JR., 2010) e outros geógrafos clássicos.

Essas microrrevoluções culturais presentes no Sertão Metropolitano Carioca, mapeiam potencialidades endógenas e desenham novas frentes econômicas, estéticas, afetivas e empoderadas de fortalecimento do espaço vivido, seja este, naquele momento, um espaço cultural, área de interesse ecológico, pontos de atração de pessoas ou uma das regiões identitárias da Zona Oeste que ainda estão por ser reconhecidas e estudadas em profundidade.

Bibliografia

BENI, Mário. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia da. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Senac, 2003.

LOPES, Nei. *Dicionário da hinterlândia carioca: antigos “subúrbio” e “zona rural”*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARANDOLA JR., Eduardo. *Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness de Edward Relph*. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, Julho 2010. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2010/07/eduardo-marandola-jr.pdf> - Data de acesso: 10 mai. 2014.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Candice Vidal. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*. n. 1. v. 13. jan./jun. 2010. Goiânia. p. 101-110. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/11177/7340 - Data de acesso: 10 mar. 2014.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. *Topofilia: um estudo dos valores, percepção e atitudes do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

